

I6



r e v i s t a
ANGELUS
NOVUS

dossiê temático

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL, 30 ANOS
(1988-2018): HISTÓRIA, PROJETOS E IMPASSES.



ANO

XI

N. 16

2020

ISSN 2179-5487



REVISTA ANGELUS NOVUS

Disponível eletronicamente em: revistas.usp.br/ran

Ficha catalográfica

Revista Angelus Novus (RAN) / Publicação dos Pós-Graduandos em História Econômica e História Social da Universidade de São Paulo. – 2ª edição – São Paulo: USP – ano XI, n. 16, 2020.
356 páginas

ISSN 2179-5487

1. História – 2. Historiografia – 3. Ciências Sociais

Indexação nas seguintes bases de dados

Directory of Open Access Journals (DOAJ)
Google Scholar/Acadêmico
Latindex

Portal de Periódicos da CAPES
Portal de Revistas da USP
Public Knowledge Project (PKP)

Imagem da capa

Detalhe de fotografia: Manifestação estudantil no Largo São Francisco, em 05 de maio de 1977. ©Agência Estado.

Imagem da folha de rosto

Detalhe de *Angelus Novus*, de Paul Klee, 1920. ©Museu de Israel (CC BY-SA 3.0)

Editor-chefe

Felipe Cotrim e Moisés Stahl (vice)

Secretaria

Felipe Cotrim

Capa

Marcia Bassetto Paes

Projeto gráfico e Diagramação

Felipe Cotrim e Kauan William dos Santos

Endereço

Edifício Eurípedes Simões de Paula (Geografia e História) – FFLCH-USP
Av. Professor Lineu Prestes, 338 – Cidade Universitária
CEP 05508-900 – São Paulo – SP
Caixa Postal 8105

Contato

rangelusnovus@gmail.com

O conteúdo dessa revista é licenciado em Creative Commons (CC BY 4.0)

R E V I S T A
A N G E L U S
N O V U S

PUBLICAÇÃO *dos* PÓS-GRADUANDOS *em*
HISTÓRIA ECONÔMICA & HISTÓRIA SOCIAL
da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Ano XI – Número 16 – 2020 – ISSN 2179-5487

2ª edição

“Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval.”

Walter Benjamin (1892-1940). *Sobre o conceito da história: tese IX* (1940).

In O anjo da história. Trad.: João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Filô/Benjamin)

Conselho editorial

Beatriz Nowicki Galera
Dayane Soares da Silva
Dirceu Franco Ferreira
Douglas de Freitas Pereira
Edelson Costa Parnov
Fabrício Sparvoli Godoy
Felipe Cotrim
Fernanda Aires Bombardi
Fernanda Capri Raposo
Gustavo Velloso
José Francisco Sanches Fonseca

Kauan William dos Santos
Maiara Muniz
Marcia Bassetto Paes
Marília Belmonte Magalhães de Silva
Moisés Stahl
Olívia da Rocha Robba
Rafaela Carvalho Pinheiro
Suelen Marcelino de Campos
Thaís Mendes Moura Carneiro
Tomas L'Abbate Moreira
Verônica Calsoni Lima

Conselho científico

André de Melo Araújo (UnB)
Antonio Simplicio de Almeida (Unifesp)
Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (USP)
Carlos Almeida Bacellar (USP)
Claudia Wasserman (UFRGS)
Francisco Pereira Costa (Ufac)
Jean Rodrigues Sales (UFRRJ)
João Paulo Garrido Pimenta (USP)
Jorge Flores (European University Institute)

José Silva Évora (Universidade de Cabo Verde)
Marcela Boni Evangelista (USP)
Maria Aparecida Borrego (Museu Paulista-USP)
Marta Gouveia de Oliveira Rovai (Unifal-MG)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University)
Susana Sosenski (UNAM)
Thiago Lima Nicodemo (Unicamp)
Uiran Gebara da Silva (UFRPE)

Pareceristas

Ana Fernanda Inocente Oliveira (Ufes)
Apoena Canuto Cosenza (Doutor, História Econômica, USP)
Caroline Antunes Martins Alamino (UERJ)
Cássio Hideo Diniz Hiro (UEMG)
Clara de Freitas Figueiredo (Doutora, Artes Visuais, USP)
Douglas Souza Angeli (UEMG)
Felipe Rodrigues Alfonso (Doutorando, História, Universidade Harvard)
Fernando Sarti Ferreira (Doutor, História Econômica, USP)
Flávia Manuella Uchôa de Oliveira (USP)
Flávia Ribeiro Veras (FGV)
Flávia Seligman (Unisinos)
Geovanni Rocha Junior (Doutorando, História, UDESC)
Gilberto Geribola Moreno (Unioeste)
Gustavo Esteves Lopes (Doutorando, História, Universidade de Coimbra)
Henrique Antonio Ré (Doutor, Sociologia, Unicamp)
Jaime Valim Mansan (PUC-RS)

Jean Rodrigues Sales (UFRRJ)
Jônatas Oliveira Pantoja (IFSP)
Jorge Christian Fernández (UFMS)
Juliana Aparecida Lavezo (Doutoranda, História Social, USP)
Kleber Clementino da Silva (UFRPE)
Luciano Cesar da Costa (UFF)
Marcos Tadeu Del Roio (Unesp)
Mario Rodrigues Videira Júnior (USP)
Maurício Sardá de Faria (UFRPE)
Michel Gomes da Rocha (USP)
Miriam Bettina Bergel Oelsner (Doutora, História Social, USP)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Sacha Zilber Kontic (Unisa)
Tâmis Peixoto Parron (UFF)
Tiago Camarinha Lopes (UFG)
Vandré Aparecido Teotônio da Silva (Pós-doutorando, História, PUC-SP)
Victor Callari (Doutorando, História Social, USP)
Wellington Barbosa da Silva (UFRPE)

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	9
IMAGEM da CAPA.....	13
DOSSIÊ	
Em defesa da liberdade acadêmica e da autonomia.....	17
<i>Marcelo Knobel</i>	
A autonomia financeira das universidades.....	23
<i>José Goldemberg</i>	
Pela “alma cheia de esperança”	27
<i>Alec Ichiro Ito</i>	
Autonomia Universitária.....	37
<i>Flávia Calé da Silva</i>	
A questão da Autonomia Universitária e suas vicissitudes na universidade brasileira.....	47
<i>Dermeval Saviani</i>	
“A universidade ainda está aberta?”	61
<i>Isadora Cabreira da Silva</i>	
ENTREVISTA	
A longa e tortuosa trajetória da Autonomia Universitária no Brasil.....	85
<i>Márcia Bassetto Paes</i>	
ARTIGOS	
O mangá como arte, história e narrativa.....	97
<i>Antonio Augusto Zanoni</i>	
Outros sujeitos.....	115
<i>Jonatas Roque Ribeiro</i>	
Os estatutos da Internacional Comunista.....	133
<i>Érick Fiszuk de Oliveira</i>	
Comunicação política e diplomática no reinado de D. João III.....	157
<i>Raphael Henrique Dias Barroso</i>	
Apontamentos para uma análise das representações de Getúlio Vargas estampadas na <i>Revista do Rádio</i> (1948-1950).....	187
<i>Maycon Dougllas Vieira dos Santos</i>	
La presencia de africanos y afrodescendientes en Lima colonial y su acercamiento a la escritura.....	203
<i>Yobani Maikel Gonzales Jauregui</i>	
A “outra” América e os soviéticos durante a Guerra das Malvinas no <i>Jornal do Brasil</i>	237
<i>Otávio Massaro</i>	
Temas religiosos no cinema bélico soviético sobre a Segunda Guerra (1945-91).....	269

<i>Moisés Wagner Franciscon</i>	
Deber moral y economía en las teodiceas de Leibniz y Malebranche.....	315
<i>Carlos Velasco</i>	

RESENHA

PACHECO, João Alves. <i>Políticas de acesso à Educação Superior no Brasil:</i> <i>contradições da expansão nos Governos Lula</i>	345
<i>Rodrigo Barchi</i>	

EDITORIAL

Caros leitores,

2020 foi mais um dos anos excepcionais que, já há algum tempo, tem se tornado a regra. Sob as sombras da maior pandemia desde a Gripe de 1918, o sistema público de ensino superior em todo o país foi obrigado a recorrer a improvisações para manter seu funcionamento, expondo ainda mais as consequências do subfinanciamento e da precarização que o tem vitimado nos últimos anos.

Mesmo sob essas circunstâncias excepcionais, o sistema público de ensino superior continuou sendo um dos principais alvos de ataques políticos, ideológicos e financeiros, tanto do Governo Federal (Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovações) quanto do Governo do Estado de São Paulo. Argumentando em favor das políticas econômicas de austeridade e de responsabilidade fiscal, os ministros de Estado do Governo Federal, por meio das medidas de “contingenciamento”, e o Governo do Estado de São Paulo, por meio do Projeto de Lei nº 529/2020, deram continuidade em seus projetos que visam sufocar economicamente as universidades e demais instituições públicas de pesquisa, agredindo, assim, a autonomia administrativa e financeira garantida constitucionalmente às universidades pela Constituição de 1988 (Art. 207). Ações como essas dos Governos Federal e Estadual de São Paulo, que buscam aprofundar e acelerar o projeto de sucateamento das universidades, prejudicaram a continuidade de inúmeras pesquisas científicas, inviabilizaram bolsas de estudo e pesquisa e a formação dos futuros cientistas e técnicos—algo particularmente grave em um contexto de recessão econômica e de crise sanitária não somente nacional, mas mundial, que demanda mais esforços e trabalhos da comunidade acadêmica e científica, isto é, professores, estudantes de graduação e pós-graduação e funcionários.

Por sua vez, os trabalhos realizados por instituições públicas de pesquisa, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto Butantan, por exemplo — apesar das condições muitas vezes desfavoráveis de trabalho —, provaram o quão indispensável à sociedade são os serviços neles realizados. (Lembrando que o Instituto Butantan,

vitimado por um incêndio em maio de 2010, foi fundamental na testagem para o monitoramento da transmissão da Covid-19 e nas pesquisas de desenvolvimento da vacina).

Assim como os exemplares trabalhos realizados pela Fiocruz e o Instituto Butantan, duzentos pesquisadores da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) desenvolveram em quatro meses respiradores pulmonares que foram utilizados no atendimento de pacientes com Covid-19 no Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.¹

Como foi exposto pelo historiador estadunidense Mike Davis (Universidade da Califórnia) no livro *The Monster Enters: Covid-19, Avian Flu, and the Plagues of Capitalism* (New York & London: OR Books, 2020)—reedição revista e atualizada do *The Monster at Our Door: The Global Threat of Avian Flu* (New York: The New Press, 2005)—, em razão do atual grau de desenvolvimento e operação das cadeias mundiais de produção, circulação, comunicação e transporte de mercadorias e de pessoas—em outros termos, da mundialização do capital—, pandemias como a da Covid-19 tendem a ser frequentes nos próximos anos, e não mais exceções.² Desta forma, os exemplos apresentados acima das pesquisas realizadas por cientistas e técnicos das fundações, institutos e universidades públicas demonstram eloquentemente o quão indispensáveis eles são na promoção do desenvolvimento nacional e no bem-estar da população. Para tanto, o trabalho dos professores e dos funcionários das universidades públicas onde esses cientistas e técnicos receberam sua formação deve ser valorizado, e não alvo de “contingenciamentos” e de medidas de “equilíbrio das contas públicas”.

- 1 ALBUQUERQUE, Ana Luiza; ALVES, Gabriel. “Universidades desenvolvem respiradores para pacientes com Covid-19 em estado grave”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/03/universidades-desenvolvem-respiradores-para-pacientes-com-covid-19-em-estado-grave.shtml>>. FIGUEIREDO, Patrícia; REIS, Vivian. “Respirador criado na USP é Aprovação em testes com humanos; aparelho é feito em 2 horas e 15 vezes mais barato”. *GI*, 27 abr. 2020. Disponível em: <<https://gi.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/27/respirador-criado-na-usp-e-Aprovação-em-testes-com-humanos-aparelho-e-feito-em-2-horas-e-15-vezes-mais-barato.ghtml>>. GABRIEL, João; MENON, Isabella. “Hospital das Clínicas usará respirador criado pela USP para tratar Covid-19”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jul. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/07/hospital-das-clinicas-usara-respirador-criado-pela-usp-para-tratar-covid-19.shtml>>.
- 2 EVANS, Fernando. “Com Covid ainda no horizonte, cientistas tentam antever vírus causador da próxima pandemia”. *GI*, 27 dez. 2020. Disponível em: <<https://gi.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/12/27/com-covid-ainda-no-horizonte-cientistas-tentam-antever-virus-causador-da-proxima-pandemia.ghtml>>. Recordamos, também, que ainda não superamos a epidemia do HIV/AIDS. Segundo a UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/AIDS), em 2019, aproximadamente 38 milhões de pessoas viviam com o HIV, aproximadamente 1,7 milhões de pessoas contraíram o HIV e aproximadamente 690.000 pessoas morreram de doenças relacionadas à AIDS. Disponível em: <<https://www.unaids.org/en/resources/fact-sheet>>.

Sendo assim, as políticas econômicas de austeridade e de responsabilidade fiscal empreendidas tanto pelo Governo Federal quanto pelo Estadual de São Paulo sobre as universidades públicas e demais institutos públicos de pesquisa são muito mais prejudiciais à saúde da população e ao desenvolvimento econômico e soberano do país do que os tais benefícios que elas prometem colher em um futuro distante e imprevisível.

A regulamentação da profissão de historiador — antiga demanda da categoria dos professores de história — foi decretada pelo Congresso Nacional (Senado), não sem antes ter sido vetada com justificativas insólitas e obscuras pelo Poder Executivo (Veto nº 10/2020, em 27 de abril de 2020). Apesar de todos os obstáculos, os Projetos de Lei nº 368/2009 (Senado) e 4699/2012 (Câmara dos Deputados) foram, enfim, Aprovações.

Agora regulamentada, a profissão de historiador (Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020) poderia servir de consolo para o péssimo ano de 2020. Porém, qual será o futuro de tal profissão diante do atual processo de desmonte da educação nacional? Quais as condições de trabalho desses profissionais da história em meio às políticas de precarização da legislação trabalhista? Qual será o futuro dos professores de história em um estado de desvalorização da profissão e do saber do historiador por diletantes revisionistas e teóricos da conspiração?

O ano de 2020 também exigiu do Conselho Editorial da *Revista Angelus Novus* (RAN) uma série de adaptações e improvisos. Buscamos superar as dificuldades conjunturais e manter, o melhor possível, o atendimento aos autores, pareceristas e leitores.

Apesar dos desafios impostos pelo ano de 2020, o Conselho Editorial da RAN apresenta ao leitor sua edição de número 16. O acervo de artigos Publicações nesta edição possui um variado leque de temas e abordagens metodológicas: do mangá ao cinema soviético, passando pela história dos africanos e afrodescendentes na Lima colonial à filosofia moral de Leibniz e Malebranche.

A RAN 16 conta também com o dossiê intitulado: “Autonomia Universitária no Brasil, 30 anos (1988-2018): história, projetos e impasses”. Para sua composição, contamos, além da apresentação redigida por Marcelo Knobel, Prof. Dr. e Reitor da Unicamp, com artigo de Isadora Cabreira da Silva, graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), e com contribuições de intervenção crítica sobre o tema da Autonomia Universitária redigidos pelo físico e professor José Goldemberg, que tem uma exemplar carreira acadêmica e pública como secretário e

ministro, Alec Ichiro Ito, doutorando em História Social pela USP, Flávia Calé da Silva, mestranda em História Econômica pela USP e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), e, por fim, Dermeval Saviani, filósofo e historiador da educação no Brasil e um dos formuladores da pedagogia histórico-crítica.

Buscando manter uma saudável tradição que tem se formado nas últimas edições, apresentamos também uma entrevista com Márcia Bassetto Paes concedida a Dirceu Franco Ferreira (doutorando em História Econômica da USP e membro do Conselho Editorial da RAN). Nela, Márcia apresentou relato sobre sua experiência como militante política nos anos 1970, seus trabalhos na área da comunicação e no mercado editorial, e seu atual projeto de pesquisa historiográfica sobre as atividades de vigilância e censura política realizadas pela Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na Universidade de São Paulo durante os anos 1970 e 1980.

No início do mês de outubro, organizamos e realizamos com o apoio institucional dos Programas de Pós-Graduação em História Econômica e Social (PPGHE&S) e o apoio técnico da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP o primeiro *Encontro da RAN*, uma atividade aberta ao público que visava divulgar a revista e servir como mais um espaço para a troca de experiências de pesquisas, debates e críticas aos atuais desafios nacionais na área da educação. Em razão da imposição legítima do isolamento social, o encontro precisou ser postergado e reagendado até conseguirmos realizá-lo de forma remota e com transmissão ao vivo no canal da FFLCH no *YouTube*. Nessa ocasião, contamos com contribuições de Danilo Eiji Lopes e Raphael Leon Vasconcelos — ambos pós-graduandos em História Social pela USP e autores de artigos Publicações na RAN 15 — e dos Profs. Drs. Antonio Simplicio de Almeida Neto (Unifesp) e Carolina de Roig Catini (Unicamp).

Antes de nos despedirmos, gostaríamos, de uma vez mais, agradecer a todos aqueles que colaboraram com esta edição da RAN (autores, resenhistas e pareceristas) e com o *Encontro RAN 2020*, e anunciar que os trabalhos do Conselho Editorial para o ano de 2021 já estão em andamento.

Boa leitura e até a RAN 17.

Os editores.

Verão de 2020-2021.

IMAGEM *da* CAPA



Manifestação estudantil no Largo São Francisco, em 05 de maio de 1977 (fotógrafo desconhecido). ©Agência Estado.

DOSSIÊ

**Autonomia Universitária no Brasil, 30 anos (1988-2018)
: história, projetos e impasses**

Em defesa da liberdade acadêmica e da autonomia
: apresentação ao dossiê “Autonomia Universitária no Brasil, 30 anos (1988-2018):
história, projetos e impasses”

Marcelo Knobel

Professor titular do Departamento de Física da Matéria Condensada do Instituto de Física Gleb Wataghin da Universidade Estadual de Campinas (IFGW-Unicamp) e Reitor da Unicamp desde 2017

Nos últimos anos temos vivido no Brasil um período de fortes ataques às universidades públicas, que vão desde acusações completamente infundadas, até cortes substanciais em recursos para custeio, pesquisa e bolsas. Esses ataques têm ocorrido sistematicamente, e surgem de diferentes esferas de governo (federal e estadual) e de diversos órgãos e instituições (executivo, legislativo e órgãos de controle).

Estamos mergulhados neste momento em uma crise sem precedentes, e o noticiário está tão carregado de notícias ruins, que as questões da educação superior chegam a passar despercebidas. É fato que a sociedade brasileira tem passado por um grave momento de forte polarização política. Obviamente, a polarização política, em si, não constitui um fenômeno incomum. Entretanto, chama atenção o clima de acirramento que, em muitos casos, extrapola o campo das ideias para entrar no terreno das hostilidades, que em nada contribuem para a consolidação de um regime democrático arduamente conquistado. Preservar essa conquista, situando o debate no campo das ideias, é um sinal de maturidade intelectual e inteligência política. Relembro aqui alguns fatos, que hoje parecem até distantes, mas que já indicavam um claro movimento que vinha se formando até mesmo antes das eleições.

Uma semana antes do 2º turno das eleições no Brasil em 2018, diversos ataques às universidades públicas foram articulados por magistrados e policiais em diversos cantos do Brasil. Além de proibição de algumas faixas e alguns cartazes, houve deputados eleitos sugerindo que os estudantes filmassem professores para denunciar eventuais

“doutrinações” ou mesmo que evitassem aglomerações ou reuniões em grupo. A comunidade acadêmica reagiu rapidamente, com diversos protestos e mobilizações. A título de exemplo, em 26 de outubro de 2018, a reitoria da Unicamp publicou a seguinte nota:

Autonomia universitária e liberdade acadêmica afirmaram-se como os dois principais valores defendidos pelas universidades que assinam a *Magna Charta Universitatum* (MCU), documento internacional que estabeleceu os princípios fundamentais das escolas superiores, em 1988, por ocasião do 900º aniversário da Universidade de Bolonha. Conforme amplamente noticiado, os 30 anos da primeira edição do documento, do qual a Unicamp é signatária, foram celebrados na Universidade de Salamanca, em setembro, quando os valores estabelecidos pela Magna Carta foram reiterados.

O Brasil, por sua vez, estabeleceu a autonomia universitária como princípio constitucional consagrado em 1988. No ano seguinte, esse princípio foi aplicado em sua plenitude nas três universidades públicas de São Paulo (USP, Unesp e Unicamp) com a instituição do regime de autonomia financeira com vinculação orçamentária, o que produziu impactos significativos na produção acadêmica destas instituições. De maneira objetiva, elas podem demonstrar isso por meio de indicadores de qualidade e de produtividade, que abrangem o ensino, a pesquisa e os serviços prestados à comunidade.

No momento em que a sociedade brasileira atravessa um novo período eleitoral para a Presidência da República e Governos Estaduais, é mais que oportuno destacar os princípios estabelecidos na Constituição Brasileira e na Carta Magna de Bolonha como norteadores das políticas públicas voltadas para o ensino superior. Autonomia universitária e liberdade acadêmica constituem pilares indispensáveis para que as universidades cumpram sua missão social, razão pela qual os poderes públicos devem garantir e promover o respeito a estas prerrogativas.

Nunca é demais lembrar que nenhum país conseguiu atingir um ritmo progressivo e sustentável de desenvolvimento econômico e social sem a construção de um sólido sistema universitário. Por sua vez, não é possível consolidar as bases de um ambiente acadêmico eficiente sem a garantia do livre debate de ideias e preservação das liberdades civis, que garantem a todos os cidadãos o direito de assumir e externar livremente suas convicções, sem sofrer perseguição de qualquer governo, instituição ou grupo social.

A Unicamp, que sempre valorizou a discussão de temas fundamentais para a sociedade brasileira, vem a público reiterar a defesa dos princípios indispensáveis às atividades universitárias, num ambiente de tolerância, respeito e responsabilidade. No atual contexto brasileiro, reconhecer, respeitar e valorizar a liberdade acadêmica e a autonomia universitária constitui não apenas um ato de justiça, mas uma medida estratégica para o desenvolvimento do país.¹

¹ Disponível em: «<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2018/10/26/em-defesa-da-liberdade-e-da-autonomia>». Acesso em: 2 out. 2020.

A então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, apresentou nesse mesmo dia a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 548 contra decisões de juízes eleitorais que determinavam, além da busca e apreensão de panfletos e materiais de campanha eleitoral em universidades e nas dependências das sedes de associações de docentes, a interrupção de manifestações públicas de apreço ou reprovação a candidatos nas eleições gerais de 2018, em universidades federais e estaduais.

Naquele momento, era impossível imaginar o que ocorreria na educação, e em particular na educação superior, a partir da posse do novo governo em janeiro de 2019. Passaram pelo Ministério da Educação quatro ministros, que deixaram marcas muito negativas para o setor, e externalizaram diversos ataques às universidades públicas. Além de falas completamente absurdas (como afirmações que as universidades públicas plantam maconha, por exemplo), de mentiras em seus currículos, e de diversos tipos de hostilidades, houve concretamente cortes nos orçamentos das universidades, e também nos programas de bolsas e apoio à pesquisa. Além disso, o Governo Federal planejou um programa denominado “Future-se”, que pretendia alterar significativamente o modelo de gestão e autonomia das universidades federais.

Diante da rejeição do programa “Future-se” pela grande maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais, o Governo Federal tem buscado novas formas de interferir na administração dessas instituições. Em junho de 2020, o presidente da República publicou uma Medida Provisória (MP) para que, se o mandato de 4 anos de um reitor em uma instituição de educação federal terminasse durante a pandemia Covid-19, o Ministério da Educação designaria um novo reitor para liderar a instituição, desviando-se da longa e estabelecida tradição pela qual os dirigentes universitários são escolhidos a partir de uma consulta à comunidade universitária, onde votam professores, funcionários e estudantes. Como o Governo Federal demonstrou pouquíssima preocupação com a pandemia Covid-19, essa medida era claramente um meio de interferir na autonomia dessas instituições. De fato, a afirmação de que não seria possível votar em novos reitores durante a pandemia é completamente absurda, uma vez que a maioria das atividades continuou remotamente, e a tecnologia torna perfeitamente possível a realização de eleições seguras à distância. Felizmente, o Senado derrubou a decisão dois dias depois, pois claramente a MP fere um princípio constitucional.

Mas isso não foi suficiente, pois aparentemente a nova estratégia é atacar a autonomia por meio da escolha dos reitores. O processo de escolha de novos dirigentes universitários federais começa com uma consulta interna à comunidade universitária.

Após a consulta, um colégio eleitoral especial da universidade envia ao presidente uma lista ordenada com os três principais candidatos, tipicamente com base nos resultados da eleição institucional. Assim, esta consulta formaliza a manifestação da comunidade acadêmica sobre qual projeto acadêmico pedagógico e de gestão que a universidade deve orientar seus destinos institucionais. A prática, desde o retorno à democracia, tem sido a de que o presidente nomeia o primeiro nome da lista, respeitando a escolha da comunidade acadêmica. No entanto, este não tem sido a prática geral neste governo. Desde 2019, o presidente já nomeou 27 reitores, desrespeitando a escolha institucional em dez casos. Em um dos casos, o nomeado nem sequer estava na lista tríplice. Embora não haja obrigação de escolher a partir da lista da universidade, aceitar a preferência da comunidade acadêmica não é apenas uma tradição, mas uma expressão importante da autonomia, democracia e legitimidade das instituições. A nomeação de um reitor escolhido majoritariamente pela comunidade universitária garante também a legalidade e a impessoalidade, e privilegia a sintonia do dirigente com o projeto acadêmico da universidade e a liderança institucional também necessárias para a gestão eficiente e plural. A administração de uma universidade complexa por uma pessoa que não foi escolhida pela maioria da comunidade só agrava as tensões no ambiente acadêmico.

Nos âmbitos estaduais, também observamos diversos movimentos contra as universidades. No caso de São Paulo, que tem um sistema de educação superior consolidado, que é responsável por praticamente metade da pesquisa feita no país, os ataques vieram tanto do legislativo quanto do executivo. Em 2019 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), contra as três universidades públicas do estado (USP, Unicamp e Unesp). Após quase um ano de oitivas, não houve nenhuma comprovação de irregularidades por parte da CPI. Já em 2020, o Projeto de Lei 529 de reforma administrativa do Estado pretendia confiscar mais de um bilhão de reais das três universidades públicas e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A comunidade acadêmica se mobilizou fortemente para derrubar este artigo do PL.

Importante destacar que a convivência respeitosa e democrática constitui condição indispensável para que as universidades cumpram sua missão, voltada para a geração de conhecimento e formação de cidadãos nas mais diversas áreas. Afrontar o ambiente acadêmico com atitudes antidemocráticas e hostis compromete não apenas a missão primordial das instituições, mas sobretudo a sua relação com a sociedade que, em última instância, é a principal fiadora das atividades da universidade.

É inaceitável que as universidades públicas brasileiras sejam vítimas de pressões de qualquer sorte – financeiras, sociais ou ideológicas – que as impeçam de desempenhar

suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma livre e autônoma. Caso persistam os ataques, o Brasil corre sério risco de enveredar por um caminho, de difícil retorno, rumo à estagnação e ao obscurantismo. Assim, defender a liberdade acadêmica e a autonomia das universidades públicas significa zelar pelo futuro de um dos principais patrimônios do país.

Esta breve introdução aborda superficialmente alguns dos aspectos práticos, relacionados com os ataques diretos e indiretos à autonomia universitária das universidades públicas, que temos vivenciado em nosso país. Evidentemente o tema é muito mais complexo, e tem diferentes perspectivas e realidades, com outros tantos desafios. Assim, é muito auspicioso que a 16ª edição da *Revista Angelus Novus* (RAN), a publicação dos pós-graduandos em História Econômica e História Social da Universidade de São Paulo (USP), organize um dossiê com o tema da “Autonomia Universitária”. O dossiê traz artigos que avaliam a trajetória histórica da autonomia universitária brasileira nas universidades públicas e privadas e seus desafios atuais, discutindo questões da autonomia administrativo-financeira e o didático-científica.

A autonomia financeira das universidades

José Goldemberg

Ex-reitor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro da Educação

Resumo

Intervenção crítica de José Goldemberg.

Palavras-chave Autonomia Universitária – Administração – Economia política – Universidade de São Paulo.

Submissão

24/04/2020

Publicação

06/05/2020

A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa para apurar investigações dos gastos das universidades deu lugar a dúvidas sobre a extensão real da autonomia universitária no nosso Estado.

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 determina que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”. Até então, a autonomia financeira das universidades – como é o caso ainda das federais – era puramente retórica.

Em 2 de fevereiro de 1989, o Governador do Estado de São Paulo, Orestes Quécia, assinou o decreto 29598 que “dispõe sobre providências visando a autonomia universitária”.

O decreto estabeleceu que “as liberações mensais de recurso do Tesouro a estas instituições (as três universidades do Estado, USP, UNICAMP e UNESP) deverão respeitar o percentual global de 8,4% da arrecadação do ICMS”. O decreto estabeleceu também que os Conselhos de Reitores das universidades estaduais paulistas fixarão os critérios de execução orçamentária, incluindo os relativos à política salarial do seu pessoal docente, técnico e administrativo.

A autonomia financeira determinada pelo decreto não significa soberania, os objetivos das universidades são fixados em sua lei de criação e o orçamento é determinado pela lei orçamentária do Estado. A autonomia é de gestão. Com ela, as universidades passam a ter a autoridade para se organizar internamente, determinar as suas prioridades, escolher seus dirigentes (exceto o Reitor, que é escolhido pelo governador de uma lista tríplice preparada pelo Conselho Universitário) e planejar seu desenvolvimento, já que seus recursos são vinculados dependendo apenas da evolução do ICMS.

Com isso, acabou a saga dos reitores das universidades estaduais em busca de recursos adicionais e suplementações para cobrir as despesas num período em que a inflação atingia níveis superiores a 50%. Mais ainda, permitiu estruturar a carreira docente, dos técnicos e do pessoal administrativo que atendessem às características próprias das universidades e que não são as mesmas que outras organizações governamentais.

Os efeitos positivos do decreto do governador Quécia se tornaram evidentes ao longo dos últimos 30 anos.

O que ocorreu em São Paulo, com a autonomia das universidades é, portanto, um exemplo importante de gestão pública de sucesso, o que contrasta radicalmente com as dificuldades das universidades federais, nas quais a interferência do governo é muito grande.

O uso de recursos é microgerenciado pelo Ministério da Educação, por necessidade de fazer contingenciamentos decorrentes da queda da arrecadação ou até por razões ideológicas. Só para dar um exemplo, até a escolha de pró-reitores tem que ser decidida no nível da Presidência da República.

Pergunta-se frequentemente quais os fatores que levaram o governador Quéricia a assinar o decreto da autonomia financeira, abrindo mão de poder dos órgãos centrais do Estado.

Existem ao menos dois fatores que levaram a esta decisão:

Em primeiro lugar, a presença no governo de secretários esclarecidos como Luiz Gonzaga Belluzzo (Ciência e Tecnologia) e Frederico Mazzucheli (Economia e Planejamento).

Em segundo lugar, os reitores combativos: Paulo Renato Souza (UNICAMP), Jorge Nagle (UNESP) e José Goldemberg (USP), que haviam influído na redação do artigo 207 da Constituição e convencido o então deputado Mario Covas (relator da Constituição) a retirar do artigo 207 a frase “nos termos da lei” que constava dele originalmente. Sua manutenção significaria que a autonomia financeira seria regulada em lei, no futuro, o que não ocorreu até hoje nas universidades federais.

Sob o ponto de vista político, o decreto teve como consequência imediata tornar as reitorias o foco das demonstrações de estudantes, funcionários e professores (que eram frequentes na ocasião) e afastá-las do Palácio dos Bandeirantes. O peso que este fato teve na decisão do governador Quéricia, é difícil de ser avaliado.

Um dos únicos aspectos controvertidos do decreto de autonomia é o artigo 2º (parágrafo 2º) que “recomenda” que as despesas com pessoal não excedam a 75% dos valores liberados pelo Governo.

Argumentam alguns que se pode tolerar gastos com pessoal maiores que 75% nas universidades que recebem recursos de outras fontes para bolsas de estudo e pesquisas científicas. Estas verbas, contudo, são “marcadas”, isto é, direcionadas para programas específicos, têm duração limitada e não se destinam a salários de funcionários, que são permanentes.

Este limite de 75% foi obedecido em alguns períodos e não em outros, dependendo dos reitores que não resistiram a demandas corporativas para aumento de salários. Até 2010, não houve crises sérias devido a este problema, mas, a partir daí, houve um descontrole fiscal nas universidades com aumentos, gratificações e outras benesses incorporadas aos salários que se tornaram irreversíveis. A crise econômica e a queda da arrecadação do ICMS fizeram com que as despesas com pessoal chegassem a mais 100% dos valores recebidos do Tesouro.

A partir de 2014, o Reitor da USP, Antonio Zago, enfrentou esta crise com determinação, através de um programa de aposentadoria voluntária e outras medidas de economia, que levaram a USP a reequilibrar suas contas com despesas de pessoal abaixo de

90%. Além disso, a USP criou um sistema de gestão orçamentária que é um exemplar sistema de responsabilidade fiscal. A UNICAMP e a UNESP ainda estão no processo de recuperação.

O fortalecimento do modelo de gestão das universidades paulistas é imperativo para que crises recorrentes não comprometam a excelência de instituições tão duramente conquistadas.

Pela “alma cheia de esperança” : o contraponto à miséria na educação¹

Alec Ichiro Ito

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

Este texto é uma intervenção crítica, baseada na minha experiência em Universidades públicas e privadas. Destarte, problematizo a situação das práticas de leitura e escrita existente nessas duas modalidades de instituição; depois, sugiro que as condições precárias, na Educação superior, podem implicar uma inclusão excludente. Proponho que a Universidade pública e autônoma exerce um papel importante na transformação e emancipação mentais de educadores e educandos.

Palavras-chave Prática de leitura e escrita – Autonomia universitária – Gestão de estágio.

Abstract

The following critical appraisal is based on my experience in private and public Universities. Initially, I address some questions about the practices of reading and writing carried out in these institutions; then I put forward that poor conditions in the Higher Education could implicate an excluded inclusion. I propose that University autonomy and public education exert a mean role in transform and emancipate educators and students minds.

Keywords Practices of reading and writing – University Autonomy – Internship supervision.

Submissão

29/01/2020

Publicação

11/06/2020

¹ Agradeço à Prof.^a Coord.^a Soellyn Elene Bataliotti (UnP, UNIFACS e FMU) pelo diálogo, apoio e pela solicitude. Aos professores da USP, Marcus Sacrini, Alex de Campos Moura e Valéria De Marco, pelo acompanhamento nas monitorias. Ao Prof. Sacrini agradeço pelos generosos e críticos comentários sobre este texto; à Prof.^a Valéria pelo diálogo de sempre. À Maria Beatriz Varella Pereira Pinto, ou Mabi, pelos relatos sobre Natal e pela camaradagem. Às colegas do PLEA, Mayra Coan Lago e Estefânia Francis Lopes, pelas conversas e pelos desabafos. Aos meus estudantes, pelos ensinamentos. Aos pareceristas da *Angelus Novus*, pelo comprometimento na avaliação deste texto e pelas sugestões realizadas.

Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria.

Pedagogia do oprimido, pp. 41-42.

Eu queria, portanto, deixar aqui para vocês também uma alma cheia de esperança. Para mim, sem esperança não há como sequer começar a pensar em educação. Inclusive, as matrizes da esperança são matrizes da própria educabilidade do ser, do ser humano. Não é possível ser um interminado, como nós somos, conscientes dessa inconclusão, sem buscar. E a educação é exatamente esse movimento de busca, essa procura permanente.

Pedagogia dos sonhos possíveis, p. 171.

Introdução

Desde a promulgação da Constituição brasileira de 1988, o processo de redemocratização facilitou a discussão do papel das Universidades, tanto na esfera pública quanto na privada. Debate-se sobre o custo da Educação superior, a relevância da ciência para o Brasil, a privatização total ou parcial das Universidades públicas, o impacto da Educação na sociedade nacional, entre outros temas. Tudo isso é de suma relevância; todavia, a qualidade do ensino dificilmente recebe a devida atenção por parte da classe política ou da grande mídia. Assim, penso que é oportuno avaliar *o que se ensina, para quem se ensina*² e *por que se ensina*.³ Afunilando ainda mais a temática, nesta intervenção crítica tratarei do papel formador da leitura e escrita, do ponto de vista de um relato de impressões. As fontes analisadas advêm da minha experiência na Universidade Potiguar (UnP) e na Universidade de São Paulo (USP), atestando que a leitura e a escrita são muito mais do que técnicas ou habilidades, senão a chave para a formação robusta de professores e alunos. No mais, sublinharei que a autonomia universitária exerce um papel fulcral em uma Educação para a emancipação, beneficiando educadores e educandos.

Decerto, suscito um enquadramento metodológico e um escopo empírico que são modestos; contudo, ambos servirão para uma análise crítica do tema, que não dispensará a discussão de uma bibliografia pertinente.

2 Como afirmava Paulo Freire, “é por isso que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo relativo. Verbo que pede um objeto *direto* – *alguma coisa* – e um objeto *indireto* – *a alguém* (...)”. FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 [1996], p. 25.

3 Não resisto em lembrar destas palavras: “a educação que se vive na escola não é chave das transformações do mundo, mas as transformações implicam educação”. Idem, *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 203.

A UnP é uma das principais instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte, contando com *campi* nas cidades de Natal e Mossoró. O Ensino a Distância (EaD) capilarizou a UnP nos Estados do Amapá, Ceará, Pará, Paraíba, Piauí e Rondônia. Nessa instituição, ministrei as disciplinas dos cursos EaD, preponderantemente as de História, Pedagogia e Letras. Nas páginas que se seguem explorarei dois casos obtidos no acompanhamento dos estágios supervisionados. Na USP, fiz parte do curso *Práticas de Leitura e Escrita Acadêmicas* (PLEA – FLFo5o6),⁴ encetado como projeto piloto em 2015 e, um ano mais tarde, regularizado como disciplina da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras (FFLCH). O método vicejado no curso pressupõe que o desenvolvimento pedagógico-acadêmico é contínuo, associando aulas teóricas e atividades práticas. As aulas são ministradas pelos professores; as atividades conduzidas pelos monitores. Ambos mantêm contato frequente com os estudantes, que raramente ficam desassistidos, ou “à deriva” ao longo do semestre. Além dos encontros presenciais, o alunado pode enviar e-mails aos professores e aos monitores, fazer grupos de *WhatsApp* e eventualmente marcar encontros com os monitores. O percurso didático também prevê que as habilidades de leitura e escrita são competências indissociáveis e complementares.⁵

Seja lá ou acolá, ler e escrever são praticas dialógicas fundamentais para o desenvolvimento humano. Uma Educação inclusiva e contemporânea passa incontornavelmente pelo aperfeiçoamento dessas habilidades, suscitando questionamentos. Os problemas de leitura e escrita são profundos? De qual forma podemos remediá-los, em prol da Educação? Parece que os problemas de leitura e escrita coincidem com o ataque à autonomia docente e universitária, propiciando meios efetivos para que realidades distintas sejam analisadas. De fato, a avaliação ensejada propõe uma abordagem inusitada, todavia relevante, haja vista a problemática exposta. Assim, abordá-la-ei ciente de que a independência das Universidades públicas, os cortes financeiros e os ataques a uma pedagogia emancipatória marcaram o ambiente político de 2019 e 2020, conquanto também estejam imersos em um movimento mais longo de sucateamento do Ensino Superior.

Mesmo que o corpo analisado seja de pequena envergadura, constato que há um embaraço entre as noções de *acessibilidade* e *inclusão* na Educação, gerando um paradoxo nocivo à sociedade contemporânea. À guisa de uma palavra prévia, ensaística por certo, esboço que o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita pode ser encarado como uma prática pedagógica que visa à liberdade crítica e à formação de profissionais reflexivos. Tal desenvolvimento parece ser mais sensível na Universidade pública, onde um horizonte de

4 Verificar a ementa em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLFo5o6&verdis=2>. Acessado em 14 de maio de 2020.

5 SACRINI, M. *Leitura e Escrita de Textos Argumentativos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019, p. 257.

expectativas, firmado no devir real de um futuro possível, nutre *a* e é nutrido *pela* educação, pesquisa e extensão.

A gestão de estágios na UnP: problemas de aprendizado, a exclusão socioeconômica e a desassistência pública

Nesta seção, abordarei os casos de dois estudantes de Pedagogia, EL e AP. Os casos foram selecionados a partir de um grupo de oitenta e quatro estudantes. EL foi escolhido porque apresentou uma interação atípica em todos os canais de comunicação utilizados no EaD; AP porque realizou excelentes trabalhos na disciplina de estágio supervisionado. Não citarei os nomes reais desses estudantes, em respeito ao anonimato deles. As fontes que embasam esta análise foram obtidas através dos instrumentos avaliativos e da interação mantida entre professores e alunos. Os instrumentos avaliativos são o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), relatos pessoais sobre a experiência de estágio, chamados de “blog”, e a elaboração de um relatório final de estágio. A interação entre docentes e discentes é realizada normalmente através do fórum “Fale com o professor”, ambiente em linha no qual os estudantes postam perguntas e comentários. É interdita a troca de e-mails entre docentes e discentes. Há também formas menos frequentes de interação, através da realização de telefonemas e envio de mensagens privadas, remetidas através do Ambiente virtual de aprendizagem (AVA). No caso, a instituição utiliza o *Blackboard*.

O estudante EL habita na zona rural de uma grande cidade do Rio Grande do Norte. Destarte, ele demonstrou pouquíssima familiaridade com o preenchimento de documentos oficiais, além de dificuldades em lidar com os instrumentos tecnológicos. As postagens realizadas no fórum “Fale com o professor” atestam para isso: “Boa noite professor, *olhe ai esse anexo*, quando digito o email e endereço. Quando termina “.com” a *linha o email* desaparece e o *endereço fica escrito distante*”. A partir desse trecho, também é possível notar que o estudante não diferencia a linguagem escrita da coloquial. Outros excertos corroboram com essa constatação: “Boa tarde, a escola *mim* pediu o TCE até amanhã e quer a carta de *apresentação com meu nome e carimbada*”. A falta de domínio do padrão culto é observada em outra postagem: “Bom dia, a diretora *mim* pediu hoje de novo o TCE”.

Ademais, como a maioria dos estudantes, EL apresenta grandes dificuldades em realizar a contagem da carga horária de estágio. Trata-se de um cálculo no qual o alunado deve multiplicar o total de dias úteis de estágio pela quantidade de horas diárias permanecida na instituição de ensino. O estágio realizado por EL tinha um segundo obstáculo, que é a realização do estágio supervisionado em dois segmentos: Educação Infantil e Educação

Fundamental (1º ou 2º ano). Devido às inconsistências de realização das operações lógicas e matemática, além de outros problemas de preenchimento do formulário, o TCE de EL foi indeferido duas vezes. Mesmo que sejam fornecidas orientações, guias e avisos sobre como preencher o documento, muitos estudantes, como EL, não conseguem realizar o procedimento, talvez porque não leiam o material de apoio, ou talvez porque não o compreendam.

A exclusão social e a carência de assistência pública são perceptíveis na experiência de estágio. No projeto, EL afirmou que uma das escolas que o acolheu estava sediada em um “assentamento”, no qual “ao lado só [há] plantas”. De fato, a instituição está situada nas proximidades de uma estrada, na área rural entre a divisa do Rio Grande do Norte com o Ceará. Na atividade blog, EL adensou as considerações sobre a situação de exclusão existente na região. Os alunos eram amiúde de “classe pobre e carente”, tinham “grandes dificuldades de aprendizagem” e alguns deles habitavam “*distantes e faltam muito*” na escola, já que não há transporte escolar. O estagiário sublinhou que parte do alunado frequentava a escola “só para não perder os programas sociais do governo”. No mais, EL afirmou que um de seus alunos necessitava de atendimentos especiais, apontando que a professora que o acompanhava “nunca trabalhou com uma criança especial”, assim como o restante do corpo docente. Todas as professoras estavam “apreensivas por não dominarem tal conhecimento pedagógico para fazer mais [pelos estudantes especiais].” Vale notar que o corpo docente não participava de qualquer programa de formação continuada, embora desse o melhor de si, de acordo com o informante.

O caso de EL encontra pontos em comum com o de AP. Ambos apresentam limitações na escrita, embora as do primeiro sejam mais patentes em comparação com as do segundo. O principal ponto de convergência entre os dois casos é a desassistência do aparato público e a situação de marginalização social e econômica, vivenciados no ambiente escolar e na comunidade do entorno. Na atividade blog, AP afirma que é perceptível “um descaso muito grande do poder público em relação a escola, que vive praticamente abandonada”. Trata-se de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), situado em uma zona de pobreza da capital potiguar. Ele adiciona que “o calor nas salas é insuportável, os ventiladores são muito barulhentos, em minha regência não sabia se os desligava para que os alunos pudessem me ouvir, ou se gritava o mais alto possível”. Assim como ocorria na escola rural de EL, na metropolitana de AP existia um aluno especial e outro com suspeita de autismo. Nas palavras do estagiário, “como se sabe é de direito desses alunos que eles tenham auxiliares exclusivas, mas isso nunca ocorreu, prejudicando assim o andamento da aula e seu desenvolvimento pessoal”. No mais, ao lado da escola havia um terreno onde ficavam os “fogueteiros”, quer

dizer, membros do tráfico de drogas. Nesse local eram comercializados e utilizados entorpecentes.

O relato de AP é comovente. A condição material da instituição onde ele estagiou era precária, faltando papel higiênico, fraldas, merenda e material didático. Uma das instalações da instituição estava com o “teto caído” e, na sala onde havia o berçário, “a luz com a calha de ferro despencou”. Algumas crianças possuíam “doenças contagiosas”, que inclusive foram transmitidas a AP. No projeto de estágio, espanta a violência urbana e o descaso do poder público. O ambiente escolar era cerceado pelo confronto entre traficantes e policiais, tiroteios, a existência de um mangue e as ameaças sofridas pelo corpo docente. Segundo o estagiário, havia uma “relação de medo” entre os professores e o entorno; portanto, urgia manter uma postura cautelar e “cordial” com aquela “comunidade perigosa”, já que a “escola se situa em uma área considerada periférica”.

A partir dos casos explorados, é possível notar que há uma correlação entre a defasagem de conhecimentos formais, como o domínio da linguagem culta e do cálculo aritmético, e a situação de risco social e desamparo público, tanto na área urbana quanto na rural. Além disso, fica claro que o EaD de baixo custo prolifera em ambientes de marginalização e exclusão. Em uma primeira aproximação, tudo isso salta aos olhos. Mas na próxima seção a lente de análise será ampliada, revelando que os problemas com a linguagem escrita ultrapassam superficialismos. As dificuldades de leitura e escrita nem sempre coocorrem com a pobreza.

O PLEA na USP: crítica, método e protagonismo estudantil

Durante o ano letivo de 2019, fui monitor do PLEA, modalidade interdisciplinar, durante as noites de terça-feira (19:30 – 23:00). Seis alunos foram acompanhados no primeiro semestre desse ano, mais sete durante o segundo semestre, totalizando treze estudantes. O relato que segue é baseado nessa experiência de docência-monitoria, conjugada aos mais de dez anos de vivência discente que tenho na USP. As conversas que mantive com os docentes, monitores e estudantes do curso competiram para uma avaliação mais acurada da experiência. Faço questão de frisar que o trabalho do PLEA é valorizado por todos os seus participantes, além de ser reconhecido por intercambistas vindos de países como a Alemanha e a França. O curso é alinhavado a partir de um problema cimeiro: as “dificuldades crescentes dos alunos ingressantes em nossa faculdade (FFLCH) em lidarem de modo satisfatório até mesmo com tarefas básicas exigidas para o bom aproveitamento das disciplinas de suas áreas de estudo”.⁶

6 MARCO, V.; SACRINI, M. “Breves Considerações sobre o Curso ‘Práticas de Leitura e Escrita Acadêmicas em Humanidades’”. In: *Revista de Graduação USP*, v. 1, n. 1, julho de 2016, p. 91.

Assim como vimos no caso da UNP, também na USP os educandos padecem com os problemas de leitura e de escrita.

Desafio posto, algumas diretrizes norteiam o PLEA. A primeira é a de que a graduação em Humanidades é um processo de *formação crítica* dos estudantes, que prevê a compreensão e a avaliação acerca das “*justificativas racionais* que permitem sustentar o ponto de vista” contido nos textos acadêmicos, como artigos, dissertações e teses.⁷ Munidos das habilidades de leitura e escrita, os graduandos em Humanidades devem ser capazes de “*reconstruir tanto a posição defendida no texto quanto o seu caminho expositivo aí contido*”.⁸ Muitos dos que acompanhei detinham essa carência, refletida na dificuldade em desarticular a arquitetura lógico-argumentativa erigida pelos autores, para então apreender a tese defendida por eles, perante um tema-problemática. Também é frequente que os estudantes empreendam uma leitura “fragmentada”, circunscrita a observar as “teses ou passagens inferenciais que já lhes são familiares”.⁹ Para que eles superem esses limites, é necessário um *exercício metódico de técnicas de estudo* que, na prática, é realizado através de fichamentos e da entrega de uma dissertação final.¹⁰ Assim, para acompanhar as atividades do PLEA, são imperativos a dedicação, o planejamento e a seriedade.

A primeira atividade que os estudantes devem realizar é o desenvolvimento do “fichamento expresso”, no qual se deve enumerar os parágrafos dos textos lidos e depois reagrupá-los em partes autônomas, consoante *blocos temáticos*. A segunda é o “fichamento detalhado”, no qual o estudante deve enumerar os parágrafos e depois detectar as *tarefas lógico-argumentativas* que alinhavam o conteúdo textual. Nesse fichamento, o importante é capturar a “tessitura expositiva” do discurso, na qual a argumentação é um constructo articulado por meio da relação função-tema. A terceira é o “fichamento sintético”, cujo âmago é o de expor uma apreensão global do texto, perfeita pelos marcadores *tema-problemática, argumentação e tese-posição*.¹¹ Por fim, o estudante deve compor a “dissertação final” (monografia). Essa atividade é cindida em etapas de criação, assistidas e aperfeiçoadas nos grupos de monitoria.

Os monitores são peça fundamental do PLEA, sendo responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes, pela explicação acerca dos fichamentos, pela condução de

7 Ibidem, p. 92.

8 Ibidem, itálicos do autor, p. 93.

9 Ibidem, p. 92.

10 Sobre instrumentos avaliativos, verificar: SACRINI, M; MARCO, V. “Reflexões sobre o aprendizado formal em Humanidades com base no projeto ‘Práticas de leitura e escrita acadêmicas’”. In: *Estudos avançados*, São Paulo, v. 32, n. 93, agosto de 2018, pp. 51-53.

11 Modelos desses fichamentos são resumidos em ibidem. Para o fichamento expresso, verificar as pp. 53-54. Para o fichamento detalhado, verificar as pp. 54-56. Para o fichamento sintético, outrora chamado de “estendido”, conferir as pp. 57-58.

discussões sobre as leituras, pela coordenação do exercício de criação dissertativa, pela organização da comunicação com os estudantes e mais atribuições.¹² A monitoria não deixa de ser uma ótima oportunidade de *ensinar* e, como diria Paulo Freire, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.¹³ Ademais, são nessas atividades coletivas em que o saber é “produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador”,¹⁴ reforçando a autonomia e a dialogicidade das práticas pedagógicas. Juntos, professores, monitores e alunos comungam em prol desse sentido mais amplo de ensino.

A terceira diretriz que norteia o PLEA é a *forma didática híbrida*, composta por aulas expositivas, ministradas por professores, e grupos de discussão, coordenadas por monitores.¹⁵ O destaque nessas interações são os estudantes. Incentivados a participar dos debates e a fazer perguntas, eles são agentes ativos do desenvolvimento de saberes. Nas monitorias, a participação e o comprometimento dos estudantes foram os grandes diferenciais na relação tecida entre eles, os monitores e o desenvolvimento de saberes. O acolhimento é a palavra-chave para entender o alto desempenho dos discentes. Dos treze que eu monitorei, todos tiveram frequência acima de 80%. Todos realizaram a maioria das entregas, com exceção de dois, além de participarem das discussões em grupo, seja por incentivo do monitor, seja por interesse na disciplina. O alto desempenho do alunado também se reflete nas notas. Cinco educandos ficaram com uma média final excelente, seis com uma média muito boa, um razoavelmente bem e o outro foi reprovado. No mais, sete deles expediram uma sanção extremamente positiva sobre o curso, através de comentários e mensagens que parabenizam o trabalho realizado.

A inclusão dos estudantes como protagonistas da criação de saberes é uma característica forte do PLEA. Sem dúvida, para além de ser um curso voltado à crítica metódica, ele é uma prática didática que incute a emancipação intelectual. Imbuídas do construtivismo pedagógico que apregoa o acolhimento, a dialogicidade e a autonomia de pensamento,¹⁶ as práticas de leitura e escritura são transformadas em habilidades potentes para o combate do senso comum acrítico, das ingenuidades e do pensamento simplista.¹⁷

12 Tal dinâmica se assemelha à relatada em: FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. [1996]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 165.

13 FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia* (...). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 [1996], p. 25.

14 Ibidem, p. 39.

15 SACRINI, M; MARCO, V. “Reflexões sobre o aprendizado formal em Humanidades (...)”. In: *Estudos avançados*, São Paulo, v. 32, n. 93, agosto de 2018, pp. 50-51. MARCO, V.; SACRINI, M. “Breves Considerações sobre o Curso (...)”. In: *Revista de Graduação USP*, v. 1, n. 1, julho de 2016, pp. 91-92.

16 Cf.: FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia* (...). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 [1996].

17 A leitura pode ser um processo que desperta problematizações e o “espírito crítico”. Cf.: SACRINI, M. *Leitura e Escrita de Textos Argumentativos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019, pp. 23-32.

Conclusão

A experiência na gestão dos estágios da UnP aponta para as dificuldades dos estudantes em realizar atividades simples, como o preenchimento do TCE e a elaboração de um discurso formal, empregadas na interação em fóruns, escrita de e-mails, projetos, relatórios e outras mais. Oriundos de regiões onde persevera a exclusão social e a econômica, os educandos padecem com a desassistência do aparato público. É a partir da pobreza e da ausência estatal que a Universidade particular de baixo custo prospera como uma “máquina de venda de diplomas”. Um sistema que se nutre do subdesenvolvimento humano é aquilo que interpreto como sendo a miséria na Educação, avaliando a situação empírica à luz dos dizeres que constam na epígrafe deste texto.

Estamos diante de um problema estrutural e, portanto, a mesma dificuldade com a realização de atividades de leitura e escrita vigora na USP, embora em níveis bem distintos. Para remediá-la, o PLEA propõe um percurso pedagógico-acadêmico no qual o exercício metódico de leitura e escrita caminha em direção ao posicionamento crítico e à emancipação intelectual. Se observado em uma perspectiva panorâmica, trata-se de uma iniciativa pontual; entretanto, os impactos são sensíveis. Nesse percurso, o protagonismo dos estudantes é um elemento fundamental de inclusão no desenvolvimento de saberes, instigando a autonomia do alunado. É igualmente através da independência estudantil que ocorre a coformação entre docentes e discentes, gerando uma oportunidade ímpar para que mestres e discípulos repensem os conhecimentos desenvolvidos ou em fase de aquisição. Uma abordagem humanista, capaz de situar os seres humanos no centro dos concertos políticos e sociais, fortalece a ação coletiva e o comprometimento entre professores e estudantes.¹⁸ Não resisto em lembrar de Paulo Freire, defensor de uma conscientização grupal, capaz de realizar a “vocaçao dos homens” para o “ser mais” libertador. Segundo o pensador, é nesse sentido que a Educação cumpre um papel transformador e de emancipação social.¹⁹

Os apólogos do EaD de baixo custo argumentam que o ensino remoto viabiliza o acesso das massas à Educação, promovendo até uma “democratização” de oportunidades. Isso parece indiscutível pois, como já frisado, tais cursos se enraízam nas regiões de pobreza e de ausência estatal, onde raramente um estudante ingressa nas graduações de Universidades públicas. Assim, a outrora Universidade *inacessível* passou a ser mais *acessível*. Nada disso deve ser menosprezado, já que o Brasil tem a necessidade crescente de bacharéis e licenciados.

18 Em parte como destacou Paulo Freire em relação à participação comunitária da organização escolar: FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 [1992], pp. 152-153.

19 FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. [1972]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018, pp. 40-42. Idem, *Pedagogia da autonomia (...)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 [1996], pp. 73-74.

Portanto, as Universidades “de massa” desempenhariam um papel nacional importante. No entanto, meu apelo é o de que essa *inclusão* no Ensino superior, bem como o acesso ao mercado de trabalho mais bem remunerado, caminha de mãos dadas com a *exclusão* social, política e econômica das camadas mais baixas da sociedade. Paradoxalmente, trata-se de uma *inclusão excludente*,²⁰ que reifica as relações humanas e calca as classes mais baixas para as situações de subordinação. Um profissional tecnicista, incapaz de refletir criticamente sobre os desafios contemporâneos, dificilmente disputará os melhores postos de trabalho, tampouco galgará a pirâmide social.²¹

O que vejo no PLEA é o caminho oposto. Por detrás de um curso voltado às práticas de leitura e de escrita acadêmicas, reside a formação de um profissional engajado e crítico, envolto de uma postura humanista. Estamos diante de uma *inclusão inclusiva*, que enaltece o pensamento libertador e a vontade humana, como dispositivos de transformação social. Tal abordagem é desenvolvida graças à autonomia didático-pedagógica, da qual gozam os professores responsáveis pelo curso, monitores e o alunado. Sem liberdade de atuação e incentivos financeiros, estaremos fadados à miséria. Assim, o incentivo à Universidade pública e autônoma é necessário perante os desafios de uma “alma cheia de esperança”, como aduzido na epígrafe deste texto.

20 O conceito é amplamente debatido na Pedagogia. O esforço aqui não é o de aprofundamento teórico; mesmo assim, cabe lembrar destes trabalhos, não necessariamente alinhados com a minha posição: NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. Processos de inclusão excludente presentes no ensino superior privado. In: *Educação e Realidade*, v. 39, n. 4, out/dec., 2014, p. 1209-1228. VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. In: *Verve: Revista semestral autogestionária do Nu-Sol*, n. 20, 2011, p. 121-135. Um panorama teórico e atual pode ser conferido aqui: KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, Jun. 2017.

21 Cf.: FREIRE, P. *Pedagogia da esperança* (...). [1992]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 186.

Autonomia Universitária

: o retrovisor que persiste em nortear o século XXI

Flávia Calé da Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (PPGHE-USP) e presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)

Resumo

O tema da autonomia universitária demanda a compreensão da formação tardia da instituição universitária no Brasil, que é elemento-chave para seu enraizamento insuficiente na sociedade e, portanto, a baixa compreensão do seu propósito para o desenvolvimento da nação. A hipótese trabalhada é que seria essa a chave explicativa da sua vulnerabilidade, especialmente, no que tange à questão democrática. Para compreender melhor essa relação, esse artigo realiza uma breve recomposição histórica da Universidade no Brasil. Aponta desafios para a efetividade da autonomia universitária. Analisa a abordagem feita pelo STF acerca da utilização da Lei da Lista Tríplice e seus mecanismos de cerceio a democracia. Por fim, compreende que ao longo de sua trajetória no Brasil até os dias atuais, a autonomia universitária é fortemente questionada, especialmente, em momentos de recrudescimento político.

Palavras-chave Autonomia Universitária – Autoritarismo – STF – Lista tríplice.

Abstract

The university autonomy theme demand understanding about the late formation of university institution in Brazil, it's a key element to insufficient rooting of the society and, therefore, the low comprehension of this purpose to national development. The hypothesis that has worked is this the explicative key of your vulnerability, especially, in reference to the democratic issue. Towards this relation n to be better understood, this article makes a little historic recomposition about the university in Brazil. It aims defiance to the effectiveness of university autonomy. It analyses the approach have done by STF about of use of the Triple List Law and your engine to democracy retrenchment. Ultimately, it understands that along with your trajectory in Brazil until the current day, the university autonomy is a lot questioned, particularly, in political hard moments.

Keywords University Autonomy – Authoritarianism – STF.

Submissão

22/12/2020

Publicação

02/01/2021

O artigo nº 207 da CRFB, que confere autonomia às universidades brasileiras, completou 32 anos, junto com a constituição cidadã de 1988, e os desafios que se apresentam, hoje, para o seu exercício dizem muito sobre a trajetória da implantação da instituição universitária no país. Um processo relativamente recente e permeado por interrupções de caráter autoritário do Estado brasileiro.

É notório o nosso retardamento quando comparamos a instalação do empreendimento universitário no Brasil em relação ao restante do continente americano. Data do século XVI a primeira instituição universitária na ilha do Haiti, seguida pela Universidade de São Marcos no Peru e a Real e Pontifícia no México. No século XVII, foram criadas a Universidade de Harvard nos EUA, Córdoba na Argentina, Universidade Maior Real e Pontifícia de São Francisco Xavier na Bolívia e a Universidade de São Carlos na Guatemala. No século XVIII foram fundadas universidades em Princeton, Yale, Columbia, Pensilvânia, dentre outras, nos EUA. Na América do Sul México, Venezuela, Chile e Cuba fundavam ou criavam novas instituições universitárias.¹

No Brasil, neste mesmo período, houve algumas malogradas tentativas de implementar uma estrutura holística de produção de conhecimento. No século XVI tentou-se com o padre jesuíta Marçal Beliarde, no XVIII encontramos no escopo do projeto dos inconfindentes mineiros a criação de uma universidade brasileira, e em 1808, com vinda da Família Real para o Brasil, comerciantes da Bahia ofereceram a criação de universidade como forma de atrair a fixação da corte. Ao longo do XIX, esboçou-se o debate sobre o tema na Constituinte de 1823, em 1870 com Paulino José Soares de Souza e durante o Congresso de Instrução em 1883. Todas sem êxito.²

Em 2020, comemoramos o centenário da Universidade do Brasil, hoje a UFRJ. Sua formação em 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro (URJ), foi fruto da aglutinação de três faculdades isoladas: a Escola de Engenharia de 1810, a Faculdade de Medicina de 1832 e a Faculdade de Direito de 1891. Essa união se deu, sem, necessariamente, a formação de um corpo coeso e integrado como se espera de uma universidade. Pelo contrário, continuaram atuando como escolas isoladas, voltadas à formação profissional e, portanto, trabalhando as diferentes áreas do conhecimento de maneira fragmentada.³

1 CAMPOS, Ernesto de Souza. “Origem, evolução e desenvolvimento da instituição universitária brasileira – Depoimento”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. LXVII, 1970.

2 CAMPOS, Ernesto de Souza. “Origem, evolução e desenvolvimento da instituição universitária brasileira – Depoimento”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. LXVII, 1970.

A longevidade das experiências universitárias em outros países contribuiu para introjetar no projeto dessas nações e nos valores de seus povos o sentido mais profundo da missão das universidades, qual seja, a pavimentação do progresso da ciência e elevação cultural de uma sociedade. No Brasil, desde seu nascedouro, verificamos um processo tardio, marcado pela fragmentação institucional e por forte intervenção autoritária. Como por exemplo, na Universidade do Distrito Federal, idealizada por Anísio Teixeira, cujo projeto original sucumbiu diante da forte oposição de setores conservadores, como a Igreja católica e o regime autoritário do Estado Novo, que a extinguiu sumariamente.⁴

Sob a égide da ditadura militar (1964-1985), um conjunto de normas voltadas à regulamentação das universidades foram expedidas, como o decreto-lei nº 53/1966, nº 252/1967, os planos de cooperação com a agência americana USAID, o Plano ATCON de 1966 e o Relatório Meia Matos. Foi, entretanto, em 1968 que se deram as medidas mais importantes através da institucionalização da pós-graduação e da reforma universitária MEC-USAID, cujos traços principais são o elitismo e novamente, o autoritarismo.⁵ O estabelecimento da lista tríplice para indicação de reitor se consolidou no artigo 16 da Lei Federal N. 5540/1968.

O reconhecimento na natureza institucional da universidade e dos fundamentos necessários ao seu funcionamento foi possível apenas no final da década de 80, após a superação dos anos de ditadura. O Artigo 207 da CRFB dispõe sobre a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e consolida a indissociabilidade entre o tripé ensino-pesquisa-extensão como princípio a ser obedecido.

Como já alertava Simon Schwartzman,⁶ a autonomia universitária corre dois riscos: um de nunca ser efetivada na prática, outro a confusão entre autonomia e apartamento do controle social. Caberia, portanto, ao Congresso Nacional aprovar uma lei complementar para regulamentar o art. 207 da CRFB e melhor definir os limites e alcances do dispositivo constitucional. Em que estivessem melhor acomodadas, numa forma administrativa que atenda às singularidades de uma instituição que produz ciência e tem planejamentos próprios

3 OLIVEIRA, Antônio José Barbosa. “Uma breve história da UFRJ”. Disponível em: «<https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/>». Acesso em: 12/2020.

4 VICENZI, Leticia Josephina Braga de. “A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil”. *Forum Educacional*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, jul./set. 1986. Disponível em: «<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/fran/artigos/federal.html>». Acessado em: 12/2020.

5 FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque. “A Universidade do Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. *Educar em Revista*, n. 68, Jul/Dez. 2006. Disponível em: «http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003». Acessado em: 12/2020.

6 SCHWARTZMAN, Simon. “A autonomia universitária e a Constituição de 1988”. Disponível em: «<http://www.schwartzman.org.br/simon/cont88.htm>». Acessado em: 12/2020.

de acordo com seus desafios acadêmicos e de desenvolvimento da sociedade em que está inserida.

Autonomia universitária e a questão democrática no Brasil

Muitos são os desafios para serem enfrentados na regulamentação do artigo 207. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) tem uma proposta de Reforma Universitária, assim como a União Nacional dos Estudantes (UNE). No entanto, abordaremos prioritariamente os argumentos que dizem respeito à questão democrática. Por serem dínamos de projetos de desenvolvimento soberanos e guardiães do pensamento crítico, entendemos que em momentos de recrudescimento político, as instituições universitárias viram alvo de governos autoritários.

Na UFRJ, o último diretor biônico, imposto pela ditadura militar, foi exonerado apenas em 2005.⁷ Foi lá, também, que Fernando Henrique Cardoso indicou o menos votado na lista tríplice para a reitoria, José Henrique Vilhena, em 1998, levando a um intenso processo de mobilização da comunidade universitária. Embora não tivesse sido a regra ao longo dos 30 anos de vigência da constituição, os anos 90 foram tempos de avanço neoliberal e a universidade um entrave ao projeto em curso.

O período iniciado pela eleição de Lula e seguiu-se com Dilma foi marcado pelo fortalecimento do ensino superior público. O aumento crescente dos investimentos permitiu a recuperação da capacidade de planejamento e um virtuoso ambiente de debate sobre a Reforma Universitária. O REUNI, programa de reestruturação e expansão das universidades federais, foi uma verdadeira alavanca para debate a missão da universidade e sua vinculação com os grandes desafios brasileiros. Os PDIs, Planos de Desenvolvimento Institucionais, foram retomados, mobilizando o conjunto da comunidade acadêmica para essa formulação.

Novos cursos, com currículos renovados, foram abertos por todo o interior do país. Novas universidades criadas. Novas vagas foram ofertadas em cursos noturnos, otimizando uma imensa capacidade produtiva que estava inerte, democratizando à classe trabalhadora o acesso ao bem mais precioso: o conhecimento. Tudo isso deu mais vitalidade ao exercício da autonomia universitária. Todos os candidatos/as a reitor mais votados nas consultas públicas realizadas entre a comunidade acadêmica foram nomeados pelo Presidente da República.

Embora tenham sido respeitadas as indicações, a regra da lista tríplice jamais foi reformulada. Sempre foi uma agenda forte das entidades educacionais e sindicais o fim da lista

7 ANDIFES, “Reforma universitária: proposta da ANDIFES para a reestruturação da Educação Superior no Brasil”. http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1364828028PropostaAndifes.pdf. Acessado em: 12/2020.

tríplice e a possibilidade de eleição direta para reitor, porém nunca avançamos estruturalmente nesse tema.

Desta maneira, estamos mais uma vez sob o espectro de retrocessos democráticos no Brasil. A ascensão da extrema direita tem como marco as subversões do estado democrático de direitos promovidos pela Operação Lava Jato, perpassaram pelo golpe que levou à deposição de Dilma, em 2016, e tem seu ponto alto na eleição de um governo de feições fascistas, em 2018.

Novamente voltam-se as miras para a universidade. Dessa vez, com a virulência presenciada, apenas, durante a ditadura militar. É preciso que se diga que órgãos vinculados ao poder judiciário realizam um verdadeiro cerco às universidades há algum tempo. Os tentáculos do lavajatismo levaram à perseguição à dirigentes das IFES. O caso emblemático foi perseguição ao Professor Cancellier, ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, que culminou no seu suicídio em outubro de 2017. O ex-reitor foi preso temporariamente, sem condenação, em operação espetacular e com evidências de abuso e ilegalidades. As investigações contra ele foram encerradas em 2020 e não foram encontrados sequer indícios de seu envolvimento com qualquer ato ilícito. O mesmo ocorreu em outras universidades, como a condução coercitiva de dirigentes da UFMG, em dezembro de 2017, igualmente inocentados após tentativas públicas de desmoralização da instituição.

Ainda durante o segundo turno das eleições de 2018, as universidades públicas foram vítimas de ações policiais ordenadas pelos tribunais regionais eleitorais por todo o país, sob acusação de propaganda eleitoral irregular. A medida coordenada foi considerada censura, por parte da comunidade acadêmica e mereceu repúdio também por parte do poder judiciário. Foi o caso do Supremo Tribunal Federal, em que a Ministra Carmem Lúcia suspendeu a ação por decisão monocrática, referendada posteriormente por unanimidade pelo plenário da corte.

No julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 548/2018,⁸ houve uma defesa contundente do STF dos princípios que regem a autonomia universitária e nos princípios sob os quais se resguardam o ensino no Brasil. O ministro Celso de Melo condena a ação policial como pode ser analisado no trecho a seguir:

Princípios constantes do rol do artigo 206 da Constituição visam a garantir que o ensino não se revista apenas do caráter informativo, mas, sobretudo, da formação de ideias à luz dos princípios-base que emanam da Constituição e irradiam por todo o ordenamento; entre eles, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, assim como o respeito ao pluralismo de ideias e ao debate.

8 Medida Cautelar do STF na ADPF 548/2018, relatado pela ministra Carmem Lúcia, em 27 de outubro de 2018. Disponível em: «<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15338951141&ext=.pdf>». Acessado em: 12/2020.

No parecer da ministra Carmem Lúcia, compreende as eleições como momento de livre debate de ideias, completamente pertinente ao espaço universitário.

O processo eleitoral, no Estado democrático, fundamenta-se nos princípios da liberdade de manifestação do pensamento, da liberdade de informação e de ensino e aprendizagem, da liberdade de escolhas políticas, em perfeita compatibilidade com elas se tendo o princípio, também constitucionalmente adotado, da autonomia universitária. Por eles se garante a liberdade de escolha política sem o que não se tem processo eleitoral plural, como inerente à democracia a ser construída e garantida e no qual comparece a eleição como instrumento imprescindível à sua dinâmica. *Sem liberdade de manifestação, a escolha é inexistente.* O que é para ser opção, transforma-se em simulacro de alternativa. O processo eleitoral transforma-se em enquadramento eleitoral, próprio das ditaduras. Por isso, toda interpretação de norma jurídica que colida com qualquer daqueles princípios, ou, o que é pior e mais grave, que restrinja ou impeça a manifestação da liberdade é inconstitucional, inválida, írrita.⁹

Em outro trecho aponta que a *“Liberdade de pensamento não é concessão do Estado. É direito fundamental do indivíduo que a pode até mesmo contrapor ao Estado”*, e ainda que, o *“Exercício de autoridade não pode se converter em ato de autoritarismo”*.

O STF precisou dizer o óbvio, de difícil compreensão na sociedade brasileira de fraca tradição da instituição universitária, que *“o pluralismo de ideias está na base da autonomia universitária como extensão do princípio fundante da democracia brasileira, que é exposta no inc. V do art. 10. da Constituição do Brasil”*.

Ataques financeiros contra a autonomia universitária

Sob o governo eleito de Bolsonaro, o cenário de perseguição se agravou. Do ponto de vista da autonomia de gestão financeira, prevista na Constituição, coube ao projeto denominado Future-se a tentativa de desmantelamento. Sob pretexto da baixa capacidade de financiamento público e necessidade de buscar financiamento privado para investimentos em pesquisa, buscou-se mudar a forma de gestão das universidades a partir da utilização de organizações sociais (OSs), adoção de CLT fragilizando a condição do funcionalismo público e a captura de todo patrimônio das universidades para investimentos em fundos patrimoniais privados. Além, obviamente, dos cortes orçamentários ancorados em justificativas ideológicas de que as universidades são espaços de promoção de “balbúrdias”.

Abriu-se espaço para que outros modelos de instituições universitárias como as estaduais paulistas, também tivessem a sua autonomia financeira questionada a partir do projeto de lei

9 Grifos da autora.

529/2020, apresentado pelo Governo Estadual à Assembleia Legislativa. A iniciativa foi derrotada diante de grande mobilização da comunidade científica e acadêmica.

Lista Tríplice e seus mecanismos de cerceamento da democracia

Os maiores prejuízos às universidades permanecem na tentativa de desmoralizá-las e enfraquecê-las do ponto de vista democrático. Existe, hoje, uma percepção mais nítida da utilização do abuso de poder político para intervir de maneira excessiva nas IFES. A principal trincheira tem sido a possibilidade de através da lista tríplice, a imposição de reitores não eleitos pelas comunidades acadêmicas pela presidência da República.

Ao final do ano de 2020, contamos com 19 universidades e institutos federais com algum grau de intervenção. Foram 13 universidades em que os candidatos a reitor mais votados não foram nomeados, quais sejam: Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Fronteira Sul, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade do Sul e Sudeste do Pará, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Itajubá.

Temos seis universidades sob o comando de reitores temporários. Na Universidade Federal da Grande Dourados o reitor nomeado sequer faz parte da lista tríplice, bem como na Universidade Federal da Paraíba. Também estão sob comando temporário a Universidade Federal de Sergipe, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, CEFET – RJ, Instituto Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Vale do São Francisco. Na Universidade Federal de São Carlos a comunidade acadêmica ainda aguarda a nomeação do próximo reitor.

A lista tríplice, dispositivo herdado da ditadura, retorna no século XXI como principal mecanismo de excesso de controle governamental das universidades. Diante do cenário complexo, algumas iniciativas foram construídas para impedir que tais intervenções vingam ou se ampliem. São elas a Ação Direta de Inconstitucionalidade 6565/2020¹⁰ e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 759/2020¹¹ movida pela Ordem dos Advogados do Brasil.

A ADI 6565/2020 iniciou o julgamento virtual do STF e foi encaminhada para o plenário presencial. Sua previsão de continuidade de votação é apenas junho de 2021.

¹⁰ Disponível em: «<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6009885>». Acessado em: 12/2020.

¹¹ Disponível em: «<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6045159>». Acessado em: 12/2020.

Enquanto em debate, configurava-se uma opinião majoritária de declarar inconstitucional a indicação de reitores que não foram eleitos democraticamente por suas universidades.

O relator da ADI, ministro Edson Fachin, em seu parecer faz importantes apontamentos. Ao historicizar a trajetória da legislação que confere às universidades autonomia, situa o contexto histórico em que cada medida foi editada e a qual interesse atendia, de tal maneira, que deixa evidente seus limites diante das novas pactuações forjadas na Constituição de 1988.

Com as devidas vênias àqueles de entendimento contrário, entendo que a autonomia universitária da Lei nº 5.540/1968 era condicionada por lei ordinária, verdadeira concessão do poder executivo que restringia o espaço de liberdade à fórmula “na forma da lei”. A seu turno, o art. 207, interpretado em sua legítima concorrência com os demais princípios constitucionais, deve significar, em abstrato, o estabelecimento de três balizas: a) a autonomia universitária representa garantia institucional das universidades, sendo, portanto, oponível a eventuais violações por parte do poder público; b) a autonomia universitária é princípio constitucional, logo, desempenha papel hermenêutico na integridade do direito pátrio; c) a autonomia universitária não é delimitada por lei, mas pela própria Constituição da República brasileira que fundou alicerces no Estado de Direito democrático com os moldes dos objetivos e fundamentos explicitados em 1988, e assim qualquer intervenção do poder público que afaste sua aplicação deve estar amparada por princípio de idêntica estatura, e se mostrar adequada, necessária e proporcional.

No caso da ADPF 759/2020, até a conclusão deste artigo, apenas proferiu voto o também relator da arguição, o Ministro Edson Fachin. No seu parecer, compreende que a nomeação de Reitores e vice-reitores não eleitos está circunscrita na categoria de “lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público”. Perpassa a ideia de que a demora na conclusão do julgamento da ADI 6565/2020 e a consolidação de um entendimento sobre o tema possa “acarretar o perecimento de direitos” e consequências “trágicas nos destinos das atividades de ensino, pesquisa e extensão” desenvolvidas nessas instituições e no “esgarçamento do tecido social nas universidades que tiveram sua manifestação de vontade popular preterida”.

Fachin compreende que as universidades não podem sofrer qualquer ingerência de entes estranhos, já que parte do seguinte princípio:

Entendo que, de modo absolutamente único em nossa história institucional, a Constituição de 1988 elevou o princípio da autonomia universitária à estatura constitucional e, por conseguinte, modificou por completo o horizonte normativo no qual ele se inseria desde, ao menos, as reformas universitárias da década de 1930. Em outras palavras, a autonomia universitária deixou de ser um mecanismo de programação e autocontenção do Poder Executivo, transformando-se, em memória das condenáveis violações de direitos humanos ocorridas durante a Ditadura Militar brasileira, em verdadeira garantia constitucional contra ingerências de natureza política. Não por

outra razão, a melhor literatura classifica as instituições universitárias públicas como “autarquias especiais”.

Propõe, ainda, a superação do entendimento da ADI 51/1989 que não reconhece como legítima a eleição direta para reitor por se sobrepor a prerrogativa de nomeação facultada ao Presidente da República. Reconhece que os debates sucedidos à ADPF 548/2018 criam uma linha jurisprudencial que sinalizam no sentido da “*autonomia universitária entendida como garantia contra a ingerência de poderes estranhos à lógica universitária*”.

Desta maneira, o ministro Edson Fachin conclui ser inconstitucional o art. 16, I, da Lei nº5.540/1968, o art. 1º do decreto Federal nº1.916, de 23/05/1996, que sustentam, hoje, o formato de indicação para Reitorias nas Universidades.

Considerações finais

O STF, nas medidas supracitadas, revisitou o tema da autonomia universitária e ofereceu um robusto repertório para consolidarmos de uma vez por todas a natureza singular da instituição universitária e assegurar sua perenidade.

As votações da ADI 6565/2020 e mesmo, da ADPF 759/2020, àquela vinculada, poderão constituir passos fundamentais no entendimento mais nítido da autonomia universitária e superando a contradição entre autonomia e soberania. Mas o principal, consolidar, finalmente, uma cultura universitária democrática e profundamente vinculada aos desafios do desenvolvimento nacional em nosso país.

Vivemos sob flagrante ameaça democrática ao nosso país, sobretudo, motivada pelas ações do poder executivo, cujas intervenções nas universidades são apenas uma grave dimensão. O contrapeso dos poderes instituídos como o Congresso Nacional e o STF, devem ser balizas que protejam o regime democrático brasileiro. Resguardar a autonomia universitária constitui um desses desafios democráticos do nosso tempo.

A questão da Autonomia Universitária e suas vicissitudes na universidade brasileira

Dermeval Saviani

Pesquisador Emérito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenador Geral do HISTEDBR e Professor Titular Colaborador Permanente da Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Resumo

Partindo da origem e desenvolvimento da instituição universitária e da indicação dos modelos básicos de sua organização, este artigo aborda, no segundo momento, a trajetória da universidade no Brasil para, no terceiro momento, tratar das vicissitudes do princípio da Autonomia Universitária na educação brasileira. Finalmente, à guisa de conclusão, abre uma discussão sobre o significado da Autonomia Universitária e as condições para sua implementação na universidade brasileira.

Palavras-chave Educação brasileira – Universidade – Autonomia Universitária.

Abstract

Starting from the origin and development of the university institution and the indication of the basic models of its organization, this article discusses, in the second moment, the trajectory of the university in Brazil to, in the third moment, address the vicissitudes of the principle of University Autonomy in Brazilian education. Finally, by way of conclusion, opens a discussion about the meaning of University Autonomy and the conditions for its implementation in the Brazilian university.

Keywords Brazilian Education – University – University Autonomy.

Submissão

22/12/2020

Publicação

09/01/2021

1. Origem e situação atual da universidade¹

Embora se possa encontrar referência a universidades desde o ano 737 no mundo árabe, a universidade considerada a mais antiga é a de Bolonha pois, ao que consta, foi com sua criação que surgiu o termo “universidade”.

A Universidade de Bolonha data do final do século XI, mais precisamente, do ano de 1088, quando se pode constatar, através de documentos, o ensinamento de Irnério se desenvolvendo, na relação com seus alunos, com as características próprias daquilo que veio a definir a natureza da instituição universitária, conforme esclarece Gian Paolo Brizzi, principal historiador das universidades na Itália.²

Além da Universidade de Bolonha cabe destacar a Universidade de Paris criada junto à Basílica de Notre Dame por volta da segunda metade do século XII. Enquanto a universidade de Paris se projetou pelos estudos de teologia, Bolonha se notabilizou pelos estudos jurídicos. De fato, o grande acontecimento, o “milagre bolonhês”, que deu origem à Universidade de Bolonha foi a “redescoberta integral do *corpus Iuris Civilis*, a sua reconstituição filológica e a invenção de um novo sistema para o estudo jurídico: a glosa.”³

Em Bolonha, assim como na Itália em geral, predominou o espírito laico, ao passo que na França e na Alemanha prevaleceu a iniciativa clerical.⁴ Por outro lado, se a universidade de Paris se constituiu como corporação de professores que incorporou, sob sua direção, também os estudantes, Bolonha se organizou como corporação de estudantes que contratava os mestres exigindo deles a prestação dos cursos previstos.⁵

Sobre a origem da instituição universitária cabe ainda destacar suas diferentes formas. Assim, algumas universidades como Bolonha, Paris e Oxford nasceram espontaneamente (*ex consuetudine*) ao passo que outras surgiram por iniciativa papal ou principesca (*ex privilegio*) como é o caso da universidade de Nápoles fundada por Frederico II em 1224, tendo em vista o objetivo de formar funcionários para a burocracia governamental. Também a Universidade de

1 Neste e no próximo item retomo aspectos desenvolvidos em SAVIANI, Dermeval. “Universidade hoje: mutações de uma instituição milenar”. In: MACIEL, Adriana M. da Rocha *et alii* (org.). *Universidade Hoje: o que precisa ser dito?* Santa Maria: Editora UFSM, 2012, p. 169-182.

2 Esses esclarecimentos foram prestados ao autor em entrevista concedida pelo Prof. Gian Paolo Brizzi, em 02/02/1995, no Departamento de História da Universidade de Bolonha.

3 DOLCINI, Carlo. “Pepo, Irnerio, Graziano. Alle origini dello ‘Studium’ di Bologna”. In: CAPITANI, Ovidio (a cura di). *L’Università a Bologna. Personaggi, momenti e luoghi dalle origini al XVI secolo*. Bologna: Edizioni Amilcare Pizzi, 1987, p. 17.

4 CLAUSSE, Arnould. In: DEBESSE, Maurice e MIALARET, Gaston. *Tratado das ciências pedagógicas, vol. 2 (História da Pedagogia)*. São Paulo: Nacional/Ed. USP, 1977, p. 164-167.

5 VERGER, Jacques. In: MIALARET, Gaston; VIAL, Jean. *Histoire mondiale de L’Education*. Paris: PUF, vol. 1, 1981, p. 289-291.

Salamanca foi criada em 1218 por Afonso IX, rei de León, como “Estudo Geral” e transformada em Universidade por Afonso X, o sábio, rei de Castela e León. Em 1255 o título de Universidade foi confirmado por Bula Papal de Alexandre IV. Outra forma de surgimento de universidades era por migração (*ex migratione*) como ocorreu com a Universidade de Pádua, que se constituiu por migração de Bolonha, isto é, através de estudantes e professores que, em razão de conflito com a administração comunal, se transferiram para Pádua dando origem, ali, a uma nova universidade a partir de 1222; o mesmo ocorreu com a Universidade de Cambridge que nasceu em 1208 por migração de Oxford, sendo oficialmente reconhecida apenas em 1318.⁶ A primeira universidade em Portugal foi instituída por D. Dinis em 1290, em Lisboa, sendo transferida para Coimbra em 1308 pelo mesmo D. Dinis. Regressou a Lisboa por ordem de D. Afonso IV em 1338, voltou a Coimbra em 1354, mas retornou a Lisboa por iniciativa de D. Fernando em 1377. Finalmente, D. João III a fixou definitivamente em Coimbra em 1537.⁷

As universidades de Bolonha e de Paris se constituíram em referência para o reconhecimento das novas instituições que, via de regra, as tomavam como modelos:

Paris e Bolonha foram os protótipos das universidades medievais. Paris, chamada por Mullinger de “o Sinai da instrução” na Idade Média, serviu de modelo para as universidades de Oxford e Cambridge na Inglaterra; de Praga, Viena, Heidelberg e Colônia na Alemanha, enquanto Bolonha inspirou principalmente as universidades da Itália, exceto a de Nápoles, as de Montpellier e Grenoble na França, e outras.⁸

Surgidas na Idade Média as universidades se constituíram como corporações destinadas à formação dos profissionais das “artes liberais”, isto é, intelectuais, por oposição àqueles das “artes manuais” que eram formados nas corporações de ofício.

Vemos que a questão da autonomia já começa a se pôr para as universidades desde suas origens. Com efeito, a migração de Bolonha que deu origem à Universidade de Pádua decorreu das pressões do poder comunal (municipal) para controlar a universidade. E, no caso da Universidade de Paris, professores e estudantes conviveram com as pressões, seja do poder secular, seja da Igreja. Assim, “para escapar à polícia e à justiça do rei”,⁹ mestres e alunos se apoiavam na Igreja. Mas em breve eles sentiriam os efeitos dessa dependência em relação à Igreja sobre sua autonomia e sua liberdade intelectual. A principal resistência contra a autonomia de mestres e estudantes veio do Bispo de Paris e do Chanceler de Notre-Dame. Assim, por volta de 1170 “apareceu a primeira forma – ainda embrionária – de associação

6 VERGER, Jacques. *As universidades na Idade Média*. São Paulo: Ed. UNESP, 1990, p. 41-45.

7 NUNES, Ruy Costa. *História da educação na Idade Média*. São Paulo: EPU/Edusp, 1979, p. 220.

8 *Ibidem*, p. 219.

9 VERGER, Jacques. *As universidades na Idade Média*. São Paulo: Ed. UNESP, 1990, p. 33.

entre os mestres das escolas parisienses.”¹⁰ Eis porque se considera o ano de 1170 como o marco de surgimento da Universidade de Paris. E foi justamente no Papa que “os mestres e estudantes parisienses dispuseram de um aliado todo-poderoso”:

As razões que levaram os papas do século XIII, e em primeiro lugar Inocêncio III, a se mostrarem, diante desse movimento inovador que era o desenvolvimento das universidades, mais benévolos do que os bispos, podem ser concebidas: desejo de, graças às universidades, aumentar a centralização da Igreja, desejo de dotar a cristandade de grandes centros de estudos e de pesquisas religiosas diretamente ligadas ao papado, nesses anos em que o que fora adquirido na Reforma do século XI esgotara-se claramente. É certo, em todo o caso, que o auxílio trazido pelos papas aos mestres parisienses não era desinteressado e que, se lhes permitiam escapar à jurisdição do bispo e de seu chanceler, era para colocá-los sob o controle direto da Santa Sé.¹¹

A partir dessa origem medieval a universidade foi se desenvolvendo e se constituindo como o lugar principal da realização de pesquisas até que, no final do século XVIII e início do século XIX, ocorre um distanciamento entre, por um lado, os currículos tradicionais originários da Idade Média, centrados na teologia, direito e medicina, aliados aos que posteriormente foram introduzidos a partir do antigo sistema das artes liberais acrescidos de estímulos novos provenientes das Academias (filosofia e filologia clássica e moderna) e, por outro lado, os currículos mais novos, de caráter técnico-científico, próprios de um período em que o artesanato já havia sido suplantado pela manufatura e, em seguida, pela grande indústria implantada em consequência da revolução industrial.¹² E foi justamente nesse momento que a universidade se despiu de sua crosta medieval, dando origem à universidade moderna. Isso pode ser constatado com as universidades italianas que mantiveram seu caráter medieval até o início do século XIX, então rompido sob pressão do modelo napoleônico. Essa transformação pode ser ilustrada com o caso da Universidade de Pádua que na última década do século XVIII era ainda “uma universidade medieval numa época moderna”, vindo a se modernizar apenas com o domínio de Napoleão no então Reino de Itália, entre 1805 e 1813.¹³ Pode-se, pois, dizer que a universidade, tal como a conhecemos atualmente, teve a sua configuração institucional definida na primeira metade do século XIX.

É também nesse momento que se configuram os três grandes modelos de universidade: o napoleônico, o anglo-saxônico e o prussiano. Este último se caracterizou com a fundação da Universidade de Berlim por Humboldt, em 1810. Por isso esse modelo é também chamado de humboldtiano. A origem desses modelos se assenta nos elementos básicos constitutivos das

10 VERGER, Jacques. *As universidades na Idade Média*. São Paulo: Ed. UNESP, 1990, p. 34.

11 *Ibidem*, p. 35.

12 SANTONI RUGIU, Antonio. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998, p. 108-111.

13 GHETTI, Maria Cecília. *L'Università di Padova tra Repubblica Veneta e Restaurazione (1790-1817)*. Università di Padova, tesi di Laurea, 1982, p. 1-101, 214-312.

universidades contemporâneas: o Estado, a sociedade civil e a autonomia da comunidade interna à instituição. Esses elementos nunca aparecem de forma isolada. Conforme prevaleça um ou outro, tem-se um diferente modelo institucional. A prevalência do Estado dá origem ao modelo napoleônico; prevalecendo a sociedade civil tem-se o modelo anglo-saxônico; e sobre a autonomia da comunidade acadêmica se funda o modelo prussiano.¹⁴

Este último modelo, baseado na autonomia da comunidade interna, isto é, dos professores, propiciou o desenvolvimento mais intenso da pesquisa científica. Com a diáspora de cérebros provocada pelo nazismo, especialmente para os Estados Unidos, pode-se creditar ao modelo universitário dominante na Alemanha o impulso decisivo que se imprimiu ao desenvolvimento científico da maior potência mundial no século XX.

Entretanto, as universidades europeias vêm passando, desde a última década do século XX, por um processo de significativa mutação da qual é expressão o chamado “Processo de Bolonha”.

2. As universidades no Brasil: visão sintética

Embora alguns dos colégios jesuítas no período colonial mantivessem cursos de filosofia e teologia, o que dá respaldo à tese de que já existia ensino superior nessa época no Brasil, os cursos superiores propriamente ditos começaram a ser instalados a partir de 1808 com a chegada de D. João VI quando, em consequência do bloqueio napoleônico a Portugal, o Brasil se transformou na sede do império português. Surgiram, então, os cursos de engenharia da Academia Real da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), o Curso de Cirurgia da Bahia (1808), de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), de Medicina (1809), também no Rio de Janeiro, de Economia (1808), de Agricultura (1812), de Química (química industrial, geologia e mineralogia), em 1817, e o Curso de Desenho Técnico (1818). Vê-se que se tratava de cursos superiores isolados, isto é, não articulados no âmbito de universidades, no espírito das “aulas régias” instituídas pelas Reformas Pombalinas da Instrução Pública.

Após a independência, por decreto de D. Pedro I de 11 de agosto de 1827, foram criadas, nesse mesmo ano, as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda sendo que esta última foi transferida para Recife em 1854. Em 1934, com a fundação da Universidade de São Paulo, a Faculdade de Direito de São Paulo, sediada no Largo de São Francisco, a ela foi incorporada, o mesmo tendo ocorrido com a Faculdade de Direito do Recife, que se incorporou à Universidade Federal de Pernambuco, criada em 1946.

¹⁴ PIZZITOLA, A. “Autonomia e ‘necessità’ alle origini dele Università contemporanee”. In: DE VIVO, Francesco; GENOVESI, Giovanni (a cura di). *Cento anni di università*. Napoli: Ed. Scientifiche Italiane, 1986, p. 146.

De modo geral, aos cursos criados por D. João VI – acrescidos do alargamento da Academia de Medicina para abranger cursos de Farmácia, Obstetrícia e Odontologia, mais alguns cursos na área de engenharia – e às duas mencionadas faculdades de direito, resume-se o ensino superior no Brasil até o final do Império. Duas características lhes são comuns: trata-se de cursos (ou faculdades) isolados e são todos eles públicos; mantidos, portanto, pelo Estado. Mas já no final do império ganhou força o movimento pela desoficialização do ensino, que era uma bandeira dos positivistas, e pela defesa da liberdade do ensino, uma bandeira dos liberais.

Essa influência do positivismo, que marcou a proclamação da república brasileira a ponto de deixar inscrito na bandeira nacional o lema “ordem e progresso”, foi uma característica do século XIX em decorrência da incorporação dos conhecimentos científicos ao desenvolvimento econômico capitalista. No Brasil, porém, a presença do positivismo, mais do que estimular a visão cientificista, teve como resultado a redução do protagonismo do Estado na educação, de modo geral, e, especificamente, no desenvolvimento do ensino superior.

Assim, nas primeiras décadas republicanas, arrefeceu-se a iniciativa oficial e começaram a surgir instituições particulares de ensino superior, tais como a Universidade do Paraná que, fundada em 1912, foi desativada em 1920 por indução do governo federal, e a Universidade de Manaus, criada em 1909, mas dissolvida em 1926 com o esgotamento do ciclo econômico da borracha.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul surgiu da Escola de Farmácia e Química, criada em 1895, e da Escola de Engenharia, fundada em 1896. A essas se seguiram, em 1900, as Faculdades de Medicina e de Direito. Em 1934, essas escolas, acrescidas das Faculdades de Agronomia e Veterinária, de Filosofia, Ciências e Letras e do Instituto de Belas Artes, constituíram a Universidade de Porto Alegre, transformada, em 1947, na Universidade do Rio Grande do Sul, que foi federalizada em 1950.

A de Minas Gerais surgiu em 1927 por iniciativa privada, contando com subsídio do governo estadual, e foi federalizada em 1949, dando origem à atual Universidade Federal de Minas Gerais.

A Universidade da Bahia foi constituída em 1946 incorporando as Escolas de Cirurgia, criada em 1808, Farmácia (1832), Odontologia (1864), a Academia de Belas Artes (1877), Direito (1891) e a Politécnica (1896), acrescidas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1941. Em 1950, ela foi federalizada transformando-se na atual Universidade Federal da Bahia.

A Universidade do Rio de Janeiro foi constituída em 1920 pela reunião da Faculdade de Medicina e Cirurgia surgida dos cursos criados por D. João VI em 1808, e da Escola Politécnica, cuja origem remonta à fundação, em 1792, da Real Academia de Artilharia,

Fortificação e Desenho e da Faculdade de Direito, criada em 1882. A essas unidades universitárias foram acrescidas, posteriormente, a Faculdade Nacional de Belas Artes e a Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1937, passou a se chamar Universidade do Brasil e, em 1965, recebeu o nome atual de Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Foi após a Revolução de 1930 que se retomou o protagonismo do Estado nacional na educação com a criação, já em outubro desse ano, do Ministério da Educação e Saúde Pública e com os decretos da chamada Reforma Francisco Campos, em 1931, entre os quais se situam o que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras e o que reformou a Universidade do Rio de Janeiro.

Efetivamente, foi a partir da aprovação do Estatuto que as universidades começaram a se caracterizar mais claramente no Brasil, tendo sido criada, em 1934, a Universidade de São Paulo e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal, por iniciativa de Anísio Teixeira, que teve duração efêmera, tendo sido extinta pelo Decreto n. 1063 de 20 de janeiro de 1939, ocasião em que seus cursos foram incorporados à Universidade do Brasil, que havia sido organizada pela Lei n. 452 de 5 de julho de 1937. Ainda na década de 1930 se organizava o movimento estudantil com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938. Em 1941, surgiu a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e, em 1946, a Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). Na década de 1950, a rede federal se ampliou especialmente com a federalização de instituições estaduais e privadas, estendendo-se pelas décadas de 1960 e 1970 o processo de criação de novas universidades federais.

Em síntese, podemos considerar que no Brasil, desde a criação dos cursos superiores por D. João VI a partir de 1808, não obstante a tendência à privatização que se esboçou no final do Império e ao longo da Primeira República, mas revertida com a instituição do regime universitário por ocasião da reforma Francisco Campos em 1931, passando pela reforma universitária instituída pela Lei n. 5.540 de 28 de novembro de 1968, prevaleceu o modelo napoleônico caracterizado pela forte presença do Estado na organização e regulação do ensino superior, em especial no caso das universidades.

No entanto, a partir da década de 1980, começou a se manifestar uma tendência a alterar esse modelo, operando-se um deslocamento no padrão de ensino superior no Brasil. Esse deslocamento tem origem na distinção entre *universidades de pesquisa* e *universidades de ensino* introduzida, em 1986, pelo GERES (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior) criado pelo Ministério da Educação. Desde então o modelo napoleônico, que marcou fortemente a organização da universidade no Brasil, vem sendo reajustado pela incorporação de elementos do modelo anglo-saxônico em sua versão norte-americana. Nesse modelo a prevalência da sociedade civil enseja um maior estreitamento dos laços da universidade com as demandas do mercado.

É essa a situação que estamos vivendo hoje, quando vicejam os mais diferentes tipos de instituições universitárias oferecendo cursos os mais variados em estreita simbiose com os mecanismos de mercado. Aprofunda-se, assim, a tendência a tratar a educação superior como mercadoria entregue aos cuidados de empresas de ensino que recorrem a capitais internacionais com ações negociadas na Bolsa de Valores. Essa tendência atinge agora o paroxismo, com os ataques à educação pública desferidos pelo atual governo federal presidido por Bolsonaro.

3. A questão da Autonomia Universitária no Brasil

Como vimos no breve resumo apresentado no item anterior, a instituição universitária só veio a se configurar mais nitidamente no Brasil em meados do século XX. Assim, após o decreto que definiu o Estatuto das Universidades Brasileiras em 1931, à parte a existência efêmera da Universidade do Distrito Federal, tivemos a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, e a organização da Universidade do Brasil, em 1937, ambas constituídas, ainda, pela reunião de escolas isoladas anteriormente existentes. E após a queda do Estado Novo esse processo se ampliou com a criação de universidades federais por meio da federalização de faculdades isoladas, particulares ou estaduais, ocorrendo posteriormente a fundação de novas universidades federais e, de modo especial a partir da década de 1980, o surgimento de universidades estaduais e particulares. Podemos considerar que a primeira universidade criada como tal, isto é, sem se constituir pela reunião de faculdades isoladas, foi a Universidade de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1962. Nesse momento nos encontrávamos em plena efervescência no que se refere à questão universitária, tendo como um de seus principais protagonistas a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A UNE foi fundada no II Congresso Nacional de Estudantes realizado em dezembro de 1938, no qual foi Aprovado um Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira. Nesse plano já constavam, como o item IV, sugestões para a reforma universitária, não sendo “exagero afirmar que a União Nacional dos Estudantes nasceu dentro de um projeto de reforma do ensino superior elaborado pelos próprios estudantes.”¹⁵ Mas será no final da década de 1950 e início dos anos 1960, no contexto do nacionalismo desenvolvimentista, que a UNE, incentivada pelo ISEB, em especial por Álvaro Vieira Pinto, se engajará fortemente no movimento pela reforma universitária, elencada como uma das Reformas de Base do governo Jango. E é nesse contexto que emergirá a questão da Autonomia Universitária revestida, porém, de um caráter polêmico.

15 CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. *A universidade crítica: o ensino superior na República populista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 207.

No I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado pela UNE em Salvador, de 20 a 27 de maio de 1961, a “autonomia da universidade” integrou o tópico II do temário de seis tópicos elaborado previamente em sessão preparatória que aprovou, além do temário, o regimento interno do seminário. Os resultados do Seminário foram objeto de um relatório final divulgado sob o nome de “Carta da Bahia”. Nesse documento se defendia como necessária a reforma universitária na qual a autonomia da universidade figura como o primeiro passo:

O primeiro passo da reforma seria, então, a conquista da autonomia da universidade diante do governo, transformando-a em autarquia ou fundação, de modo que pudesse ter liberdade de elaborar os orçamentos, recebendo recursos sem destinação específica; eleger internamente as direções, só entrando o governo para a nomeação; capacidade de alterar os estatutos, dentro de princípios gerais fixados pelo governo; liberdade para criar ou suprimir matérias, mantendo as “definidoras do curso”; liberdade para modificar currículos e programas, podendo experimentar novos métodos de ensino, modificar sistemas de ingresso e aprovação.¹⁶

No entanto, essa posição em defesa da Autonomia Universitária acabou sendo revertida no II Seminário Nacional de Reforma Universitária realizado em Curitiba, de 17 a 24 de março de 1962, da qual resultou a “Carta do Paraná” que divulgou a análise da universidade realizada em cinco tópicos, a saber: I – Do ponto de vista estrutural; II – do ponto de vista regional; III – do ponto de vista cultural; IV – do ponto de vista político-social; V – teorização da universidade.

Vê-se que o tema da Autonomia Universitária está ausente da programação desse II Seminário não figurando, pois, na “Carta do Paraná”. De fato, já no primeiro seminário, a defesa da autonomia como primeiro passo da reforma universitária não estava isenta de restrições, pois logo após enunciar em que consistia o princípio da autonomia se afirmava que esse princípio somente permitiria encaminhar a reforma “na direção desejada, se houvesse uma mudança interna de poder, modificando a ‘verdadeira luta de classe’ entre professores e estudantes.”¹⁷ E, por ocasião do II Seminário realizado em Curitiba, os estudantes já contavam com a contribuição de Álvaro Vieira Pinto que, com base em uma conferência proferida em Belo Horizonte sobre “a questão da universidade”, transformada em livro pouco antes da realização do II Seminário e Publicação em seguida pela própria editora da UNE, havia descartado a Autonomia Universitária. No referido livro, Vieira Pinto argumenta que “no país onde a universidade é peça do dispositivo de domínio das camadas sociais espoliadoras”, a Autonomia Universitária resulta contrária aos interesses do povo, “pois ajuda, mediante as ficções jurídicas que engendra, a manter distante do controle social, pelas massas

¹⁶ *Ibidem*, p. 225-226.

¹⁷ CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. *A universidade crítica: o ensino superior na República populista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 226.

trabalhadoras, esse instituto, que se julga entidade à parte”,¹⁸ destacando, mais adiante: “só na sociedade que já resolveu os seus conflitos básicos, e estabeleceu, entre outras medidas, o cogoverno de docentes e estudantes, a universidade pode e deve ser autônoma”,¹⁹ para arrematar taxativamente:

No caso brasileiro, o que há a fazer é justamente reduzir cada vez mais a autonomia didática e administrativa da universidade, a fim de torná-la mais dependente das forças sociais progressistas, as massas e o povo em geral, representados pelos agentes políticos da comunidade e sobretudo pelos estudantes. Nas atuais condições, a autonomia é um mito que só convém à classe professoral dominante para lhe assegurar o ócio e a irresponsabilidade perante o restante da nação, sustentando-lhe o ridículo e prejudicial orgulho de “falange eleita” da cultura.²⁰

Paralelamente à discussão sobre a reforma universitária desencadeada pelo movimento estudantil, tramitava no Congresso Nacional o projeto de LDB cuja aprovação resultou na promulgação, em 20 de dezembro de 1961, de nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) que contemplou a questão da autonomia no Art. 8º, assim redigido: “As Universidades gozarão de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, que será exercida na forma de seus estatutos”. E especificou, nos parágrafos 1º, 2º e 3º, em que consistem respectivamente a autonomia didática, administrativa e financeira.

Mas essa mobilização foi interrompida pelo golpe empresarial-militar de 1964. O Movimento Estudantil acabou se constituindo na principal força de resistência à ditadura militar; e, na esteira do movimento mundial que ficou conhecido como “maio de 1968”, cujo epicentro foi Paris, os estudantes tomaram as universidades em junho de 1968, organizaram cursos pilotos, ensaiando fazer a reforma universitária com as próprias mãos, mantendo-se no controle da instituição durante o mês de julho e ao longo de todo o segundo semestre. Tal movimento levou o governo a raciocinar na forma de “ façamos a reforma antes que os estudantes a façam”, criando um Grupo de Trabalho por Decreto presidencial baixado em 2 de julho de 1968, portanto no auge da crise estudantil e atribuindo ao referido GT a realização, no prazo de 30 dias, de estudos com o objetivo de garantir a “eficiência, modernização e flexibilidade administrativa” da universidade brasileira.

Ao iniciar seus trabalhos, o Grupo da Reforma Universitária já dispunha de um conjunto de subsídios que vinha desde o Relatório Atcon, passando pelo relatório da Equipe de Assessoramento ao Planejamento do Ensino Superior e pelo Relatório Meira Matos, até os estudos patrocinados pelo IPES.²¹ Mas se viu diante da tarefa de tentar conciliar duas

18 PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986, p. 52.

19 *Ibidem*, p. 52.

20 *Ibidem*, p. 52-53.

21 VIEIRA, S. L. *O discurso da reforma universitária*. Fortaleza: UFC, 1982.

demandas contraditórias: as exigências dos grupos ligados ao governo, que assumiu o poder mediante um golpe de força, e que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional; e as reivindicações dos estudantes e dos jovens postulantes a estudantes universitários assim como dos professores que defendiam a abolição da cátedra, a Autonomia Universitária, mais verbas para desenvolver pesquisas e mais vagas para ampliar o raio de ação da universidade. É nesse contexto que o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, tendo em vista a segunda demanda, contemplou a questão da Autonomia Universitária que, mantida no projeto que deu entrada no Congresso Nacional em 7 de outubro de 1968, integrou o Art. 3º do texto Aprovação pelo Congresso com a seguinte redação:

Art. 3º – As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos.

§ 1º – A autonomia didático-científica e disciplinar consiste na faculdade de:

- a) criar, organizar e modificar e extinguir cursos, atendendo à legislação vigente e às exigências do meio social, econômico e cultural;
- b) fixar os currículos de seus cursos, observadas as bases mínimas estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação;
- c) estabelecer planos e projetos de investigação científica em qualquer área de sua competência;
- d) estabelecer o calendário escolar e regimes de trabalho didático e científico de suas diferentes unidades, sem outras limitações a não ser as previstas em lei;
- e) fixar os critérios para admissão, seleção, promoção e habilitação de alunos;
- f) conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias;
- g) elaborar o próprio código disciplinar para o corpo docente, o discente e o técnico-administrativo.

§ 2º – A autonomia administrativa consiste na faculdade de:

- a) elaborar a reforma, submetendo à aprovação do Conselho de Educação competente, os próprios estatutos e os regimentos de suas unidades;
- b) indicar o Reitor, o Vice-Reitor e outros elementos da direção, segundo as normas previstas nesta Lei;
- c) contratar professores e auxiliares de ensino ou promover sua nomeação atendendo aos preceitos legais vigentes;
- d) firmar contratos, acordos e convênios;
- e) aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral;
- f) admitir e demitir quaisquer funcionários, dispor sobre regime de trabalho e remuneração dentro de suas dotações orçamentárias e outros recursos financeiros;

§ 3º – A autonomia financeira consiste na faculdade de:

- a) administrar os rendimentos próprios e o seu patrimônio e dele dispor, na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos estatutos respectivos;
- b) receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas ou privadas;
- c) realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
- d) organizar e executar o orçamento total de sua receita e despesa, devendo os responsáveis pela aplicação dos recursos prestar contas anuais;

§ 4º – Os estatutos das universidades poderão prever outras atribuições, além das constantes do presente artigo.

O governo, por sua vez, lançou mão de seu direito de veto para excluir todas as medidas que não estivessem em sintonia com sua visão de universidade. E nessa condição estava incluída a questão da autonomia. Assim, foi mantido apenas o *caput* do artigo 3º. Os § 1º, 2º, 3º e 4º, com todas as respectivas alíneas, foram sumariamente vetados. E a visão do governo foi assegurada pelo Decreto 464 de 11 de fevereiro de 1969, que regulamentou a implantação da Reforma Universitária instituída pela Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. E o tema da Autonomia Universitária está inteiramente ausente do referido decreto de regulamentação que, inclusive, por meio do Art. 19, revogou o Art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que assegurava às universidades a prerrogativa da autonomia.

Finalmente, o princípio da Autonomia Universitária foi contemplado no Art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, com o seguinte enunciado que permanece em vigor:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Apesar da clareza do enunciado é forçoso observar que fica, ainda, num plano genérico. Talvez, do ponto de vista jurídico, fosse necessário proceder a uma regulamentação desse dispositivo explicitando em que consiste cada um dos aspectos contemplados no conceito de autonomia e indicando as medidas necessárias para se assegurar seu exercício efetivo.

4. Conclusão

Vimos, no primeiro tópico deste artigo, que a emergência da universidade moderna no início do século XIX trouxe consigo a configuração dos três grandes modelos de universidade: o napoleônico, o anglo-saxônico e o prussiano ou humboldtiano, sendo também indicado que é este último modelo que se caracteriza exatamente pela prevalência da autonomia da

comunidade acadêmica interna à universidade. E, no segundo tópico, vimos que o modelo prevalecente no Brasil é o napoleônico que, nos últimos 30 anos, vem sofrendo certo refluxo com abertura para o modelo anglo-saxônico na versão norte-americana. Mas vimos igualmente que os três elementos (Estado, sociedade civil e comunidade interna à universidade) nunca existem isolados, estando presentes, portanto, nos três modelos de universidade. Assim, o que distingue um modelo do outro não é a exclusividade, mas a prevalência de determinado aspecto. Portanto, a autonomia não deve ser entendida simplesmente como a característica de determinado modelo de universidade, mas como uma propriedade inerente à natureza própria da universidade. E isto – assim entendemos – fica evidenciado pelo complemento do Art. 207 da Constituição Brasileira que, ao enunciar a prerrogativa da autonomia das universidades, adiciona que as mesmas “obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Ora, como evidenciou o êxito da universidade humboldtiana, o atributo da autonomia é indispensável ao exercício da atividade científica. E, como a universidade não é simplesmente um instituto científico, mas uma instituição de ensino que tem a incumbência de formar cientistas e os demais profissionais, sempre tendo como referência a fundamentação científica, ela deve fazê-lo pela produção da ciência (pesquisa) e pela sua divulgação (extensão) a mais ampla possível, contribuindo, assim, para a difusão em toda a sociedade de uma concepção científica do mundo e da vida.

Em suma, independentemente do modelo de universidade que se venha a adotar, não se pode abrir mão da autonomia, sob pena de se descaracterizar o próprio sentido da instituição universitária. Cabe, portanto, considerar as implicações, para a Autonomia Universitária, da adoção deste ou daquele modelo de universidade. Antes, porém, cumpre deixar clara a distinção entre modelo de universidade e entidade mantenedora de universidade. Com efeito, universidade pública é aquela que é mantida com recursos públicos; e universidade privada é a que é mantida com recursos privados. E em ambos os casos é possível a adoção de qualquer um dos três modelos mencionados. No Brasil, podemos dizer que o modelo dominante é o napoleônico dado o peso do Estado. E isso vale para todas as modalidades de instituições, sejam elas públicas (federais, estaduais ou municipais) ou privadas (com e sem fins lucrativos, comunitárias, confessionais e filantrópicas); tanto sob o aspecto administrativo-financeiro como didático-científico; seja pelo financiamento, direto no caso das públicas e indireto, no caso das privadas por meio de bolsas, apoio a projetos de pesquisa, convênios e transferências do tipo Fies e Prouni; seja pelas normas que devem ser seguidas por todas as instituições quanto ao uso dos recursos e prestação de contas e quanto aos currículos, avaliação e controle dos resultados.

Quando consideramos a situação vigente no Brasil parece que as instituições que atingiram um grau maior de autonomia foram as universidades estaduais paulistas a partir do Decreto nº 29.598, de 02 de fevereiro de 1989, cuja ementa assim foi enunciada: *Dispõe sobre providências visando a autonomia universitária*. Por esse decreto o governo passou a repassar um percentual da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ficando as decisões sobre a destinação, distribuição e gestão dos recursos a cargo das universidades individualmente, ou conjuntamente por meio do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas.

Outro ponto a considerar é que o exercício da autonomia deve corresponder à comunidade acadêmica interna às instituições. Assim, por vezes se atribui maior grau de autonomia às universidades privadas, uma vez que elas não se encontram subordinadas diretamente às autoridades estatais, não estando também sujeitas às restrições dos órgãos de controle do serviço público. No entanto, esse suposto maior grau de autonomia tende a se limitar aos dirigentes e às entidades mantenedoras, não se estendendo, via de regra, à comunidade acadêmica interna, isto é, aos professores e estudantes, mesmo porque a legislação limita a exigência de gestão democrática às instituições públicas, não alcançando as instituições privadas. Assim, a rigor, não se poderia considerar que se trata, aí, da Autonomia Universitária propriamente dita.

Enfim, embora não seja motivo para deixarmos de lutar pela efetivação do princípio da Autonomia Universitária, não deixa de ser procedente a advertência de Álvaro Vieira Pinto de que só na sociedade que já resolveu seus conflitos básicos a universidade pode e deve ser autônoma. De fato, somente quando a universidade tiver voltado suas atividades de pesquisa, ensino e extensão aos interesses e necessidades do conjunto da população ela poderá exercer em plenitude sua autonomia. Por isso, a luta em defesa da universidade e em favor do pleno exercício da autonomia deverá estar articulada à mobilização de toda a população, engajando as lideranças de todas as categorias de trabalhadores e dos movimentos sociais populares na defesa da soberania do país e na transformação da sociedade brasileira.

“A universidade ainda está aberta?”

: o que diz a comunidade do entorno sobre a Universidade Federal do Pampa

Isadora Cabreira da Silva

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

Resumo

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de campo produzida no município de Jaguarão/RS sobre as visões da comunidade em relação à Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão. Assim, desenvolveu-se um estudo de caso, durante o ano de 2018, nos bairros periféricos que estão no entorno da universidade. Através de um questionário foram alcançados sessenta e seis sujeitos de pesquisa. Com estes, após a coleta, foi produzida uma análise de dados que nos sugere o tipo de relação que essa comunidade possui com a universidade. Os dados indicam que, apesar do impacto positivo da instituição, sendo considerada mais um elemento para o acesso ao Ensino Superior dessa população, ainda existem desafios que por ora obstaculizam o acesso à universidade, como a realidade fronteiriça de índices de formação baixos, conectados a um imaginário que afasta parte dessas pessoas do meio acadêmico que foi criado com o objetivo principal de alcançar essas populações.

Palavras-chave Universidade – Comunidade – Acesso ao Ensino Superior.

Abstract

The present article is a field research produced in the city of Jaguarão/RS on the views of the community in relation to the Federal University of Pampa – Campus Jaguarão. Thus, a case study was developed during 2018 in the peripheral neighbourhoods surrounding the university. Through a questionnaire, sixty-six people were interviewed. With these interviews, a data analysis was produced that suggests the type of relationship that this community has with the university. The data indicate that despite the positive impact of the institution, considered one more element for access to higher education for this population, there are still challenges that hinder access to university for now, such as the border reality of low training rates, connected to a imaginary that separates part of these people from the academic environment created with the main objective of reaching these populations.

Keywords University – Community – Access to Higher Education.

Submissão

16/02/2020

Aprovação

03/10/2020

Publicação

30/12/2020

Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Educação Tutorial – Pedagogia durante o ano de dois mil e dezoito, e busca mapear quais são as visões da comunidade local domiciliada no entorno da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), especificamente no Campus Jaguarão, sobre a instituição de ensino que fixou território físico ao construir sua sede no bairro Vila Kennedy, na periferia da cidade de Jaguarão/RS.

Resultado de muitas reivindicações da comunidade que reside nas regiões de fronteira do estado, e principalmente dos moradores da “metade sul” do Rio Grande do Sul, a Unipampa surgiu com o dever de cooperar com a região em que está inserida – um território extenso, marcado pelas fronteiras com a Argentina e o Uruguai, e consideráveis problemas na área da educação e no desenvolvimento socioeconômico junto a uma demanda por maior acesso dessas populações à Educação Básica e Superior.

O reflexo desse cenário socioeconômico e político é que pessoas oriundas dessas zonas tinham a obrigatoriedade, caso desejassem cursar o Ensino Superior, de deslocar-se para as cidades maiores do Rio Grande do Sul, como Pelotas, Rio Grande ou até Porto Alegre, criando um êxodo e hiato na faixa etária mais jovem dessas populações locais para outras regiões.¹

Nesse contexto mencionado acima, o município de Jaguarão se apresenta como uma síntese deste cenário: localizado na microrregião da zona sul do estado do Rio Grande do Sul, possui uma população de 27.931 pessoas (IBGE, 2010), porém, mesmo com o segundo maior PIB per capita desta microrregião, teve uma estimativa populacional em 2019 de 26.680; no ano 2000, o censo apontou 30.093, o que nos sugere um encolhimento populacional que vai além da presença ou não da universidade no município.²

A cidade está localizada às margens do rio Jaguarão, que divide a fronteira entre Brasil e Uruguai, além de estar na faixa de fronteira de 150 km estabelecida pela Lei nº 6.634/1979, sendo considerada área indispensável à segurança nacional – devido a política de segurança nacional que envolve esta lei federal, oriunda do regime militar, há um abismo para estes municípios no que se refere a instalação de indústrias, estruturas como estradas, pontes, dentre outras que sejam de alguma forma entendidas como de “interesse nacional” (Art. 2º).³

1 BRASIL, IBGE. Jaguarão – RS – IBGE Cidades. Brasília: 2010 – 2018. Disponível em: «<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama>». Acesso em: 17 de dezembro de 2019.

2 BRASIL, IBGE. Jaguarão – RS – IBGE Cidades. Brasília: 2010 – 2018. Disponível em: «<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama>». Acesso em: 17 de dezembro de 2019.

3 BRASIL. Lei da Faixa de Fronteira. 1979. Disponível em: «<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6634-2-maio-1979-365762-norma-pl.html>». Acesso em: 17 de dezembro de 2019.

Imagem 1: Mapa da cidade de Jaguarão, a Unipampa está localizada na região em amarelo.

Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguarão, 2020.

Em decorrência de tal lei, grande parte das indústrias não se instalaram nesses espaços territoriais, o que interferiu indiretamente no desenvolvimento dos municípios, já que, conjuntamente com a distância relativa de grandes centros microrregionais e principalmente estaduais, como Rio Grande, Porto Alegre e Santa Maria, produziram-se limitações ao desenvolvimento local, caracterizado em torno da produção de alimentos monopolizada por poucos latifundiários do agronegócio.

Deste cenário específico houve, em certa medida, um isolamento dessas populações, que ficaram deficitárias de acesso a direitos sociais, como uma educação superior pública e gratuita. A ausência de políticas públicas que levassem em consideração os habitantes de tais cidades isoladas, principalmente no âmbito da educação, deixaram os municípios no que podemos denominar como um atraso temporal-educacional.

O reconhecimento destas condições que permeavam – e ainda permeiam – estas regiões, juntamente às demandas provenientes da sociedade civil de ampliar a oferta do Ensino Superior gratuito e de qualidade, mobilizaram os gestores dos municípios que hoje se localizam na área de abrangência da Unipampa a pleitear, junto ao Ministério da Educação (MEC), a criação de uma instituição federal de Ensino Superior. A partir de uma extensa mobilização, foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, o atendimento a este pleito em um ato público na cidade de Bagé/RS, com a presença do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesta mesma ocasião foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, através de um acordo de cooperação técnica financiado pelo MEC, com a Universidade Federal de Santa

Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), com início das atividades em setembro de 2006. O mencionado acordo técnico integrava o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que também trouxe para a cidade o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.

Na cidade de Jaguarão/RS, a universidade utilizou o prédio do extinto Colégio de Freiras Imaculada Conceição, localizado no centro da cidade, como prédio provisório até a inauguração de seu prédio oficial, que ocorreu no ano de 2010 e localiza-se no bairro Kennedy. E, a partir disto, muitas dúvidas cercavam a comunidade, inclusive se os cursos seriam pagos ou não, ou até mesmo se a instituição conseguiria permanecer na cidade por muito tempo, dúvidas estas que eram levadas à imprensa local, principalmente aos programas de rádio.

É importante citar alguns apontamentos sobre os distanciamentos simbólicos da universidade, como o de que o sistema universitário é marcado por vozes e culturas brancas, que historicamente excluíram os subalternos da academia⁴; e também a proposta de uma transição de conhecimentos proposta por Santos⁵, do universitário ao pluriversitário, que se pauta a partir da ecologia dos saberes. Dentro deste contexto social, este trabalho objetiva analisar as visões e dúvidas da comunidade sobre a universidade, e se a comunidade tem mantido uma relação de proximidade ou distância com a universidade que se instalou no seu entorno.

Tais objetivos apoiam-se nos seguintes fatores: há muitas pessoas – em sua maioria jovens – que viajam cerca de 280 km diariamente para estudarem em universidades públicas e privadas na cidade de Pelotas/RS, ou que param seus estudos após a conclusão da Educação Básica; nas vivências dentro da escola – e no que muito se ouve durante o terceiro ano do Ensino Médio – percebe-se que há um discurso recorrente de que a Unipampa é uma universidade para “quem não teve outra opção” ou “para quem não conseguiu nota para ingressar na UFPEL”, o que demonstra que tal espaço social e territorial exprime pequenas hierarquias e distâncias sociais de forma simbólica.⁶ Além disso, após dez anos da chegada de uma instituição pública de Ensino Superior ao município, ainda existem questionamentos sobre o que a mesma traz de relevante para a cidade e, também, se são todos que podem ingressar sem pagar.

A partir destes fatores, a pesquisa tem a seguinte problemática: quais são as visões que a comunidade presente no entorno da universidade possui sobre esta e qual a relevância desta instituição de ensino no cotidiano da comunidade? Tem-se como hipótese que, a pequenos passos, a comunidade acolhe a universidade apenas quando possui algum tipo de vínculo que

4 KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

5 SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2011.

6 BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159-175.

faça parte de seu cotidiano, seja como estudante, servidor, integrante de algum projeto ou conhecendo alguém que esteja dentro destas condições.

Além disso, nota-se que a aceitação das instituições que se estabeleceram há pouco tempo também está ligada a ideia de que os estudos levam à ascensão social. Como é dito de forma recorrente nas apresentações dos alunos ingressantes no início dos componentes curriculares: “estudar para conseguir um emprego melhor” ou “para ser alguém na vida”. Para Goergen, estes discursos têm explicação:

Mesmo sendo fonte de todo o processo de hominização desde os primórdios de nossa espécie, o conhecimento nunca esteve tão estreitamente atrelado ao exercício do domínio e do poder quanto hoje. Tornou-se condição de acesso ao trabalho e de sobrevivência. Quanto mais conhecimento, melhores as perspectivas de desenvolvimento e ascensão social.⁷

A escolha por esta temática, que integra o campo de estudos sobre o Ensino Superior, surgiu através de diálogos da pesquisadora com pessoas que não possuíam algum tipo de vínculo com a Unipampa. Observou-se que havia dúvidas sobre o processo seletivo para o ingresso na universidade, desconhecimento sobre a existência de alguns cursos, funcionamento das bolsas (programas de permanência, programas de incentivo à pesquisa, ensino e extensão) e também sobre a possibilidade de conciliar a rotina de estudos com a jornada de trabalho que, em geral, consiste em oito horas diárias, além de discursos frequentes sobre a Unipampa, como se fosse uma universidade que apenas “fabrica diplomas” ou que só traz perturbações para a cidade.

Nestas perspectivas, é relevante relembrar o caso da Rede Pampa de Porto Alegre/RS, onde em um determinado programa televisivo, alguns apresentadores reuniram-se para apontar supostos problemas da Unipampa e discutir sobre a utilidade da universidade, degradando os cursos de graduação que foram implantados na cidade, questionando a formação dos professores e a validade da mesma, bem como suas aparências físicas e, de certa maneira, a credibilidade da instituição. Cabe ressaltar que, replicados de forma recorrente, tais discursos da mídia podem vir a formar uma opinião massificada e contribuem para a construção de uma imagem distorcida sobre a instituição.⁸

O cenário da Educação Superior em Jaguarão é composto por uma universidade pública, um instituto federal e três instituições de ensino superior privado. A universidade pública conta com seis cursos, sendo quatro licenciaturas, um tecnólogo e um bacharelado, o instituto federal com dois cursos técnicos e um subsequente, e as instituições privadas possuem cursos

7 GOERGEN, Pedro. “Tecnociência, pensamento e formação na educação superior”. In: *Avaliação*, Campinas: Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 562.

8 Disponível em: <<https://Unipampa.edu.br/portal/Unipampa-divulga-nota-de-esclarecimento-sobre-programa-pampa-debates>>.

privados nas oito grandes áreas do conhecimento, na modalidade à distância e semipresencial, com um destaque maior nos cursos da área de Ciências da Saúde.

A partir disso, desenvolveu-se uma pesquisa de campo que ocorreu durante o mês de abril de 2018, contabilizando um total de cinquenta e duas pessoas entrevistadas, com dados colhidos através de um questionário que havia sido elaborado durante os últimos três meses de 2017.

Metodologia

Trata-se, sinteticamente, de um estudo de caso sobre as percepções da comunidade local acerca do impacto que a universidade alcança ao estar instalada em torno das suas residências e naquele município. Sendo assim, esta investigação pode ser definida como um estudo sobre uma entidade bem definida, como uma instituição, um programa, um sistema educacional, uma unidade social ou uma pessoa, e que também visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se pressupõe ser inédita em muitos pontos, buscando descobrir o que há nela de mais característico e essencial.⁹

Utilizou-se uma metodologia qualitativa, com a coleta de dados através da realização de uma pesquisa de campo, em que foram aplicados o total de sessenta e seis questionários entre os bairros Kennedy, Indianópolis I e Indianópolis II, que ficam nas redondezas do Campus Jaguarão, alcançando um público na faixa etária de 18 a 71 anos, tendo como objetivo geral conhecer e compreender as visões que tais indivíduos possuem acerca da universidade. De acordo com Severino: “Na pesquisa de campo o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”.¹⁰

No total, o questionário conta com treze perguntas, que buscam saber se os respondentes possuem algum tipo de vínculo direto com a Unipampa (seja na graduação, pós-graduação, formação continuada ou participando de atividades de extensão), qual sua faixa etária, sexo, escolaridade e quais mudanças a universidade trouxe para a região e para a sua vida pessoal, classificando estas mudanças como positivas ou negativas.

Após a coleta, para a verificação destes dados, utilizou-se a metodologia de análise textual discursiva¹¹ tendo a intenção – antes de refutar ou comprovar hipóteses – de

9 FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

10 SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 118.

11 MORAES, Roque. “Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva”. In: *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

compreender o fenômeno a ser estudado, estabelecendo as relações entre unidades fragmentadas de dados para construção de conjuntos mais complexos que possam ser categorizados para produção de uma compreensão renovada de nossos objetos e sujeitos de pesquisa. Para isto, foi utilizado o programa *PSPP*, para a organização e posterior análise dos dados. Nesse sentido, esse trabalho foi produzido por meio das seguintes etapas:

Quadro 1: Processo de produção desta pesquisa.

1. ^a Etapa	Revisão bibliográfica e elaboração de instrumentos de pesquisa
2. ^a Etapa	Mapeamento preliminar dos bairros localizados próximo a sede da Unipampa para a coleta de dados
3. ^a Etapa	Aplicação de questionário de pesquisa nessas regiões do município
4. ^a Etapa	Estruturação de Bancos de Dados, análise e discussão dos questionários

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

A discussão foi embasada nos resultados obtidos e, a partir deles, pretende-se desenvolver uma análise sobre quem são estes respondentes e quais suas visões sobre a Unipampa. Também pretende-se realizar uma discussão teórica da relação de proximidade e distanciamento entre a universidade e a sociedade, mencionado anteriormente, e quais os impactos sociais do distanciamento.

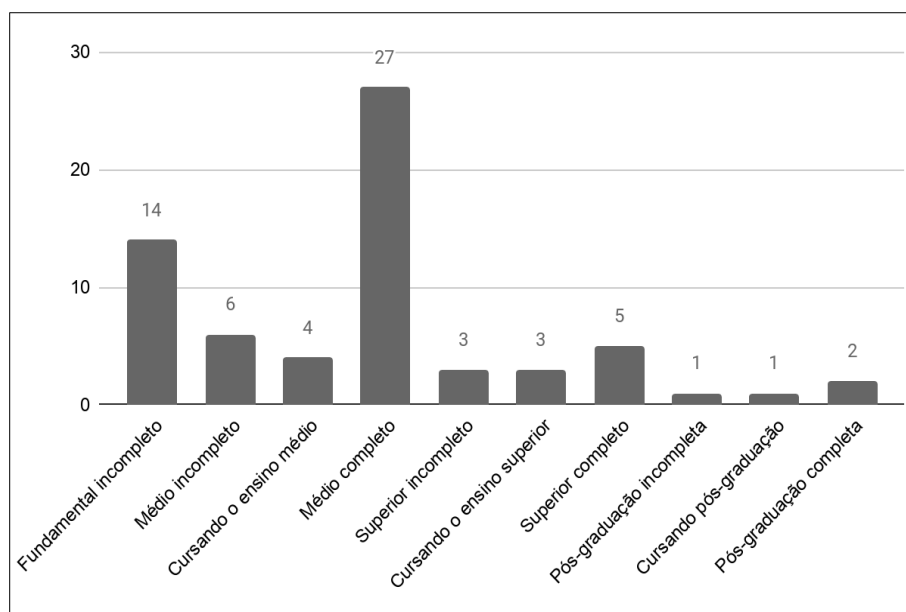
Resultados e discussão

Ao realizar a aplicação dos formulários com os indivíduos foi possível observar, primeiramente, que grande parte dos respondentes não possuía nenhum tipo de vínculo com a universidade. Nesse sentido, 83,1% dos sujeitos de pesquisa disseram não possuir nenhuma ligação com a instituição, apenas 16,9% possuíam algum vínculo.

Em certa medida esses dados se justificam pelo contexto social marginalizado dessas populações relativamente distantes de áreas centrais do município, nas quais os serviços com maior qualidade se concentram, assim como pela média de idade dos (as) pesquisados (as),

que foi de 39,67 anos, muitos dos quais não tiveram oportunidade de concluir a educação básica ou acessar o Ensino Superior.

Gráfico 1: Nível de escolaridade dos entrevistados, em números absolutos.



Fonte: Elaboração da autora com dados da pesquisa de campo, 2018.

A maior parte dos entrevistados possui ensino médio completo – 40,9%, seguida de 21,2% com ensino fundamental incompleto. Apenas 22,7% dos entrevistados conseguiram alcançar o ensino superior, contando nesse cenário não apenas aqueles (as) vinculados (as) à Unipampa-Jaguarão, mas analisando o acesso de forma ampla.

Apesar de uma amostra reduzida em 16 sujeitos de pesquisa, ao analisarmos a escolaridade pelo recorte dos jovens de 18 a 24 anos, 25% declararam estar com o Ensino Fundamental incompleto e 12,5% com Ensino Médio incompleto – este número aumenta quando desconsideramos o recorte por faixa etária, pois 9,1% do total de entrevistados declaram a escolaridade de Ensino Médio incompleto.

Ao analisarmos cumulativamente categorias que contemplam Ensino Fundamental e Médio, temos um acúmulo de 81,3% de jovens fora do Ensino Superior, montante também maior quando analisamos a escolaridade do total de pesquisados (as), assim, apenas 19,7% dos jovens entre 18 a 24 anos que participaram da aplicação do questionário estavam/estiveram no Ensino Superior.

A título de comparação, de acordo com Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) de 2018, 25,2% dos jovens entre 18 a 24 frequentavam ou haviam

terminado algum curso em nível superior, e apenas 11% estavam atrasados, cursando a Educação Básica.¹²

Dentre os sujeitos entrevistados que acessaram o Ensino Superior, 66,7% possuíam vínculo com a Unipampa, seja nos cursos de graduação, pós-graduação ou formação continuada, demonstrando a relevância da instituição para o ingresso na educação superior na região. O que esses dados nos sugerem é que, apesar da baixa escolaridade quando comparada a parâmetros nacionais, cumpre ainda à instituição um papel de acesso aos que vivem nas redondezas.

Ao serem perguntados (as) sobre a relevância da instalação do campus da instituição, 84,6% concordam que é relevante para a comunidade ter em seu município uma universidade pública. Porém, quando questionada a relevância da instituição na vida pessoal dos (as) pesquisados (as), 57,6% afirmaram não ser importante para as suas trajetórias de vida a instalação da instituição, ou seja, os dados nos fazem perceber que a comunidade, apesar de entender a importância de uma Instituição de Ensino Superior na sua localidade, paradoxalmente, por algum contexto, não consegue ter acesso ou não a procura. Para Ferrari: “Quando as relações sociais não são transformadas, independentemente da forma que assuma a sua representação e abordagem, lugares hierarquizados persistem e a mudança de termos só oculta a permanência de uma velha ordem”.¹³

Levando em consideração os bairros que fizeram parte desta pesquisa e que cercam a universidade, podemos questionar os motivos pelos quais estas pessoas não participam das atividades realizadas pela instituição. Seriam falhas na comunicação e divulgação das atividades por parte dos professores, técnicos e discentes ou desinteresse dos moradores do local? Como ponto de partida para pensar estes distanciamentos da comunidade com a universidade, é importante o apontamento de Goergen:

O que significa ter acesso à educação é, sem dúvida, uma questão nada fácil de ser respondida no contexto da sociedade contemporânea. Se até algumas décadas atrás ainda existiam razoáveis consensos em termos de estrutura e organização social, de valores e de formas de comportamento que serviam de orientação para o processo educativo, atualmente até estes paradigmas mínimos se desestabilizaram.¹⁴

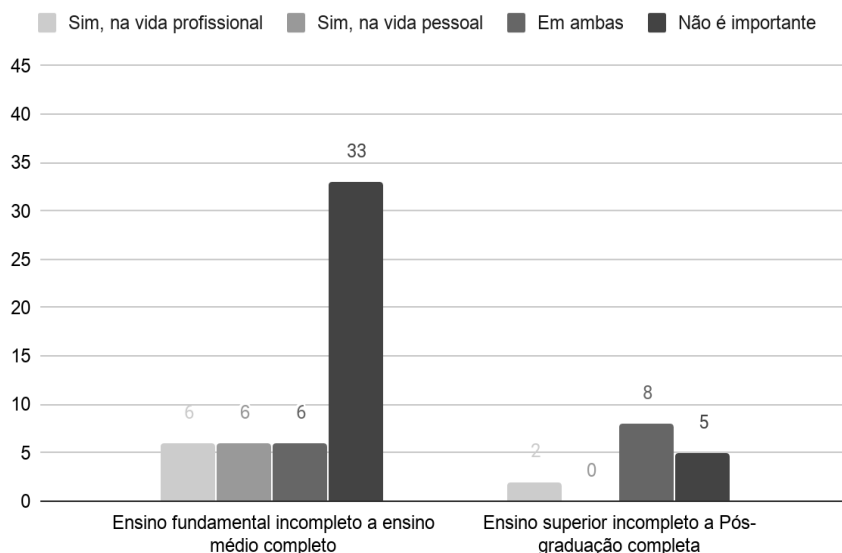
Este trabalho de campo sugere algumas respostas às questões apresentadas.

12 BRASIL, IBGE. Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua). 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

13 FERRARI, Rogério. “A universidade e o círculo fechado: sobre o erro da razão na etnografia”. In: *Revista Sures*. n.11, p. 1-19, 2013, p. 10.

14 GOERGEN, Pedro. “A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado”. In: *Revista Educação e Sociedade*, vol.34, n. 124, p. 733.

Gráfico 2: Relação entre o tipo de impacto percebido pela instalação da universidade dividido por nível de ensino.



Fonte: Elaboração da autora com dados da pesquisa de campo, 2018.

No Gráfico 2, ao dividirmos os (as) pesquisados (as) em duas categorias de análise, identificamos uma maior rejeição por parte daquele grupo com menor escolarização; nesse sentido, 64% afirmaram não ser importante o impacto da universidade contra apenas 33% entre aqueles (as) que tiveram a oportunidade de acesso universitário.

Na faixa daqueles (as) que não acessaram o ensino superior e afirmaram não achar importante o impacto da instituição, destaca-se que 31% estavam com o Ensino Fundamental incompleto, 19% com o Ensino Médio incompleto e 41% com o Ensino Médio completo, porém sem acesso ao Ensino Superior.

Entretanto, quando olhamos para cada faixa escolar na intenção de identificarmos o nível de concordância e discordância do impacto e importância da instituição, percebemos que a maior rejeição está naqueles (as) com Ensino Médio incompleto com 6 registros (100%); seguido de Ensino Fundamental incompleto (77%) e cursando o Ensino Médio (75%); há uma significativa diminuição apenas naqueles (as) com Ensino Médio completo com 13 registros cada (50%) em visões positivas e negativas da instituição.

Percebe-se pelos dados trazidos até aqui que o abandono escolar é um elemento relevante na hora de se produzir um imaginário sobre a importância da universidade na sociedade, pois os dados nos indicam que esse distanciamento/trauma escolar gera nesse grupo uma maior resistência para a produção de opiniões mais consistentes sobre o papel que possui a

universidade na comunidade. Porém, sabe-se que tais dados não representam a totalidade de um pensamento da comunidade, pois muitos discentes – se não a maioria – são provenientes das classes populares, incentivados pelas famílias a prosseguirem os estudos, contribuindo diretamente para o sucesso escolar e acadêmico.¹⁵

Quando se analisa mais profundamente aqueles (as) que estão/estiveram no Ensino Superior, percebe-se que os (as) que identificaram impactos positivos foram justamente aqueles (as) com algum vínculo com a instituição. O primeiro dado que chama a atenção é que dos cinco registros de pessoas que alcançaram o Ensino Superior e que não percebem como importante o impacto da instituição, quatro eram oriundos de outras instituições e sem trajetória pessoal na Unipampa. Assim, nesse cenário, podemos presumir que por serem pessoas que por outras vias obtiveram acesso à universidade, percebem a instalação do campus como irrelevante aos seus objetivos e, por consequência, apontaram pontos negativos.

Na contramão dos dados supracitados, para aqueles (as) com algum vínculo com a Unipampa, identificou-se dois registros que compreendem a instituição e seu impacto na vida profissional e oito casos em que impactavam conjuntamente o âmbito profissional e vida pessoal. Desses sujeitos vinculados à instituição, podemos destacar que aqueles (as) que já possuem graduação ou pós-graduação completa na instituição somaram 50% dos registros positivos da instalação da Unipampa. Assim, desta realidade, podemos destacar três afirmações: que o acesso à universidade é importante para a criação de um imaginário positivo da instituição; que o mero acesso por outras instituições de Ensino Superior não foi o suficiente para que estes sujeitos dessem valor à instituição local – visto que frequentaram instituições privadas e localizadas em outras cidades; e que esta visão de impacto surge com maior potência naquelas pessoas com alguma vinculação ou trajetória institucional na Unipampa.

Durante a pesquisa de campo, quando questionados (as) os (as) entrevistados (as) se a vinda da Unipampa para a cidade teria sido um acontecimento relevante, assim como qual a importância que a instituição possui na vida dos mesmos, alguns dos respondentes disseram que a instituição é relevante, mas que a IES (Instituição de Ensino Superior) poderia ofertar mais cursos.

Dentre alguns dos relatos e questionamentos ouvidos durante a pesquisa de campo, como o de “que não há nenhum curso que dê dinheiro”, “os cursos não nos permitem seguir residindo na cidade”, “já estudei lá e foi muito difícil, muita coisa para ler” e “os cursos só formam professores, e quem não quer ser professor?”. O fato dos cursos de licenciatura na área de Humanas serem desprestigiados socialmente, somado aos ataques e a própria

15 LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

uberização da docência, promove o que Martins¹⁶ chama de “inclusão marginal”, que permite o maior acesso das classes populares à universidade apenas nos cursos que são vistos como fáceis ou sem utilidade pelo senso comum vigente.

No país onde a universidade é peça do dispositivo de domínio das classes das camadas sociais espoliadoras, a autonomia universitária revela-se sempre nociva aos interesses do povo, pois ajuda, mediante as ficções jurídicas que engendra, a manter distante do controle social, pelas massas trabalhadoras, esse instituto, que se julga entidade à parte.¹⁷

Pensar sobre a autonomia universitária e reivindicá-la é essencial, mas também é questionável qual o impacto desta autonomia quando – ou se – entra em contato com a comunidade externa, e principalmente, as classes populares. Ao abordar sobre o aluno proveniente das classes populares, diz o mesmo autor:

O aluno pobre, que cursou colégios suburbanos, onde os professores são com frequência menos eficientes, em virtude da pobreza e da má remuneração, os estudantes que trabalham durante o dia e só dispuseram de poucas e cansadas horas para estudos à noite, esses evidentemente se apresentarão “mal preparados”, mas esses são os verdadeiros elementos do povo, os filhos de trabalhadores, trabalhadores eles próprios, que se vêem expulsos da faculdade pelo crime de serem pobres e não se mostrarem tão capazes nas sibilinas, ridículas e antipedagógicas provas a que são Submissões.¹⁸

Sendo assim, a forma de ingresso e até de permanência estabelecem um fogo de barragem “(...) a fim de conter a bala, a metralha, o assalto das massas que desejam ocupar a cidadela do saber.”¹⁹ A partir destes apontamentos, é possível pensar em uma universidade popular? Com quais tipos de impasses, além dos que já conhecemos? Como construir uma universidade popular se as avaliações que regulam quem entra são excludentes?

Ao pensar em uma instituição emergente como a Unipampa, que é composta em sua grande maioria por trabalhadores, pessoas que possuem dupla ou tripla jornada, e em que de sete cursos, seis são presenciais, poucas vezes são vistas atividades no período do curso que possam envolver os alunos com ensino, pesquisa e extensão, além das aulas inaugurais e dos trabalhos de pesquisa propostos durante os componentes curriculares. Ao olhar brevemente para os Projetos Políticos Pedagógicos, nota-se que, cada curso possui, no máximo, dois ou três componentes curriculares que abordam a pesquisa em suas respectivas áreas. Fazer essa crítica não desmerece o que os cursos já vêm produzindo, mas apoia-se na ideia de que a universidade pode alterar suas maneiras de ser e pensar, assim como sua postura crítica também se modifica e amadurece.²⁰

16 MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

17 PINTO, Álvaro Vieira Pinto. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. p.52.

18 PINTO, Op. Cit., p.54.

19 Ibid., p.54.

20 RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

Neste sentido, parece haver um entendimento da comunidade externa de que o Campus Jaguarão apenas forma professores, o que é um equívoco sobre a instituição e as possibilidades dos cursos oferecidos, que são quatro licenciaturas – Pedagogia, História, Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras – Espanhol e Literatura Hispânica, Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas; um Tecnólogo em Gestão de Turismo e um Bacharelado em Produção e Política Cultural. Há um curso institucional de educação à distância (EAD) de Licenciatura em Letras – Português, além dos cursos de Licenciatura em Letras – Português e Pedagogia – Licenciatura, ofertados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Apesar da oferta de cursos presenciais e EAD, percebe-se nos discursos que permeiam o imaginário sobre a Unipampa, a ideia de que a universidade poderia oferecer mais cursos em outras áreas. Nesse sentido, no ano de 2019 circulou um abaixo-assinado pela vinda dos cursos de Direito, Ciências Contábeis, Administração e Medicina Veterinária, que poderiam atender uma gama maior de interesses formativos.

As críticas recorrentes dos entrevistados às licenciaturas indicam as possíveis desvalorizações que permeiam o campo da formação docente, como os baixos ganhos salariais, o *status* da profissão docente ser “o que sobrou” e até uma relação hierárquica entre as profissões. Genro *et. al.*²¹, nos dá um possível panorama de tais ideias sobre o Ensino Superior em disputa dentro dos contextos neoliberais: de um lado, a exigência de uma formação a serviço do mercado, de outro, a não disposição das pessoas a dedicarem suas formações para serem empreendedores.

Ao analisar se os respondentes possuíam vínculo com a IES, 83,1% afirmou não ter nenhum tipo de vínculo, e 16,9% possuiu algum tipo de vínculo. A questão direcionada sobre quando os entrevistados tiveram conhecimento sobre a fundação da Unipampa, teve os seguintes índices: 51,5% após a implantação de seu prédio oficial no Bairro Kennedy, 33,3% no ano de sua criação, 12,1% após a formatura de um amigo/parente dentro da instituição e 3% após disputar uma vaga no Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Percebe-se uma assimetria entre a primeira e a última resposta, pois se grande parte dos sujeitos tiveram conhecimento sobre a universidade após a implantação de seu prédio oficial, cabe pensarmos sobre o por que apenas 3,0% concorreu a uma vaga no SISU e se os mesmos veem a universidade como um espaço que é seu por direito e sabem dos auxílios, projetos e programas que a mesma oferece. Segundo Boaventura de Sousa Santos, “A universidade pública deve permanecer gratuita e aos estudantes das classes trabalhadoras devem ser

21 GENRO, M. E. H.; MAFFEI, H. S.; CAVALCANTE, M. H. K. “Universidade emergente: integração latino-americana e a contribuição da UNILA”. In: *Revista Suris*, n.11, p. 1-19, 2013.

concedidas bolsas de manutenção e não empréstimos”.²² Sabe-se que essas bolsas de manutenção são concedidas, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que dispõe de recursos como o auxílio-moradia, o auxílio-alimentação, o auxílio-transporte e o auxílio-creche, o Programa de Apoio ao Ingressante, o Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA), que abre um edital anual para o fomento de bolsas para projetos de ensino, pesquisa e extensão, e o Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE).

Considera-se que ter uma formação educacional, de qualquer tipo, é de suma importância tanto para a formação pessoal quanto para a profissional. De acordo com o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2009-2013), a universidade deve contribuir da seguinte maneira:

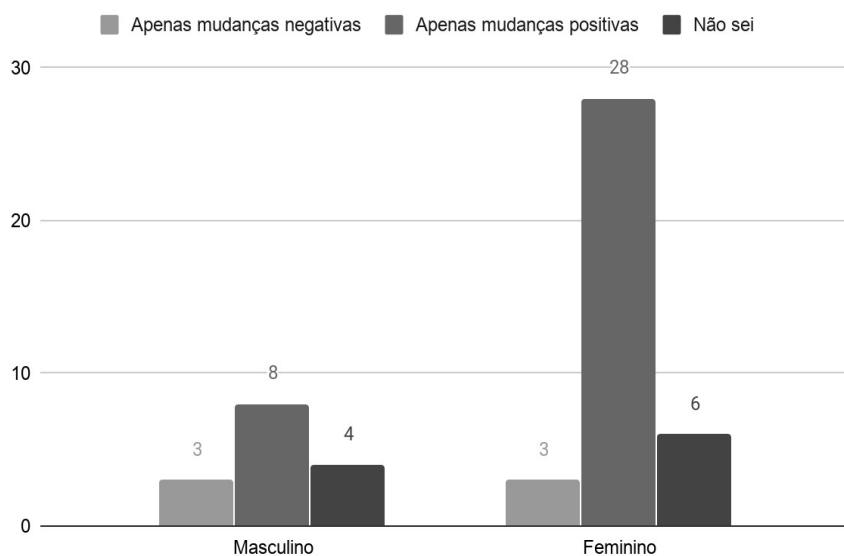
A Unipampa exercerá seu compromisso com o seu ao-redor, por meio de atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência às comunidades e de gestão. Para que tais atividades ganhem em efetividade e relevância, a Universidade deverá defini-las a partir do conhecimento da realidade da região, em diálogo pleno com os atores que a constroem.²³

Mesmo com estes programas que visam auxiliar o discente em sua permanência dentro da instituição, de acordo com o relatório de gestão do campus, entre 2014 e 2016, houve um total de 39% entre abandono e trancamentos de matrícula nos cursos, que tiveram o total de 1374 ingressantes. Neste mesmo período, o curso de História – Licenciatura apresentou um maior número de abandono e trancamento, com o número de 221 matrículas; o curso de Pedagogia – Licenciatura com 139, Licenciatura em Letras – Português, Espanhol e Respectivas Literaturas (diurno e noturno) com 149; Técnico em Gestão de Turismo com 118; e o Bacharelado em Produção e Política Cultural com 94.

22 SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 80.

23 BRASIL, Unipampa. Plano de Desenvolvimento Institucional. Universidade Federal do Pampa, 2009, p. 57.

Gráfico 3: Relação entre gênero e tipo de mudanças no município após a instalação da Unipampa.

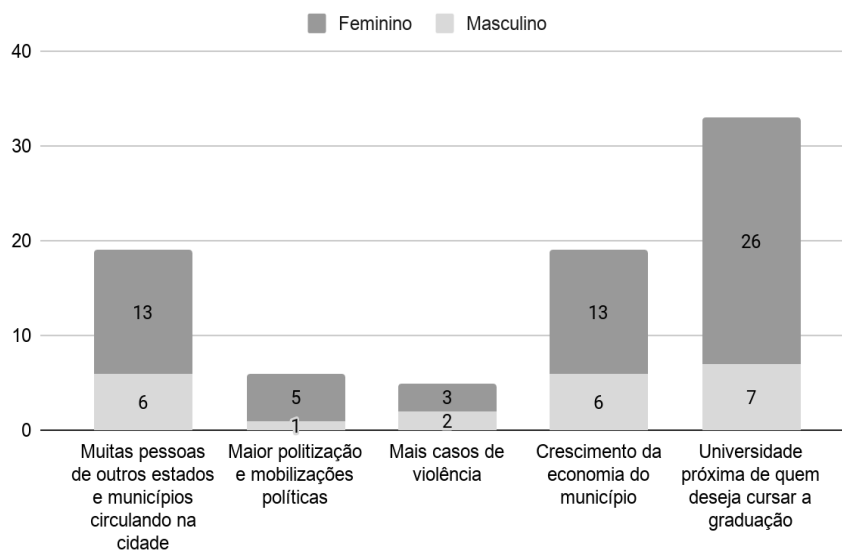


Fonte: Elaboração da autora com dados da pesquisa de campo, 2018.

Ambos os gráficos (3 e 4) se referem à relação entre os gêneros e suas percepções das mudanças que a universidade trouxe. No questionário, classificamos como positivas ou negativas, mas ao produzirmos as análises, consideramos que nos faltavam elementos para elencar o que seriam tais divisões, pois os conceitos podem ser, e muitas vezes são, bastante subjetivos. Assumimos as categorias elencadas enquanto falha no percurso de pesquisa, o que acontece de forma recorrente na formação do professor-pesquisador.

O primeiro gráfico refere-se a uma avaliação genérica entre o entendimento que os entrevistados tinham sobre as tais mudanças; logo, o segundo gráfico apresenta um cruzamento entre gênero e como estes percebem as mudanças após a instalação da universidade.

Gráfico 4: Relação entre gênero e percepção das mudanças no município após a instalação da Unipampa.



Fonte: Elaboração da autora com dados da pesquisa de campo, 2018.

Ao visualizar o gráfico 3, percebe-se que há uma ambiguidade nas respostas, como os entrevistados considerarem as mudanças no município com a instalação da Unipampa em Jaguarão como positivas, porém, quando perguntados sobre quais seriam essas mudanças positivas e negativas, boa parte dos indivíduos apontaram que não sabiam como a universidade estava funcionando, e um dos respondentes até questionou: “A universidade ainda está aberta?”, indagação esta que destacamos como primordial para pensarmos os dados e as discussões presentes neste artigo. Podemos atrelar estes diálogos da pesquisa de campo ao distanciamento da finalidade da IES, que está enfatizada no PDI – 2014-2018: “(...) a responsabilidade social é um compromisso que a Instituição deve ter para com a sociedade, expresso por meio de seus atos e atitudes que afetem positivamente a comunidade externa e a acadêmica, assumindo obrigações de caráter moral e social para a conquista do desenvolvimento”.²⁴

A opção de que há muitas pessoas de outros estados residindo na cidade pode ser tanto uma mudança de contexto negativa, quanto uma mudança positiva, pois raramente os alunos oriundos de outros estados conseguem empregos, enfrentam extensas burocracias para locar imóveis e, até mesmo, terem direito ao atendimento médico, e principalmente, assistência psicológica.

24 BRASIL, Unipampa. Plano de Desenvolvimento Institucional. Universidade Federal do Pampa, 2013, p. 37.

Neste sentido, é importante trazer o resumo de uma matéria feita sobre os estudantes “de fora”. Em agosto de 2019, foi veiculada uma matéria no portal online do jornal Zero Hora²⁵, o jornal que possui maior circulação no estado do Rio Grande do Sul, onde foram entrevistados alguns alunos da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e também da Unipampa, em que os mesmos relatam como é ser “de fora”, chegar e permanecer dentro da universidade. Na matéria, há o depoimento de dois alunos que foram discentes do Campus Jaguarão e que relatam as situações com que se depararam ao chegar e viver na cidade:

Discente 1: Primeiro, senti a mudança climática. Quando cheguei, fazia 16°C. Eu achava muito frio. Em Salvador, o mínimo que faz é 21°C. Depois tem a questão cultural, de calor humano. As pessoas são distantes. Dentro da universidade eu me sinto acolhido, mas a cidade tem muito preconceito, primeiro por eu ser uma pessoa negra, depois por ser gay. Além disso, tem a questão das dificuldades financeiras, por estar longe de casa e não ter familiares, embora eu tivesse minha irmã aqui, mas ela também passava pelo mesmo. Os estudantes geralmente moram numa casa precária, que é o que dá para pagar.

Discente 2: O momento em que mais fiquei mal foi no primeiro ano. O quadro depressivo foi grande, porque eu não sabia o que fazer, estava num lugar completamente diferente, muito tempo em casa vendo cair chuva. Teve a questão de como eu ia chegar aqui, como ia me adaptar, como ia fazer tarefas que normalmente não era eu quem tinha de fazer. Uma das formas que utilizei para enfrentar isso, de me sentir isolada, foi adotar um cachorro, um vira-lata. Ajudou, só que aí aumentaram os gastos. Colabora a visão que a cidade tem dos estudantes. A cidade se fechou, e o aluno de fora tem dificuldade de se sentir integrado. Também não tem a parte do lazer. Quando a gente se junta dentro de uma casa para conversar, para ter um momento de lazer, os vizinhos se incomodam e a polícia aparece. E a faculdade tem muita pressão. Você tem de dar respostas rápidas, o que faz com que fique em modo de ataque todo o tempo, favorecendo a ansiedade. Quem não tem quadro depressivo tem algum problema com ansiedade.

Reisdorfer, ao pesquisar sobre as ressignificações identitárias de estudantes e suas relações com a comunidade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), coloca como a universidade e a experiência acadêmica são compreendidas para além das dimensões reais de preparação acadêmica e profissional. Também caracteriza a relação entre a universidade e a comunidade como “(...) um processo construído por sujeitos de carne e osso. Muito mais que tijolos, livros, quadros e giz, uma universidade é um espaço de tensionamentos sociais, entrelaçamentos e trocas subjetivas”.²⁶

25 GAÚCHA ZH. Porto Alegre: Grupo Zero Hora, 2018. Disponível em: «<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2019/08/depressao-e-ansiedade-de-universitarios-um-problema-em-ascensao-que-preocupa-especialistas-e-instituicoes-cjze96go8o34toipauol8bbez.html>». Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

26 REISDORFER, Thiago *Universidade e interculturalidade: ressignificações identitárias de estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (2008-2017)*. 2018. 303 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018. p. 19.

Após este mapeamento de visões, vimos que, mesmo que a comunidade busque ver a universidade de maneira positiva, isso demonstra algo contraditório, pois grande parte deste grupo não vê a relevância da instituição em sua vida profissional e pessoal. Sendo assim, percebemos que este distanciamento da comunidade para com a universidade (e vice-versa), pode se dar a partir da sensação de não-pertencimento²⁷, o que é um fator para se pensar novas estratégias de integração e de estabelecimento de redes que venham a fazer sentido no mundo da vida, que possam compreender e considerar quem vive no entorno e não está na instituição para valorizar suas vivências e saberes.²⁸

Considerações Finais

Na sociedade dividida em classes, sabe-se que ainda a classe dominante possui um grande poder dentro da universidade, muitas vezes impedindo a sua real autonomia científica, que deve ser pautada no compromisso social que a mesma tem²⁹. Tendo ainda sujeitos pertencentes às classes mais abastadas dominando o espaço público das instituições mais tradicionais, cabe pensar a qual classe uma universidade emergente como a Unipampa – que é composta por discentes de diversas culturas e pertencentes às classes populares – está servindo. Ainda não cabe definir a quem a Instituição de Ensino Superior (IES) busca servir, nossa pesquisa não conseguiu identificar essa questão, porém, futuramente há uma intenção de aprofundar o estudo sobre quem é a universidade e quem faz a universidade.

É relevante citar a concepção de universidade que está descrita no PDI – 2009-2013: “A concepção de universidade, aqui anunciada, exige uma prática pedagógica que dê materialidade aos princípios balizadores do Projeto Institucional. O conhecimento passa a ser compreendido como processo e não como produto”.³⁰ Estes questionamentos possibilitam uma reflexão acerca do papel que a universidade está desempenhando no contexto local, se ela de fato inclui as camadas sociais emergentes dentro do contexto acadêmico ou não.

A maioria dos entrevistados não possui vínculo com a instituição, não concluiu a Educação Básica ou concluiu e não deu continuidade aos estudos, e tal realidade não é demérito, mas pode-se ponderar se estas pessoas reconhecem a universidade como um espaço que é seu por direito e que veio atender suas necessidades enquanto coletivo. Observam-se as análises dos gráficos, onde através dos cruzamentos de dados, percebe-se que há sim um conhecimento sobre a instituição, porém, uma minoria concorre a uma vaga no SISU, e que

27 HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. WMF Martins Fontes, 2013.

28 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

29 PINTO, Álvaro Vieira Pinto. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

30 BRASIL, Unipampa. Plano de Desenvolvimento Institucional. Universidade Federal do Pampa, 2013, p. 10.

também o campus acaba por ter pouca relevância nos modos e objetivos de vida destas pessoas que até o momento vivenciam apenas o mundo do trabalho.

Ao que tange à visão da comunidade sobre a Unipampa – Campus Jaguarão, retomando o questionamento inicial, conclui-se que devemos pensar para quem a universidade está servindo, e analisando estes dados e ações da mesma, ela talvez contribua mais para outras regiões ou para sujeitos oriundos de outras localidades, do que para as pessoas que vivem nas regiões de fronteira, devendo como finalidade desenvolver um trabalho que possa atender a diversas áreas do município e da região, porém, os dados nos indicaram que ela ainda não alcançou especificamente nem mesmo a comunidade que a cerca.

Anexo

1. Instrumento de pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CAMPUS JAGUARÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Programa de Educação Tutorial – PET Pedagogia

Formulário nº _____. Data: _____.

1 – Qual seu sexo?

() Masculino () Feminino

2 – Qual sua idade (em anos)? _____.

3 – Qual a sua zona/bairro de moradia?

_____.

4 – Qual a sua escolaridade?

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino médio incompleto

() cursando o ensino médio

- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Cursando o ensino superior
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Pós graduação incompleta
- ☐ Cursando a pós graduação
- ☐ Pós graduação completa

5 – Qual a área em que você é graduado (a)?

- ☐ Ciências Exatas e da Terra
- ☐ Ciências Biológicas
- ☐ Engenharias
- ☐ Ciências da Saúde
- ☐ Ciências Sociais Aplicadas
- ☐ Ciências Humanas
- ☐ Linguística, Letras e Artes
- ☐ Multidisciplinar

6 – Possuiu/possui algum vínculo com a Unipampa?

- ☐ Sim ☐ Não

7 – Se sim, realizou qual modalidade de curso?

- ☐ Graduação ☐ Pós-graduação ☐ Curso de formação

8 – Quando você teve conhecimento sobre a fundação da Unipampa?

- ☐ No ano de sua criação
- ☐ Após a formatura de algum amigo/parente dentro da instituição
- ☐ Após disputar uma vaga no Sistema de Seleção Unificada (Sisu)
- ☐ Após a implantação de seu prédio oficial no Bairro Kennedy

9 – Na sua opinião, a vinda da Unipampa para a cidade foi um acontecimento relevante?

- ☐ Sim
- ☐ Não

10 – Levando em consideração a questão anterior, você acha que os cursos que o Campus Jaguarão oferece, são bons/relevantes?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Sim, mas a instituição poderia ter mais cursos

11 – A universidade tem alguma relevância para você?

- ☐ Sim, na vida profissional

() Sim, na vida pessoal

() Em ambas

() Não é importante

12 – O que mudou na cidade após a vinda da Unipampa?

() Apenas mudanças negativas

() Apenas mudanças positivas

() Não sei

13 – Quais foram as mudanças (positivas e negativas)?

() Muitas pessoas de outros estados e municípios circulando na cidade

() Maior politização e mobilizações políticas

() Mais casos de violência

() Crescimento da economia do município

() Universidade próxima de quem deseja cursar a graduação

ENTREVISTA

A longa e tortuosa trajetória da Autonomia Universitária no Brasil : entrevista com Márcia Bassetto Paes

Márcia Bassetto Paes possui uma história de vida e luta vinculada à ideia de autonomia. Militante da Liga Operária durante a Ditadura Militar, ela foi presa em 1977 por distribuir panfletos nas portas de fábricas do ABC paulista. Assim como outros militantes de esquerda, encarou os porões da ditadura, foi torturada. Sentiu na pele o peso da censura, da repressão à livre expressão do pensamento e à autonomia do cidadão. A ditadura interrompeu sua formação como historiadora, mas regressaria à universidade outras tantas vezes, formando-se em Marketing, Letras e Licenciatura (Português). Atualmente é doutoranda na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), pesquisando a história dessa mesma universidade nos tempos da ditadura. Nesta entrevista, conversaremos com a doutoranda Márcia Bassetto sobre a longa e tortuosa trajetória da autonomia universitária no Brasil.

Entrevista realizada por Dirceu Franco Ferreira, doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Conselho Editorial da *Revista Angelus Novus* (RAN).

Submissão

26/07/2020

Publicação

02/09/2020

REVISTA ANGELUS NOVUS

Você iniciou a graduação em História nos anos 1970 e agora está de volta ao departamento de História da USP para realizar seu doutoramento. Como você descreveria esses dois contextos, levando em consideração o fato de que no primeiro não havia autonomia universitária?

MÁRCIA BASSETTO PAES

Entrei para o Departamento de História em 1976, e retornei à USP em 2010 para fazer Letras. Nessa volta, fui convidada pela Prof. Dra. Janice Theodoro da Silva para integrar a equipe de pesquisadores da Comissão da Verdade da USP. Graças a esse trabalho, bastante importante no âmbito da Universidade de São Paulo, pude desenvolver o meu projeto de doutorado, que é exatamente a reconstituição de um acervo documental produzido por um órgão de informação que atuava dentro da Universidade de São Paulo – a AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação), ligada ao Serviço Nacional de Informações (SNI). É interessante pensar nos dois contextos, mas é necessário, de antemão, estarmos de acordo com a definição de autonomia universitária. A Constituição de 1988 estabeleceu importantes marcos para essa definição. Explicita que as universidades têm liberdade para construir sua identidade e assumir seu papel social no Estado democrático de direito. Segundo o Art. 207, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. É uma definição que pode ser usada para equacionarmos esses dois contextos. Em meados dos anos 1970, um dos fantasmas que pairava sobre as universidades públicas era a implantação do ensino pago. Essa pauta mobilizou durante muito tempo boa parte dos estudantes e foi o caminho inicial para a reconstrução das entidades representativas destruídas pela ditadura civil-militar.

Hoje, nos vemos ainda, ironicamente, não só às voltas com a penúria financeira, mas também quanto a sua laicidade e à liberdade de pensamento. Temos vários exemplos de ocorrências bem recentes para serem pinçadas. As ocupações em 2013, com destaque para o episódio da UnB; a crise vivida com a falta de repasse de verbas e o consequente fechamento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) por vários meses, com prejuízo para toda a comunidade acadêmica, para o desenvolvimento

das pesquisas e, ainda, para a população que deixou de ser atendida em suas unidades de saúde. Somam-se a falta de recursos, as ingerências no livre-pensar acadêmico. Às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais, várias universidades públicas sofreram ataques por parte de fiscais da Justiça Eleitoral e da polícia, a fim de reprimir manifestações estudantis antifascistas. Uma violação clara à liberdade de expressão e à autonomia universitária. E, claro, não podemos esquecer a falsa polêmica da “Escola sem partido”, amplificada sob o governo de Jair Bolsonaro.

Bolsonaro tentou, ainda, passar a medida provisória que impunha várias restrições à autonomia universitária. Dentre elas pesos diferentes para os integrantes das comunidades acadêmicas, proibição da reeleição de reitores e de professor que houvesse substituído o reitor por mais de um ano no mandato anterior, além de que os candidatos enquadrados na Lei da Ficha Limpa não poderiam concorrer.

O Ministério da Educação, e todos os seus reveses, são a constatação de toda a crise que as universidades sofrem hoje.

RAN

De que maneira a questão da autonomia universitária era discutida nos anos 1970, na Universidade de São Paulo?

MBP

Há 45 anos os recursos eram exíguos. Havia descaso com a formação dos professores; os exames vestibulares seletivos controlavam a entrada nos cursos, elitizando as escolas; alunos e jovens professores tinham pouca ou nenhuma voz ativa nos assuntos universitários; as universidades dividiam-se em escolas isoladas, departamentos estanques que não permitiam o aproveitamento racional de seus recursos e impediam a formação interdisciplinar. A Universidade precisava urgentemente ser aberta, ampliada, flexibilizada, enriquecida, valorizada, democratizada. Naquela altura, as comunidades acadêmicas levantavam a bandeira da Reforma Universitária. Havia ainda a reivindicação da volta dos professores e pesquisadores atingidos pelo AI-5 e a revogação do Decreto-Lei nº 477. Hoje, lamentavelmente, além de muitos problemas dessas pautas não terem sido resolvidos, temos outra lista sensivelmente ampliada.

RAN

Você se vinculou à Liga Operária e à Convergência Socialista. Como você avalia a contribuição dessas organizações para o debate sobre a autonomia universitária e liberdade de pensamento no Brasil da transição da ditadura à democracia?

MBP

A Convergência Socialista foi criada pela Liga Operária. Foi uma política absolutamente acertada daquele pequeno grupo de trotskistas ao vislumbrar a possibilidade de abertura em consequência das mobilizações contra a ditadura civil-militar. Seu principal objetivo era reunir os socialistas num movimento massivo para participar aberta e legalmente da vida política brasileira. Conseguiu o apoio de intelectuais, artistas, dentre eles Mário Pedrosa, além de ampliar a tímida penetração que já havia iniciado entre a classe trabalhadora colocando claramente o socialismo como horizonte de uma sociedade mais justa e igualitária. Acredito que alguns números revelam a importância no processo de abertura que se inaugurava. A primeira convenção nacional do Movimento Convergência Socialista, após uma ampla preparação prévia de discussões, conseguiu reunir mais de 300 delegados representando oito estados. Contou, ainda, com cerca de 1.200 pessoas.

RAN

Na capa da edição n. 16 da *Revista Angelus Novus* publicamos uma foto das mobilizações que tomaram as ruas do Brasil em 1977, com forte apelo às liberdades democráticas. Como sua trajetória se vincula a esse momento e como você interpreta a questão da autonomia universitária como parte das liberdades democráticas no contexto do Estado de Direito?

MBP

Pois é, a foto me chamou a atenção porque trata-se de uma das manifestações, acredito que a maior delas, ocorrida em 5 de maio de 1977, realizada pela minha libertação e de outros companheiros que foram presos comigo: Anita Maria Fabbri, da História/USP, Celso Brambilla, operário da Mercedes-Benz, José Maria de Almeida e

Ademir Marino, operários, Cláudio Lúcio Gravina, da PUC e Fernando Lopes, militante do MEP (Movimento de Expansão do Proletariado), não me recorde em que setor Fernando atuava. Havia uma reivindicação pontual e uma geral. As palavras de ordem eram “Libertem nossos presos”, “Por Liberdades Democráticas”, “Pelo Estado de Direito”. Eu, Celso, Zé Maria de Almeida havíamos sido presos na madrugada de 28 de abril enquanto pendurávamos alguns panfletos referentes ao primeiro de maio, em portas de algumas fábricas do ABC. Naquela altura, eu havia trancado o curso de História e trabalhava em uma fábrica metalúrgica em São Bernardo. Os dirigentes da Liga Operária apostavam na reorganização dos trabalhadores e viam o polo metalúrgico de São Bernardo como a vanguarda desse processo que poderia se iniciar. Naquela altura, os sindicatos eram totalmente controlados por pelegos, as oposições atuavam na clandestinidade. Havia um operário, o Luís Inácio da Silva, que começava a se distinguir como uma futura liderança. Os nossos panfletos colocavam o primeiro de maio no marco da luta dos trabalhadores e não uma efeméride para festas, como queriam os pelegos. Reivindicávamos aumento de salários e nos posicionávamos contra as políticas econômicas implementadas pelo regime militar. Isso foi muito importante porque nós não nos confundíamos com as propostas da luta armada, por exemplo, última manifestação absolutamente derrotada das lideranças de esquerda. Por outro lado, sensibilizávamos parcela importante de trabalhadores já bastante desgastados com a política econômica. Dois dias após a nossa prisão, os militantes da Liga Operária conseguiram levar a uma assembleia no auditório da História cinco operários, meus companheiros na oposição. Um deles, inclusive, uma velha liderança do setor químico. Eles, muito emocionados, pediram aos estudantes que se mobilizassem pela nossa libertação. Foi um episódio bastante emocionante e serviu como estopim para os estudantes saírem às ruas. Após a assembleia nos Departamentos de História e Geografia, seguiram-se outras dentro da USP, da PUC, Unicamp e se alastraram para várias outras universidades de outros estados.

As mobilizações de 1977 são um momento ímpar na história do movimento estudantil e compõem um recorte bastante interessante para pesquisa. Acredito que tenha sido um ano recorde de prisões estudantis. O documentário O apito da panela de pressão é um importante registro dessas mobilizações. Foi filmado por estudantes anônimos (não usávamos nossos nomes à época, por conta da perseguição) que assinavam como grupo Alegria e distribuído pelos DCEs recém-fundados da USP e da PUC.¹

1 Para mais informações, acessar o link: «<https://www.youtube.com/watch?v=IEPfsOenJ4>».

RAN

A partir de sua trajetória na militância estudantil e como pessoa sensível à formação universitária das novas gerações de lideranças, como você compreende o atual momento da autonomia universitária no Brasil?

MBP

Estamos, na verdade, vivendo o ápice de um processo que começou lá atrás, com o neoliberalismo. Hoje, não só não conquistamos a autonomia administrativa, reivindicação antiga, como sofremos com o corte sistemático de verbas das fundações que fomentam a pesquisa nas universidades. O financiamento da pesquisa no Brasil se dá por meio de diferentes sistemas e instituições ligadas direta ou indiretamente aos ministérios. CNPq, Finep, CAPES, FNDCT, BNDES são as principais delas, além das agências estaduais que constituem as FAPs – Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa agrupadas no CONFAP. Estas instituições estão cortando violentamente o financiamento de pesquisa no Brasil. O fim do projeto Ciência sem Fronteiras, composto pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC, representou um corte violento em vários projetos de pesquisa. Nem vou entrar no âmbito particular das Ciências Humanas que nessa cadeia alimentar dos financiamentos ocupa o patamar mais baixo da pirâmide e é, historicamente, prejudicada.

Hoje, as principais agências de financiamento da pesquisa – CNPq e CAPES – enfrentam problemas com a redução de orçamento. Há também leis de Incentivo Fiscal e Fomento à Inovação, financiamentos empresariais que constituem o outro lado da moeda no quesito autonomia financeira. Cito o exemplo da entrada do curso de Coreano na Letras da USP. Quem percorrer o corredor das salas das secretarias dos cursos da Letras irá se deparar, na porta da sala de Coreano, com um cartazete grudado ostentando os logotipos da LG e da Samsung. Ou seja, com o apoio dessas empresas, que não sabemos muito bem como se dá, foi implementado um curso para os técnicos de empresas coreanas instaladas no Brasil. Enquanto isso, outros cursos do Departamento de línguas orientais e de importância ímpar, como russo, estão à míngua, sem professores e sem perspectiva de sobrevivência. Os partidários do desenvolvimentismo a qualquer preço são os entusiastas dessas parcerias.

O mais triste é que não vemos uma articulação de estudantes com professores e membros da comunidade no sentido de reverter essa situação. Há desconhecimento total por parte das organizações de estudantes e convivência de muitos professores e membros da administração da USP. Contudo, é importante reafirmar que estamos sofrendo um ataque implacável desferido por um governo que está sob o comando de um neofascista. Trata-se da extinção de uma forma de ver a produção intelectual e cultural, de um modelo de universidade forjado nos pressupostos de ensino laico e na valorização dos saberes. Essa articulação é imprescindível para que a comunidade universitária reúna forças a fim de resistir a esse poderoso ataque. Caso contrário, mergulharemos, definitivamente, em um retrocesso histórico nunca visto.

RAN

Em seu doutoramento, pelo que entendi, você investiga os arquivos administrativos da Universidade nos anos 1970 e início da década de 1980. O que esses arquivos revelam sobre a presença da censura nos campi da USP?

MBP

Meu trabalho é reconstituir os documentos da AESI-USP (Assessoria Especial de Segurança e Informação) para entregá-los aos arquivos da Universidade. As AESIs foram implementadas pelo governo civil-militar e tinham como alvo as repartições federais. Porém, o reitor da USP, Miguel Reale, em seu segundo mandato como reitor, determinou, em 1972, a formalização de uma AESI no campus, em consonância com as diretrizes do SNI. A medida comprometia a própria autonomia da instituição, já que as decisões administrativas de seu órgão máximo, o Conselho Universitário, passaram a subordinar-se a instâncias ligadas ao governo federal. Vários funcionários foram contratados ou transferidos de outras unidades para nele atuar com atribuições diversas. Tais atividades geraram, naturalmente, ao longo desses dez anos de funcionamento, um grande volume de documentos. Mas nada restou do arquivo acumulado pela AESI-USP, que, de acordo com as declarações do ex-reitor Antonio Hélio Guerra Vieira, foi destruído no início de sua gestão (1982-1986). Segundo depoimento que prestou à Comissão da Verdade da USP, em 2013, a decisão de “queimar tudo” foi partilhada com Humberto Marques Filgueiras, chefe da Consultoria Jurídica, e Sérgio Baptista Zaccarelli, coordenador de Administração Geral (Codage), e devidamente registrada em

ata assinada por eles. É muito reveladora a maneira como o ex-reitor descreve como foram queimados os arquivos. Segundo ele “mandei queimar na Faculdade de Veterinária, onde se incineram os cães”.

Tudo leva a crer que a destruição do arquivo corresponde ao propósito de não deixar vestígios das atividades desenvolvidas pela AESI-USP. O fato é que, não tivesse sido destruído, o arquivo da AESI-USP, para além de inegável valor expiatório, seria também fundamental fonte de conhecimento retrospectivo, capaz de iluminar um dos períodos mais controvertidos da história da Universidade.

Através deles podemos verificar como foi a atuação conivente dos ex-reitores com esse dispositivo. O que nos leva a examinar a herança deixada por eles no tocante ao assunto autonomia universitária. Exemplo disso foi a admissão através de ato assinado pelo reitor Orlando Marques de Paiva, do general João Franco Pontes para exercer o cargo de chefe da AESI até então ocupado por Krikor Tcherkesian, em 1976. João Franco Pontes, ligado ao General Figueiredo e a militares franceses como Paul Aussarresses. É importante citar essa ligação com o general francês, pois segundo declarações do próprio Aussarresses, em entrevista concedida pouco antes de morrer, ele ensinou aos brasileiros como se ajuda a “suicidar” um preso político, se referindo ao assassinato de Vladimir Herzog. O general João Franco Pontes manteve-se no comando da AESI/USP até a sua extinção, em 1982, na gestão do reitor Antonio Hélio Guerra Vieira, aquele que “incinerou os documentos” por não os considerar tão importantes assim. Embora contratado por Orlando Marques de Paiva, o general Pontes tinha seu salário pago pela CESP. E, segundo Antonio Hélio Guerra Vieira, foi para onde retornou após 1982. Ao estudar estes documentos, inevitavelmente, somos levados ao exame da história imediatamente anterior. O resultado é o questionamento: já houve autonomia universitária na Universidade de São Paulo? A USP esteve sob o comando de Linneu Prestes, que se declarava orgulhoso em repassar nomes de professores e estudantes comunistas ao DOPS; Ernesto Leme, cujo currículo como reitor ostenta o fato de não ter contratado Oscar Niemeyer para lecionar na FAU por ser comunista; Miguel Reale por duas vezes reitor, integralista e colaborador com os serviços de informação implementou a AESI/USP; Luís Antônio da Gama e Silva, Ministro da Justiça da ditadura civil-militar; e outros menos notórios como Orlando Marques de Paiva que contratou o general Pontes e Antonio Hélio Guerra Vieira, o incinerador de documentos. Todos comprovam a total conivência com a falta de autonomia administrativa, de cátedra e financeira da Universidade de São Paulo.

Mesmo decorridos quase 50 anos da implantação desse órgão de controle, que decidia acima de todas as instâncias da universidade e apesar de inúmeras denúncias de

sua existência, oficialmente a USP não faz menção alguma à sua existência e, sobretudo, aos inúmeros prejuízos causados por dez anos de atuação dentro da universidade, ferindo os direitos básicos de autodeterminação.

RAN

Você faz parte da Equipe Editorial da *Revista Angelus Novus* e atua profissionalmente no mercado editorial. Como foi sua inserção no mercado editorial e qual o perfil das publicações nas quais trabalhou?

MBP

Depois de seis anos militando profissionalmente, eu e meu companheiro Ronaldo Almeida, também militante, tínhamos muita dificuldade em nos inserir no mercado de trabalho. Então, como quem não sabe fazer nada vai para a área de comunicação (brincadeira). Passei por algumas agências de publicidade, nos cursos de comunicação e publicidade do SENAC, editoras como Abril, Editora Três. Ronaldo trabalhou na Folha de São Paulo. Depois de um tempo fora do país, nós saímos por um ano em 1985 na contramão da volta dos exilados. Nossos contatos nos levaram a fazer News Letters, House Organs e assim entramos no mercado de revistas técnicas. Na verdade, comunicação era o que sabíamos fazer, e escrever sempre foi uma consequência disso.²

² Para saber mais sobre a questão da censura na Universidade de São Paulo acessar: «<https://sites.usp.br/comissaodaverdade/>»; «<https://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>».

ARTIGOS

O mangá como arte, história e narrativa : relações entre o “eu” e o “outro”

Antonio Augusto Zanon

Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF)

Resumo

Este artigo tem como objetivo central mostrar como o mangá é um objeto histórico não puramente japonês e que suas narrativas são delineadoras de um imaginário globalizante. Para tal, será primeiramente abordado o mangá quanto objeto artístico e suas relações com o mundo externo. Em segunda instância, busca-se mostrar na ótica de Edward Said, que o extremo-orient também é uma construção através das técnicas orientalistas e que o “eu” e o “outro” se constroem em conjunto através das narrativas e das relações de poder. Tais discussões possibilitam o entendimento de que a globalização, através das hibridizações culturais, forma novas culturas, menos ligadas à sua gênese e mais suscetíveis as transformações acometidas pela alteridade entre o “eu” e o “outro”.

Palavras-chave Mangá – Oriente e Ocidente – Narrativa – Cultura – Hibridização.

Abstract

The main objective of this article is to show how the manga is a historical object that is not purely Japanese and that its narratives are outlines of a globalizing imaginary. To this end, manga will first be addressed as an artistic object and its relations with the external world. In the second instance, it seeks to show, from the perspective of Edward Said, that the Far East is also a construction through Orientalist techniques and that the “I” and the “other” are built together through narratives and power relations. Such discussions make it possible to understand that globalization, through cultural hybridizations, forms new cultures, less linked to their genesis and more susceptible to the changes affected by the otherness between the “me” and the “other”.

Keywords Manga – East and West – Narrative – Culture – Hybridization.

Submissão

08/02/2020

Aprovação

23/11/2020

Publicação

09/12/2020

O mangá e as artes

O mangá é, acima de tudo, um objeto cultural criado no Japão. Todavia, para a construção do mangá moderno, ampla e nada efêmera influência de outras partes do mundo foi necessária. Influências iniciais dos quadrinhos japoneses modernos remetem aos *Ê-Makimono*,¹ de acordo com Ono e Tezuka, dois grandes *mangakás*² contemporâneos. Muitos desses rolos de papel ficaram famosos durante os séculos XI e XII, sendo os desenhos mais famosos feitos por um monge budista – ou *bonzo* – chamado Kakuyu Toba. A coleção dos desenhos do *bonzo*, se denomina *Chojugiga*, que em sua tradução literal são desenhos humorísticos de pássaros e animais. O mais interessante é notar que os desenhos são feitos de modo que os animais se vestem e agem como os humanos e, mais especificamente, é uma crítica a certas classes e ao modo de ser no Japão dos séculos XI e XII, como visto na figura 1.³

Figura 1: *Chojugiga* de Toba.



Fonte: Imagem de domínio público.

O bonzo Toba também é responsável, de acordo com algumas lendas e estudiosos, por competições de desenhos fálicos, onde as imagens mostravam homens comparando e usando seus falos como objetos medidores de força. Também, por volta do século XVII, houve a criação de desenhos de cunho religioso budista. Todavia, ao voltar-se para os séculos X, XI e XII, outra forma de arte era expressa por alguns artistas. Essas

¹ *Ê-Makimono*: rolos de papel ou seda que se desenrolavam contando a histórias.

² *Mangaká*: escritor de mangás.

³ LUYTEN, S. M. B. *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses*. São Paulo: Hedra, 2000.

eram obras que retratavam os seis mundos da cosmologia budista e, constantemente representavam os fantasmas, as doenças e o inferno. No século XV, os demônios se tornam cômicos e não mais assustadores como outrora, pois dançavam, cantavam e sumiam antes do raiar do sol. Obras de poesia eram constantemente ilustradas também.

Com o fechamento do Japão para o mundo a partir do século XV, período conhecido como xogunato de Tokugawa, uma pequena ilha artificial no formato de leque fora construída, nas proximidades de Nagasaki, para possibilitar a entrada de comerciantes Holandeses – únicos ocidentais a negociar com os japoneses durante o período – desde que seguissem as normas restritas que as autoridades japonesas ditassem.⁴ Nesse período, a Holanda vivia próspero desenvolvimento artístico, no que se refere à pintura de paisagens, tanto que se tornaram tão comuns e banais, que passaram a servir de embrulho para as mercadorias que eram introduzidas no Japão. Dessa forma, inspiraram muitos artistas no Japão a mudarem as temáticas de suas pinturas que, até o momento, eram oficialmente compostas por afrescos de gueixas e samurais. Novas técnicas de pintura, assim como novos materiais foram surgindo, a exemplo dos *ukiyo-ê*, que eram nada menos que pinturas em madeira. A intenção desse novo estilo de pintura era retratar a vida mundana e cotidiana do povo japonês, de forma simplória. Nesse momento não havia nem uma semelhança visual com o mangá moderno, todavia, sua temática já era muito próxima.

O mais famoso desses pintores foi Katsushita Hokusai, que cunhou o termo *mangá*. Suas pinturas exteriorizam o conceito de *ukiyo-ê* no momento de agitação do período Edo.⁵ Como comenta Luyten,⁶ os temas preferidos de Hokusai⁷ são a vida urbana, as classes sociais, a natureza fantástica e a personificação dos animais. Se faz mister exaltar que, mais tarde, através de um discurso preconceituoso, os europeus e os estadunidenses consideraram o Japão como um país atrasado, sem virtude, entre infinitos outros comentários degradantes no que se refere as questões culturais. Mas, pode-se lembrar facilmente que, no mesmo período onde Hokusai e outros inúmeros artistas faziam pinturas sobre o cotidiano e a simplicidade, a Europa e os Estados Unidos consideravam como arte, apenas movimentos aceitos e reproduzido pelos valores da elite.

4 VISUALIZING Japan (1850s-1930s): Westernization, Protest, Modernity. [s.l.]: Edx, 2012. Son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.edx.org/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

5 Séculos XVII, XVIII e XIX.

6 LUYTEN, S. M. B. *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses*. São Paulo: Hedra, 2000.

7 Uma outra importante contribuição, ou talvez inclusive, sua maior, tenha sido um manual de instruções da arte de desenhar.

Mas a questão é mais complexa que isso. A arte é algo vivo que está sujeita as regras de seu tempo, recriando-o. Modificar a arte é modificar a sociedade e vice-versa, é fazer política. Como afirma Canclini,

mudar as regras da arte não é apenas um problema estético: questiona as estruturas com que os membros do mundo artístico estão habituados a relacionar-se, e também os costumes e crenças dos receptores. Um escultor que decide fazer obras com terra, ao ar livre, não colecionáveis, está desafiando os que trabalham em museus, os artistas que aspiram a expor neles e os espectadores que vêem nessas instituições recintos supremos do espírito.⁸

De forma alguma busca-se aqui enaltecer, e dessa forma persistir com o discurso do “um” superior ao “outro”, mas apenas lançar indagações que ajudem a refletir sobre a legitimidade do discurso dos detentores do mesmo. Artistas europeus famosos como Monet e Van Gogh estudaram as gravuras de Hokusai, e suas próprias pinturas estão embebidas de elementos japoneses (Figura 2).

Figura 2: Père Tanguy de Van Gogh – ao fundo nota-se muitas gravuras ukiyo-ê.



Fonte: Imagem de domínio público.

Outro aspecto importante, que merece ser retratado, é a produção de ilustrações eróticas chamadas de *Shunga*, onde o amor era representado de forma natural e descontraída. Ressalta-se aqui, que o povo japonês considera a arte de amar como algo

8 CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2015.

que está fora da área da vida comum e do cotidiano, faz parte de outra esfera. Os tabus Ocidentais não são existentes no Japão do século XVIII. Como Ruth Benedict afirma em seu livro

(...) Temos muitos tabus no prazer erótico que os japoneses não têm. É um terreno em que, ao contrário de nós, não são moralistas. Como qualquer outro ‘sentimento humano’, consideram o sexo de todo bom ocupando um lugar secundário na vida. Nada há de mal nos ‘sentimentos humanos’ e, portanto, não há necessidade de ser moralista quanto aos prazeres do sexo.⁹

Assim sendo, um homem poderia ter relações amorosas com outras mulheres, além de sua esposa, se conseguisse manter ambas. Inclusive, a esposa sabia dos encontros casuais de seu marido com a outra mulher e não poderia deixar seus sentimentos afetarem a sua função como esposa e mãe. Ao mesmo tempo, não era comum aos homens japoneses terem relações homossexuais, todavia, quando feitas, assim como os gregos, os homens mais velhos procuravam jovens para serem os sujeitos passivos da relação, para que seu orgulho não fosse ferido.

Outra forma marcante de arte, os *Toba-ê Sankokushi*, vendidos aos milhares, foram os primeiros livros em formato de *cartoons* produzidos no Japão, e também, os primeiros nesse formato, mesmo que ainda diferentes da arte presente no atual mangá, com quadros e balões. Sua temática era a representação do cotidiano das pessoas nas grandes cidades do Japão, como Kyoto, Osaka e Tóquio. Já, no final do século XVIII, os *Kibyoshi*, livrinhos que retratavam a vida urbana de forma humorística, foram produzidos por pouco tempo, por desafiarem as autoridades.¹⁰

Em meados do século XIX, tem-se o fim do isolacionismo japonês à força, por frotas estadunidenses, descontentes com o comportamento japonês perante os estrangeiros, pois os japoneses tratavam de forma péssima os náufragos, assim como não davam assistência para o reabastecimento de suprimentos dos navios pesqueiros e baleeiros. Dessa forma, o Comodoro Matthew C. Perry vai até o Japão com um ultimato para a abertura dos portos, e em caso de resposta negativa, seriam necessárias medidas mais drásticas, isto é, o uso dos canhões.

O conhecimento de pouquíssimos japoneses que, por inúmeras razões, estiveram fora do Japão e retornaram durante esse período, junto com as informações oriundas da ilha artificial onde os Holandeses comercializavam com os japoneses e ainda, os exemplos da guerra do Ópio fizeram com que os japoneses soubessem da força dos “*black ships*”, dos navios negros movidos a vapor capazes de grande destruição. Através

9 BENEDICT, R. *O Crisântemo e a Espada*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

10 LUYTEN, S. M. B. *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses*. São Paulo: Hedra, 2000.

dessa diplomacia do canhão, como é comumente conhecida, os japoneses não veem outra forma de agir senão, abrir os portos para os EUA e posteriormente, ao mundo. Tem-se aí o início da Era Meiji, uma era que tem como objetivo a construção de um Japão moderno, aos moldes dos países europeus, mas principalmente, aos moldes dos EUA.¹¹

É interessante notar essa chegada dos estadunidenses ao Japão, pois há inúmeras imagens que representam o olhar de ambos os lados do “outro”. Como visto nas imagens 3, 4, 5, 6, 7 e 8 que expressam o contato do “ocidente” com o Japão.

Figura 3: Comodoro Perry a direita e a esquerda o segundo em comando, Henry A. Adams.



Fonte: Site da EdX, plataforma de estudos da universidade de Oxford e do MIT.

Ressalta-se aqui a forma medonha representada nas pinturas, assim como seus traços tanto do nariz, quanto dos olhos. Isto é, os personagens têm uma cara demoníaca, praticamente rachada, com narizes ridiculamente enormes, todavia, com olhos tipicamente orientais. Isso demonstra o fato que a imagem foi criada a partir das descrições de outros japoneses, que tiveram contato – raros e rápidos – com os estadunidenses.

Visualizando unicamente a imagem abaixo, fica complicado distinguir se se trata do Japão ou de algum país europeu, em virtude de haver uma mistura entre objetos e

¹¹ VISUALIZING Japan (1850s-1930s): Westernization, Protest, Modernity. [s.l.]: Edx, 2012. Disponível em: <<https://www.edx.org/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

características típicas de ambos. Assim poderíamos estar tanto na Europa, com alguns visitantes japoneses, ou como de fato acontece, estar no Japão de 1927.

Figura 4: Shiseido – uma farmácia de modelo ocidental, fundada em 1872 – apenas 4 anos após a abertura dos portos – na cidade de Ginza, na época centro cultural e da moda no Japão.



Fonte: Site da EdX, plataforma de estudos da universidade de Oxford e do MIT.

Na figura 4, há representações de pessoas e coisas e não o real delas. A pintura é a captura de um momento singular, onde vários elementos, que vão desde o que o autor entende por arte, até elementos políticos e culturais, levam o quadro a ser criado. A obra nunca é nula de subjetividade e está invariavelmente embebida pelos mais diversos devaneios e história do artista. No fim, a pintura é uma junção da experiência e da expectativa de seu criador.

As imagens são discursos, e como discursos, podem ser preparados e criados com uma finalidade. Assim, a imagem “real”, oficial, feita através de uma câmera fotográfica do Comodoro Perry (Imagem 5) pode não ser não tão representativa do real para o povo japonês quanto as imagens 6, 7 ou 8, feitas a partir de pinturas japonesas, com diferentes teias de discursos e relações de poder inseridas nos mais diferentes contextos sociais.

Figura 5: Fotografia do Comodoro Perry.



Fonte: Site da EdX, plataforma de estudos da universidade de Oxford e do MIT.

Figura 6: Representação artística do Comodoro.



Fonte: Site da EdX, plataforma de estudos da universidade de Oxford e do MIT.

Figura 7: Representação artística do Comodoro Perry.



Fonte: Site da EdX, plataforma de estudos da universidade de Oxford e do MIT.

Figura 8: Representação artística do Comodoro Perry.



Fonte: Site da EdX, plataforma de estudos da universidade de Oxford e do MIT.

A partir da restauração Meiji, os primeiros *cartoons* aos moldes europeus foram introduzidos no Japão pelo inglês Charles Wirgman, e pelo francês Georges Bigot. Wirgman foi trabalhar como correspondente no Japão e acabou se casando e fixando residência. Então, iniciou a edição de uma revista de humor chamada *Japan Punch*, introduzindo ao povo japonês a charge política. O autor se utilizava de balões em suas charges com frequência e Bigot, os colocava em sequência para assim desenvolver uma narrativa.¹² Apesar do intuito inicial dessa revista servir como objeto para os ocidentais no Japão, ela se tornou um ponto de referência para a produção dos artistas japoneses.

Desse ponto em diante, o mangá moderno começa a se constituir no que se refere ao padrão visual. Uma revista legítima japonesa, chamada *Marumaru shimbun*, trazia um humor ilustrado através dos mais diversos assuntos, como cartuns, charges, quadrinhos, caricaturas e ilustrações, todos visualmente mostrando enorme influência europeia.

Nos EUA, a produção de quadrinhos também estava passando por uma fase de crescimento. Em 1896, surge o *Yellow Kid* que não era exatamente uma história em quadrinhos ainda, mas sim, um projeto do mesmo, com as narrativas se colocando em sequência, com o uso de balões e um enredo fixo. No Japão, os produtores desse conteúdo estavam mudando o seu olhar da Europa para a América. Rakuten Kitazawa foi quem criou, no Japão, o primeiro quadrinho com as características semelhantes as do *Yellow Kid* – sem o uso de balões ainda – e adotou o termo mangá como representante daquele tipo de arte. Continuando seu trabalho como editor e cartunista, tornou-se famoso internacionalmente quando teve seu trabalho divulgado em Paris e foi, inclusive, condecorado.¹³

“Oriente e Ocidente”: pensar o mangá fora do dualismo

Não era unicamente na área da arte e da cultura que o Japão estava se ocidentalizando. No início do século XX, o país estava absorvendo e convidando conselheiros estrangeiros para se modernizar, lhes pagando altos soldos. A nação japonesa tinha a intenção de se tornar uma grande potência, assim foram aplicando técnicas das mais variadas, comprando produtos e aprendendo com o ocidente e suas técnicas. Fez um grande esforço para se modernizar, ou melhor dizendo, para se ocidentalizar. Entretanto, o uso constante dos termos “Ocidente” e “Oriente” não tem estabilidade ontológica como diz Edward W. Said. Esses termos apenas nos mostram

¹² LUYTEN, S. M. B. *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses*. São Paulo: Hedra, 2000.

¹³ GRAVETT, P. *Mangá: Como o Japão Reinventou os Quadrinhos*. São Paulo: Conrad, 2006.

que há uma cadeia de discurso criada para legitimar um perante o outro, e mostrar que para haver um ocidente e um oriente, precisa-se ter um centro, e esse centro é a Europa. Ao se utilizar neste trabalho dos termos oriente e ocidente, século X, XV ou XX, retrata-se o quanto estamos presos a uma lógica de constante construção, catalogação e estereotipação das mais diferentes coisas, inclusive – se não principalmente – de nós mesmos. Said ainda exprime em seu texto, que

(...) No processo [de conquista do oriente], os inúmeros sedimentos de história que incluem incontáveis histórias e uma quantidade estonteante de povos, línguas, experiências e culturas, tudo isso é desqualificado ou ignorado, relegado ao monturo, juntamente com os tesouros esmigalhados até formar fragmentos insignificantes (...). (...) a história é feita por homens e mulheres, e do mesmo modo ela também pode ser desfeita e reescrita, sempre com vários silêncios e elisões, sempre com formas impostas e desfiguramentos tolerados (...).¹⁴

Os valores impostos pelas democracias ocidentais nem sempre são compartilhados por todos os países e locais. As mulheres muçulmanas, por exemplo, são frequentemente alvos de comentários do exterior pelo fato de se vestirem e de agirem de tal modo. O que deve-se ter em mente que elas não se vestem ou agem para as massas como as mulheres “ocidentais”, mas se vestem para os seus homens. Deve-se ressaltar que, nessa linha de raciocínio, está sendo considerado que há pensamentos diversos, onde as mulheres do mundo muçulmano também querem mais liberdade. Todavia entra-se em bifurcações de pensamentos, práticas e culturas que não podem ser respondidas facilmente. Infelizmente não há a consciência de que as pessoas que moram “lá” não são como “nós” e não apreciam os “nossos valores”, mas que ainda assim, são humanos, que sentem o que “nós” sentimos, sofrem o que “nós” sofremos. Quando não há um entendimento do “outro”, se recorre ao discurso de que a força é a única linguagem que “eles” entendem, e assim, os mais diversos conflitos são travados em prol “do mundo democrático ocidental”.

Se recorre a justificativas defensivas como, “*eles atacaram primeiro*”, assim dando aval para se fazer o que bem entender contra seu inimigo. Ainda com o intuito de aumentar o apoio das massas, documentação e mídia são convocadas a criar discursos para convencer essas pessoas que o que está para acontecer é algo feito para eles, assim, a afirmação de Said “O pior aspecto desse material essencializante é que o sofrimento humano, em toda a sua densidade, é eclipsado”,¹⁵ ilustra o controle do governo e da religião e como o sistema captura as massas das mais diversas formas, moldando não só

¹⁴ SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁵ Ibidem.

o pensamento, mas também seu modo de ser e agir perante não somente os outros, mas principalmente de si.

De forma sucinta, os termos “oriente” e “ocidente” não elucidam senão, um discurso eurocêntrico do século XIX, que tenta construir o oriente através de uma teia de discursos como inferior, mostrando uma suposta cultura degradante, estranha e ordinária. Não há como aglutinar diversas culturas, com suas diferentes histórias e suas diferentes temporalidades e taxá-las. Ao fazer isso, mostra-se mais do “eu”, de quem escreve, do que do “outro”, sobre quem se é escrito; ao criar o “outro”, o “eu” é criado, se identificando perante as diferenças fabricadas entre ele e o “outro”. No final do século XVIII, a partir dessa vontade de criar uma identidade para si, cria-se uma identidade para um “outro” embasada cientificamente no que se conhece por Orientalismo, uma ciência feita por discursos de europeus sobre os orientais. Em outras palavras, o orientalismo é “(...) a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, (...) o estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”.¹⁶ Ainda, em outras palavras, o Oriente se tornou oriental através das relações de poder e dominação de diferentes graus.¹⁷ Wells afirma que

elas [as potências europeias] não tinham noção de que a ciência e seus frutos podiam ser transferidos. Não se davam conta de que chineses e indianos poderiam dar prosseguimento aos trabalhos de pesquisa tão habilmente quanto franceses ou ingleses. Acreditavam que havia uma tendência intelectual inata no Ocidente, e uma indolência e um conservadorismo inatos no Oriente, o que garantiria aos europeus a predominância mundial eterna.¹⁸

Todavia, ao continuar a examinar um discurso entre “oriente” e “ocidente”, por mais infeliz que sejam esses termos, nota-se olhando mais profundamente, “orientes” e “ocidentes”, isto é, para a Europa como um todo, o oriente se tratou das regiões quase que ligadas a própria Europa, como o Oriente Próximo e Médio. Já para os EUA, o

¹⁶ SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁷ Um bom exemplo está no livro de Edward Said, *Orientalismo*, nas páginas 64 a 81, onde o autor cita Balfour (ex-primeiro ministro do Reino Unido), que comenta que o que está sendo feito no Egito (colonialismo Britânico) é algo benéfico a eles (egípcios), mas acima de tudo, benéfico ao Ocidente. No entanto, ele não apresenta provas do que fala e não deixa que os egípcios falem por si mesmos também. Em simples palavras, Said explica a ideia de Balfour: Há ocidentais e orientais, os primeiros dominam e os últimos, são dominados, estando todos seus bens a cargo dos primeiros. Tudo isso através da abnegação da culpa e da disciplina flexível em relação a impaciência Inglesa. O discurso de superioridade e inferioridade apresenta variadas e múltiplas camadas: Geopolíticas, culturais, científicas, religiosas, etc.

¹⁸ WELLS, H. G. *Uma breve história do mundo*. Porto Alegre: Lpm Pocket, 2011.

oriente até antes dos conflitos da metade do século XX, se resumia em grande medida no Extremo Oriente, isto é, China e Japão.¹⁹

O Japão, após a segunda guerra mundial, é um país que se conhece pelo olhar norte-americano, ocidentalizado por seu ocupante no pós-guerra, isto é, o “mundo ocidental” está capturado por uma imagem de Japão desconhecido, estranho, “outro”, antes da chegada das potências ocidentais, que vieram trazer “luz, civilização, bondade e modernidade” a esse local esquecido pela História.²⁰

Entretanto, tem-se aqui um “mistério”, algo que é pertencente quase que unicamente a esse povo, que é a capacidade de se modificar sem ser inteiramente capturado pelos discursos. O que se ressalta aqui, é a capacidade do povo japonês de incorporar práticas culturais e objetos externos, tornando esses elementos japoneses, assim como, criar uma cultura do seu próprio país como algo deles, que está desde o seu mito fundador sendo real e verdadeiro e não hibridizado – pelo menos esse é o discurso da maioria dos autores quando se fala no Japão e em seu modo de existir.²¹ No entanto, o Japão não está e nem esteve à parte de sofrer hibridação, mesmo em seus anos isolacionistas. Durante toda a história da humanidade, os povos sofreram hibridações e se alteraram de modo que nem sempre é fácil notar quando uma prática é legítima desse povo ou capturada de outro. O que se faz na maioria dos textos é colocar o Japão como local da adaptação por excelência, todavia, o que acontece, é que as práticas culturais japonesas milenares convivem mutualmente com a modernidade ou mesmo a contemporaneidade, isto é, todas culturas de certo modo se modificam em seu tempo, alterando-se em certos aspectos, seja na língua, seja na alimentação, ou na forma de se vestir, mas essas alterações são dadas de forma gradual. No Japão, as tradições milenares são mantidas sem alteração – por isso se fazem milenares – enquanto aspectos que o Japão coletivo observa que podem ser alterados e trazer benefícios ao seu existir, são facilmente capturados e polidos até se tornarem japoneses, até se encaixarem a suas tradições milenares.

Ao fim da segunda guerra mundial, quando os EUA se tornam o próprio imperador – figurativamente falando – não deixam de exercer se não, uma função de panoptico nas ilhas do Japão. Os EUA passam a efetuar estudos no Japão de modo a entender ainda mais sobre o país, em todas as esferas possíveis, assim como sobre os

¹⁹ SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁰ Ibidem.

²¹ HENSHALL, K. G. *A History of Japan: from stone age to superpower*. New York: Palgrave Macmillan, 2004; SAKURAI, C. *Os Japoneses*. São Paulo: Contexto, 2014; REISCHAUER, E. O.; JANSSEN, M. B. *The Japanese Today: Change and Continuity*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1995.

efeitos da radiação nas pessoas, após a detonação das bombas de Hiroshima e Nagasaki. Eles passam a controlar o Japão, como se fossem presidiários em suas celas, vendo-os da torre central, comandando-os e definindo as horas de comer, dormir, a roupa que se deve usar, a forma de lazer, etc. Assim, as “bizarrices” do oriente – do Japão, neste caso – que serviram por muito tempo como justificativas de guerra, poderiam ser modificadas, tornando os japoneses mais americanos – “mais humanos” – e os utilizando para seus fins no novo contexto que se formava da Guerra Fria.

Todavia, mesmo com essa aproximação do Japão com o Ocidente – de forma pacífica – o “oriental” é visto antes como um “oriental” e apenas depois como um humano, e isso é a formação de identidade – não identidades pacíficas que ajudam os humanos a acharem outros humanos que tenham os mesmos gostos, mas identidades de preconceito e estereotipadas.²² Todo ato de criar identidades é concomitante a criação da identidade do outro, de modo que o ato de estudar o oriente, tornava-o moderno. O orientalista que descrevia e modernizava, que iluminava o oriente – no sentido da palavra iluminista – celebrava seu método e o tornava mais concreto.

O oriente no final de contas precisa da ciência ocidental para ser “salvo”. O oriente só existe para o ocidente, servindo para exploração e estudo desse “mundo invertido”. No entanto, o oriente não está ali fixo. As pessoas, ao mesmo tempo em que são estudadas pelos europeus também os estudam, veem seus hábitos, comportamentos, gostos. Com o tempo, o ambiente “inóspito” que o orientalista estuda, pôde se tornar seu lar, como de fato ocorrera com alguns desses estudiosos. Por certo, a Europa se utilizou muito do discurso científico orientalista para entender esse “outro”, mas esse outro não foi capturado com a mesma eficácia. Ressalta-se aqui, a maneira como era feita essa ciência orientalista: o novo orientalista sempre citava o seu antecessor, buscava informações e conhecimento onde outros já tivessem passado. Mesmo que novos materiais surgissem, produzidos por “seus olhos e mentes” como diz Said, os orientalistas buscavam ainda, legitimação nos seus antepassados científicos. De certo modo, o oriente foi tratado pela Europa no todo, como os EUA pela Inglaterra: um local onde os delinquentes, degenerados e problemáticos poderiam ser enviados. Assim, por exemplo, o sexo institucionalizado da Europa não abria espaços para as “almas” mais libertas, fazendo o oriente ser a válvula de escape de seus prazeres carnavais; buscava-se ali, as experiências sexuais que na Europa não eram concebíveis.²³

22 SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

23 Ibidem.

Destarte, o oriente é um campo para realização das mais diversas experiências científicas do século XIX, é um local que Curzon²⁴ define como uma universidade, onde os estudiosos nunca colam grau, isto é, o leste sempre necessitará da presença de estudiosos do oeste, assim como esse sempre terá algo a mais para estudar sobre o leste. Mas, mais importante, o discurso orientalista se baseava nas ideias Darwinianas de evolucionismo, da existência de raças, umas dominantes e outras dominadas, tentando sobreviver a evolução e a modernidade, tentando existir num mundo de superioridade branca e de discursos depreciativos. Estar por trás de uma explicação biológica descartava a possibilidade de sair desse dispositivo de captura que era o próprio discurso de superioridade ou inferioridade natural – não havia maneira de fugir do natural. Assim como a ciência histórica durante o século XIX, que buscava com tanto afinho os porquês do passado sem se importar com a veracidade dos fatos, bastando que esses fatos fossem tidos como reais.

Mas, como a modernidade chegou no ocidente, inevitavelmente chegou ao oriente também. O movimento em direção ao futuro chegara também ao oriente considerado imutável e estático, e isso se pode ver no próprio Japão recém-saído do isolacionismo. A história da mudança não está mais unicamente presa a história ocidental, mas ela faz parte da realidade a medida em que o mundo se globaliza, se liga e se completa historicamente. As correntes que prendiam o oriente ao ocidente vão aos poucos se enferrujando e se quebrando, pois, essas não resistem mais ao tempo, e nem mesmo os melhores discursos são capazes de concertá-las. Ao mesmo tempo essas correntes são soltas pelos próprios orientais, que percebem que elas não os pertencem. Todavia, essa liberdade não é mais que uma mera ilusão, onde os próprios orientais estão presos pelo consumismo ocidental, e estão se “auto-orientalizando”.

Até que ponto algo é ainda oriental, ou ocidental no mundo contemporâneo, onde todas as coisas estão hibridizadas em maior ou menor nível por motivos das forças globalizadoras? Essa é uma das dificuldades da história do tempo presente: estudar o que ainda está acontecendo.

Contudo, o ocidente após a Segunda Guerra Mundial, focado na figura do estadunidense, não deixa de retratar o Árabe – ainda mais após 11 de setembro – como figura maléfica, sexualizada, estranha, perigosa, onde há sempre necessidade, no caso do cinema por exemplo, de ter um herói para salvar a mulher loira de olhos azuis das mãos cruéis do árabe, como em alguns filmes do Indiana Jones.²⁵ Mas o ponto é que ao

24 Governador Geral da Índia, secretário de estado, geógrafo e político do Reino Unido durante os séculos XIX e início do XX.

25 SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

retratar o árabe como anormal, o discurso de anormalidade oriental continua. É fato que os comerciais de TV japoneses atuais causam extrema estranheza para os diferentes tipos de culturas – ou seriam de uma historicidade da estranheza? Todavia, esses comerciais retratam a possibilidade de liberdade que antes da Segunda Guerra Mundial jamais puderam ter. Ainda no caso Árabe, a religião muçulmana desde seus princípios foi o “outro” do cristianismo, assim criando um inimigo também no campo do supraterrâneo, no pós-vida. No caso Japonês, tirando o período Tokugawa, a liberdade religiosa sempre foi mantida, fazendo com que um dos principais causadores de criação do “outro” não fosse ativado nos discursos ocidentais.

No campo econômico, os Árabes regularam com frequência o preço do petróleo importado para os EUA, enquanto o Japão foi um importante aliado econômico estadunidense.²⁶ O que se expressa aqui, é que o oriente não é um local único, com a mesma história como tentava-se enquadrar durante o século XIX. É um local diverso e rico em todos os aspectos, assim como todos os povos e culturas que compõem o globo. Essa dicotomia entre Ocidente e Oriente é nada mais, nada menos que um discurso oriundo dos detentores de poder, os quais buscam, preconceituosamente, colocar o “eu” acima do “outro” – com finalidades geralmente econômicas – e quem vem gerando os mais diferentes conflitos, tanto mundiais quanto dentro das próprias fronteiras dos países, das regiões, das cidades e porque não, dos próprios lares?

Após o isolacionismo japonês, todas as mudanças que acometem o país nesse relacionamento com o mundo, acometem consequentemente o mangá. Mesmo que os quadrinhos americanos tenham tido sucesso no país, não foram, de forma alguma, substitutos dos quadrinhos internos do país; no máximo, a cultura da adaptação e hibridação continuou a ser funcional, e os japoneses mantiveram sua constante de modificação de produtos externos. Nesse período do século XIX, o jornal era a principal fonte de informação para a massa analfabeta – no Japão, só se iniciou a alfabetização das massas após a revolução Meiji – de modo que os quadrinhos ocupavam um espaço importante nos jornais a um bom tempo. Essa importância dos quadrinhos nos jornais foi notada pelos editores, de modo que os quadrinhos estavam diretamente ligados ao aumento de venda dos jornais.²⁷

No final de 1923, um terremoto que abalou Tóquio e matou aproximadamente cem mil pessoas deixou a população desolada. Para aumentar a moral da população, o editor do jornal Hochi pediu ao desenhista Yutaka Aso para criar uma série de desenhos

26 HOBBSBAWN, E. J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

27 SAKURAI, C. *Os Japoneses*. São Paulo: Contexto, 2014

que ajudassem na recuperação moral das pessoas, que os ajudassem a se distrair e sorrir novamente após essa catástrofe, e assim foi criado o desenho *Nonki na Tosan*²⁸ que mais tarde veio a ser compilado em uma série de pequenos livros o qual é, de certa forma, parecido com o desenho norte-americano Pafúncio e Marocas.

Todavia, ao mesmo tempo em que a era Meiji trouxe avanços dos mais diversos, trouxe também aspectos negativos da cultura ocidental. Uma série de assassinatos aconteceu no âmbito político, e muitos artistas começaram a trabalhar em charges e quadrinhos com cunho marxista, de forma a lutar contra o estabelecimento capitalista instaurado no novo Japão. Os líderes políticos, que em toda a história do Japão, tirando um breve período do final do século XX, foram de vertentes tradicionais e conservadoras, estabeleceram uma censura entre esses artistas e editores que produziam quadrinhos “esquerdistas”. Mais uma vez, a maré dos quadrinhos tomava outro rumo.

As histórias em quadrinhos japonesas, desde seu surgimento até 1925, foram focalizadas primordialmente nos adultos, o que contrapõem o discurso ocidental que é um produto feito para crianças. Esses quadrinhos de adultos tinham como temática a satirizarão de problemas da época, assim como, os costumes do povo. Até o presente momento, a literatura infantil era constituída por coleções de livros que retratavam a história do Japão. Nesse período, quase que concomitantemente, dois quadrinhos destinados ao público infantil surgem: Sho-chan no Boken (As aventuras do pequeno Sho) e Manga Taro (Quadrinhos Taro) de Shosei Oda e Shigeo Miyao, respectivamente. A partir daí, com o desenvolvimento de uma fórmula, como vai afirmar Luyten,²⁹ os quadrinhos de heróis japoneses passam a fazer sucesso no seu país, enquanto os quadrinhos do exterior são raramente traduzidos e publicados. Em grande medida isso se dá pelo fato dos quadrinhos do exterior não terem um apelo cultural tão forte quanto os próprios japoneses, pois, ao fazer a tradução, alguns elementos se perdiam, e ainda, a forma escrita e a forma do personagem interagir com o mundo nem sempre faziam sentido para os japoneses.

Com a ascensão do imperador Hirohito ao trono japonês em 1927, o Japão inicia sua caminhada ao fascismo militar e convive com a depressão econômica mundial. Nos EUA, para a superação – pelo menos em parte – do clima de tristeza e pobreza, os quadrinhos tiveram fundamental importância; surge assim, novas histórias de aventuras que desfocam no tema do presente ou da cidade e vão em direção a locais onde a depressão monetária não é existente: o passado com Príncipe Valente, o futuro com

28 *Nonki na Tosan*: Papai Despreocupado.

29 LUYTEN, S. M. B. *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses*. São Paulo: Hedra, 2000.

Flash Gordon e ainda para a Selva com Tarzan.³⁰ No Japão, a situação era bem similar de certa forma. A população passava por dificuldades ao passo que o militarismo e o ultranacionalismo se tornavam cada dia mais presentes, mais reais. Dessa forma, os autores dos mangás, tentavam transmitir em seus desenhos, um clima de paz, segurança e felicidade, características que estavam carentes no mundo fora das páginas dos livros.

Considerações finais

Para se entender melhor o ultranacionalismo nipônico, deve-se ir à construção do Japão como país desde seus princípios, onde o sentimento de povo escolhido se encontra. Ao mesmo tempo, pode se ver a história do Japão, posta nos mangás e animês, alcançando o mundo todo e fazendo com que o globo tenha contato com a criação dessa nação. Ainda, é importante salientar que os mangás, após os eventos da Segunda Guerra Mundial, sofreram forte alteração de temática e técnicas, visto o contato com o novo modo de ser da sociedade japonesa e sua relação com o ocidente. A partir dos anos de 1952, quando o Japão deixa de ser ocupado pelos EUA, passa a abordar as temáticas mais diversas possíveis, que vão de temas clássicos como heróis, as memórias traumáticas dos eventos das bombas atômicas.

Pensar no mangá como forma artística histórica, é pensar numa forma de linguagem que remonta uma narrativa histórica em constante modificação e hibridização. Ao mesmo tempo, sua produção é marcada pelo aceite de um público consumidor que dita as temáticas que quer consumir e, portanto, que continuam a ser vendidas. De certa forma, de um modo cíclico, se não há modificação na sociedade e nas suas narrativas históricas, o público leitor tende a se manter com determinada temática de mangá. Nesse interim, as temáticas e as narrativas que são mais facilmente encontradas para consumo, refletem a ideologia dos consumidores. No Japão, com a grande quantidade de temáticas e mangás, de certa forma, é um pouco complexo mapear a ideologia, ou ainda, o imaginário que seus consumidores seguem. Mas no que se refere a uma internacionalidade, isto é, o consumo do mangá em outros países, principalmente no ocidente, pode-se, com certa facilidade, delinear que tipo de narrativa certa população consome e, de certa forma, seus pensamentos, ideologias, experiências e expectativas, pois, da mesma forma que a escolha de onde vamos, de que grupo frequentamos, nossas escolhas de narrativas lúdicas também criam e refletem nossas identidades.

³⁰ LUYTEN, S. M. B. *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses*. São Paulo: Hedra, 2000.

Outros sujeitos : trabalhadores e associativismo negro nos mundos do trabalho

Jonatas Roque Ribeiro

Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Resumo

A história social do trabalho produzida no Brasil tem passado por importantes transformações nos últimos anos. Uma das promessas dessa renovação historiográfica é a inclusão dos trabalhadores negros na história social do trabalho. Trata-se de uma questão que vem sendo enfatizada por diversos autores nos últimos anos e alguns têm ido além da mera defesa dessa concepção, denunciando e chamando a atenção, justamente, para como os trabalhadores negros – principalmente durante a vigência da escravidão – continuam excluídos da história do trabalho. Deste modo, o objetivo do artigo é rever as interpretações tradicionais que postulam uma separação radical entre a história da escravidão e da liberdade e a história do trabalho, de modo a relacionar a experiência dos trabalhadores negros (escravizados, libertos e livres) com a dos trabalhadores ditos “livres” durante as últimas décadas da escravidão e no pós-abolição. Por fim, o texto aponta o papel do associativismo negro nos mundos do trabalho e as possibilidades investigativas que essa experiência social pode colocar ao campo temático.

Palavras-chave Historiografia do trabalho – Trabalhadores negros – Associativismo negro.

Abstract

The labor history produced in Brazil has undergone important changes in recent years. One of the promises of this historiographic renewal is the inclusion of black workers in the labor history. It is an issue that has been emphasized by several authors in recent years and some have gone beyond the mere defense of this conception, denouncing and calling attention, precisely, to how black workers – especially during the period of slavery – remain excluded of labor history. Thus, the objective of this article is to review the traditional interpretations that postulate a radical separation between the history of slavery and freedom and the labor history, in order to relate the experience of black workers (enslaved, freed and free) with that of the so-called “free” workers during the last decades of slavery and post-abolition. Finally, the text points out the role of black associations in the worlds of work and the investigative possibilities that this social experience can place in the thematic field.

Keywords Labor History – Black Workers – Black Associativism.

Submissão

13/03/2020

Aprovação

13/07/2020

Publicação

28/11/2020

Introdução

O objetivo deste artigo é fazer, inicialmente, um pequeno balanço considerando alguns estudos da historiografia do trabalho que tiveram os trabalhadores negros e o associativismo negro como tema central, ou que de alguma forma propuseram questões relevantes para o desenvolvimento dessas temáticas. Primeiro, acuso o caráter arbitrário da seleção e, evidentemente, o risco das omissões, assumindo a parcialidade do balanço proposto com base naquilo que julguei como mais significativo e expressivo das pesquisas desenvolvidas em relação ao debate em tela. Segundo, procuro apontar ao longo do texto algumas possibilidades de análise e discussão para novas abordagens sobre o tema.

A história social do trabalho e dos trabalhadores produzida no Brasil tem passado por importantes transformações nas últimas décadas. Caminhos, abordagens, influências, diversidade na utilização de fontes, correntes e definições teóricas distintas tem marcado essa renovação do campo de estudos. Houve um redimensionamento nessa produção acadêmica, marcado pela atenção às ações de sujeitos históricos específicos, pela valorização da análise dos conflitos e embates entre os diversos grupos sociais e pela investigação das complexidades internas às classes, às tradições e outros aspectos que formaram, ao longo do tempo, a cultura dos trabalhadores. Temas tradicionais da história do Brasil, como escravidão e liberdade, imigração, e formas de organização e sociabilidade dos trabalhadores, por exemplo, ganharam novos contornos e novas formas de abordagem. As pesquisas sobre os operários e os trabalhadores assalariados urbanos ultrapassam os limites das análises que identificavam o tema às condições do trabalho fabril e ao desenvolvimento de sindicatos e partidos políticos. Deixando de lado as balizas cronológicas que tradicionalmente circunscreviam a experiência operária dos trabalhadores às décadas posteriores a 1930, esses novos estudos se voltaram também para o século XIX.¹

Apesar dos inegáveis avanços, alguns temas continuam pouco explorados nesse campo de estudos. É o caso da história dos trabalhadores negros (escravizados, libertos e

¹ Sobre os balanços e panoramas da história do trabalho no Brasil ver: GOMES, A. C. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate”. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 34, p. 157-186, 2004. BATALHA, C. “Os desafios atuais da história do trabalho”. In: *Anos 90*, vol. 13, n. 23/24, p. 87-104, 2006. NEGRO, A. L.; GOMES, F. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. In: *Tempo Social*, vol. 18, n. 1, p. 217-240, 2006. CHALHOUB, S. e SILVA, F. T. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. In: *Cadernos AEL*, vol. 14, n. 26, p. 15-45, 2009. PETERSEN, S. “Repensar a história do trabalho”. In: *Espaço Plural*, vol. 17, n. 34, p. 13-36, 2016. POPINIGIS, F.; TERRA, P. C. “Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016)”. In: *Revista Estudos Históricos*, vol. 32, n. 66, p. 307-329, 2019.

livres) e das suas formas de organização. Desde o pioneiro ensaio da historiadora Silvia Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho”, publicado em 1998, até o provocativo artigo do historiador Álvaro Nascimento, “Trabalhadores negros e o paradigma da ausência”, de 2016, a questão foi debatida e se denunciou a exclusão e invisibilidade dos sujeitos negros na produção historiográfica sobre os mundos do trabalho.² Os autores apontaram os vários problemas trazidos pela ausência desses sujeitos históricos nos estudos da história social do trabalho e sugeriram alguns caminhos metodológicos para superá-los.³

Esses artigos e seus autores caminham na fronteira, ainda sólida, entre dois campos de estudos – a história dos trabalhadores negros (estudados quase que exclusivamente no âmbito da historiografia da escravidão) e a história dos trabalhadores livres e/ou assalariados (reduzido ainda restrito da historiografia do trabalho) – temas que, timidamente, estão se aproximando e se fazendo presente nos estudos da história da escravidão e da história do trabalho. Nessa perspectiva, vários esforços têm sido feitos no sentido de derrubar o “muro de Berlim” historiográfico, expressão cunhada pelos historiadores Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, “que ainda emperra o diálogo necessário entre os historiadores da escravidão e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário”.⁴

Desde pelo menos a década de 1970, tanto a história da escravidão, como a história do trabalho passaram por importantes transformações, multiplicando seus temas e adensando suas abordagens. Essas mudanças, entre outros fatores, foram resultado da renovação do campo marxista que, sob a inspiração principalmente da produção inglesa, em especial da obra do historiador Edward P. Thompson, colocou a história dos trabalhadores em primeiro plano.⁵ Nos estudos sobre a escravidão, as pesquisas se voltaram para o cotidiano, costumes, resistências, acomodações, solidariedades e

2 LARA, S. H. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. In: *Revista Projeto História*, n. 16, 1998. NASCIMENTO, A. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”. In: *Estudos Históricos*, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set/dez. 2016.

3 É preciso enfatizar, entretanto, que alguns poucos estudos analisaram as complexidades políticas, econômicas, culturais, sociais, étnicas e raciais que marcaram os mundos do trabalho no século XIX e no pós-abolição a partir da experiência de trabalhadores negros. Ver entre outros: CRUZ, M. C. V. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. 1998. 288 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. MATTOS, M. B. *Escravidão e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. CASTELLUCCI, A. “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”. In: *Afro-Ásia*, n. 41, p. 85-131, 2010. SOUZA, R. *Tudo pelo trabalho livre! trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: Editora da UFBA, 2011. MAC CORD, M. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. SOUZA, R. *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015. LONER, B. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. 2° ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2016.

4 CHALHOUB, S. e SILVA, F. T. “Sujeitos no imaginário acadêmico”, op. cit., p. 15.

experiências de vida dos escravizados. Procurou-se, insistentemente, incorporar as visões escravas da escravidão e os significados de liberdade, trabalho, família, sociedade, entre outros, para homens e mulheres escravizados.⁶ A história do trabalho, por outro lado, cruzou os limites das análises que circunscreviam o tema ao trabalho fabril e à formação de sindicatos e partidos políticos. Tal historiografia passou a lidar com novos problemas e interpretações. Entre os vários “novos” temas se destacaram a cultura política dos trabalhadores, circulação de ideias, imigração, militância e formas de organização e de sociabilidade, greves e protestos, repressão, imprensa operária, cotidiano dos trabalhadores fora das fábricas e suas práticas culturais.⁷

Como desdobramento dessas questões, o conceito tradicional de classe foi questionado. Na história do trabalho, esse termo foi pensado, durante muito tempo, como um bloco homogêneo que abarcava, quase que exclusivamente, a experiência de trabalhadores (preferencialmente os operários fabris) assalariados, do sexo masculino, brancos e frequentemente de origem europeia. Isso teve muito a ver com uma questão de vocabulário. Segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos, “nas línguas neolatinas, tendemos muitas vezes a traduzir equivocadamente a expressão alemã empregada por Karl Marx *Arbeiterklasse*, ou o correlato inglês *working class*, ou o termo francês *classe ouvrière* por classe operária”, limitando, assim, o conceito à ideia de trabalho assalariado urbano e fabril.⁸ Esses conceitos, entretanto, tiveram significados distintos e amplos. Na Inglaterra, por exemplo, desde o início do século XIX, o termo “*working classes*” – na tradução literal “classes trabalhadoras” – foi amplamente utilizado “num sentido semelhante ao do uso do francês para designar o conjunto de trabalhadores pobres em suas diversas categorias profissionais” não se restringindo ao emprego do termo numa definição muito restritiva. “Na língua alemã não há expressão equivalente. Marx, por

5 A principal referência aqui é sem dúvida: THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Renato Busatto Neto; Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

6 A bibliografia aqui é vasta e variada. Entre outros, conferir: LARA, S. H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. REIS, J. J.; SILVA, E. (Orgs.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: CNPq, 1988. CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. SLENES, R. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. MATTOS, H. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

7 Para um balanço da produção e dos debates sobre a história do trabalho a partir dos anos 1970 ver a nota de rodapé 1.

8 MATTOS, M. B. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico”. In: *Revista Outubro*, vol. 21, p. 81-117, 2013, p. 89.

exemplo, utilizava expressões que podemos traduzir literalmente como ‘classe trabalhadora’ ou ‘proletariado’”.⁹

Nesse movimento, há um esforço por “reconceitualizar a classe” pelos historiadores, como observou Marcelo Badaró Mattos. E isso inclui a necessidade de problematizar uma concepção demasiado estreita do que venha a ser a “classe”. Deriva daí “outras confusões vocabulares que precisam ser mencionadas quando são traduzidos conceitos e reflexões sobre trabalho e classe”. “Partindo do idioma inglês”, por exemplo, “‘*labour*’ (‘*labor*’ na grafia estadunidense) e ‘*work*’ são palavras normalmente traduzidas em português como ‘trabalho’, embora tenham na origem significados distintos”:

“*Labor*” acabou por definir não apenas o “trabalho que cria valor”, mas também serviu para identificar os movimentos sociais e políticos da classe trabalhadora (...). Já “*work*” definiu o trabalho na sua forma típica no capitalismo, trabalho assalariado, abstrato, assim, como movimentos e organizações tradicionais [sindicatos e partidos políticos, por exemplo] da classe trabalhadora assalariada.¹⁰

Esses equívocos, a princípio simples questão de vocabulário, podem ser decisivos no modo como foi (e está sendo) construída narrativas e interpretações na historiografia do trabalho e na história da escravidão no Brasil. Por exemplo, quando se trata dos trabalhadores pobres – mas, neste grupo, especialmente os negros –, esse conceito tradicional de classe consegue ser oportuno? Ou seja, ele abarca a complexidade e a diversidade das experiências desses sujeitos? Nas últimas décadas, parcela da história social do trabalho e da historiografia da escravidão tem elaborado debates sobre a dimensão histórica do conceito de “classe trabalhadora”. A proposição de “classe dos trabalhadores subalternos” do historiador Marcel van der Linden e a definição de “proletariado atlântico” dos historiadores Peter Linebaugh e Marcus Rediker, por exemplo, são aportes importantes na direção de uma leitura ampliada do conceito de classe.¹¹ Guardadas as devidas diferenças entre os dois estudos, “seu ponto forte é

9 MATTOS, M. B. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 22-23.

10 MATTOS, M. B. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*, op. cit., p. 24.

11 LINDEN, M. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Trad. Patrícia de Queiróz Carvalho Zimbres. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013. LINEBAUGH, P.; REDIKER, M. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. O conceito de classes/grupos subalternos foi analisado de forma pioneira pelo filósofo italiano Antônio Gramsci. Seu objetivo foi propor uma ampliação do significado histórico de classe trabalhadora, de forma a captar e integrar os grupos/movimentos das classes exploradas, dos oprimidos e dos marginalizados. GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, vol. 1. Edição e trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, especialmente o Caderno 11. Também o sociólogo Ricardo Antunes na tentativa de ampliar o conceito de classe trabalhadora, apresentou o termo “classe-que-vive-do-trabalho”. Sua ideia foi construir uma noção ampliada de classe trabalhadora que fosse capaz de incluir “a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho”. ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 101-104.

justamente o reconhecimento de que, de um ponto de vista transnacional, o capitalismo em formação desde o processo de expansão colonial do século XVI subjugou grupos diferenciados de trabalhadoras e trabalhadores, a partir de diferentes formas de exploração do trabalho”. Esse pode ser “um caminho frutífero para encarar o potencial emancipatório do conjunto de trabalhadoras e trabalhadores submetidos à exploração pelo capital”.¹² Nesse caminho, é fundamental um investimento mais comprometido no diálogo entre os pesquisadores da história da escravidão e os da história do trabalho, assim como observou o historiador Álvaro Nascimento:

Procurar entender as abordagens teóricas e metodológicas presentes em textos clássicos e recentes sobre escravidão e racismo, de um lado, e o cotidiano e lutas dos trabalhadores, de outro, passando ainda pelas relações de gênero, representa um exercício transitório para a consolidação de uma história social do trabalho vibrante, perceptível enquanto processo histórico. Ultrapassaremos, assim, a empobrecedora linearidade intercalada por cirúrgicos acontecimentos, que interrompem abruptamente os passos do homem no tempo e reforçam o ainda imponente muro de Berlim historiográfico descrito por Chalhoub e Silva.¹³

Caminhos a percorrer e relações possíveis

Em relação aos trabalhadores negros identificou-se que a história do trabalho tem muito mais desafios e investimentos a serem enfrentados do que a história da escravidão, apesar de reconhecermos que, nos últimos anos, tornou-se necessário fazer paralelos que auxiliem na aproximação dessas duas áreas de estudos. Mais recentemente, uma vertente da história do trabalho passou a apontar que trabalhadores negros e brancos conviveram tanto nas fábricas quanto nas ruas, além de terem partilhado outros espaços, como moradia, lazer, associações de cunho beneficente, etc., mas pouco se falou de outros espaços associativos nos quais esses sujeitos estiveram presentes, na própria trajetória de militantes e trabalhadores negros, nos conceitos históricos de cor, raça e racismo nos mundos do trabalho. A própria categoria “mundos do trabalho” no século XIX ainda é muito vaga e pouco trabalhada por essa historiografia.¹⁴

¹² MATTOS, M. B. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*, op. cit., p. 133, 141.

¹³ NASCIMENTO, A. “Trabalhadores negros e o paradigma da ausência”, op. cit., p. 621.

¹⁴ Uma exceção nessa perspectiva é o trabalho de: MAC CORD, M. *Artífices da cidadania*, op. cit. Ver também: MAC CORD, M.; BATALHA, C. (Orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

A atenção à experiência dos trabalhadores negros nos mundos do trabalho oitocentista tem revigorado, por exemplo, a historiografia sobre a escravidão, principalmente no estudo de temas como a experiência de liberdade em contextos nos quais vigoraram processos constantes de escravização e reescravização, as formas e relações de trabalho (formal, informal, escravo, forçado, livre, compulsório, contratual, masculino, feminino, infantil) e quanto às maneiras de garantir e defender a difusão dessas “formas” de trabalho num contexto de expansão do trabalho dito “livre” ao longo do século XIX.¹⁵ Esse eixo de investigação – mundos do trabalho no século XIX – pode ser bastante profícuo para articular temas de investigação e problemas de pesquisa fundamentais tanto para a história da escravidão como para a história do trabalho.

A discussão acerca dos limites difusos entre escravidão e liberdade tem raízes fincadas na questão do trabalho, que persiste sendo um eixo fundamental para compreender as relações sociais estabelecidas em sociedades escravistas. No Brasil, principalmente após a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que pôs fim ao tráfico internacional de escravizados africanos, desenvolveram-se formas precárias de trabalho com vistas a uma entrada do país no mundo do trabalho “livre” em consonância com as demandas de sistemas produtivos comprometidos com a lógica do trabalho dependente, como por exemplo, a escravidão. A Constituição republicana de 1891 foi um dos marcos iniciais desse longo processo. Ainda assim, apesar da proliferação de contratos e de ajustes de trabalho “livre” e assalariado ocorrido no período, por vezes, tais relações de trabalho se aproximaram de situações servis.¹⁶ Ou seja, as relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais senão idênticas, ao menos similares, àquelas que definiram as relações sociais na escravidão. Isto é, em muitos casos a liberdade não significou o avesso da escravidão.¹⁷

As propostas de criação de espaços para a mão de obra livre não incluíram um projeto deliberado de abandono do trabalho dependente. Houve nas décadas finais do XIX, em várias partes do Brasil, o aumento do emprego do trabalho escravo nas áreas de grande lavoura associada à mão de obra livre variada, arregimentada sob condições muito similares às restrições da escravidão.¹⁸ Além disso, o período em tela foi marcado pela prática ilegal do tráfico internacional de escravizados africanos, que acarretou a

15 LIMA, H. E. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. In: *Topoi*, vol. 6, n. 11, p. 289-326, 2005. MENDONÇA, J. “Sobre cadeias e coerção: experiências de trabalho no Centro-Sul do Brasil do século XIX”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 32, n. 64, p. 45-60, 2012.

16 MATTOS, H. Prefácio. In: COOPER, F.; HOLT, T.; SCOTT, R. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 13-38. MENDONÇA, J. “Sobre cadeias e coerção”, op. cit.

17 Uma referência importante aqui é: HOLT, T. *The problem of freedom: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.

difusão do costume de reduzir à escravidão pessoas livres, originando, por consequência, uma série de artifícios senhoriais cotidianos para dar aparência de legalidade à propriedade escrava adquirida de modo ilegítimo. Quer dizer, esse cenário foi definido pela precariedade da condição jurídica e social dos libertos e livres de cor e dos perigos da reescravização.¹⁹

Esse também foi o momento em que o escravismo, ou a instituição escravista, passou a sofrer uma profunda crise de legitimidade que, ao mesmo tempo, ocasionou e foi resultado do processo de constituição e expansão de um mercado de trabalho “livre”, impulsionado pelas grandes potências econômicas do período, destacadamente a Inglaterra. O movimento abolicionista e o processo de abolição surgiram, igualmente, nesse movimento. Tais eventos foram responsáveis, em grande parte, pela consolidação da formação de um mercado de trabalho “livre” no Brasil, mas que não alterou significativamente as formas das relações de trabalho no cotidiano dos trabalhadores.²⁰

O debate sobre o trabalhador escravo também é um ponto fundamental que vem sendo discutido tanto pela historiografia da escravidão, quanto pela historiografia do trabalho. O historiador Cláudio Batalha, afirmou ser cada vez mais “necessário incluir [na história do trabalho] trabalhadores livres e não livres, urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais”.²¹ Ainda assim, para o autor, são poucas as pesquisas que, em suas análises, avançaram no sentido de reconhecerem os escravizados como trabalhadores. Nessa perspectiva, ele questiona que, para além do princípio anunciado, “escravos e trabalhadores livres constituem uma única classe trabalhadora ou de fato são classes distintas, tanto em termos jurídicos (o que é óbvio), como em suas aspirações?”.²²

Essa questão não constitui novidade na historiografia do trabalho. A tradicional história e sociologia do trabalho dos anos 1950 e 1960 consagrou a imagem do escravizado como não-trabalhador e sim como parte do sistema de produção, componente dos custos de fundação e conservação da *plantation*, juntamente com os

18 OSÓRIO, H.; XAVIER, R. (Orgs.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018. Um dos primeiros estudos a tratar desse tema para o caso brasileiro foi: EISENBERG, P. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840/1910*. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da UNICAMP, 1977.

19 CHALHOUB, S. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. MAMIGONIAN, B. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

20 LIBBY, D.; FURTADO, J. Trabalho livre, trabalho escravo: perspectivas de comparação. In: LIBBY, D.; FURTADO, J. (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 11-20.

21 BATALHA, C. “Os desafios atuais da história do trabalho”, op. cit., p. 89.

22 Idem, p. 92.

animais, as máquinas e a sua manutenção. Apesar da intensa e criativa reavaliação desses campos de estudos, a questão do escravizado como um “não-trabalhador” permanece fortemente ratificada.²³

A história da escravidão, por sua vez, seguiu caminho contrário. As experiências de vida e autonomia dos escravizados se tornaram objetos importantes de investigação tanto quanto os significados de liberdade, escravidão, família e trabalho, construídos por esses sujeitos. Neste aspecto, a influência de historiadores como Edward P. Thompson, Eugene Genovese e Herbert Gutman foi (e tem sido) fundamental para a continuada renovação desse campo de estudos.²⁴ Em relação à história do trabalhador negro, as obras de Herbert Gutman – ainda pouco visitadas pela historiografia brasileira – despertam interesse tanto pela combinação de estudos sobre os trabalhadores escravizados e livres, quanto pelas contribuições inovadoras ao tema da cultura operária.²⁵

Outro importante trabalho sobre o papel dos escravizados e da sua autonomia e agência em contextos de escravidão é “Era o escravo de plantação um proletário?” do antropólogo Sidney Mintz, estudo onde o autor complexificou as categorias trabalho e trabalhador-escravo.²⁶ As perspectivas analíticas e os fundamentos teórico-metodológicos adotados nesses trabalhos podem abrir um novo universo de possibilidades de investigações para a própria historiografia da escravidão, assim como para a história do trabalho.

A historiografia do trabalho também não se dedicou suficientemente ao estudo das relações raciais nos mundos do trabalho, algo que já foi longamente analisado pela história da escravidão.²⁷ Ao longo do século XIX, principalmente a partir da década de

23 PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945, p. 169-170. FERNANDES, F. *A integração do negro a sociedade de classes*. São Paulo: EDUSP, 1964, vol. 1, p. 38. Para um balanço da produção e dos debates sobre o tema nos anos 1950-1960 ver: LARA, S. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, op. cit.

24 THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*, op. cit. GENOVESE, E. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Trad. Maria Inês Rolim; Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

25 O historiador norte-americano Herbert Gutman escreveu o clássico: *The black family in slavery and freedom: 1750-1925*. New York: Pantheon, 1976, obra importante na renovação da história do trabalho e dos trabalhadores negros nos EUA. Especialmente sobre a história do trabalho, suas principais publicações são: GUTMAN, H. *Work, culture, and society in industrializing America: essays in american working-class and social history*. New York: Vintage Books, 1977, e GUTMAN, H.; BERLIN, I. (Eds.). *Power and culture: essays on the American working class*. New York: New Press, 1987.

26 MINTZ, S. Era o escravo de plantação um proletário? In: MINTZ, S. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Trad. Christine Rufino Dabat. Recife: Editora da UFPE, 2003, p. 117-146.

27 MATTOS, H. *Das cores do silêncio*, op. cit. FRAGA FILHO, W. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. LARA, S. H. *Fragmentos*

1850, a ideia de “raça” começou a aparecer como algo definidor da condição social de homens e mulheres de “cor”. Nos anos 1880, mas especialmente no pós-abolição, o Estado, as autoridades públicas e policiais, patrões e intelectuais ligados à imprensa recorreram mais intensamente aos marcadores raciais e de cor como critérios classificatórios dos “novos” cidadãos. Embora equiparados em sua condição civil, os sujeitos se diferenciavam segundo sua classificação racial. A concepção de raça era perfeita para quem pretendia reforçar e manter intactas as antigas hierarquias de poder. Com isso, o Estado e as elites dirigentes conseguiram formular e justificar novas políticas de controle e repressão não apenas sobre os que emergiram da escravidão, mas sobre toda a população “não-branca” e pobre. É nesse período que as novas políticas de exclusão racial começaram a se delinear.²⁸

A questão da raça e, mais especificamente, da cor dos sujeitos é um ponto fundamental para se compreender a experiência dos trabalhadores negros nos mundos do trabalho, tanto durante o regime da escravidão, como em momentos posteriores. Diversos estudos da historiografia da escravidão têm demonstrado como as barreiras raciais dificultaram o acesso dos trabalhadores negros a melhores condições de vida e ampliação dos direitos de cidadania.²⁹ O associativismo negro pode ser uma interessante janela para se observar como raça, cor e racismo interferiram e ordenaram a vida de trabalhadores negros. A documentação produzida pelos espaços associativos de homens e mulheres de “cor” ainda vem sendo utilizada de maneira bastante tímida pela historiografia do trabalho. Documentos como atas, estatutos, jornais, literatura memorialística ao mostrar a existência de modelos organizativos, normas de conduta e códigos de valores próprios entre seus membros permite que analisemos mais detidamente as experiências dos homens e mulheres que os frequentavam. Isso, certamente, auxilia na ampliação dos temas, das abordagens e dos enfoques nos estudos históricos do trabalho.

O associativismo negro esteve presente desde o surgimento das primeiras práticas organizativas no século XVII, como as irmandades leigas e as corporações de ofícios. No século XIX, as associações poderiam ser marcadamente culturais, educativas, religiosas, sindicais, mutualistas ou abranger todas essas dimensões. As associações mutualistas, por exemplo, procuraram oferecer determinados benefícios, como o auxílio em casos de doença e funerais, bem como assistência médica e farmacêutica. Algumas foram criadas

setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

28 ALBUQUERQUE, W. R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 31-44.

29 Ver a já citada nota 3.

por trabalhadores escravizados e seus descendentes, outras estiveram relacionadas aos trabalhadores livres de determinadas profissões, mais ou menos, especializadas.³⁰

Determinadas associações de auxílio mútuo cumpriram um papel decisivo de valorização dos trabalhadores, através da “defesa do ofício e a instrução dos associados, quase sempre profissional (por meio de aulas e/ou bibliotecas)”.³¹ Algumas delas ultrapassaram as iniciativas de suprir benefícios e pautaram reivindicações de categorias profissionais, desenvolvendo, assim, funções próprias dos sindicatos. Associações denominadas, à época, “resistências”, “ligas”, “coletivos” e termos afins possuíram, na maioria das vezes, funções sindicais que consistiam, por exemplo, na luta pela diminuição da jornada, por melhores salários e por condições mais dignas de trabalho.³²

Uma questão central quando se trata do associativismo negro está relacionada aos interesses que moviam trabalhadores negros na criação, difusão e defesa desse tipo de organização.³³ No seu estudo sobre os artífices negros recifenses, o historiador Marcelo Mac Cord afirmou que as associações mutuais dirigidas por aqueles sujeitos possibilitaram a valorização de experiências laborativas, bem como a formação de variadas identidades entre aqueles trabalhadores.³⁴ A historiadora Beatriz Loner, em estudo sobre o movimento operário e os trabalhadores de duas cidades do Rio Grande do Sul, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte, asseverou que a constituição das práticas e espaços associativos dos trabalhadores negros ocorreu por duas razões:

30 A Sociedade de Beneficência Nação Conga Amiga da Consciência, por exemplo, foi fundada em 1872. CHALHOUB, S. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: GOMES, F.; CUNHA, O. G. (Orgs.). *Quase cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 231. Já a Sociedade Cooperativa da Raça Negra, por sua vez, foi criada em 1888. PINTO, A. F. M. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. 326 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014, p. 277.

31 MATTOS, M. B. *Escravidados e livres*, op. cit., p. 79.

32 BATALHA, C. “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, p. 12-22, jan. 2010.

33 Os estudos sobre “mutualismo negro” ou sobre os trabalhadores negros engajados e inseridos nessa prática associativa têm crescido significativamente, alargando as pesquisas e evidenciando as potencialidades do debate. Alguns desses trabalhos são discutidos ao longo do texto, mas há outros que merecem referência, como: VITORINO, A. “Escravidão, proletários e as greves dos compositores tipográficos de 1850 no Rio de Janeiro”. In: *Cadernos AEL*, vol. 6, n. 10/11, p. 69-107, 1999. DUARTE, L. *Pão e liberdade: uma história de escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: APERJ; FAPERJ; Mauad, 2002. SILVA JÚNIOR, A. “Escravidão, liberdade e cor nas sociedades de auxílios-mútuos (Rio Grande do Sul, 1856-1914)”. In: *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, UFRGS, 2005. JESUS, R. P.; LACERDA, D. “Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial”. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, p. 126-142, 2010.

34 MAC CORD, M. *Artífices da cidadania*, op. cit., p. 34.

Primeiro, a discriminação racial que enfrentaram na região e o fato de que logo se tornou evidente ao conjunto dos trabalhadores negros e suas lideranças, que sua inserção e a melhoria de condições de vida na sociedade brasileira estava condicionada a conquista de direitos para a classe operária, pois sua luta era coletiva e parte inseparável da luta do operariado brasileiro.³⁵

A experiência constatada por Beatriz Loner também foi comum em outras regiões do Brasil. Em Campinas, por exemplo, nas décadas iniciais do século XX, algumas associações negras – Federação Paulista dos Homens de Cor (1903) e Liga Humanitária dos Homens de Cor (1915) – pautaram diversas bandeiras e propostas no seio das suas entidades, dentre elas, a defesa de questões relacionadas ao mundo do trabalho, como o mutualismo e a construção de redes de relacionamentos com outras associações dos mundos dos trabalhadores. A criação e defesa dessa rede associativa estiveram ligadas à “relação de exploração vivida no ambiente de trabalho e a luta para limitar o campo de atuação do empregador nas relações trabalhistas, de acordo com as noções compartilhadas pelos trabalhadores, que só poderiam ser solucionadas caso se identificassem como pertencentes a uma mesma classe, se opondo aos interesses de outras”. Essa identificação “coletiva” entre os trabalhadores “poderia adotar diferentes meios para se definir, além de diversas estratégias de atuação, tais como, a adesão a associações reivindicatórias, mutualistas e recreativas, a participação em movimentos grevistas, associar-se a organizações administradas pela Igreja, estabelecer relações com profissionais liberais ou políticos, participar de eleições apoiando candidatos que aprovassem leis em prol dos trabalhadores”.³⁶ Isso não significou que questões raciais não fossem evocadas e pautadas nessas associações, inclusive, tanto Beatriz Loner, como Paula Nomelini, reconheceram o lugar das práticas e identidades raciais nas associações negras, contudo, em diversos momentos outras bandeiras foram levantadas, o que não significa, de modo algum, que essas coisas foram contraditórias, mas sim pautas que se relacionavam e conviviam no âmbito desses espaços associativos.

Associativismo negro nos mundos do trabalho

As análises das trajetórias das organizações, movimentos e manifestações dos trabalhadores negros levam à hipótese de que o associativismo negro,³⁷ a partir da segunda metade do século XIX, comportou uma série de elementos fundamentais para

35 LONER, B. *Construção de classe*, op. cit., p. 170.

36 NOMEINI, P. C. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 186.

uma compreensão mais elaborada dos mundos do trabalho. Importantes estudos, como já mencionados trabalhos dos historiadores Beatriz Loner, Marcelo Badaró Mattos, Marcelo Mac Cord e outros, evidenciaram que as associações formadas por trabalhadores negros construíram e defenderam alguns propósitos fundamentais – a dignidade do trabalho, a respeitabilidade do trabalhador negro e a luta pela conquista da liberdade (que, em diversos contextos, significou também o combate ao preconceito de cor). A discussão racial, nesses espaços associativos, não se fazia sem referência à situação de classe dos trabalhadores. Quer dizer, o seu projeto político passava pelo reconhecimento dos critérios raciais e de classe que marcavam a sociedade brasileira.³⁷ Portanto, é possível perceber que “raça” e “classe” estiveram entrelaçadas num jogo complexo. Assim, é possível pensar que, no bojo da formação de experiências coletivas, os trabalhadores negros organizados em espaços associativos se moveram na direção de construção de identidades classistas reconhecidas por um ideário comum – a valorização da imagem do trabalhador negro, a luta pela liberdade e o combate ao preconceito de cor, ou seja, nas associações negras o parâmetro raça foi lido como fundamento e não como recorte. Não foi apenas uma pauta identitária, mas sim o *modus operandi* que determinou as relações de poder e a organização das relações sociais.

Em vista disso, constatamos não ser possível, por exemplo, pesquisar a vida cotidiana e associativa dos trabalhadores negros deixando de lado questões relacionadas às suas múltiplas e complexas experiências, pois, uma associação constituída, em grande maioria por trabalhadores negros, por mais que se alinhasse aos interesses e propósitos de outras agremiações dos mundos dos trabalhadores, também pautava e propunha bandeiras voltadas para questões relacionadas às relações raciais. Os próprios termos que compunham os nomes de muitas dessas associações (“13 de maio”, “José do Patrocínio”, “homens de cor”, por exemplo) são um indicativo disso. Ainda assim,

37 O associativismo negro – entendido aqui como os espaços e práticas associativas construídas por diversos sujeitos e grupos da população negra e voltadas para os seus interesses e demandas, como os clubes culturais e recreativos, jornais, centros cívicos, grêmios literários, associações esportivas, beneficentes, mutualistas, operárias e irmandades leigas – foi um fenômeno social encontrado em diversas partes do Brasil entre segunda metade do século XIX e ao longo do XX. Ver por exemplo: RIBEIRO, J. R. “História social dos clubes negros no pós-abolição”. In: *Anais do 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018, p. 1-15.

38 MATTOS, M. B. *Escravidão e livres*, op. cit. LONER, B. *Construção de classe*, op. cit. MAC CORD, M. *Artífices da cidadania*, op. cit. O historiador João José Reis, em estudo pioneiro sobre os trabalhadores dos “cantos” em Salvador na segunda metade do século XIX, observou aspectos parecidos. Para ele, ao final da escravidão, esses trabalhadores passaram a ter uma tendência classista, ou seja, entre a identidade racial e étnica e a profissional, já predominava a segunda, “uma vez que a liberdade ajudou a nivelar, em alguma medida, trabalhadores que anteriormente se dividiam na rua entre libertos e escravos”. REIS, J. J. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia nas vésperas da abolição”. In: *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, p. 240. Ver também o seu mais recente livro: REIS, J. J. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

interpretações superficiais e pouco atentas às experiências das associações e dos próprios trabalhadores negros marcaram as análises de vários dos estudos sobre associativismo de trabalhadores, que entre seus muitos méritos, por exemplo, está o de terem sido pioneiros no uso da imprensa operária como fonte para o estudo do mundo associativo dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que trouxeram aspectos inovadores, estes estudos desconsideraram a imprensa negra – e até mesmo os estatutos e atas de associações negras – como fontes, o que os levaram a excluir, ou integrar marginalmente, os trabalhadores negros e suas práticas associativas no debate historiográfico. Essas pesquisas, igualmente, não levaram em consideração as especificidades das propostas, bandeiras e ações dos vários formatos organizativos dos mundos do trabalho, como a questão da origem nacional para as associações formadas majoritariamente por imigrantes, e o papel do racismo e do preconceito de cor para o associativismo negro.

Estudos importantes, como as já citadas pesquisas dos historiadores Beatriz Loner e Marcelo Mac Cord, têm evidenciado a importância do papel do preconceito de cor na constituição de espaços associativos negros. Contudo, a historiografia sobre o associativismo nos mundos dos trabalhadores pouco avançou no debate sobre o racismo e as práticas racializadas de discriminação e preconceito contra os sujeitos de cor, suas manifestações e seus espaços associativos. Compreender o papel do racismo e dos processos de racialização em curso na sociedade de então pode revelar os significados, interesses e intentos que moveram homens e mulheres negras na valorização, defesa e construção de espaços e identidades associativas:

Os fenômenos associativos negros, nesse sentido se colocam como importantes lócus de análise visto que permitem identificar práticas de sociabilidade hierarquizadas referendadas pelos seus membros, mas atualizadas pelas discussões políticas cotidianamente e, ainda questionar os significados políticos em jogo no contexto do pós-abolição, assim como em que medida a escravidão e os problemas da liberdade sedimentavam as percepções que os sujeitos tinham dos lugares que ocupavam na sociedade.³⁹

Isto é, a “raça” foi o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação – mas isso não significou que questões raciais tenham sido o único critério definidor da (e na) fundação e existência das associações negras. Consideramos, assim, que o desafio dos estudos da historiografia do trabalho – e de outras correntes historiográficas interessadas no debate sobre a história do trabalhador negro – é localizar e matizar o lugar do “projeto negro” no âmbito destas associações de

39 SILVA, F. O. “A racialização observada pela ótica da experiência dos clubes e centros culturais negros na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai): notas de pesquisa como forma de iluminar a nova história do trabalho”. In: *Revista Cadernos do LEPAARQ*, vol. II, n. 22, 2014, p. 530.

trabalhadores. É algo mais complexo do que aparenta. Talvez, em torno da bandeira “operária” tenha existido projetos coletivos distintos sobre a inserção social dos negros no mundo do trabalho. Um desses projetos, certamente, foi a defesa de práticas positivas de construção de identidades, participação, reconhecimento e respeitabilidade social, assim como o debate e enfrentamento do preconceito de cor. Essa proposta foi encabeçada por algumas associações de trabalhadores negros, como foi o caso da Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma das primeiras associações civis negra criada no Brasil, fundada em Salvador em 1851. Segundo o historiador Lucas Ribeiro Campos, “os sócios da entidade construíram um projeto político com a finalidade de atender às demandas dos trabalhadores livres de cor, nas últimas décadas do século XIX, como acesso à cidadania, educação e ajuda mútua”.⁴⁰

Resultado de uma cuidadosa pesquisa, o historiador Marcelo Badaró Mattos, em “Escravidos e livres”, procurou recuperar o sentido profundo do processo do “fazer-se” da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, entre o fim do século XIX e início do seguinte. Fez a partir, principalmente, das “formas de organização que os trabalhadores – escravizados ou livres – construíram ao longo do tempo”, com destaque para as trajetórias de “irmandades, associações de auxílio mútuo, sindicatos e partidos”. O livro mostrou como diversas práticas associativas dos trabalhadores, especialmente o associativismo negro e os seus mais variados desdobramentos, foram decisivos para a constituição do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados, conforme destacou o autor:

Sem perder de vista a centralidade das organizações tradicionalmente associadas à classe trabalhadora – o partido e o sindicato –, aqui se resgatou no recorte cronológico mais extenso formas organizativas mais antigas, que tiveram papel importante na construção das redes coletivas de solidariedade características da classe trabalhadora. Muitas vezes tais associações sobreviveram ao surgimento dos novos modelos associativos, conservando especificidade ou adaptando-se a novas situações. Mais uma vez, observou-se as combinações e os intercâmbios entre os modelos ao se discutir irmandades de operários com perfil nítido de mutualidade; associações mutuais assumindo um perfil de representação de interesses coletivos e inclusive organizando greves; e também organizações que assumiram a forma mutual, mas tinham por objetivo a luta pela liberdade dos escravizados, para os quais o limite legal do associativismo era o das irmandades. Partidos, ainda que assumindo uma identificação de classe – operária –, surgiram tendo por base muitos dos mesmos objetivos de valorização do trabalho e do trabalhador que já haviam animado o associativismo das ligas, corpos coletivos e outras entidades de base mutual.

40 CAMPOS, L. R. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)*. 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, p. 15.

Também os caminhos da generalização da forma sindicato como recurso organizativo central foram, por tudo isso, mais complexos do que poderia parecer à primeira vista.⁴¹

O estudo clássico de Maria Cecília Velasco e Cruz sobre os portuários do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, também demonstrou a existência de um forte elo entre as formas de organização dos trabalhadores escravizados e a formação e organização da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, conhecida popularmente por “Resistência”, criada em 1904, pelos trabalhadores portuários, com grande destaque e presença dos trabalhadores negros. Segundo Velasco e Cruz, a forte “linha de continuidade entre os escravos e libertos dos velhos tempos imperiais e os proletários da Primeira República”, ajudaram a formatar e redesenhar as redes de sociabilidade, solidariedade e controle de um mercado de trabalho construídas ainda nos tempos da escravidão e que tiveram papel fundamental na garantia e privilégio dos trabalhadores negros nos mundos do trabalho do porto carioca.⁴²

A historiadora Erika Bastos Arantes, por sua vez, analisando também o caso dos trabalhadores do porto do Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas, observou como as suas outras formas de organização, mais especificamente, as de cunho recreativo, como as sociedades carnavalescas, os clubes dançantes, ranchos, entre outras, contribuíram de alguma forma para que os trabalhadores se identificassem como parte de um mesmo mundo e se reconhecessem como trabalhadores. Em linhas gerais, Arantes procurou demonstrar a “diversidade associativa” daqueles sujeitos, chamando a atenção para o fato de que “identidades múltiplas – percebidas na diversidade das organizações – não impediam uma identidade de classe”:

Os integrantes das associações recreativas ao fazerem do lazer um motivo de união, mostravam ter ali um elemento de identidade, formando laços que eram expressos em momentos diversos. Os membros dos sindicatos portuários, ao se reunirem para festejar o carnaval, organizar ranchos ou simplesmente se encontrarem em bailes e festas, mostram que os laços que os uniam iam além daqueles construídos durante o trabalho e nas assembleias sindicais. Se, por um lado eles se reuniam para discutir os rumos da greve, a jornada de trabalho ou o preço dos volumes das sacas de café que embarcavam diariamente no cais do porto, por outro também se reuniam para resolver o dia apropriado para sair o rancho, quando haveria baile nas sedes dos clubes recreativos e outras questões relativas ao

41 MATTOS, M. B. *Escravidados e livres*, op. cit., p. 32, 83-140, 226-227.

42 CRUZ, M. C. V. *Virando o jogo*, op. cit. Um dos primeiros trabalhos a abordar a experiência da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e os seus membros foi: ALBUQUERQUE, M. B. M. *Trabalho e conflito no porto do Rio de Janeiro (1904-1920)*. 1983. 305 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983. Consultar também: GALVÃO, O. M. R. *A Sociedade de Resistência ou Companhia dos Pretos: um estudo de caso entre os arrumadores do porto do Rio de Janeiro*. 1994. 64 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

seu lazer. E, nesses momentos, assim como no trabalho e no sindicato, eles também se reconheciam como fazendo parte de um mesmo grupo, com interesses semelhantes, se identificando como trabalhadores.⁴³

Palavras finais

Redimensionar os significados do associativismo negro, no contexto da formação de racionalidades do trabalho livre, associado à emergência de discursos sobre a modernização nacional diante do desmonte estrutural da escravidão, e ao recrudescimento do racismo, pode contribuir para a avaliação do papel ocupado pelos trabalhadores negros nos mundos do trabalho durante as últimas décadas da escravidão e no pós-abolição. Também é importante ter em conta que as experiências dos trabalhadores negros no Brasil do século XIX podem oferecer paralelos para a compreensão das trajetórias de outros trabalhadores, da história do trabalho e do movimento operário em outras partes do Atlântico, estabelecendo conexões ou comparações entre regiões e realidades aparentemente díspares. Além disso, as transformações vivenciadas pela sociedade brasileira (formação de um mercado de trabalho livre, processo de abolição, urbanização e industrialização, crescimento demográfico) tiveram relações diretas com o desenrolar de processos históricos mais amplos, ocorridos além das fronteiras nacionais e comuns ao que se pode denominar, genericamente, de emergência da chamada modernidade capitalista no mundo.⁴⁴

43 ARANTES, E. B. “A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX”. In: *Tempo*, vol. 21, n. 37, 2015, p. 40-41. Ver também: ARANTES, E. B. *O porto negro: cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. 2010. 223 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

44 TOMICH, D. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 2011. Ver também: TOMICH, D. “Trabalho escravo e trabalho livre: origens históricas do capital”. In: *Revista USP*, n. 13, p. 100-117, 1992.

Os estatutos da Internacional Comunista

: comparação entre os textos aprovados nos Congressos Mundiais de 1920, 1924 e 1928

Érick Fiszuk de Oliveira

Doutorando em História Social pela Universidade de Campinas (Unicamp)

Resumo

A estrutura organizativa interna da Internacional Comunista (Comintern) era quase totalmente desconhecida àqueles que a observavam de fora. Contudo, ela foi fortemente influenciada pelas lutas políticas de bastidores, inclusive no Partido Comunista soviético, e pelas viradas geopolíticas promovidas pelos líderes de Moscou. Os três Estatutos da Comintern aprovados em seu 2º (1920), 5º (1924) e 6º (1928) Congressos Mundiais não esgotam a análise dos órgãos que a compunham, mas dão uma ideia de como sua estruturação, ao contrário do que pensa o senso comum, alterou-se radicalmente à medida que se desenrolavam as disputas de poder no Kremlin. Neste artigo, exponho os resultados de uma exaustiva comparação entre os três Estatutos, relacionando-os ao contexto político de cada época e apontando nas mudanças redacionais pistas sobre como se alteravam os conceitos de movimento comunista internacional e de revolução mundial.

Palavras-chave Internacional Comunista (Comintern) – Movimento comunista internacional – Revolução mundial – Partidos de esquerda – União Soviética – História política (século XX).

Abstract

The internal organizational structure of the Communist International (Comintern) was almost completely unknown for those who observed it from outside. Nevertheless, it was strongly influenced by the backstage political struggles, even those happened in the Soviet Communist Party, and by the geopolitical turning points promoted by the Moscow government. The three Statutes of the Comintern adopted in the 2nd (1920), 5th (1924), and 6th (1928) World Congresses cannot exhaust the analysis of the organs composed in that institution, but it brings up an idea about how structuring, unlike to the common sense, radically changed as the Kremlin power disputes continued. In this article, I exposed the results of an exhaustive comparison between these three Statutes, connecting their contents to the political context of each period and pointing out the text alterations as clues about how the concepts of Communist international movement and of world revolution changed.

Keywords Communist International (Comintern) – International Communist Movement – World Revolution – Left-Wing Parties – Soviet Union – Political History (20th Century).

Submissão

07/07/2020

Aprovação

25/08/2020

Publicação

13/10/2020

Introdução

A estrutura organizativa da Internacional Comunista (IC, Comintern, 3ª Internacional) sempre foi um mistério aos que a observavam de longe, mais atentos aos seus efeitos políticos do que ao seu funcionamento interior. Como apontam Adibekov, Shakhnazarova e Shirinia,¹ os organismos internos, ocultos ao grande público e pouco mencionados pela imprensa oficial, sofreram inúmeros remanejamentos e amiúde se entrecortavam durante os 24 anos em que a organização existiu. Ao retratar seu desenho burocrático usando documentos de arquivo, os três acadêmicos russos supracitados destacam que ele jamais foi estável e que o rumo global tomado até o definimento prático, em meados da década de 1930, foi o da crescente *centralização*. Tal processo sinalizava a predominância do *aparelho* sobre o coletivo partidário, a suplantação do voluntarismo romântico pelo *burocratismo rotineiro* e a transformação de debates políticos em *questões administrativas*. A *institucionalização da Revolução de Outubro* – que trocou o auxílio a revoluções no exterior pela racionalidade diplomática, e a “destruição do Estado burguês” leniniana pelo “reforço do Estado proletário” staliniano – tirou da Comintern o papel de difusora da revolução socialista e tornou-lhe instrumento da política externa do Kremlin e de vigilância restritiva sobre os Partidos Comunistas.²

Nos três Estatutos da Internacional Comunista, aprovados em 1920, 1924 e 1928,³ entreevem-se a evolução da instituição e do regime bolchevique, incluindo a destruição do tsarismo liderada por Vladimir Lenin, a luta de poder que se seguiu à sua morte e a vitória de Iosif Stalin como chefe incontestável da União Soviética e do partido único. Obviamente, dos programas e resoluções da Comintern apreende-se antes de tudo informação sobre a ideologia, política e influência fora da Europa Oriental, mas as instituições e estruturas também ajudam a explicar como certas ideias e visões de mundo, embora com mediações, inspiravam práticas que tinham um alcance

1 ADIBEKOV, G. M.; SHAKHNAZAROVA, E. N.; SHIRINIA, K. K. *Organizatsionnaia struktura Kominterna. 1919–1943*. Moscou: ROSSPEN, 1997.

2 Cf. PONS, S. *A revolução global: História do comunismo internacional (1917-1991)*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

3 Salvo menção em contrário, as referências aos três Estatutos remetem às seguintes obras: VTOROI Kongress Kominterna. Iul–Avgust 1920 g. Moscou: Partiinoie izdatelstvo, 1934, p. 534-539 (2º Congresso); PIATY Vsemirny Kongress Kommunisticheskogo Internatsionala. 17 iunia–8 iulia 1924 g. Stenograficheski otchot. Parte II. Moscou; Leningrado: Gosudarstvennoie izdatelstvo, 1925, p. 87-93 (5º Congresso); VI KONGRESS Kominterna: stenograficheski otchot. Fasc. 6. Moscou; Leningrado: Gosudarstvennoie izdatelstvo, 1929, p. 162-167 (6º Congresso; também disponível em: PROGRAMMA i Ustav Kommunisticheskogo Internatsionala. 2. ed. Moscou: Partiinoie izdatelstvo, 1932).

para além dos grupos em que foram concebidas de início, e no caso em questão com impacto sobre a geopolítica mundial e as decisões das grandes potências.

Pretendo mostrar neste artigo os pontos centrais de permanência e mudança nos Estatutos da Comintern aprovados em 1920, 1924 e 1928, respectivamente no 2º, 5º e 6º Congressos Mundiais, o órgão superior da instituição; verificar, a partir da comparação, se os documentos deixam entrever o processo de transformação pelo qual o movimento comunista passou nesse período e que foi decodificado pela historiografia mais recente; avaliar, em conclusão, o quanto o estudo desses Estatutos acrescenta em nossa compreensão sobre os aspectos estruturais do comunismo internacional.⁴ O procedimento aqui proposto apresenta vários riscos, como o de recair na mera análise do discurso e isolar os textos de sua realidade histórica, sem considerar a essência e o impulso da militância revolucionária, ou seja, as bases, bem como as lideranças mais ou menos proeminentes que protagonizaram as transformações políticas. Contudo, recorrendo aos textos na língua original⁵ em edições quase ausentes em formato impresso fora da Rússia, espero na melhor das ocasiões estar contribuindo precisamente para futuros estudos empíricos sobre os Partidos Comunistas em países de língua portuguesa, em particular o Brasil. Nos trechos em que as informações históricas estiverem sem referência explícita, elas se basearam essencialmente na bibliografia listada no fim do artigo.

Qual revolução?

Os Estatutos de 1920 e 1924 possuem o mesmo preâmbulo, que na língua russa diferem apenas na literalidade, ou seja, têm conteúdo igual, mas expresso com palavras diferentes. O preâmbulo reproduz uma parte dos Estatutos da 1ª Internacional, da qual a 3ª Internacional afirma-se continuadora, e anuncia a ruptura completa dos comunistas com a tradição da 2ª Internacional, que julgam eurocêntrica, branca e traidora após o voto de seus parlamentares nacionais a favor dos créditos de guerra em 1914. A Comintern atribui-se a seguinte tarefa:

- 4 Sobre as relações entre o PCB, a Comintern e o conjunto dos principais órgãos que controlavam os Partidos Comunistas latino-americanos, cf. OLIVEIRA, Erick Fiszuk de. *Revolução, guinadas e antifascismo: a Comintern e o PCB rumo às “frentes populares” (1928-1935)*. 2017. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322591>>. Acesso em: 8 jun. 2020, 16h34min.
- 5 Neste trabalho, usamos nosso próprio sistema de transliteração do alfabeto cirílico russo ao alfabeto latino e não aclimatamos nem traduzimos os nomes próprios de pessoas: <<http://fishuk.cc/translit>>. Acesso em: 8 jun. 2020, 16h04min.

(...) lutar por todos os meios, mesmo de armas na mão, para derrubar a burguesia internacional e criar uma república soviética mundial como estágio de transição rumo à total aniquilação do Estado. A Internacional Comunista considera a ditadura do proletariado como o único meio que possibilita à humanidade libertar-se dos horrores do capitalismo. E a Internacional Comunista considera o Poder Soviético uma *forma* historicamente dada dessa ditadura do proletariado.⁶

O Estatuto de 1924 é dividido em seis partes: I. Regras básicas (§§ 1-6), II. O Congresso Mundial da Comintern (§§ 7-10), III. O Comitê Executivo da Comintern e seu aparelho (§§ 11-25), IV. Os Plenos Ampliados (§ 26), V. A Comissão Internacional de Controle (§ 27) e VI. As inter-relações entre as seções da Comintern e o Comitê Executivo da IC (§§ 28-35). O Estatuto de 1920 não possui subdivisões, mas seus artigos poderiam ser ordenados da seguinte forma: I. Regras básicas (§§ 1-3), II. Órgãos dirigentes – Congresso e CEIC (§§ 4-10), III. Organização dos Partidos Comunistas – imprensa, trabalho ilegal, relações mútuas (§§ 11-13) e IV. Grupos setoriais – sindicatos, jovens, mulheres; trânsito de militantes entre países (§§ 14-17). Existe uma grande diferença no número de artigos e, no Estatuto de 1924, uma divisão minuciosa das partes, o detalhamento de vários artigos (agora desdobrados em relação ao Estatuto de 1920) e uma maior preocupação com questões organizativas. Essa simplicidade em 1920 liga-se a um momento em que, ainda sondando e reunindo as forças contrárias à velha socialdemocracia em meio a um cenário de guerra civil na Rússia, a Comintern encontrava-se em formação e estava recebendo um leque maior de organizações socialistas e de esquerda em geral. O próprio modelo de Partido Comunista que anos depois, pronto e acabado, seria reproduzido em outros países ainda não existia plenamente nem mesmo na própria URSS. No 2º Congresso, aparentemente, deu-se peso maior às 21 condições, bem mais extensas e detalhadas, e mais prementes diante do contexto de formação da Comintern.⁷

Os três primeiros artigos de ambos os Estatutos têm a mesma estrutura, mas o primeiro possui algumas diferenças substanciais. No Estatuto de 1920, a Comintern não tem um *status* especial, mas tem a função de “organizar ações conjuntas dos proletários dos diferentes países”, enquanto no Estatuto de 1924 ela já é claramente a “união dos Partidos Comunistas dos diversos países em um só partido proletário e (...) guia e organizadora do movimento revolucionário do proletariado de todos os países”. No 2º Congresso, a centralidade dos Partidos Comunistas na luta internacional não estava definida, mas mesmo na URSS ainda se estava forjando o papel dirigente do partido

6 PIATY Vsemirny Kongress..., *op. cit.*, p. 88, grifo no original. Todas as traduções são livres.

7 Para uma tradução anotada e mais recente das “21 condições”, comparadas com o texto inicial que continha 19 itens, cf. «<http://fishuk.cc/condicoes>». Acesso em: 8 jun. 2020, 18h34min.

único. Ou, confirmando o que se disse logo acima, ainda não se regulara o tipo de organização que deveria entrar na Comintern, muito menos se decidira copiar o modelo bolchevique em outros países, o que de fato ocorreria a partir do 5º Congresso, com a palavra de ordem da “bolchevização”.⁸

Ainda no artigo 1º, o objetivo final nos dois Estatutos permanece o mesmo: “aniquilar totalmente as classes e implantar o socialismo, que é o primeiro estágio da sociedade comunista”. Mas o meio para se alcançá-lo torna-se mais detalhado: no Estatuto de 1920, os proletários organizados internacionalmente aspirariam “derrubar o capitalismo, estabelecer a ditadura do proletariado e a República Soviética Internacional”, e no Estatuto de 1924, a função da Comintern seria a de lutar “para ganhar a maioria da classe operária e amplas camadas dos camponeses pobres aos princípios e fins do comunismo, estabelecer a ditadura do proletariado, criar uma união internacional de repúblicas soviéticas socialistas”. Há várias mudanças de ênfase e de foco. No 2º Congresso, o fim do capitalismo e a revolução mundial pareciam tão iminentes, e a adesão do operariado mundial a esse curso tão evidente, que os fins não precisariam ser explicados, enquanto no 5º Congresso tratava-se novamente de *conquistar* operários e camponeses, e quando muito se contentar com a *maioria*, e não todos. A ditadura do proletariado continua na ordem do dia, ainda que ao menos nesse documento seu caráter não seja explicitado, mas o agente de seu estabelecimento muda: dá-se a entender no Estatuto de 1920 que ele seria obra dos próprios proletários, enquanto no Estatuto de 1924 ao menos a *luta* tinha como cabeça a Comintern. Além disso, no 2º Congresso ela aparece como *organizadora* dos operários, enquanto no 5º Congresso ela é também *guia* (líder) do *movimento* revolucionário do proletariado, além de ser o *partido proletário* que une todos os Partidos Comunistas.

Outro ponto importante é a configuração geopolítica resultante da Revolução de Outubro: voltando ao artigo 1º, o Estatuto de 1920 prevê a formação de uma “República Soviética Internacional”, enquanto o de 1924 contenta-se (e parece notável a ausência de maiúsculas) com uma “união mundial de repúblicas soviéticas socialistas”. A confiança na revolução mundial iminente e na derrota imediata do capitalismo no fim da década de 1910 deu lugar à conformação com o refluxo revolucionário e com a volta do enquadramento do operariado dentro de suas fronteiras nacionais. Não era mais possível que os Estados nacionais e suas fronteiras fossem abolidos de imediato e a futura conquista de cada governo pelos comunistas já parecia suficiente por ora. Parece ser essa a base do “socialismo em um só país”, que ao menos aí, por honra da firma,

8 Como afirma Pierre Broué, “bolchevização” era um rótulo encobrindo o processo de intensificação do controle do Partido Bolchevique (em última instância, de Stalin) sobre o movimento internacional. Cf. BROUÉ, P. *Histoire de l'Internationale Communiste, 1919-1943*. Paris: Fayard, 1997, p. 365-366 e 383-385.

passa a impressão de um “socialismo em *cada* país”, ainda que em todo caso o objetivo da revolução mundial fosse gradualmente posto de lado, as lutas pelo poder e pelo destino da doutrina bolchevique estivessem apenas começando e o reconhecimento dos Estados nacionais fosse uma exigência do *status quo* que manteria a URSS a salvo de futuras intervenções.

Questão de estrutura

As “Regras básicas” do Estatuto de 1924 não se limitam a indicações gerais sobre a natureza da Comintern e dos Partidos Comunistas, mas também legislam sobre a filiação, a organização e a militância: o membro do Partido Comunista deve aceitar o Programa e os Estatutos e submeter-se às resoluções de seu partido e da Comintern, pertencer e militar ativamente em uma organização partidária de base e pagar em dia sua mensalidade (§ 4); a base organizativa do Partido Comunista é a célula de empresa, à qual devem pertencer todos os comunistas que trabalham no local (§ 5); a construção da Comintern e de seus partidos com base no “centralismo democrático”, em suma, na eleição geral de todos os órgãos partidários e na tomada e discussões coletivas de decisões, obrigatoriamente aplicadas e seguidas após sua ratificação, mesmo que haja discordâncias; permitem-se aos Partidos Comunistas ilegais “a nomeação dos órgãos partidários inferiores pelos superiores e o emprego de cooptação mediante aprovação dos órgãos partidários superiores” (§ 6). “Cooptar”, segundo o Dicionário Aurélio, é “Admitir numa sociedade com dispensa das formalidades de praxe”;⁹ o Estatuto de 1920 ainda não diz nada a respeito.

O Estatuto de 1924 reserva uma parte inteira de quatro artigos (§§ 7-10) ao Congresso Mundial da Comintern, sendo que o primeiro deles equivale ao artigo 4º dos Estatutos de 1920. A primeira diferença sensível está nas discussões e resoluções que cabem ao que continuou sendo o órgão máximo da Comintern: “as questões táticas e programáticas mais importantes com relação às atividades da Internacional Comunista” (2º Congresso); “as questões táticas, programáticas e organizativas com relação às atividades da Comintern, bem como de suas distintas seções” (5º Congresso). Inicialmente, não apenas a organização ainda não ganhara a enorme importância posterior, como também aparentemente nem tudo se resolveria no âmbito de Moscou, que ficaria apenas com o mais premente. É provável também que o Estatuto de 1920 já subentendesse os Partidos Comunistas ao mencionar a Comintern, mas o aparecimento

9 COOPTAR. In: FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.11a*. São Paulo: Editora Positivo, 2004. 1 CD-ROM.

da menção a eles apenas no Estatuto de 1924 parece indicar uma indefinição quanto à natureza da nova Internacional e de seus componentes, sanada no mesmo momento em que se começou a falar em “organização”. Essa definição posterior do que seriam as “seções” surge junto com o controle que Moscou buscava ter delas, fazendo as decisões essenciais passarem pela sede do “Partido Mundial”.

Outra diferença substancial, certamente relacionada a essa centralização e à consequente imbricação do comunismo internacional às vicissitudes do Partido Comunista soviético (mas também ao desaparecimento de Lenin, que não deixou de haver conduzido à luta interna), é a ampliação do prazo entre a realização de dois congressos de um ano (2º Congresso, § 4) para dois (5º Congresso, § 7). Isso se explica facilmente diante da ocorrência dos quatro primeiros congressos anuais entre 1919 e 1922, e do quinto apenas em 1924, mas não está claro por que se sancionou uma alteração nos intervalos e não se considerou o atraso como meramente acidental. Mas há ainda no Estatuto de 1924 (ainda no artigo 7) uma “novidade” acrescentada logo depois daquela informação e que está ausente no texto de 1920: “O prazo de convocação do congresso é estabelecido pelo Comitê Executivo da Comintern. Todas as seções aderentes enviam delegados em número estabelecido pelo Comitê Executivo.” É mais um detalhe organizativo que se julgou por bem explicitar ou determinar, mas que mostra a preeminência que o CEIC estava gradativamente ganhando.

“O número de votos deliberativos para cada sessão no Congresso Mundial” (sempre no artigo 4º de 1920 e no artigo 7º de 1924) continuou sendo “definido por resolução especial do congresso”, mas dois acréscimos são reveladores. Primeiro, o número estaria em concordância “com o número de membros de dado partido e com a importância política desse partido.” Os Partidos Comunistas grandes, e em especial na Europa, ocupavam uma posição estratégica bem maior para Moscou, mas a atribuição de uma “importância política” desacompanhada de definições – aberta, portanto, a toda subjetividade e vicissitude – nos mostra como uma Comintern cada vez mais ligada ao Estado soviético jogava com a geopolítica, lançando as bases para o atrelamento do movimento comunista aos interesses diplomáticos da URSS. “Os mandatos imperativos”, enfim, no segundo acréscimo, tornam-se “proibidos e antecipadamente anulados”, ou seja, como também lembra Brigitte Studer,¹⁰ era Moscou quem tomava dianteira, mesmo quanto à atuação dos próprios Partidos Comunistas.

¹⁰ STUDER, B. “Stalinization: Balance Sheet of a Complex Notion”. In: LAPORTE, N.; MORGAN, K.; WORLEY, M. (Eds.). *Bolshevism, Stalinism and the Comintern: Perspectives on Stalinization, 1917-53*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008, p. 48-51.

O artigo 7º do Estatuto de 1920 e o artigo 8º do Estatuto de 1924 tratam da convocação de congressos “extraordinários”: o “*ekstrenny*” latinesco do 2º Congresso havia se tornado o “*chrezvychny*” do 5º Congresso, elemento que parece indicar nas entrelinhas uma progressiva russificação do aparato, ideologia e linguagem, em detrimento do cosmopolitismo dos primeiros líderes. Embora não cite as ocasiões que pudessem justificar os encontros, os artigos dão condições que são bem diferentes em um e em outro documento: no primeiro, “por resolução do Comitê Executivo ou por exigência da metade dos partidos que tenham ingressado na Internacional Comunista no Congresso Mundial anterior”, e no segundo, “por exigência de alguns partidos que no congresso anterior da IC tenham juntos reunido não menos da metade dos votos deliberativos.” Aparentemente, as coisas ficaram mais fáceis, mas na verdade não foi sequer preciso mencionar de novo o CEIC, porque ele açambarcou, como se lerá mais à frente, a maior parte da iniciativa prática da Comintern. No caso dos Partidos Comunistas, deve-se ter em conta que apenas partidos pequenos e hesitantes foram afiliando-se após o fim da onda revolucionária europeia, o que anula a questão numérica em prol do peso dos maiores Partidos Comunistas da Europa, não apenas estrategicamente prioritários, mas também os mais ativos e fornecedores de mais quadros à Comintern (contexto em que se percebe a predominância russa).

O todo-poderoso Comitê Executivo

O papel do CEIC como “órgão dirigente da IC nos intervalos entre os Congressos Mundiais” permanece o mesmo (§ 5 do Estatuto de 1920, § 11 do Estatuto de 1924). Mas é notável como a informação, no primeiro documento, é apenas a segunda a ser passada, junto com a de que quem elege o CEIC é o Congresso, único órgão ao qual ele deve prestar contas, enquanto no segundo ela encabeça um artigo separado, o primeiro de uma nova parte e que informa em seguida que o CEIC “dá a todos os partidos e organizações componentes da IC diretivas que lhes são obrigatórias, controla e verifica suas atividades”. Esta última informação, no 2º Congresso, fora submersa entre as várias informações aglomeradas no artigo 9º, o qual, aliás, não fala de controle e verificação de atividades, que se tornariam crescentemente uma obsessão ao longo da história da Comintern. Além disso, no 5º Congresso não se menciona nenhuma prestação de contas do CEIC diante do Congresso Mundial nem de qualquer órgão, o que ajuda a entender sua autonomia cada vez maior e sua predominância sobre qualquer outra

instância da Comintern, com plenos tornados praticamente “pequenos congressos”, como disseram vários autores.¹¹

No Estatuto de 1928, o artigo 9º determina que “O Congresso Mundial elege o presidente da Internacional Comunista, o Comitê Executivo da Comintern e a Comissão Internacional de Controle (CIC)”, enquanto o artigo 10 estipula que a sede do CEIC deveria ser determinada toda vez pelo Congresso Mundial. Note-se que no Estatuto de 1920, por um lado, aquela primeira informação, contida no artigo 5º, não mereceu ser colocada à parte (ver parágrafo anterior), enquanto nos de 1924 houve um destaque ao qual se acrescentou um “presidente” da Comintern¹² e uma “comissão de controle” (novamente a obsessão pela padronização). Por outro lado, a questão da sede do CEIC mereceu realce no 2º Congresso, quando o artigo relacionado (§ 6) foi colocado antes das principais disposições a respeito daquela comissão, enquanto no 5º Congresso a informação tornou-se uma simples nota (§ 10) no final da parte sobre o Congresso Mundial, antes ainda do início da nota relativa ao CEIC e seu aparelho. Além disso (embora talvez possa ser ou parecer mero detalhe), nesta ocasião a Comintern e o CEIC foram nomeados por seus acrônimos, tornando a redação mais curta, enquanto na anterior foram desdobradas as denominações inteiras, sem abreviação, não se sabe se para dar corpo ao artigo ou meramente para encher espaço. O fato é que tal disposição, com a concentração das atividades e prerrogativas da Comintern em Moscou (também derivada das dificuldades que os dirigentes estrangeiros tinham para locomoverem-se à capital) e com o progressivo aumento dos poderes do CEIC, deixou de fazer qualquer sentido após o fim da onda revolucionária na Europa, pois no início da década de 1920 ainda se tinha a esperança (especialmente da parte de Lenin) de que com o surgimento de outras repúblicas soviéticas em países avançados, sobretudo na Alemanha, a Rússia atrasada poderia deixar de ser o foco do movimento, enquanto o não isolamento russo poderia dar maior mobilidade às estruturas e ao funcionamento da Comintern.¹³

O artigo 8º dos Estatutos de 1920 também revela a presença de escrúpulos no provimento de representatividade internacional dentro do CEIC: a maior parte de seu trabalho recairia sobre o Partido Comunista em cujo país, por determinação do

11 Entre eles KRIEGER, A. *Les Internationales Ouvrières (1864-1943)*. Paris: PUF, 1964, p. 115 (tradução livre): “[os Plenos Ampliados do CEIC] São verdadeiros pequenos Congressos que reúnem os membros do Comitê Executivo e representantes das seções nacionais, mas via de regra eles não podem renovar os órgãos dirigentes da Internacional.”

12 Fim de uma direção colegiada e coletiva? Aparentemente não, pois desde 1919 Zinoviev já ocupava o cargo, que foi extinto precisamente após sua demissão, em 1926.

13 Cf. BROUÉ, P. *Histoire de l'Internationale Communiste, 1919-1943*. Paris: Fayard, 1997. PONS, S. *A revolução global: História do comunismo internacional (1917-1991)*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

Congresso Mundial, ele estivesse sediado, e em sua composição entrariam cinco representantes desse partido com voto deliberativo, um representante com voto deliberativo para cada um dos “10-13 maiores Partidos Comunistas”, partidos escolhidos por deliberação de congresso normal da Comintern, e um representante com voto consultivo que cada um dos outros Partidos Comunistas e organizações teriam o “direito” de enviar. O Estatuto de 1924 não tem nenhuma diretiva quanto à composição do CEIC, e esse artigo 8º simplesmente some, cedendo à situação prática de fixação do Executivo em Moscou, de escassez de outros grandes Partidos Comunistas na Europa (que foram gradualmente se alinhando aos soviéticos ao longo da década de 1920) e de porosidade ou fraqueza dos outros partidos, especialmente nos países mais distantes da URSS, para onde ainda era difícil realizar viagens regulares.

O trabalho, as funções e as prerrogativas do CEIC são quase todas condensadas no artigo 9º do Estatuto de 1920, quando provavelmente ainda não se dava tanta importância a ele e nem se previa que ele se reforçaria tanto, enquanto no de 1924 eles estão desdobrados detalhadamente do artigo 12 ao 25, além do artigo 11 já citado, com um notável aumento de competências e poderes. Resumidamente, pode-se dizer que houve no CEIC um caminho rumo à complexidade, ao aumento de poderes, à permissão de intervenção na vida dos Partidos Comunistas (que incluía a aprovação de seus Programas e Estatutos locais), à centralização das decisões, que deveriam ser cumpridas com ainda mais rigor e rapidez pelas “seções”, e à facilidade com que o Executivo poderia aplicar sanções ou expulsões. Na verdade, a importância dada em 1920 ao CEIC ainda é tão incipiente que nem há então preocupação em preverem-se a regularidade de suas sessões, só estabelecidas pelo artigo 25 em 1924 como devendo ocorrer “não menos de uma vez por mês” e sendo elas plenipotenciárias “havendo a presença de não menos da metade dos membros do CEIC”. À parte os assuntos que já têm artigo separado no 2º Congresso, vale destacar, primeiramente, a estrutura piramidal e setorial sancionada ao CEIC no 5º Congresso: anteriormente sem qualquer menção, o Executivo ganha (e cujos membros ele elegia entre os seus próprios) um Presidium (“o órgão sempre atuante e [que] conduz todo o trabalho do CEIC no intervalo entre as sessões deste” e cujo presidente também o é do CEIC e da Comintern), um Birô de Organização (“*orgbiuro*”, “que discute e resolve questões de organização e finanças do CEIC”) e um Secretariado (“o órgão executivo do CEIC e de seu Presidium e Birô de Organização”, e cujos membros entram neste último); elege ainda a redação da revista mensal e de outras edições da Comintern e cria os setores de informação e estatística, de agitação e propaganda, de organização e de trabalho para o

Oriente, tendo o direito ainda de criar outros setores conforme a necessidade e de organizar o aparelho do modo mais proveitoso possível.

Outro assunto abordado no artigo 9º do Estatuto de 1920 são os direitos que o CEIC tem de “exigir que os Partidos afiliados excluam grupos e pessoas que estejam violando a disciplina internacional” e de “excluir da Internacional Comunista os Partidos que estejam violando as resoluções do Congresso Mundial”. O artigo 14 dos Estatutos de 1924 já lhe faculta diretamente “o direito de excluir da Comintern os Partidos, grupos e membros individuais que estejam violando o Programa e os Estatutos da IC e as resoluções dos Congressos Mundiais e do CEIC”, ou seja, é dispensada a intermediação dos Partidos Comunistas e Programa e Estatutos da Comintern ganham mais autoridade e inviolabilidade. O direito de apelação permanece, mas enquanto no 2º Congresso disponibiliza-se como instância apenas o Congresso Mundial, que estava conseguindo e pretendia reunir-se anualmente, no 5º Congresso estende-se a possibilidade ao Pleno Ampliado do CEIC, em um momento no qual os congressos escasseavam e a partir do qual os próprios plenos teriam intervalos maiores.

O artigo 9º do Estatuto de 1920 também traz uma possibilidade aparentemente subestimada na época: “Em casos necessários, o Comitê Executivo organiza nos diversos países seus escritórios auxiliares técnicos e com outras funções, totalmente submetidos ao Comitê Executivo.” Já o Estatuto de 1924 dedica um longo artigo 24 aos que se tornariam os famosos plenipotenciários enviados a cada Partido Comunista pelo CEIC e seu Presidium: responsáveis diante desses dois órgãos, que também lhes dão instruções, assistem a todas as reuniões e seções dos órgãos centrais e organizações locais do partido ao qual foram enviados; podem expressar, pelo bem das diretivas do CEIC, opiniões distintas daquelas do respectivo Comitê Central (CC) em seus congressos, conferências e consultas, mesmo que devam trabalhar no mais estrito contato com ele (contato também previsto no artigo 9 aprovado pelo 2º Congresso, quando são simplesmente chamados “representantes” e não se prevê qualquer divergência de ideias); e devem principalmente zelar para que o Partido Comunista cumpra as resoluções dos Congressos Mundiais e do Executivo da Comintern.

O artigo 10 do Estatuto de 1920 previa que o CEIC podia “receber em seu meio, com voto consultivo, representantes de partidos e organizações que não componham a Internacional Comunista, mas simpatizem e tenham proximidade com ela”, enquanto no artigo 17 do Estatuto de 1924, mais sucinto, esse “meio” amplia-se à Comintern (o CEIC é claramente restringido, e então é possível pensar em que ocasiões votariam, talvez nos Congressos Mundiais), mas ao não falar sobre pertencimento ou não à

Internacional, o texto torna a questão bem mais vaga e mais submissa ao arbítrio do CEIC. A proximidade ainda deve ser com a Comintern, mas a simpatia é com o “comunismo”, em um período no qual “comunismo” estava praticamente assimilado à 3ª Internacional e, portanto, à URSS, extinta a possibilidade de matizes ideológicos e organizações que divergissem muito do modelo de Partido Comunista gradualmente “bolchevizado”.

Intrigante é a aparente desobrigação quanto à publicação de resoluções e documentos na imprensa partidária: o artigo 11 do Estatuto de 1920 obriga “Os órgãos de todos os partidos e organizações que entram na Internacional Comunista ou que contam entre seus simpatizantes” a “publicar todas as resoluções oficiais da Internacional Comunista e de seu Comitê Executivo”. Já o artigo 16 do Estatuto de 1924 aponta como “desejável” a publicação das “resoluções e documentos oficiais do CEIC” (não se ressalta com “todos”) por “todos os órgãos partidários das seções que constituem a IC”, sendo obrigatória sua publicação apenas “pelos órgãos dirigentes das seções”. No segundo documento não se fala sequer em simpatizantes, nos quais, provavelmente tidos como instáveis, não se tem maior confiança e os quais talvez deveriam ser afastados para homogeneizar a Comintern. Mas é notável como se fala apenas em documentos e resoluções “do CEIC”, o qual, de fato, já estava começando a sobrepor-se ao resto do aparelho da Comintern, e talvez, por trás da desobrigação de que todos publicassem tudo, estivessem dificuldades de comunicação e de encontrar tradutores do alemão e do russo (quanto ao inglês e ao francês, talvez os principais problemas fossem os preços e disponibilidades, sem contar os imprevistos da vida clandestina) para muitas línguas do mundo.

Entre as determinações atribuídas ao CEIC na parte do Estatuto de 1924 que o aborda, está a de eleger “o secretariado internacional do movimento feminino comunista, e junto com este” tomar “decisões sobre o movimento feminino internacional” (§ 22). Nos Estatutos de 1920, havia outro desdobramento institucional para as mulheres, pois o CEIC devia aprovar “o secretário internacional do movimento feminino comunista” e organizar “a seção feminina da Internacional Comunista” (§ 16).

A irmandade na militância

Da mesma forma, deu-se um novo enfoque à questão da ilegalidade e do tipo de aparelho que essa situação exige. Para o Estatuto de 1920, “A situação geral em toda a Europa e América impõe aos comunistas do mundo inteiro a necessidade de criar

organizações comunistas ilegais paralelas à organização legal”, no que o CEIC deveria ajudar sem falta e em todo o lugar (§ 12). Notavelmente, no penúltimo artigo da última seção sobre “As inter-relações entre as seções da IC e o CEIC” do Estatuto de 1924, as organizações ilegais que deveriam ser criadas tornam-se uma vaga “situação ilegal” para a qual os Partidos deveriam “estar prontos para passar” (§ 34). Desta vez a ajuda do CEIC é especificada na forma de “assistência na preparação ao trabalho ilegal”, mas sem indicações sobre a natureza do apoio e outros desdobramentos. Mesmo que não se devessem esperar grandes explicações de um documento público, a minoração de ocasionais ondas novas de ilegalidade dos Partidos Comunistas, após as turbulências dos anos anteriores, parece ter algo a ver com a ideia de “estabilização relativa” do capitalismo e de certo arrefecimento das revoluções.¹⁴

A questão das relações mútuas entre os Partidos Comunistas parece até mesmo haver sido posta de modo menos liberal nos Estatutos de 1920, provavelmente devido à situação de ilegalidade e guerras correntes ou iminentes, ou porque esses partidos ainda eram grupos humanos informes, não ligados a uma instituição internacional sólida que deveria ser a Comintern. Ainda sem a disciplina inculcada, eles poderiam ser vulneráveis à espionagem ou perseguição, seja por ação ativa de elementos infiltrados, seja por descuido e desproteção da organização oficial. “Via de regra, todas as principais relações políticas” entre as seções da Comintern deveriam dar-se “por meio do Comitê Executivo da Internacional Comunista”, reservando as ligações diretas apenas a “casos urgentes”, mas sempre informando “imediatamente” ao CEIC (§ 13). Já os Estatutos de 1924 estipulavam que os Partidos Comunistas deviam “manter uns com os outros as mais estreitas ligações organizativas e informativas”, “estabelecidas por meio da representação mútua nas conferências e congressos, bem como do intercâmbio mútuo de forças dirigentes adequadas” (§ 30). Pode ser que houvesse uma situação de distensão no movimento comunista internacional em meados da década de 1920, mas também é provável que o papel intermediário da Comintern, especialmente do CEIC, já estivesse subentendido ou até nas entrelinhas dos outros artigos que reforçam o papel do Executivo. Essa passagem pela Comintern de toda comunicação entre Partidos Comunistas parece confirmada pela presença massiva nos arquivos de Moscou de muito material nacional, recortes de jornais, cartas entre dirigentes e militantes de vários países etc., e isso em várias línguas.¹⁵

14 Cf. as análises e resoluções políticas do 6º Congresso da Comintern em VI KONGRESS Komintern..., *op. cit.*

15 Cf. por exemplo o *website* “Documentos da Era Soviética” mantido pelo governo da Rússia: «<http://sovdoc.rusarchives.ru>» (em russo). Acesso em: 12 jun. 2020, 17h36min.

O Estatuto de 1920 ainda citava a organização dos sindicatos postados no plano comunista que, dirigidos pelo CEIC, formariam a “seção sindical” da Comintern e enviariam representantes ao Congresso Mundial por meio dos Partidos Comunistas de respectivos países. A “seção sindical” da Comintern delegaria um representante seu ao CEIC com voto deliberativo, e o Executivo também teria o direito de enviar à “seção sindical” um representante seu com voto deliberativo (§ 14). Não há qualquer menção a organismos ou políticas sindicais no Estatuto de 1924, certamente porque em 1921 já fora criada a Internacional Sindical Vermelha (Profintern) para deliberar especificamente a esse respeito. Mas é notável que a Profintern, uma das partes constituintes da Comintern, não tenha tido no 5º Congresso sequer uma menção no texto, nem mesmo qualquer referência a trabalho sindical.¹⁶ No artigo 33 dos Estatutos de 1924, há pelo menos uma breve menção a respeito da juventude: “A união internacional das juventudes comunistas [*komsomol*] é um membro da IC com plenos direitos e está subordinada ao CEIC.” Menção que se torna interessante quando se nota que no Estatuto de 1920 essa união é chamada pelo seu nome completo (Internacional da Juventude Comunista), acrescenta-se que ela delega um representante de seu Comitê Executivo com voto deliberativo no CEIC e que este também tem o direito de enviar ao Comitê Executivo da IJC um representante seu com voto deliberativo (§ 15).

O último artigo dos dois Estatutos (§ 17 em 1920 e § 35 em 1924) merece ser citado na íntegra, pois revela como a Comintern estava pensando o internacionalismo proletário, a movimentação de militantes e as relações da URSS com o mundo exterior. A primeira versão diz que “Ao mudar-se de um país para outro, todo membro da Internacional Comunista encontra o apoio fraternal da parte dos membros locais da 3ª Internacional”, a qual não faz senão exalar solidariedade, e não especificações logísticas ou burocráticas. Note-se que não se pedem satisfações sobre sua mudança, que não precisa ser justificada sequer por motivos profissionais ou de segurança, e que se fala diretamente de “membros da IC”, e não “membros do Partido Comunista”, o qual aparentemente, como já dito acima, não se tinha tornado a unidade básica da Comintern. A segunda versão é clara: “Os membros das seções da IC só podem se mudar de um país para outro com autorização do CC da seção à qual ele pertencia antes.” Sua vida, seu cotidiano e seu destino pertencem ao Partido Comunista, portanto à Comintern, da qual cada membro é um soldado disciplinado, e assim seus partidos

16 Sobre a Profintern, cf. MIROVOIE revoliutsionnoie profdvizhenie ot IV do V Kongressa Profintern, 1928-1930: materialy k otchotu Ispolbiuro V Kongressu Profintern [O MOVIMENTO sindical revolucionário mundial do 4º ao 5º Congresso da Profintern, 1928-1930: materiais para o relatório do Birô Executivo ao 5º Congresso da Profintern]. Fasc. 3. Moscou: Izdatelstvo VTsSPS, 1930; MIGLIARDI, G. “L’Internazionale dei sindacati rossi. Profintern”. In: *Annali Istituto Giangiacomo Feltrinelli*, Milão, IX, p. 325-347, 1967; GOMOLINSKI, O. “Le Profintern: organisation internationale et administration soviétique. Première approche”. In: *Communisme*, Paris, n.70-71, p. 131-158, 2º et 3º trimestres 2002.

começavam a “bolchevizar-se” e militarizar-se. Cada membro tinha seus movimentos e objetivos calculados, os quais deviam servir aos interesses da causa, e não pessoais, senão seriam redundantes. A acolhida e o “apoio fraternal” são minimizados: “Tendo mudado de domicílio, os comunistas devem filiar-se à seção do país ao qual chegaram. Os comunistas que partiram sem autorização do CC da seção à qual pertenciam não são aceitos em outras seções da IC.” Os “membros da IC” são os soldados “comunistas”, o Partido Comunista é a unidade básica da Comintern e diretor da vida do militante, é como um apêndice de sua história, de seu corpo, que o acompanha onde for. A Comintern não é mais uma associação mundial “fraternal”, mas uma rede internacional com várias “seções” interligadas e interdependentes. A ameaça da expulsão é como uma excomunhão, uma possibilidade de abandono no vazio, uma interdição a um mundo cultural alternativo e paralelo que dá guarida diante de um ambiente hostil, ao qual o militante/soldado vê-se entregue se não é aceito no Partido Comunista da nova terra estranha.¹⁷

O que mudou de 1920 a 1924?

Essas são as partes e artigos que podem ser comparados entre um texto e outro dos Estatutos, mas seria preciso falar algo da grande diferença no número de artigos entre ambos, 17 no de 1920 e 35, mais do que o dobro, no de 1924. As razões mais óbvias são: o crescimento da Comintern; o aumento no número de seções/Partidos Comunistas afiliados; a complexidade das tarefas diante do refluxo da revolução mundial (que virou a conjuntura de cabeça para baixo) e diante da reação capitalista e fascista; a “bolchevização” dos Partidos Comunistas, que fixou seu formato definitivo e tornou-os ponta de lança disciplinada na defesa política e diplomática da URSS; o isolamento face a outras forças políticas, especialmente a socialdemocracia, que só iria se agravar com o gradual forjamento da tática radical “classe contra classe” e sua aplicação prática precoce na Alemanha, ainda considerada centro da estratégia comunista,¹⁸ e que exigia definir o que distinguia os Partidos Comunistas dessas outras forças (identidade/cultura, contraposição, conflito).

17 Cf. PENNETIER, C.; PUDAL, B. “Du Parti bolchevik au Parti stalinien”. In: DREYFUS, M. et al. (Dirs.). *Le siècle des communismes*. 2. éd. augmentée et mise à jour. Paris: Les Éditions de l'Atelier: Éditions Ouvrières, 2004, p. 499-510, sobretudo p. 506-508. Cf. também: WOLIKOW, S.; CORDILLOT, M. *Proletaires de tous les pays, unissez-vous ?*: les difficiles chemins de l'internationalisme (1848-1956). Paris: EUD: Institut d'histoire contemporaine, 1993.

18 Sobre essa guinada tática e seu contexto histórico, cf. BROUÉ, P. *Op. cit.*, em especial os capítulos VI e VIII.

Como motivos para esse aumento dos Estatutos contam, sobretudo, o controle maior que a Comintern e seu CEIC buscavam exercer sobre as seções, a expansão geral do movimento comunista internacional e a mudança na relação com os focos de interesse da Comintern, como se deu com a criação de “Internacionais” separadas para outras bandeiras (por exemplo, a Profintern). Na comparação atenta, além do desdobramento, já mencionado acima, da estrutura e das competências do CEIC, cada vez mais poderoso, acrescentam-se ainda no 5º Congresso a seção sobre os Plenos Ampliados, de um artigo só (§ 26) – reuniões que, na prática, tornar-se-iam cada vez mais raras –,¹⁹ a seção sobre a Comissão Internacional de Controle, também de um artigo só (§ 27), mas bem desdobrado, e que revela a crescente verticalização do funcionamento interno da Comintern/CEIC e de sua relação com as seções, cada vez mais vigiadas “de cima”, e os artigos adicionais sobre as inter-relações entre os Partidos Comunistas e o CEIC (notavelmente, a relação das “seções” é estabelecida com o Executivo, e não com a Comintern de uma forma geral) na última parte, que contém também informações que no 2º Congresso haviam sido postas de forma dispersa ou aglomeradas em certos artigos.

Os “terceiros Estatutos de stalinização”

Vale também comparar os Estatutos de 1924 (5º Congresso) com os Estatutos aprovados em 1928, no 6º Congresso da Comintern, eventos ocorridos com considerável intervalo, especialmente em se considerando o prazo de dois anos que se estipulou entre um e outro no primeiro documento (artigo 7º).²⁰ A estrutura do Estatuto de 1928 é decalcada da do Estatuto de 1924 e muitos artigos permanecem inalterados, ainda que outros tenham sofrido modificações substanciais. À primeira vista, a diferença mais evidente é a ausência do preâmbulo, geralmente considerado um repositório dos valores políticos e ideológicos da Comintern e definidor de seus antecedentes históricos.

Nos Estatutos de 1924, definia-se no artigo 1º que um dos objetivos da Comintern era “estabelecer a ditadura do proletariado”, mas no Estatuto de 1928 achou-se por bem precisar que era a “ditadura *mundial* do proletariado” (grifos do autor). Talvez fosse um mero ato de esclarecimento e retificação, mas é notável que o adjetivo não apareça nem mesmo em 1920, o que pode indicar a permanência do caráter mundial atribuído à revolução e ao estabelecimento do socialismo e a necessidade de, apesar dos objetivos

19 Cf. nota II acima.

20 É claro que, ao pé da letra, os dois Estatutos trazem respectivamente os prazos de *ao menos* um ano e *ao menos* dois anos. Mas seria inverossímil haver qualquer adiantamento em meio à conjuntura da época.

internacionalistas mantidos intactos logo depois, explicitá-lo devido à estranheza que poderia causar em muitos a construção do “socialismo em um só país” e à nova instabilidade da situação internacional,²¹ que tornava não só possível, mas necessária (aos olhos dos bolcheviques), uma revolução mundial. De fato, procedimentos de retificação e aparamento de redundâncias ocorreram em vários pontos, como a supressão do artigo 2º do Estatuto de 1924, que dizia que a união proletária internacional chamava-se “Internacional Comunista”, nome já indicado no primeiro artigo.

O Estatuto de 1928 possui dois artigos a mais no fim da primeira parte: o de número 6 estabelece a formação de frações comunistas em organizações de massa fora do Partido Comunista e em assembleias governamentais onde haja ao menos dois membros desse partido para que se aumentem aí a influência comunista e a condução de políticas comunistas; e o de número 7, além de submeter essas frações aos órgãos partidários, possui duas “notas” que submetem diretamente ao CEIC as frações comunistas em organizações internacionais (número 1) e dão a instruções especiais do CEIC e do CC dos Partidos Comunistas a prerrogativa de organizar a estrutura, funcionamento e direção dessas frações (número 2). Essa era uma preocupação ausente dos outros Estatutos, mas talvez ela se deva à necessidade de reforçar a influência do comunismo sobre a sociedade – já que os Partidos Comunistas poderiam ser pequenos, cair na ilegalidade ou ser insuficientes diante do tamanho da influência burguesa e estatal – e de fazer os membros dos partidos participarem de outros organismos da sociedade em geral, e não se isolarem no partido ou na clandestinidade (fosse ela exagerada ou não). Pode ser que lá no fundo, como ficariam mais tarde explícitos, os líderes achavam a revolução mundial (ou ao menos explosões revolucionárias) tão iminente que julgariam a simples infiltração em órgãos não comunistas como forma de garantir seu poder e influência.²²

Já na seção sobre o Congresso Mundial da Comintern, o artigo 8º do Estatuto de 1928 mantém o intervalo de reunião dos congressos como sendo a cada dois anos, mas sem dar a entender se era uma medida deliberada para dar conta das dificuldades de comunicação e deslocamento entre Moscou e os Partidos Comunistas, ou se ainda assim o novo intervalo prático de quatro anos era considerado um mero acidente. Constitui um bom tema de reflexão, trabalho e pesquisa pensar sobre as intencionalidades e contingências na definição de intervalos e nos intervalos que

21 WERTH, Nicolas. *Histoire de l'Union soviétique: de l'Empire Russe à l'Union soviétique, 1900-1990*. Paris: PUF, 1990, p. 213 ss. e 224 ss.; PONS, Silvio. *Op. cit.*, p. 134 ss. e 152 ss.

22 VI KONGRESS Komintern..., *op. cit.*, passim.

realmente aconteciam, ainda mais levando em conta que o 7º Congresso só ocorreria em 1935: havia, em meio à luta interna do Partido Comunista soviético, a intenção premeditada de postergar os congressos e marginalizar o papel da Comintern, especialmente da parte de Stalin e dos que eram mais próximos a ele, ou foram os atrasos uma consequência imprevista dessa luta? Sinal dos novos tempos, forjados na luta interna soviética, é a retirada do presidente da Comintern dentre as figuras eleitas pelo Congresso Mundial: citado no artigo 9º do Estatuto de 1924, ele desaparece no equivalente artigo 10 do Estatuto de 1928, que ainda mantém a eleição do CEIC e da CIC como atribuições do congresso, e assim sai de cena o cargo encarnado por Grigori Zinoviev até sua derrota final no seio do partido único soviético.²³ Esse presidente que, no artigo 18 aprovado pelo 5º Congresso, também era presidente do CEIC e do Presidium, simplesmente some com essas atribuições também no equivalente artigo 19 aprovado pelo 6º Congresso.

A seção sobre o CEIC e seu aparelho manterá várias coisas, mas será a que tem mudança mais notáveis, e inclusive ganha um artigo a mais em quantidade (de 15 para 16). Como se verá adiante, a centralização piramidal ganhará ainda mais força na figura dos novos papéis atribuídos ao Presidium e a gradual minoração do CEIC já se nota no artigo 15 do Estatuto de 1928, o qual, em relação ao artigo 14 dos Estatutos de 1924, exclui a possibilidade dos Partidos Comunistas, grupos e pessoas excluídos da Comintern pelo CEIC apelarem ao Pleno Ampliado deste, sobrando apenas o Congresso Mundial. Ou seja, tira-se a possibilidade de uma ocasião escassa para jogar a uma ocasião ainda mais escassa. As organizações e partidos não comunistas que teriam voto consultivo na Comintern por autorização do CEIC (artigo 17 do Estatuto de 1924, artigo 18 do Estatuto de 1928) continuam sendo “simpatizantes do comunismo”, mas não mais “próximos à IC”: indícios da uniformização ideológica e da necessidade de afastar pessoas e grupos menos confiáveis, em um momento no qual a URSS e a Comintern, segundo a interpretação avançada por Stalin, estariam cercadas por forças capitalistas hostis.

A figura do Birô de Organização, mencionada no artigo 19 do Estatuto de 1924, desdobra-se, no artigo 20 dos Estatutos de 1928, nos “birôs permanentes” para determinadas regiões, cujo direito de formação era reservado ao CEIC e ao seu Presidium, que possibilitariam maior controle e ligação com os Partidos Comunistas locais, submetidos àqueles birôs, e que (segundo “nota”) teriam seus raios de atuação determinados pelo CEIC e seu Presidium. Além disso, no mesmo artigo sobre o Birô de Organização aprovado no 5º Congresso, previa-se que os Partidos podiam queixar-se de

23 WERTH, N. *Op. cit.*, p. 204-210; PONS, S. *Op. cit.*, p. 127-131 e ss.

suas decisões ao Presidium do CEIC, mas no 6º Congresso desdobra-se um artigo 21 a respeito dessas queixas, porém referentes aos birôs permanentes do CEIC, contra os quais se podia reclamar não mais apenas ao Presidium, mas também ao CEIC. Já o Secretariado que era eleito pelo CEIC, conforme o artigo 20 dos Estatutos de 1924, tornou-se o “Secretariado Político” eleito pelo Presidium – segundo o artigo 25 dos Estatutos de 1928 –, que agora também era um “órgão decisório” e preparava “questões para as seções do CEIC e seu Presidium”. Uma probabilidade é que o Secretariado, que já era um órgão restrito, tenha se tornado ainda mais restrito, como se nota pelo raio menor de sua origem (não mais o CEIC, mas seu Presidium) e pela menção tardia nos Estatutos, sendo que na verdade alguns “secretariados” eram confinados ao domínio do segredo, como o famoso secretariado pessoal de Stalin, que tomava na realidade as decisões sobre a URSS e a Comintern.²⁴ O trato com “questões administrativas e financeiras” atribuído ao Birô de Organização naquele artigo 19 nem mesmo é mencionado em nenhum artigo no Estatuto de 1928, o que parece indicar sua subentendida diluição entre o restrito Secretariado Político (ou outros agrupamentos políticos não mencionados) e os birôs permanentes. Pode-se vislumbrar aí também um prenúncio da centralização organizativa, que progressivamente só aumentaria, do aparelho central da Comintern, culminando na reorganização de 1935,²⁵ igualmente centralista, mas que também visava administrar melhor um círculo crescente de Partidos Comunistas e de atuação que necessitava de órgãos específicos para cada região, com seus representantes próprios (que nem sempre eram nativos dessas regiões). Essa busca por um controle maior pelas instâncias superiores (tanto no aparelho central quanto sobre os partidos) traduzia-se na resolução de tarefas cotidianas não mais pelo CEIC coletivamente, mas por órgãos restritos, como o Presidium e o Secretariado Político. As próprias seções do CEIC têm a periodicidade reduzida de um mês (§ 25 no 5º Congresso) para seis meses (§ 23 no 6º Congresso), e decide-se estabelecer até mesmo a regularidade de duas semanas para as seções do Presidium do CEIC (§ 24 no 6º Congresso).

Ao Presidium, de fato, vão-se atribuindo cada vez mais competências: pelo Estatuto de 1924, o CEIC deveria eleger o Birô de Organização (§ 19), o Secretariado (§ 20), a redação dos periódicos e publicações da Comintern (§ 21) e o secretariado para as mulheres comunistas (§ 22), e formar ainda diversos setores de acordo com as necessidades organizativas (§ 23); pelo Estatuto de 1928, o CEIC e o Presidium deveriam

24 Cf. NIKOLAIEVSKI, B. I. *Tainye stranitsy istorii*. Moscou: Izdatelstvo gumanitarnoi literatury, 1995, cap. 5 (“O secretariado pessoal de Stalin”).

25 Sobre esse processo, cf. ADIBEKOV, G. M.; SHAKHNAZAROVA, E. N.; SHIRINIA, K. K. *Op. cit.*, p. 186-191.

juntos ser responsáveis pela formação dos birôs permanentes (§ 20), mas o Presidium sozinho elegeria o Secretariado Político (§ 25) e a redação dos periódicos e publicações da Comintern (§ 26), bem como formaria “a seção para o trabalho entre as trabalhadoras” (mencionado de forma mais curta e vaga do que antes), “comissões permanentes para dirigir o trabalho de determinados grupos de seções da Comintern (*lender-sekretariat*)” – os *Ländersekretariate*, ou secretariados regionais – “e outras seções necessárias ao seu trabalho” (§ 27). Note-se a diferença entre este último artigo e o artigo 23 aprovado no 5º Congresso, que era mais específico sobre setores de informação e estatística, agitação e propaganda, organização, trabalho para o Oriente e outros possíveis. E ao artigo 24 do Estatuto de 1924 soma-se um parágrafo no artigo 28 do Estatuto de 1928, tratando do direito de envio de “instrutores” a cada Partido Comunista pelo CEIC e seu Presidium, instrutores que seriam responsáveis diante do CEIC e teriam direitos e obrigações definidos por ele, mas cuja função e poderes não são especificados, como os dos plenipotenciários.

A seção sobre os Plenos Ampliados do CEIC, presente no Estatuto de 1924, não aparece no de 1928: é a confirmação das alusões anteriores à marginalização do papel do CEIC e de seus plenos, que perderam seu papel coletivo (que, em relação ao passado, também já era restritivo) e cederam cada vez mais espaço aos secretariados restritos e às decisões individuais das lideranças centrais (vide a própria supressão do cargo de presidente da Comintern, que também o era do CEIC e de seu Presidium). Ao que parece, a CIC, mantendo a mesma seção com um só artigo (§ 27 para o 5º Congresso, § 28 para o 6º Congresso), ganha algum destaque (a “organização” cede cada vez mais ao “controle”), como mostra a especificação inicial que julgou necessário fazer de que ela devia “analisar as questões que abordem a unidade e a coesão das seções integrantes da Internacional Comunista, bem como avaliar o comportamento de membros individuais desta ou daquela seção como comunistas.” Mas também aparecem limitações, pois no Estatuto de 1924 é-lhe atribuído revisar as finanças do CEIC e, por resolução do CEIC, do Presidium ou do Birô de Organização, revisar também as de cada Partido Comunista, enquanto no Estatuto de 1928 tudo é genericamente englobado em “finanças da IC”. Os órgãos maiores e mais abrangentes cediam espaço às decisões em âmbitos restritos e de cúpula.

Apesar dessa centralização da direção e do trabalho da Comintern, o CEIC deveria manter algumas prerrogativas aumentadas, ainda que em momentos pontuais. Já na parte sobre as relações entre os Partidos Comunistas e o CEIC, o artigo 30 do Estatuto de 1924 e o artigo 31 do Estatuto de 1928 tratam das relações mútuas entre esses partidos e das trocas que eles podem realizar entre si. Ambos os itens quase não têm diferença

textual, e apenas no segundo documento acrescenta-se que o intercâmbio de dirigentes, algo provavelmente bastante delicado, ainda mais em meio a lutas de frações, é permitido “com a anuência do CEIC”. Também no artigo 31 aprovado no 5º Congresso e no artigo 32 aprovado no 6º Congresso, prevê-se a possibilidade de Partidos Comunistas de países vizinhos (como nos Bálcãs ou na Escandinávia) formarem federações, que pela primeira versão deveriam trabalhar apenas “sob o controle do CEIC”, mas depois se adicionou que seria “sob *a direção* e o controle do CEIC” (grifos do autor). E neste artigo adicional do Estatuto de 1928 (§ 33), explicita-se uma forma de financiamento do aparelho internacional: “As seções da Comintern devem pagar ao CEIC contribuições regulares, cuja quantia é estabelecida pelo CEIC.”

Quanto à juventude, o breve artigo 33 do Estatuto de 1924 torna-se um pouco mais longo como o artigo 35 do Estatuto de 1928, incluindo o nome completo da entidade mundial (Internacional da Juventude Comunista) e transformando-a de “membro” em “seção” da Comintern, ainda submetida ao CEIC. E a clandestinidade também perde espaço entre as primeiras preocupações, pois enquanto no fim do artigo 34 aprovado no 5º Congresso lê-se que o CEIC devia ajudar os Partidos Comunistas “na preparação ao trabalho ilegal e cuidar para que ele seja realizado”, no fim do artigo 36 aprovado no 6º Congresso consta apenas a “preparação para passar ao trabalho ilegal”. É um indício de que a URSS, ao menos às vistas do grande público, buscava envolver-se o mínimo possível em agitações de outros países, tentando não pôr a perder seus graduais esforços para ingressar na diplomacia mundial; ou talvez, justamente, uma omissão que visava não entregar segredos em um período, segundo as análises então correntes, de “estabilização relativa” do capitalismo.²⁶

Conclusões

Na estrutura geral, e em todos os trechos que não foram citados, os Estatutos da Internacional Comunista aprovados em 1924 e 1928 são iguais ou muito semelhantes, com mudança apenas na escolha das palavras e expressões. Mas toda diferenciação de conteúdos traz indícios de uma centralização institucional do aparelho central (decisões nas mãos de órgãos cada vez mais restritos), uma busca pelo controle mais estrito sobre os Partidos Comunistas a partir de Moscou e um peso maior dado aos deveres dos Partidos Comunistas para com o Comitê Executivo da Comintern do que aos direitos que este proporciona à fruição daqueles. De forma indireta, insinuam-se os reflexos

²⁶ Cf. nota 14 e o parágrafo correspondente.

sobre a Comintern das sucessivas lutas internas no Partido Comunista soviético e da acomodação a uma situação geopolítica em que parecia menos provável uma revolução mundial articulada por Partidos Comunistas (ao menos da forma como Lenin a previra no final da década de 1910) e em que se levavam cada vez mais em conta os interesses diplomáticos da URSS, conforme a política do “socialismo em um só país”.²⁷

Resumidamente, a 3ª Internacional, da qual os Partidos Comunistas constituíam “seções nacionais”, caminhou crescentemente rumo à centralização das principais decisões, à formação de uma estrutura piramidal e à restrição das instâncias para a administração de seu aparelho central. Não se pode deixar de relacionar essa evolução, ocorrida em todo o comunismo internacional antes da Segunda Guerra Mundial, à morte de Lenin em 1924, à consequente luta pelo poder no Estado soviético e à consolidação final do comando de Stalin em 1928-29. *Obviamente, a efetividade do controle russo e a operação da burocracia centralizada em cada país nem sempre corresponderam aos modelos tidos por ideais, e os trabalhos de história social, que fogem ao escopo deste artigo, ajudam a entender o cotidiano da militância local, em todos os níveis hierárquicos.*²⁸ Como as pesquisas nos antigos arquivos soviéticos também têm revelado desde meados da década de 1990, a estrutura organizativa da Comintern, em cujos sucessivos Estatutos estão suas linhas mestras, jamais foi imutável e esteve à mercê das mudanças e embates políticos ocorridos dentro da instituição. Esses eventos decorriam da própria turbulência no Partido Comunista soviético, na medida em que a Comintern, durante a ditadura de Stalin, tornara-se mero apêndice de sua política externa. Assim, a estruturação vertical, materializada no domínio das cúpulas partidárias a nível nacional e na proeminência de Moscou sobre o movimento comunista internacional determinou também o modelo que seus partidos (“seções” até 1943) tomariam ao longo do século XX.

27 Para um aprofundamento desse quadro histórico, cf. BROUÉ, P. *Op. cit.*, p. 249-250 e ss.; PONS, S. *Op. cit.*, p. 103-115.

28 Entre os trabalhos atuais com teoria mais avançada sobre o tema no nível da Comintern, do Partido Comunista soviético e dos cidadãos da URSS estão as monografias e coletâneas escritas ou dirigidas por Sheila Fitzpatrick, Brigitte Studer e Serge Wolikow. Quanto ao PCB, incluindo o período posterior a 1943, alguns livros exploram o cotidiano da clandestinidade ou a presença em áreas específicas: Bethania Mariani, *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*, Dainis Karepovs, *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938 e A classe operária vai ao Parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*, Valéria Lima Guimaraes, *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular, 1945-1950* e Marco Roxo e Igor Sacramento (orgs.), *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*.

Comunicação política e diplomática no reinado de D. João III

: redes de informação e estratégias de manutenção de segredos¹

Raphael Henrique Dias Barroso

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

Neste trabalho, analisaremos as diferentes práticas de transmissão de informações entre a Coroa portuguesa e os embaixadores na Europa, durante o reinado de D. João III (1521-1557). Em primeiro momento, buscaremos investigar as instruções para o envio da correspondência, as informações que circulavam e as rotas de transporte. Em seguida, a fim de compreender as estratégias de manutenção de segredos, apontaremos o uso de variadas práticas de escrita, silêncio, ocultamento de informações e criptografia das mensagens. Por fim, sem a pretensão de esgotar o tema, concluímos que a expansão do quadro de diplomatas esteve ligada à modernização dos transportes, ao aprofundamento das conexões entre as cortes e à alta demanda de informações.

Palavras-chave Diplomacia – D. João III – Comunicação – Práticas de escrita.

Abstract

This work discuss the ways the Portuguese Court and its ambassadors in Europe shared information during the reign of D. João III (1521-1557). First, we investigate the instructions on sending letters, the flow of information and its transportation routes. Next, we look at cases of writing, silences, the hidden and the cyphers, to understand the different strategies of concealment. Lastly, without exhausting the topic, we conclude showing that diplomacy in this period is connected with the modernization of transports, the deepening of connections between the Courts of Europe and the high increase in the demand for information.

Keywords Diplomacy – D. João III – Communication – Writing Practices.

Submissão

27/07/2020

Aprovação

10/10/2020

Publicação

30/12/2020

¹ Parte desse trabalho está sendo publicado no livro digital do I *Seminário Dinâmicas Imperiais, Circulação e Trajetórias no mundo ibero-americano* organizado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa de mestrado.

No dia 24 de dezembro de 1527, o embaixador português João da Silveira, escrevia de Paris, na França, ao rei D. João III com grande urgência. Era a segunda vez que copiava a mesma informação, mas temendo que sua carta não chegasse, não tomou tempo em escrever novamente: “Porque podera ser que as cartas que envio a Vossa Alteza por este portador não passarão leva esta em mais segredo”.² João da Silveira informava que havia chegado navios franceses nos portos de Ruan, com inúmera quantidade de pau-brasil. Eram corsários autorizados pelo rei Francisco I a comercializarem o produto ao sul do Atlântico e o embaixador persuadia o rei a tomar uma atitude rápida, pois: “Doutra maneira tudo se perderaa”.³ O problema com os corsários franceses foi um dos principais motivos que levaram a Coroa lusitana a ocupar as terras recém adquiridas pelo Tratado de Tordesilhas.⁴ Entretanto, voltando-nos à escrita da carta do embaixador, a preocupação, após ter finalizado a missiva, era que a informação fosse por uma rota diferente da primeira carta enviada, a fim de garantir a chegada de ao menos uma das cartas a Portugal, o mais ligeiramente possível: “por mayor presteza mandey despachar este por maar, por honde pareceo que com mais brevidade podia passar”.⁵

A comunicação do rei com seus mais distantes servidores, dos embaixadores na Europa aos vedores na Índia, é parte do objeto que discutimos neste artigo. Durante o reinado de D. João III (1521-1557), as informações corriam com acentuada velocidade dado ao desenvolvimento do sistema de transportes marítimos, mas também por uma transposição crescente de documentos manuscritos e impressos, tanto pela acessibilidade do papel, quanto pelo aumento dos escrevedores de cartas nas praças públicas do reino.⁶ Para suprir a demanda crescente de informações, a partir do reinado

2 JOÃO DA SILVEIRA. “Carta a D. João III de 24 dez. 1527”. In: VENTURA, Margarida Garcez. *João da Silveira: diplomata português do século XVI*. Lisboa: Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983, p. 168.

3 *Ibidem*, p. 169.

4 Outra foi a intensa rivalidade com os castelhanos e aragoneses, súditos do imperador Carlos V, pela posse das ilhas Molucas e pela navegação do rio da Prata, principalmente, pela divergência quanto a demarcação das regiões, dada a cobiça com a descoberta das minas de prata e pelo comércio das especiarias. RICUPERO, Rodrigo. *A Formação da Elite Colonial no Brasil: (de 1530 a 1630)*. 2ª ed. São Paulo: Almedina, 2020, pp. 104-105.

5 JOÃO DA SILVEIRA. “Carta a D. João III de 31 mai. 1528”. In: VENTURA, Margarida Garcez. *Op. Cit.*, p. 175.

6 Sobre o tema ver em: MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis; LISBOA, João Luís. “A cultura escrita nos espaços privados”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *História da Vida Privada*

de D. Manuel (1495-1521), instituiu-se em Roma, a embaixada permanente, afim de garantir a frequência e segurança dos correios. Como assinala Pedro Cardim: “Até o reinado de D. Manuel I as poucas iniciativas diplomáticas que tiveram lugar visaram sobretudo sanar conflitos com os demais príncipes, ou então negociar casamentos régios”.⁷ Porém, foi no reinado de D. João III que os embaixadores permanentes ou residentes, expandiram-se pelas cortes da Europa, como a França, Inglaterra e o Sacro Império Romano Germânico. Esses tinham duas funções mais comuns: ou “residir”, serem os informantes de todas as notícias requisitadas pela Coroa, ou “visitar”, embaixadores enviados de forma extraordinária para negociar tratados, casamentos, ou participar de festividades da corte.⁸

Nesse período, a ampliação do quadro de diplomatas veio em um momento de extrema necessidade da Coroa portuguesa para a defesa das conquistas ultramarinas.⁹ Nos primeiros meses do reinado de D. João III, surgiu um problema até então inexistente nos reinados anteriores: a quebra do domínio português na navegação e comércio nas terras de além-mar. Os reinos vizinhos da Península Ibérica, que tinham sido herdados por Carlos I da Espanha (eleito como imperador Carlos V em 1519), formavam um grande império em vários continentes, ameaçando os domínios portugueses, com a chegada de Fernando de Magalhães às ilhas Molucas.¹⁰ Além do mais, corsários franceses constantemente atacavam as naus no oceano Atlântico, causando grandes prejuízos nas fazendas do reino. Consequentemente, foi preciso uma intensa atividade diplomática, especialmente com a Cúria romana, a fim de obter bulas e tratados que legitimavam a posse das novas conquistas. Assim, era de extrema importância a manutenção de um sistema de comunicação com os embaixadores.

Contudo, vale destacar que mesmo as cartas dos embaixadores endereçassem ao rei, esse não era o único a ter acesso às missivas. Os conselheiros e os mais próximos fidalgos do monarca tinham acesso irrestrito, tanto ao despacho, quanto no

em Portugal. A Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 335; BUESCU, Ana Isabel. “Cultura manuscrita e impressa em Portugal na Época Moderna”. *Penélope*. Nº 21, 1999, pp. 11-32.

7 CARDIM, Pedro. “A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III. Entre o Império e a Reputação”. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de. *D. João III e o Império*. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Centro de História e Além-Mar, 2004, p. 629.

8 MATTINGLY, Garrett. *Renaissance Diplomacy*. Boston: The Riverside Press/Cambridge, 1955, pp. 240-254. Ver também em: BÉLY, Lucien. *L'art de la paix en Europe*. Naissance de la diplomatie moderne. XVIe-XVIIIe siècle. Paris, PUF, 2007.

9 MARCOCCI, Giuseppe. *A Consciência de um Império*. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVI). Coimbra/PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 24.

10 Sobre as controvérsias da viagem de Fernando de Magalhães: SOLER, Isabel. “Magallanes y el dibujo del mundo”. *Anais de História de Além-Mar*, Nº 20, 2019, pp. 17-60.

recebimento das informações. Foi por essa razão que João da Silveira, antes de pedir auxílio ao tesouro da Coroa, devido aos custosos gastos na corte francesa, preferiu omitir alguns valores: “E não diguo ysto porque crea ter imyguos no Conselho de Vossa Alteza, ante cuydo que todos me querem bem e a todos o quero”.¹¹ Quando as informações chegavam, as primeiras medidas eram garantir o sigilo, apartar os “indesejados” e impedir que as informações circulassem. “No he podido saber lo que el mensajero del Rey traxo de Francia” – dizia impacientemente o embaixador castelhano Lope Hurtado de Mendonça.¹² Outros, como os núncios em Portugal, também eram constantemente impedidos de terem acesso. Marco Vigério della Rovere, por exemplo, escrevendo para Jacopo Salviati, secretário do papa Clemente VII, informava que quatro importantes figuras da corte tinham presença constante no círculo mais íntimo do monarca. Em primeiro lugar, vinha o conde de Castanheira e vedor da fazenda, Antônio de Ataíde: “di piú favore et autoritá appresso il re di alcun altro”.¹³ Em seguida, o infante D. Luís, duque de Beja e condestável do reino: “molta gentil persona”;¹⁴ D. Miguel da Silva, bispo de Viseu e escrivão da puridade: “di molto buon credito et fa molte facende”.¹⁵ Por fim, o conde de Vimioso, Francisco de Portugal: “fratello del signor Don Martino [D. Martinho de Portugal, embaixador em Roma], è ancor lui molto innanzi et di grande autoritá”.¹⁶

11 JOÃO DA SILVEIRA. “Carta a D. João III de 29 fev. 1528”. In: VENTURA, Margarida Garcez. *Op. Cit.*, p. 170.

12 LOPE HURTADO DE MENDONZA. “Carta a Carlos V de 5 dez. 1528”. In: VIAUDE, Aude. *Correspondance d’un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2001, p. 307.

13 “de maior favor e autoridade próxima ao rei que qualquer outro”. (Tradução Nossa). MARCO VIGERIO DELLA ROVERE. “Carta a Jacopo Salviati de 15 out. 1532”. In: WITTE, Charles-Martial de. *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal 1532-1553*. Vol. 2. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980, p. 18.

14 “pessoa muito gentil”. (Tradução Nossa). *Ibidem*, p. 18.

15 “de muito bom prestígio e que cumpre muitas tarefas”. (Tradução Nossa). *Ibidem*, p. 19.

16 “irmão do senhor D. Martinho, está mais a frente que ele e é grande autoridade”. (Tradução Nossa). *Ibidem*, p. 19. Nem sempre os membros do Conselho de D. João III foram os mesmos, pois, ora faleceram, como o marques de Vila Real de Portimão, D. Martinho de Castelo Branco e Francisco de Portugal, ora se afastaram e foram novamente reintegrados, como Antônio de Ataíde, ora foram expulsos e perseguidos como D. Miguel da Silva, ou se incorporaram novos, como a Catarina da Áustria, mulher de D. João III, Fernão de Álvares de Andrada, tesoureiro da Coroa e o cardeal D. Henrique, inquisidor-mor de Portugal. Mas assim como os conselheiros, os membros da Mesa de Consciência, criada em 1532, também eram centrais nos despachos régios, principalmente, quando se tratava de responder aos breves e bulas enviados pelo papa. Entre eles, D. Fernando de Vasconcelos, bispo de Lamego, Afonso do Prado, lente de Teologia da Universidade de Coimbra; João Monteiro, desembargador do Paço, Rodrigo Gomes Pinheiro, bispo de Angra, Antônio Rodrigues, prior de Monsanto e juiz geral da Ordem de Cristo e Frei Gaspar do Casal, bispo de Funchal. Sobre os “protagonistas” do governo, ver em: BUESCU, Ana Isabel. *Dom João III (1502-1557)*. Coletânea Reis de Portugal. Rio de Mouro/PT: Temas e Debates, 2008, pp. 239-263.

Assim, compreendemos a comunicação política, como as formas de transmissão de informações entre os principais representantes do governo, a partir da troca de cartas e documentos escritos, o objetivo desse artigo é investigar aspectos da comunicação da Coroa portuguesa no reinado de D. João III.¹⁷ Em outras palavras, importa-nos as formas de coleta e transmissão de informações, a partir da correspondência do monarca com seus embaixadores, tais como: o despacho e o envio dos correios, os caminhos que eram tomados, as instruções do rei, as diferentes práticas de escrita, além da manutenção do segredo e do uso de uma linguagem criptografada para assegurar o envio das informações. Dessa forma, pretendemos argumentar que a prática da diplomacia permanente serviu como um importante instrumento de coleta e transmissão de informações à defesa das conquistas e da soberania do reino. Assim como demonstrar que a procura pela abertura de canais de comunicação com as embaixadas permitiu o desenvolvimento de estratégias de manutenção de segredos e diferentes práticas de escrita, semelhantemente ao que as Coroas europeias também praticavam.¹⁸

As redes de informação e o “correio volante”

Ao instituir a embaixada permanente em Roma, D. Manuel também concedia ao papado o estabelecimento da nunciatura portuguesa, em 1513, isto é, o papa e o rei tinham informantes e vias de comunicação permanentes em ambos os territórios e os soberanos concordavam em proteger e garantir que as informações chegassem a cada um. Embaixadores e núncios eram autorizados a enviarem informações sempre que possível, o que indicava que os soberanos garantiam que os embaixadores mantivessem contato mesmo que remoto, sem extraviar as mensagens ou interferir nas comunicações. Foi o que, por exemplo, assinalou o papa Leão X, ao enviar de presente ao rei D. Manuel, a espada e o chapéu consagrados em dezembro de 1514, por via do embaixador João de Faria:

Quod ut tibi gratius esset, mittimus illud per dilectum fillium Joannem de faria militem militae Jesu Christi, apud nos et sedem cum prudentia et dexteritate perfunctum, qui egregiam voluntatem et paternam benivolentiam erga te mostram longe plenius presens Tibi communicabit.¹⁹

17 Para o conceito de comunicação política: DE VIVO, Filippo. *Information and Communication in Venice*. Rethinking Early Modern Politics. Oxford/UK: Oxford University Press, 2007, pp. 2-3.

18 TALLON, Alain. *L'Europe au XVIe siècle*. États et relations internationales. Paris: PUF, 2010, pp. 129-165.

Veio conjuntamente ao estabelecimento das embaixadas, a criação de sistemas postais régios na Península Ibérica, como o Correio Mayor de Castela em 1505, criado por Felipe de Gante, pai do imperador Carlos V, que promoveu a ampliação das vias de comunicação entre os reinos ibéricos com os domínios Habsburgo (como os Países Baixos e os principados alemães).²⁰ Além do Correio-mor em Portugal, criado em seis de novembro de 1520 por D. Manuel, que concedia ao capelão Luís Homem o ofício e o monopólio das postagens num raio de cinco léguas em torno de Lisboa.²¹ D. João III, quando assumiu o trono, ampliou os limites para o Correio-mor, concedendo aos descendentes de Luís Homem, animais e objetos de segurança pessoal, como espadas e punhais, além de permitir que atravessassem as fronteiras do reino, chegando até mesmo à cidade de Roma.²²

Todavia, antes mesmo da instituição do correio régio em Portugal, D. Manuel já dava indícios que a comunicação com a embaixada romana era uma prática constante à Coroa. Em julho de 1517, o embaixador D. Miguel da Silva indicava o curto prazo para a chegada do seu maço de cartas, avisando que a troca de cem ducados, a “posta”, o envio do correio de Roma a Portugal, levaria suas mensagens em quinze dias ou menos.²³ Em

- 19 “O qual presente [espada e chapéu], para que seja ainda mais agradável para ti, mandamo-lo pelo amado filho João de Faria, soldado da ordem de Jesus Cristo, tendo cumprido seu longo cargo com extrema prudência e habilidade como embaixador de Sua Majestade junto de nós e da Sede Apostólica, que presente comunicará a ti, a muito mais completamente a nossa distinta vontade e paterna benevolência para contigo”. (Tradução nossa). LEÃO X. “Breve *Imitati vetus* de 30 jan. de 1515”. In: SILVA, Luís Augusto Rebello da; LEAL, José da Silva Mendes (orgs.). *Corpo Diplomático Português, contendo os actos e as relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias*. Vol. 1. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1862, p. 310. (Adiante abreviatura CDP).
- 20 GÓMEZ, Antonio Castillo. “‘Me alegraré que al recibo de ésta’. Cuatrocientos años de prácticas epistolares (siglos XVI a XIX)”. *Manuscrits*. Nº 29, 2011, p. 28.
- 21 *Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel*. Livro 37, folhas 98 e 98v. (Adiante abreviatura ANTT). Sobre o ofício do Correio-mor ver em: NETO, Margarida Sobral (org.). *As Comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, p. 16.
- 22 ANTT, *Chancelaria de D. João III*. Doações. Livro 60, folha 89. A pena por portar espadas, punhais ou adagas sem a permissão da Coroa era de quatro mil reais, mais dois anos de prisão e açoite em praça pública, excetuando “pessoas de qualidade que nom caiba açoute, alem das sobreditas penas”. ORDENAÇÕES DO SENHOR DOM MANUEL I. Livro I. Título LVII: Das armas que sam defesas, e quando se deuem perder assi de dia como de noute. E dos que sam achados despois do sino de correr. Lisboa: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1786, p. 394.
- 23 D. MIGUEL DA SILVA. “Carta a D. Manuel de 1 jul. 1517”. In: CDP. Vol. 1, p. 474. A “posta” que deriva dos cavalos de corrida que levavam os “correios” (aqueles que guiavam os cavalos), indicava também um acordo particular feito por dois soberanos que só seria feito através de carreiras de cartas entre as cortes. Ver verbetes em: COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana, o española*. Madrid: Impreso por Luís Sanchez, 1611, s. v. “Postas”, folha 593 verso; BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aúlico, anatomico, architectonico. Vol. 6. Coimbra/PT: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, s. v. “Posta”, p. 645.

30 de dezembro de 1526, D. Martinho de Portugal anunciava um pouco mais: “Ha de ir em XVII dias”.²⁴ Essa rápida circulação fez D. Manuel, em maio de 1518, nomear a correspondência com seus embaixadores de “correio volante”, uma vez que ele e seus embaixadores dispunham de diversas vias possíveis para que as notícias circulassem entre o reino e o papado. No pedido de dispensa para o casamento com Leonor de Áustria, o rei deixava claro essa circularidade dos correios: “E como for avida e espedida a bulla a despachay e enviay por coreo volante, pera logo per vertude da dita dispensação, e pello poder nosso que pera yso tem, sermos Recebido por pallauras de presente com a dita Ifante”.²⁵

D. João III seguiu a política do pai e fez largo uso do correio volante. Nas instruções aos embaixadores residentes, bem como nas cartas de crença, a função de informar ao soberano era a característica primordial dos enviados no solo europeu. Para cumprirem essa função, era necessário que o embaixador estivesse sempre próximo ao monarca para qual fosse enviado, de forma a estar sempre atento a tudo que ocorresse com ele e no seu entorno. Tal qual João da Silveira, enviado a corte francesa em cinco de fevereiro de 1522, que deveria ir ao encontro do rei Francisco I não importasse em que lugar seria: “E se tu em Paris o nom achares, seguires a si por postas atee onde ele estiver”.²⁶ Aos embaixadores que eram enviados para residir na corte do Sacro Império, D. João III também ordenava que lhe fosse enviado cartas sobre todas as notícias que tivessem e que seriam importantes para a sua governação. Ademais, o rei informava que trataria de responder o mais brevemente possível, assim que a necessidade pedisse. Foi o caso de D. Francisco Lobo, que esteve na corte do imperador Carlos V entre 1539 e 1542 (momento de sérios conflitos com os otomanos após a derrota cristã na batalha de Prevenza), a qual, na instrução ao embaixador, D. João III demonstrava a importância de que sempre lhe fosse escrito sobre “todas as novas que o mundo der”:

Posto isto me despachareis correio avizandome vossa chegada e de tudo o que houverdes passado, e la souberdes de que vos prazera que eu deva de ser avizado e assi terey cuidado sempre de fazer pelo tempo adiante, e muy particularmente trabalharey de saber todas as novas que o mundo der, especialmente das cousas publicas, que tocar ao Universal de toda a

24 D. MARTINHO DE PORTUGAL. “Carta a Pero de Alcáçovas Carneiro de 30 dez. 1526”. In: *CDP*. Vol. 2, p. 282.

25 D. MANUEL. “Carta a D. Miguel da Silva de 29 mai. 1518”. In: *CDP*. Vol. 2, p. 11. Volante é o “não fixo”, como o “campo volante”, pequena tropa do exército com armas ligeiras e com pouca artilharia, que movimentava com maior velocidade no campo de batalha a fim de dar avisos e socorros. BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.*, Vol. 8, s. v. “Volante”, p. 566.

26 D. JOÃO III. “Carta a João da Silveira de 5 fev. 1522”. In: VENTURA, Margarida Garcez. *Op. Cit.*, p. 146.

Cristandade, porque estas mais que todas toçã a mi e ao meu serviço, de que eu confio que em todas as couzas e em todas as horas vos tereys aquelle cuidado e lembrança que deveis.²⁷

Em Roma, D. João III também propôs a ampliação das vias de comunicação, tendo a sua relação com o imperador Carlos V, um fator de incentivo aos embaixadores. Escrevendo para o embaixador Pedro de Mascarenhas no ano de 1538, D. João III apontava que as possibilidades à troca de cartas eram diversas e o embaixador precisava manter as vias de comunicação sempre em movimento. Segundo o monarca, Pedro de Mascarenhas podia enviar cartas por diferentes rotas de transporte, como as gerenciadas pelo imperador, que dado a proximidade geográfica e a ligação das cortes após os casamentos cruzados,²⁸ se tornava um caminho viável e de confiança do monarca para circular suas informações. Além do mais, o embaixador também poderia utilizar das rotas do Correio-mor, definidas juntamente com os navegadores portugueses e outros comerciantes que chegavam ao reino a todo instante:

Muyto folgarey de me screverdes, por todas as vias que vos forem possíveis, asy de coreos do emperador, e por via da corte da emperatriz [Isabel de Portugal], endereçando as cartas a antonio homem, meu capelam, que nela pera este efeyto mando andar, como por via de mercadores, e de qualquer outra que se oferecer, porque os tempos sam de calidade e os negocios do mundo tamanhos, que por todalas vias nam podem deixar de a mym toquar muyto particularmente.²⁹

Desse modo, o rei buscava expandir a sua rede de informações, incentivando que seus embaixadores o escrevessem, pois, segundo D. João III, haveria uma alteração no tempo com a chegada do imperador à Península Ibérica, que os embaixadores deveriam aproveitar. Ter a carta assegurada por emissários do Sacro Império era uma garantia que D. João III via como exclusiva de seu reinado.³⁰ A partir dela, o monarca tinha a possibilidade de reter informações de Roma e poder se comunicar com o papa e com

27 “Memórias e documentos sobre a política externa portuguesa entre 1515 e 1568”. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Códice 886, folha 415. (Adiante abreviatura *BNP*).

28 D. João III casou com a irmã menor de Carlos V, Catarina da Áustria, em 1525 e o imperador casou-se com a infanta Isabel de Portugal em 1526. Os contratos de casamento foram firmados em Burgos, em cinco de julho de 1524, diante de Pero Correia e João de Faria, que representavam D. João III e Hernando de Veiga, comendador da Ordem São Tiago em Castela, e Mercurino de Gattinara, chanceler do imperador. Sobre as negociações para os casamentos, ver em: BRAGA, Isabel Mendes Drumond, *Um Espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa; Hugin Editores, 2001, pp. 87-101.

29 D. JOÃO III. “Carta a Pedro de Mascarenhas de [?] 1538”. In: *CDP*. Vol. 3, p. 446.

30 Vale lembrar, que antes em 1451, Leonor, filha de D. Duarte e irmã do rei D. Afonso V, casou-se com o imperador Frederico III do Sacro Império Romano Germânico, mas esses viveram na corte de Viena. LIMA, Douglas Mota Xavier de. *A Diplomacia Portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)*. Tese de Doutorado. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2016, pp. 219-240.

seu embaixador com menos risco da mensagem se perder no caminho, seja pelo extravio da correspondência, ou pela morte do mensageiro.³¹ Para além disso, diversos caminhos para estabelecer a ligação com a embaixada, como por via de rotas comerciais, não exclusivamente portuguesas, como venezianas³² ou flamengas,³³ ou ainda por via das ordens religiosas, era mais uma das possibilidades ao embaixador.³⁴ No entanto, vale destacar que os mensageiros régios não levavam apenas cartas entre os representantes da Coroa. Durante a Dieta de Augsburg de 1530, os emissários de D. João III que acompanhavam Pedro de Mascarenhas, talvez no percurso até Portugal, tenham passado por Freiburg e levado cartas de Philippe Melancthon (teólogo da delegação da Saxônia), a Erasmo de Roterdã. Como Erasmo aponta, após receber uma carta de dois de Agosto daquele ano: “I paid the Portuguese young man generously out of my own pocket”.³⁵

Assim, D. João III demonstra a necessidade do rei de estar consciente acerca de todas as notícias que circulavam. Nada podia passar despercebido pelos embaixadores, cabendo informar o soberano de todas as maneiras, vias e possibilidades que se vinham a afirmar. Com efeito, os embaixadores residentes eram instruídos pelo rei, antes mesmo da sua partida, que mantê-lo informado, estava entre seus principais deveres.

31 Os mensageiros eram uma posição que recebia diversos benefícios, como Pedro Luís, cavaleiro de D. João III que recebeu uma tença de doze mil e setecentos e oitenta reais após trazer “boas novas” da saúde da imperatriz Isabel de Portugal em 24 de setembro de 1533 e Antônio Ribeiro que após levar cartas do rei ao imperador, em novembro de 1532, lhe foi pedido por via do embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos, o ofício de Correio-mor. *ANTT, Chancelaria de D. João III*. Doações. Livro 7, folha 26; *ANTT, Corpo Cronológico*. Parte 1, maço 50, doc. 36. (Adiante abreviatura CC). Ver também em: VITERBO, Francisco de Sousa. “Mensageiros Reais”. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo *et. alli. Archivo Historico Portuguez*. 2ª ed. Vol. 1. Santarém/PT: Câmara Municipal de Santarém, 2001, pp. 109-115; 182-184.

32 Ver, por exemplo, privilégios concedidos por D. João III aos comerciantes venezianos, de Nápoles e da Sicília no ano de 1533, em: REGO, António da Silva (org.). *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 875-890.

33 D. João III no ano de 1524, por exemplo, ampliou o privilégio das famílias flamengas Estrelins e Hanes concedidos por D. Manuel, de comercializarem tecidos de seda e especiarias com os comerciantes de Lisboa e noutros portos portugueses, com isenção fiscal e liberdade de usarem as balanças e os armazéns da Alfândega. Mas, a partir da instauração do tribunal da Inquisição na década de 1540, muitos comerciantes foram confiscados no reino, por suspeitas de luteranismo. *ANTT, Chancelaria de D. João III*. Doações. Livro 11, folha 149. Ver também em: DENUCE, Jean Louis-Paul. “Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XV et XVI Siècles)”. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo *et. alli. Op. Cit.*, Vol. 7, pp. 310-319; 377-392.

34 Sobre as ordens religiosas: PALOMO, Federico. “La Memoria del Mundo: Clero, Erudición y Cultura Escrita en el Mundo Ibérico (Siglos XVI-XVIII)”. *Cuadernos de Historia Moderna*. XIII, 2014, pp. 11-26.

35 FANTAZZI, Charles. *The Correspondence of Erasmus*. (August 1530 - March 1531). Toronto/CA: University of Toronto Press, 2016, p. 4.

Como é ordenado a D. Martinho de Portugal antes de ir a Roma: “Vós sempre me auisareis do que sera necessario, quanto com mais brevidade quanto mais me servireis”.³⁶ E a João da Silveira, quando partia para a França: “E estes recados vos trabalha por nos enviardes pelas mais curtas vyas que vos for posivel e asy cobrados como parecer que conveem”.³⁷ Mesmo os monarcas europeus eram requisitados a escreverem, Lope Hurtado de Mendonza, embaixador na corte portuguesa, pediu a Carlos V que não se escusasse de enviar correios ao rei: “Vuestra Magestad lo escriba aca, que es cosa de que se huelgan”.³⁸ A função de informar estava intimamente ligada à atividade do governo, ademais, a capacidade de ser um correspondente régio, demonstrava um estreito vínculo com o governante, criando laços de zelo e lealdade, que para o embaixador eram oportunidades de recompensas futuras.³⁹ E para a Coroa, o interesse não era saber tudo minuciosamente, mas manter a possibilidade de comunicação contínua, visto que a própria ação de recolher informações era uma forma de legitimar o domínio perante aos súditos.⁴⁰

Antes das *Gazzetas* e dos *Mercúrios*, periódicos que tiveram maior dimensão na Península Ibérica no século XVII, a atividade dos diplomatas já permitia que variadas notícias circulassem pelos reinos.⁴¹ Essas muitas vezes eram dadas por incertas, não passavam de boatos ou “novas falsas”, mas eram igualmente requisitadas pelo soberano. Brás Neto, que esteve na Cúria romana entre 1530 e 1532, soube por via do embaixador de Veneza que o sultão Solimão I reuniria seus soldados com a armada de Khair-ed-Din (apelidado de Barbarossa), para invadirem Ancona, cidade que pertencia aos domínios

36 D. JOÃO III. “Despachos que leuou D. Martinho de Portugal de 20 mai. 1532”. In: CDP. Vol. 2, p. 366

37 D. JOÃO III. “Carta a João da Silveira de 5 fev. 1522”. In: VENTURA, Margarida Garcez. *Op. Cit.*, p. 150.

38 LOPE HURTADO DE MENDONZA. “Carta a Carlos V de 28 abr. 1528”. In: VIAUDE, Aude. *Op. Cit.*, p. 267.

39 CARDIM, Pedro. “Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”. *Lusitania Sacra*. 2ª Série, 11, 1999, p. 45. Ver também em: MENDES, Carolina Garcia. “O Lugar Social da Correspondência no século XVII: As Cartas do Governador Geral Francisco Barreto (1657-1663)”. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuêli (orgs.). *Cultura escrita em debate: reflexões sobre o império português na América – séculos XVI a XIX*. Jundiaí/SP: Paco, 2018, pp. 63-88. Sobre as recompensas, mercês e privilégios concedidos pela a Coroa: RICUPERO, Rodrigo. *Op. Cit.*, pp. 37-60.

40 A ideia é levantada por Arndt Brendecke a respeito das redes de informações do governo dos Habsburgo nos domínios da América: BRENDECKE, Arndt. *Imperio e Información*. Funciones del saber en el dominio colonial español. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2016, pp. 253-305.

41 MEGIANI, Ana Paula Torres. “Escritos breves para circular. Relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. XV-XVII)”. *Varia História*, Belo Horizonte. Vol. 35, Nº 68, 2019, p. 557.

papais na Península Itálica.⁴² Segundo o embaixador, a armada otomana compunha uma força que atemorizava por uma nova invasão em Roma (saqueada anos antes pelas tropas de Carlos V), pois acreditava que muitas pessoas de Ancona buscariam se refugiar nos muros da cidade: “E se a armada he tam grossa como dizem, nom seraa muito sayrem em hostias em terra, e correrem ate as portas desta cidade, e ainda entrarem dentro, porque eu nom vejo quem lha possa defender”.⁴³ A notícia, entretanto, era incerta, Brás desconfiava da existência de uma armada otomana enquanto havia notícias da movimentação de soldados do sultão nas fronteiras do reino da Hungria. O melhor informante no momento, seria o embaixador na corte imperial, Pedro de Mascarenhas, visto que esse estava com Carlos V em Ratisbona, justamente em uma campanha militar contra Solimão I. Mas, como embaixador residente, Brás Neto reconhecia que precisava enviar a informação ao monarca, pois: “todavia lho quis escreuer porque asy mo tem Vossa Alteza mandado”.⁴⁴

Pedro de Mascarenhas não confirmava a informação, mas igualmente duvidava da existência da armada otomana, além de expressar temor pelas intenções de Veneza e de Francisco I durante a campanha do imperador: “De França non ha ate agora nova que aas crara faça nenhuma demostraçam contra ho Emperador, mas ha muitas mostras de o desejar, parece que spera ver como socede esta iornada do Turco. Entretanto no deixa as escondidas de tramar ho que pode”.⁴⁵ Como embaixador na corte imperial, é possível que Pedro de Mascarenhas tivesse conhecimento da carta de Rodrigo Ninho, embaixador de Carlos V na *signoria* de Veneza, que acreditava que as informações sobre a armada otomana era uma farsa dos venezianos, aliados dos franceses, sob o pretexto de invadirem o ducado de Milão e Florença, enquanto as armadas do imperador e do papa iriam erroneamente a Ancona. “There is no preparation for war there, because of the diversity of news about the Turk” – dizia Rodrigo Ninho, a respeito de Milão e Florença: “It is publicly said that the day Francis knows that war is begun between the

42 Khzir ou Khair-ed-Din (o protetor da fé), junto a seu irmão Aruj, saquearam portos mediterrânicos até a costa sul de Castela e no norte da África, conhecidos por fundarem o sultanato de Argel em 1516. Os dois foram apelidados de Barbarossa, ou “Barba Roxa”, devido a corruptela de *baba* Aruj, pai Aruj. Khzir faleceu em 1546, após ter tido sucessos em campanhas contra as armadas cristãs, como na batalha de Prevenza de 1538 e a invasão as ilhas Baleares em 1529. Ver em: GÜRKAN, Emrah Safa. *Espionage in the 16th Century Mediterranean: Secret Diplomacy, Mediterranean go-betweens and the Ottoman Habsburg Rivalry*. Tese de Doutorado. Washington: Georgetown University, 2012, pp. 345-431.

43 BRAZ NETO. “Carta a D. João III de 6 jul. 1532”. In: *CDP*. Vol. 2, p. 403.

44 *Ibidem*, p. 403.

45 PEDRO DE MASCARENHAS. “Carta a D. João III de 13 jul. 1532”. In: *ANTT*, CC. Parte 1, maço 49, doc. 42.

Emperor and the Turk he will march to Italy”.⁴⁶ Foi apenas dois anos depois que houve notícias de saques na costa da Península Itálica, em Nápoles, quando Khair-ed-Din (agora comandante da armada do sultão), comandava uma invasão a Túnis, no norte da África. Mas como o trajeto da armada era desconhecido, o novo embaixador Henrique de Meneses, ainda relatava o extremo receio de um novo saque em Roma:

E apos isto asomou aquy, antre napoles e Roma, barba Roxa com noventa ate cem gales e fustas, e saquejarão huma uilla de napoles daquy sessenta milhas. Foy, senhor, aquy tamanho o medo que nom sabião onde se meter, e auhão medo de cyncuo ou seis myl homens de mar vyrem outra vez saquejar Roma; e ainda nam estão muito fora deste Receo, que o barba Roxa passou pera baixo: nom sabemos que fara.⁴⁷

Mas não só de informações sobre as guerras na Europa marcava o conteúdo das cartas. Dentre as principais informações que circulavam, os assuntos estratégicos do governo, “as cousas publicas”, eram indispensáveis para a Coroa. As nomeações eclesiásticas, as atividades comerciais das especiarias indianas e artigos de luxo do Oriente (principais produtos de exportação no momento) tinham lugar de destaque e eram altamente requisitadas. Nas instruções a Pedro de Mascarenhas, quando foi residir na corte de Carlos V em 1530, D. João III acentuava que o embaixador deveria estar sempre atento com a “disposição do imperador” para com todos os negócios com Portugal. Mas, sobretudo, por Pedro de Mascarenhas ter uma posição privilegiada na corte, ele teria importantes informações da situação de Flandres, no ducado da Borgonha, a principal rota das especiarias do Oriente e um dos territórios de domínio do imperador: “Todas as vezes que souberdes que para ali vem correios ou outros mensageiros que se puderem oferecer a miude, e, se vos parecer que alguns são de qualidade para mas fazerdes a saber por correio proprio e em diligencia, assim o fareis”.⁴⁸ Um desses correios chegou em fevereiro de 1533. Quando o vedor da fazenda, Antônio de Ataíde e o mercador cristão-novo Diogo Mendes, preparavam o

46 RODRIGO NINHO. “Carta a Carlos V de 5 jul. 1532”. In: GAIRDNER, James. *Letters and Papers, foreign and domestic of the reign of Henry VIII*. Vol. 5. London: Longsmans, Green, Reader & Dyer, 1880, p. 511.

47 HENRIQUE DE MENESES. “Carta a D. João III de 19 ago. 1534”. In: *CDP*. Vol. 3, p. 85. Segundo Emrah Safa Gürkan, as notícias sobre a invasão a Península Itálica vieram não dos franceses, mas de Alvise Ludovico Gritti, filho do Doge de Veneza, Andrea Gritti, que mantinha contínua ligação comercial e militar com os vizires de Solimão I. GÜRKAN, Emrah Safa. *Op. Cit.*, p. 375. Sobre as disseminações de notícias por embaixadores e periódicos de Veneza: DE VIVO, Filippo. “Microhistories of long-distance information: Space, Movement and Agency in the Early Modern News”. *Past and Present*. Supplement 14, 2019, pp. 179-214.

48 D. JOÃO III. “Instruções a Pedro de Mascarenhas de 23 nov. 1529”. In: ANDRADA, Ernesto de Campos de. *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde de Idanha, do tempo que êle e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1937, p. 76.

carregamento de pimenta e cravo para Flandres, D. João III escreveu com imediata urgência, pedindo que moderassem a quantidade das mercadorias, pois tinha uma importante informação da corte imperial:

Conde Amiguo. Eu ellRey, vos envio muyto saudar. Dom Pedro Mazcarenhas me escreveo, que lhe parecia que, enquanto Diogo Mendez, irmão de Francisco Mendez, nom he acabado livrar dos casos que em Frandes lhe foram postos, nom devia de tratar tam grossamente como d’antes fazia, nem lhe devia de ir tanta fazenda ha nau; e por quam incertas sam as cousas d’aquelas partes, me parece bom aviso o de dom Pedro.⁴⁹

Os embaixadores, também reiteravam o pedido que o rei mantivesse a circularidade do correio volante. As cartas do monarca serviam como direcionamento as suas funções na Cúria romana e para tanto, quando não havia resposta, os embaixadores se colocavam como esquecidos, abandonados ou muitas vezes vítimas de exílio.⁵⁰ É o que diz Pedro de Mascarenhas ao lembrar D. João III que se ele deseja ser bem servido, necessitava escrever o mais ligeiramente possível: “Vossa Alteza se resolva no que for mais servido, e conforme a iso me mande sua comyção, e quanto mais cedo ser servido seraa”.⁵¹ De outra forma, Brás Neto demonstrou inquietação frente ao monarca que não enviava correios e já estava com recursos financeiros escassos em Roma, pedindo que o rei o liberasse dos seus serviços e o desce licença para retornar a Portugal:

Somente beijarey as mãos de Vosa Alteza [quando] responder me o que ha por bem que faça acerca da minha estada qua, e lembrar se que nom tenho renda nem fazenda com que possa sofrer esta carega, e por isso me dar licença pera me hir por me nom ver em tanta vergonha.⁵²

Henrique de Meneses lembrava que não apenas era importante que o escrevesse, mas que D. João III também sempre enviasse suas cartas ao papa e aos cardeais de Roma, de forma a agradecer aos serviços prestados ou mesmo fazer novos pedidos na Cúria. Segundo o embaixador, o envio da carta ao cardeal Santiquatro, por exemplo, era necessária também para a própria realização da sua função em Roma: “E Vossa Alteza escreua lhe e agradeça lhe muito canto ele se mete e que meter nas cousas de uoso serviço; e sem esta carta de Vossa Alteza verdadeiramente nom ousarey eu de estar nem

49 D. JOÃO III. “Carta a António de Ataíde de 13 fev. 1533”. In: FORD, Jeremiah Denis Matthias. *Letters of John III King of Portugal (1521-1557)*. Cambridge: Harvard University Press, 1931, p. 96.

50 D. Miguel da Silva, por exemplo, chamava a embaixada de “cativeiro”, pela falta de respostas do rei. D. MIGUEL DA SILVA. “Carta a D. João III de 25 mai. 1523”. In: *CDP*. Vol. 2, p. 152. Para outros exemplos, ver em: CARDIM, Pedro. “Embaixadores e representantes diplomáticos da Coroa portuguesa no século XVII”. *Cultura*, Série 2, Nº 15, 2002, p. 53.

51 PEDRO DE MASCARENHAS. “Carta a D. João III de 21 jun. 1539”. In: *CDP*. Vol. 4, p. 63.

52 BRAZ NETO. “Carta a D. João III de 03 ago. 1531”. In: *CDP*. Vol. 2, p. 332.

parar em Roma”.⁵³ Em comum, os embaixadores reclamavam do atraso no envio das cartas, demonstraram estar sempre preocupados com o tardar das notícias e procuraram incentivar que D. João III enviasse correios aos embaixadores e outros nobres no papado. D. Miguel da Silva, por exemplo, preferiu recorrer ao secretário Antônio Carneiro, pois: “Bem sey que se nam esquece vossa merce de mim, mas esquecendo-se elRey nam poso deixar de lhe lembrar que o que faz por mim faz por si mesmo, e por seu proprio seruiço”.⁵⁴ O mesmo ainda pode-se dizer de Lope Hurtado de Mendonza, que como um estrangeiro na corte portuguesa, indicava-se ao imperador Carlos V, a morosidade de D. João III com seus pedidos: “Porque asy lo es la condición del Rey más que de ninguna persona que yo aya visto”, e além do mais, Lope havia verificado que os negócios em Portugal eram sempre prejudicados pela falta de objetividade do monarca: “dizen los suyos que, aunque le fuese a perder todo quanto tiene, no yria más de priesa y asy sus cosas entiendo que las tiene muy enballestadas y de mala manera porque nunca acaba nada y nunca haze sino negociar”.⁵⁵

Embora houvesse atraso ou perca de mensagens, era assegurado que haveria um correio ordinário mensal, que permitiria a circulação de informações de forma eficiente e segura.⁵⁶ Segundo o monarca, os embaixadores podiam inclusive sobressair ao envio ordinário de cartas e enviarem informações em outros momentos, quando a necessidade ou a urgência surgirem:

A maneira que quereis saber que tereis em me enuiar vossas cartas, sempre pelos correios ordinarios de cada mes me escreuey o que então ouuer pera me escreuerdes, e quando ouuer necessidade fazerdes correio proprio, porque cumpre assi a meu serviço, o farei, e adressarei vossos maços das cartas pera mi a quem vos parecer que me as podera dar com aquella dilligencia que cumprir a meu serviço.⁵⁷

Há de se destacar, que com a realização do Concílio de Trento, a partir de 1546, os cardeais e grande número dos clérigos de Roma vão para o concílio, fazendo com que

53 HENRIQUE DE MENESES. “Carta a D. João III de 10 abr. 1534”. In: CDP. Vol. 3, p. 81. Santiquatro, cardeal *Quatro Sanctus Coroados*, era um dos quatro principais da Cúria e um dos favoritos para a sucessão do papado. Além do mais, era considerado o cardeal protetor de Portugal. Ver em: CASTRO, José de. *O Cardeal Nacional*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943.

54 D. MIGUEL DA SILVA. “Carta a Antônio Carneiro de 20 mai. 1523”. In: CDP. Vol. 2, p. 151.

55 LOPE HURTADO DE MENDONZA. “Carta a Carlos V de 19 jan. 1529”. In: VIAUDE, Aude. *Op. Cit.*, p. 329.

56 Em analogia, Arndt Brendecke chama atenção para o *setting* do domínio de Carlos V e Felipe II que permitia diversas possibilidades de escrita aos administradores das conquistas na América, posto que se instituíam vias de comunicação direta e alternativa que asseguravam o envio de despachos, cartas, reclamações, além de denúncias entre esses para a Coroa. BRENDKE, Arndt. *Op. Cit.*, pp. 253-305.

57 D. JOÃO III. “Despachos que leuou D. Martinho de Portugal de 20 mai. 1532”. In: CDP. Vol. 2, p. 380.

muitas das comunicações passem necessariamente pela região norte da Península Itálica. Baltasar de Faria, embaixador em Roma durante 1542 e 1551, notou que com esse esvaziamento da Cúria: “Cada dia se partem d’aqui prelados pera Trento. Sua Santidade manda agora parte dos cantores da sua capella e de todos os mais officiaes”.⁵⁸ Porém, foi quando houve retorno das atividades do Concílio, após a suspensão entre os anos de 1548 e 1551, e com o aumento das incursões de armadas otomanas, que o envio de informações pela via do Mediterrâneo teve um dos momentos mais críticos. Como exemplifica o embaixador e comendador-mor da ordem de Cristo, Afonso de Lencastre:

Os dias passados se perderão as cartas todas que forão por via de Genoa em companhia de hum despacho do emperador que hia para o príncipe [D João] porque a fusta que o levava ha assaltou hua de turcos e a de Genoa ha aferrou e andando as cotiladas parece que antes que se ajuntassem derão hua mosquetada polo lume da agoa a genoesa e asi tendo a genoesa quase rendido a turchesa se foi ao fundo sem se salvar ninguém.⁵⁹

No entanto, não era apenas em Roma, que se indicava insegurança nos correios. Na embaixada francesa, João da Silveira relatava grande dificuldade no envio de suas cartas, principalmente, devido as guerras envolvendo Francisco I e Carlos V. Como observou o cronista Antonio de Castillo, mesmo o envio de correios ordinários estava comprometido, pois: “pello perigo dos correios [João da Silveira] não podia avisar el Rej dom Joam das cousas de França”.⁶⁰ O tempo de trajeto normalmente ultrapassava o previsto e o mensageiro nem sempre era de confiança. Para resolver essas dificuldades, João da Silveira buscou firmar um emissário com o rei que só receberia seu onerário quando entregasse a carta, seja a D. João III ou ao embaixador. Ademais, quando a informação era de vital importância, ele duplicava o envio da missiva, por um segundo emissário por terra, enquanto que o correio ordinário ia por mar. Em primeiro momento, a escolha foi importante por assegurar informações da chegada de corsários no Brasil, como o florentino Giovanni da Verrazano que tomou grande quantidade de pau-brasil e havia regressado em setembro de 1527 a França.⁶¹ Entretanto, D. João III ponderou sobre a escolha do embaixador, além dos gastos terem sido acima do previsto, o caminho por terra era demorado e perigoso, principalmente, para um emissário

⁵⁸ BALTASAR DE FARIA. “Carta a D. João III de 12 jan. 1546”. In: *CDP*. Vol. 6, p. 2.

⁵⁹ AFONSO DE LENCASTRE. “Carta a D. João III de 23 ago. 1553”. In: *CDP*. Vol. 7, p. 249.

⁶⁰ CASTILLO, Antonio de. “Vida del Rey don Joam III”. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Figuras e Caminhos do Renascimento Português*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 268.

⁶¹ JOÃO DA SILVEIRA. “Carta a D. João III de 24 dez. 1527”. In: VENTURA, Margarida Garcez. *Op. Cit.*, p. 168. Sobre Giovanni da Verrazano, ver em: GRAVIER, Gabriel. *Les voyages de Giovanni Verrazano sur les côtes d’Amérique*. Rouen/FR: Cagniard, 1898. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57080072>>. Acesso em 20 jun. 2020.

francês que atravessava os territórios do imperador Carlos V quando esse estava em guerra contra a França:

Este mensageiro que enviastes com vossa carta feita a xxix de Março pasado chegou a esta cidade a xij de Mayo, e disse que nam foy posyvel fazer mayor diligencia, e assy que havia d'aver por seu caminho vynte escudos. E ca lhe mandey pagar vimte cruzados e mais os dias de demora que fez atee sua partida. Pello concerto que com elle fezeistes veres se os mereceo, e asy como com ele concertastes faze com elle conta. E vay paguo da torna viagem, a qual faz por maar por nam se atrever a pasar por terra.⁶²

Em suma, o dever de informar continuamente ao rei, possibilitou a abertura de canais de comunicação entre o reino e as embaixadas das mais diferentes vias. Duplicar ou até mesmo triplicar as cartas, era uma forma segura de envio de informações, mesmo que tomasse tempo maior que o esperado.⁶³ Ademais, vale lembrar, que ao repassarem as informações, os embaixadores teciam diversos comentários e refletiam sobre qual a posição devia ser tomada pelo monarca. Ou seja, buscaram mover as decisões no reino, não replicando as mensagens sem uma primeira análise, mas indicando alternativas para que fossem votadas no Conselho. Utilizar de diferentes vias de comunicação, como comerciantes, correio régio e emissários de outras cortes foi importante para a Coroa portuguesa tomar conhecimento das ações dos seus vizinho na Europa, assim como, permitiu aos embaixadores adentrarem em suas carreiras diplomáticas e nos serviços ao rei, recebendo grandes compensações ao término da realização de suas funções. Porém, o aumento das diferentes possibilidades para o envio das cartas também permitia que as informações pudessem ser interceptadas por inimigos da corte. Por isso, averiguar as formas de se assegurar o envio das mensagens e impedir que as informações circulassem é o tema do tópico seguinte.

62 D. JOÃO III. “Carta a João da Silveira de 30 jun. 1530”. In: VENTURA, Margarida Garcez. *Op. Cit.*, p. 183. Levando em conta que 1 cruzado equivalia a 400 reais e 1 escudo a 470 reais, D. João III pagou 1.400 reais a menos do que foi pedido pelo mensageiro, fora os dias a mais antes da partida. Os dados da conversão são do projeto *Prices, Wages and Rents in Portugal 1300-1910* do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<http://pwr-portugal.ics.ul.pt/>>. Acesso em 14 abr. 2020.

63 Lope Hurtado de Mendonça escrevendo para a imperatriz Isabel de Portugal, informou que buscava um terceiro mensageiro para enviar suas cartas, pois suspeitava que um dos outros estava a serviço do embaixador francês Honorato de Caix: “Con otro mensagero escrivire lo que después he sabido que es más causa para escusar de dar parte al doliente del negocio y menos al que yo escrivi a Vuestra Magestad porque d’él se tiene aca sospecha por la otra parte que ha seydo mal terçero”. LOPE HURTADO DE MENDONZA. “Carta a Isabel de Portugal de 26 mai. 1530”. In: VIAUDE, Aude. *Op. Cit.*, p. 417.

Práticas de escrita e mensagens secretas

Se o embaixador tinha que estar atento aos caminhos de comunicação com o monarca, de igual maneira, ele deveria se preocupar com a escrita das suas correspondências. Nas recomendações de D. João III, o embaixador devia ter em mente quando ele próprio deve escrever e quando a carta deve ser redigida por um escrivão. A proposta era dar uma hierarquia à notícia, escrita pelas mãos do embaixador, a Coroa poderia reconhecer o grau de importância que a carta teria. Ao mesmo tempo, servia para orientar os embaixadores, como D. Martinho de Portugal, que não deveria confiar nem mesmo em seu escrivão: “por uossa mao escreverey aquellas couzas que forão assi secretas que nam as deuaes confiar de ninguem, e as outras me escreuas por mão d’outrem, e ao cumprir resposta uos mandarey responder assi como vir que cumpre a meu serviço”.⁶⁴

A escrita pelo próprio punho, como Fernando Bouza comenta: “cabe interpretar los renglones como una forma de respeto y deferencia y, por tanto, llegar a considerarlos como magnitud mensurable de la distinción que se deseaba mostrar”.⁶⁵ O manuscrito se inseria em uma ordem dinâmica própria, ou seja, seu significado transcendia o conteúdo da mensagem e cumpria desde funções de privacidade e sociabilidade, quanto instrumento de poder sobrenatural, de cura e proteção. O rei que era visto como possuidor de poderes taumatúrgicos, podia expressá-los também por suas letras, permitindo que o papel desse um conforto e segurança a quem o obtinha.⁶⁶ Em uma anônima carta endereçada a D. João III, observa-se:

Senhor. Espero em Nosso Senhor que as acupações que tenho por serem em servir Vossa Alteza abastem pera me curar esta doença, e se asy for, guardarey a carta em que, por me fazer mercê e me dar saude, diz que quer saber como ca estou, pera curar sobre mayor quãdo a tiver. Louvores a Deus, ca estou mylhor do que estyve, e não me pode parecer que estyve mal, porque em quãto poso servyr Vossa Alteza sempre cuydo que estou bem. Nosso Senhor guarde e acrecente a vyda e Real estado de Vossa Alteza. De Lysboa, a V de março de 1551.⁶⁷

64 D. JOÃO III. “Despachos que levou D. Martinho de Portugal de 20 mai. 1532”. In: *CDP*. Vol. 2, p. 381.

65 BOUZA, Fernando. “Escribir a corazón abierto: Emoción intención e expresión del ánimo en la escritura de los siglos XVI y XVII”. *Varia História*, Belo Horizonte. Vol. 35, Nº 68, 2019, p. 515. Ver também em: *Idem*. *Corre Manuscrito*. Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001, p. 98.

66 Sobre a origem dos poderes taumatúrgicos dos reis, ver em: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 68-87.

67 ANÔNIMO. “Carta a D. João III de 5 mar. 1551”. In: FORD, Jeremiah Denis Matthias; MOFFATT, Lucius Gaston. *Letters of the Court of John III King of Portugal*. Cambridge: Harvard University Press, 1933, p. 169.

Em Roma, o rei D. Manuel propunha moderar o envio de cartas aos cardeais, bem como ao papa, acreditava que uma mensagem passada oralmente pelo embaixador teria um efeito muito mais desejado. D. Miguel da Silva, entretanto, discordava. Em julho de 1517, após a eleição do infante D. Afonso ao Colégio de Cardeais, o embaixador lembrou do “contentamento” e da “honra” que o rei daria ao papa e aos cardeais, caso lhe agradecessem por carta escrita pelo punho do monarca: “He necessario que escreua Vossa Alteza carta de agradecimentos ao Collegio todo, [na carta ao papa] me parece que deue viir, mays ainda a meu fraco júzo deuia de ser da mão de Vossa Alteza, por dar este contentamento ao papa, e allem disso hauello ha por grande honra”.⁶⁸ Contudo, o rei avisou que seguiria o conselho do embaixador, mas enviaria correspondência apenas aos cardeais, ao papa era necessário que o embaixador o agradecesse presencialmente: “E de nossa parte o Remereceay ao santo padre e lhe beijay seus santos pes, Remerceando lho com todas as boas palavras de ystymaçam, que se Requere em semelhante graça”.⁶⁹

Assim, determinados assuntos eram preferíveis não se discutir, não pelo conteúdo das discussões, mas por ser mais importante que fossem levados de outra maneira que não pela escrita.⁷⁰ Nesse ponto, a transmissão oral tinha naturalmente o objetivo de não dar a informação por escrito, por poder comprometer quem a enviava. O embaixador cumpria a função de ser o intermediário da mensagem, visto que a carta funcionava como ponto inicial da informação, que autorizaria as palavras do embaixador. Exemplo disso, é a carta de crença de D. Manuel, que ao fazer o primeiro pedido da Inquisição em 1515, não citava quais os objetivos da audiência do embaixador D. Miguel da Silva com o papa Leão X, apenas pedia que: “Sopricamos por mercee a Vossa Santidade que o queyra ouvir e em tudo lhe dar inteira fee e crença e em muy singular mercee o receberemos de Vossa Santidade muito santo in Cristo padre e muyto bem aventurado Senhor”.⁷¹ Nas cartas do embaixador D. Miguel da Silva, observa-se uma considerável preocupação em saber o que se pode ou não escrever, mas com o intuito de não se revelarem segredos. Ao fim do ano de 1522, por exemplo, quando os exércitos otomanos tomavam a ilha de Rodas no mar Egeu e seguiam em direção a região sul da Grécia, D.

68 D. MIGUEL DA SILVA. “Carta a D. Manuel de 01 jul. 1517”. In: *CDP*. Vol. 1, p. 475.

69 D. MANUEL. “Carta a D. Miguel da Silva de 04 ago. 1517”. In: *CDP*. Vol. 1, p. 480.

70 Para esse tema, ver em: CARDIM, Pedro. “‘Nem tudo se pode escrever’. Correspondencia diplomática e información ‘política’ en Portugal durante el siglo XVII”. *Cuadernos de Historia Moderna*, IV, 2005, pp. 95-128; GÓMEZ, Antonio Castillo. “Del tractado a la practica. La escritura epistolar en los siglos XVI y XVII”. *VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*. Vol. 1, 2002, pp. 79-107.

71 REGO, António da Silva. *Op. Cit.*, p. 61.

Miguel da Silva reiterava o pedido de licença de Roma, esperando retornar a Portugal em um cargo mais próximo do rei. Além do mais, o embaixador argumentava ter importantes informações da corte papal e de Portugal, e que o rei deveria prezar por ele, caso contrário, suas informações poderiam passar por indesejados: “alem de Vossa Alteza fazer mui grande merce em me dar licença em tempos tam perigosos, cumpre muito a seus serviços ouvir me, e saber muitas cousas que em carta nam se pode nem dizer”.⁷²

Tão importante quanto saber o que e como escrever, sobressaía na correspondência dos embaixadores a necessidade de ocultar informações e manter silêncio quanto a certos assuntos. A situação era também uma das instruções de D. João III nas negociações com os soberanos europeus. De acordo com a recomendação do monarca, haveria uma regra geral nas negociações, em que era necessário ter prudência adequada, para reconhecer o momento de fala e o de silêncio: “quero que o façaes, leixando a vos fazerdes o que la virdes que mais comprira a meu serviço de dizerdes ou calardes segundo vos melhor parecer”.⁷³ Mas na escrita das cartas entre o rei e os embaixadores, um importante momento de silêncio notado, serviu como uma forma de assegurar os negócios em Roma. Henrique de Meneses ao chegar na Cúria romana, notou que havia poucas respostas do rei, que preferia responder a D. Martinho com quem também dividia a embaixada. Logo, o embaixador escreveu a D. João III, pedindo para retornar a Portugal, e deixar que suas funções fossem exercidas apenas por D. Martinho:

Porque, eu, senhor, ha oyto meses que qua sou sem fazer nada, e em quatro acabara tudo se Vossa Alteza quysera mandar recado a seu tempo deuydo; e estar nesta casa da feyção que estou e como vym, e tanto tempo, nom parece ja bem, e mudar me pera outra, como la dizia a Vossa Alteza, como vym a esta, ja nom pode ser que pareça uoso seruyço nem honra de noos ambos, e por yso, senhor, Vossa Alteza me deuya de me mandar hyr consyderando primeiro muito bem se será isto asy mais vosso serviço.⁷⁴

Entretanto, a resposta de D. João III veio apenas com um breve aviso que o pedido de Henrique de Meneses seria respondido em outra carta: “E as outras cousas que me

72 D. MIGUEL DA SILVA. “Carta a D. João III de 02 out. 1522”. In: *CDP*. Vol. 2, p. 100.

73 D. JOÃO III. “Carta a António de Ataíde de 22 set. 1537”. In: FORD, Jeremiah Denis Matthias. *Op. Cit.*, p. 351. Sobre a prudência nos assuntos de governo, ver em: PARDO MOLERO, Juan Francisco. “Gobernar según la virtud en la Monarquía Hispánica”. In: *Idem. El gobierno de la virtud. Política y moral en la Monarquía Hispánica (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2017, pp. 9-27; Sobre a prudência no ofício dos embaixadores, ver em: FRIGO, Daniela. “Prudence and Experience: Ambassadors and Political Culture in Early Modern Italy”. *Journal of Medieval and Early Modern Studies*. Nº 38 (1), 2008, pp. 15-34.

74 HENRIQUE DE MENESES. “Carta a D. João III de 21 ago. 1534”. In: *CDP*. Vol. 3, pp. 86-87.

nelas apontaes vos Responderei por outra carta, e nesta somente ao que toca a este episodio [a respeito do negócio da Inquisição].⁷⁵ Essa não era, entretanto, a resposta desejada por Henrique de Meneses, que procurava com insistência novas respostas, utilizando de todos os tipos de argumentos: “E nom serya mao, antes de se acabar o officyo de sua coroação, termos auysos de Vossa Alteza do que faremos, e a ele [o papa] escreuer e vysitar”.⁷⁶ Apenas em maio de 1536, quando teve pôr fim a promulgação da bula da Inquisição, que era o negócio que o rei esperava que fosse resolvido, que o embaixador foi autorizado a retornar a Portugal.⁷⁷ Pela carta de Álvaro Mendes de Vasconcelos, enviado a Roma junto ao imperador Carlos V, é que se apontam os prováveis motivos do silêncio de D. João III: “Suprico Vossa Alteza que tenha por certo que nam he cousa pera fazer conta della, e dom Anrique nam pequou nem errou maliciosamente, antes escriuia zombando (...) e parti se ha feliz desta terra co a Bulla da Inquisiçam”.⁷⁸ O rei preferiu manter silêncio do pedido do embaixador à espera da resolução do negócio em Roma, ao mesmo tempo que demonstrava descontentamento com as cartas de Henrique de Meneses. Em certo aspecto, escrever a tudo que era solicitado e em apenas uma missiva, foi considerado inoportuno e fora do devido momento.⁷⁹

A manutenção do segredo e a possibilidade que a mensagem não circulasse de forma incontrollável era uma preocupação constante no envio de cartas e das rotas de comunicação. Contudo, essa não era uma apenas uma preocupação restrita aos embaixadores, a segurança da comunicação com os domínios ultramarinos, do mesmo modo, estava sempre presente. Para a defesa das naus que seguiam para a Índia, D. João III buscou organizar um sistema de rotas e paragens durante o trajeto, de forma a impedir que fossem interceptadas por corsários e diminuir os naufrágios.⁸⁰ Organizadas para seguirem as correntes marítimas e as rotas dos ventos, D. João III pedia em segredo

75 D. JOÃO III. “Carta a Henrique de Meneses de 3 set. 1534”. In: *CDP*. Vol. 3, p. 90.

76 HENRIQUE DE MENESES. “Carta a D. João III de 13 out. 1534”. In: *CDP*. Vol. 3, p. 120.

77 Na carta de 3 de maio de 1536, vinte dias antes da promulgação da bula *Cum ad Nihil Magis* que autorizava a Inquisição, Henrique de Meneses avisava do seu retorno a D. João III após a chegada de Pedro de Sousa de Távora, o novo embaixador na Cúria: “Senhor. Por este mesmo correo derradeiro recebi, de nom sei quem, duas cartas de Vossa Alteza, huma sobre cousas de tomar, que eu já nom poderei fazer e deixai as ey ao embaixador, como Vossa Alteza manda”. HENRIQUE DE MENESES. “Carta a D. João III de 3 mai. 1536”. In: *CDP*. Vol. 3, p. 301.

78 ALVARO MENDES DE VASCONCELOS. “Carta a D. João III de 2 mai. 1536”. In: *CDP*. Vol. 3, p. 300.

79 Como adverte Eni Puccinelli Orlandi, o silêncio: “não é a ausência de palavras, a incompletude da linguagem, ou o sem-sentido, mas o indício de uma instância significativa”. ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 68. Ver também em: BURKE, Peter. *A Arte da Conversação*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

a Pedro Lopes de Sousa, capitão-mor da “armada da guarda”, que fizesse paragens próximo as ilhas da Madeira e de Cabo Verde, onde havia maior incidência de corsários e para socorro das armadas que retomavam a Portugal: “E o que ey por bem que faça, da maneira que vollo por esta carta escrevo, lhe nõ dareis por escrito, somente lho direys por palavra em segredo, porque asy o ey por meu serviço”.⁸⁰

Posteriormente, também optou-se por passagem das naus na costa do Brasil após a ocupação das primeiras povoações,⁸² entretanto, além da mudança no itinerário das viagens, não era descartada a possibilidade do envio de informações pelo Mar Mediterrâneo, cruzando os caminhos que passavam por domínios otomanos. Durante o reinado de D. João III, espões de origem judaica e armênia foram empregados pelo monarca, a fim de notificá-lo sobre a praça de Ormuz, mas muitos acabaram sendo aprisionados e retidos em Constantinopla. Em 1537, por exemplo, Álvaro Madeira, natural de Sousel no Alentejo, conseguiu escapar, chegando até a cidade de Roma. Segundo o embaixador Pedro de Sousa de Távora, Madeira informava que havia saído da Índia com trinta e quatro portugueses que após tentarem cruzar Israel, foram capturados pelo “gram turco solymam”. Enquanto uns foram vendidos para comerciantes genoveses, e outros permaneceram em Constantinopla, convertendo-se ao islamismo, Madeira escapou para a Roma em uma nau veneziana que depois seguiu para Lisboa: “E porque elle vem muy destroçado, me pareceo necessario escreuer esta, a qual duplicarei por outras vias, e tras ella ira com ajuda de nosso Senhor o mesmo autor com toda a presteza possiuel”.⁸³

80 As paragens, como um termo náutico, indica as posições próximas a costa utilizadas para aparelhar as velas e esperar a chegada de outros navios. Ver: BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.*, Vol. 6, s. v. “Paragem”, p. 253.

81 D. JOÃO III. “Carta a António de Ataíde de 10 mar. 1536”. In: FORD, Jeremiah Denis Matthias. *Op. Cit.*, p. 259. Havia três armadas permanentes no reino que protegiam a costa portuguesa de invasões estrangeiras: A Armada da Costa ou da Guarda que mantinha embarcações até o cabo da Finisterra na região da Galícia, a Armada do Estreito, que atravessa a costa do Algarve, norte da África e o Mediterrâneo; e a Armada das Ilhas que compunha a defesa mais afastada do reino, entre o arquipélago dos Açores, ilha da Madeira e Cabo Verde. PIMENTA, Alfredo. *D. João III*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1936, p. 45.

82 Vale lembrar que a passagem das naus com destino à Índia pelo Brasil, foi revista na regência do cardeal D. Henrique, durante a menoridade do rei D. Sebastião, que optou por passagem mais curtas e que as naus “invernassem” apenas no retorno a Portugal, devido as constantes percas de embarcações. Ver alvará régio de 6 Março de 1565, em: SISTEMA, OU COLLECÇÃO DOS REGIMENTOS REAES. Vol. 6. Lisboa: Francisco Luiz Ameno, 1791, p. 12.

83 PEDRO SOUZA DE TÁVORA. “Carta a D. João III de 19 jul. 1537”. In: CDP. Vol. 3, p. 397. Sobre os espões enviados por D. João III, ver em: DISNEY, Antony. “The development during the reign of João III of communications between the *Estado da Índia* and Portugal via the Middle East”. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de. *Op. Cit.*, pp. 593-600. Sobre o aprisionamento de cativos ao longo do Mediterrâneo: HERSHENZON, Daniel. *The Captive Sea*. Slavery, Communication, and Commerce in early modern Spain and the Mediterranean. Filadélfia/

Com efeito, assegurar o envio de informações de Portugal à Índia, passava ainda por impedir que os emissários tivessem conhecimento do que transportavam. Para isso, foi pedido que a correspondência fosse colocada em diferentes sacos para diferentes correspondentes, além de serem armazenadas em meio à carga do navio, escondida entre as mercadorias, com o intuito de passarem por despercebidas e burlar interceptações. Para informar sobre as finanças ao redor da Índia, D. João III buscou impedir que mesmo os fidalgos do rei, como Antônio de Ataíde, soubessem o que continha nas cartas:

Conde Amiguo (...). Estas duas cartas que vos envio pera o doutor Pero Vaaz, veeador de minha fazenda na Imdia, sam sobre huua cousa de muyto meu serviço, que se ofereço depois de serem idos de ca os saquos das vias que agora vos nam sprevo, por seer secreto e se poder esta carta perder. Encomendovos muito que as entregues ás pessoas que levam as vias, e as mãday coser nos saquos das ditas vias do dito veeador da fazenda, de maneira que se nam perquam, neem posam esquecer ca neem lla, e que lhe sejam dadas em sua mão, porque, se se perdessem, perderya muyto.⁸⁴

Aos embaixadores, uma das estratégias de assegurar o envio das mensagens secretas estava na inscrição de símbolos e caracteres que escondiam informações relevantes. Muitas vezes, esses símbolos podiam fazer referência à organização das etapas que a negociação teria, além de estarem colocados em diferentes posições no papel, aparentando terem sido feitos por descuido, como uma mancha de tinta ou um risco. Dessa forma, apenas os endereçados da correspondência poderiam decifrar sua mensagem. Foi o que D. João III instruiu a Antônio de Ataíde, quando foi por embaixador extraordinário na corte de Carlos V, no ano de 1531:

E asy porque nas ditas cartas vão alguas cousas que aimda servem e se ham de fazer, asy como pelas ditas cartas veres, e levam as taaes na margem huua cruz, e vão atadas as Reegras com huum Risquo do que ha de fazer, farees o que nelas se cõteem; a saber, aquelas que levam o dito synal.⁸⁵

As cartas também podiam assumir uma escrita criptografada, chamada de *cifra*, compostas de sinais diferentes para cada letra, o que permitiria mudar a forma da

US: University of Pensilvania Press, 2018.

84 D. JOÃO III. “Carta a Antônio de Ataíde de 2 mar. 1535”. In: FORD, Jeremiah Denis Matthias. *Op. Cit.*, p. 219.

85 D. JOÃO III. “Carta a Antônio de Ataíde de 15 ago. 1531”. In: FORD, Jeremiah Denis Matthias. *Op. Cit.*, p. 58. Para as técnicas de esteganografia, forma de se esconder mensagens, usando sinais e marcas d’água, Emrah Safa Gürkan dá o exemplo da tinta de vitriolo romano, ou sulfato, empregada pelos espiões de Carlos V e Felipe II que só era possível de ser legível após o contato com água e limão. Além do *ulak* (correio otomano) empregado pelos emissários em Veneza que utilizavam de nomes cristãos para a comunicação com os vizires em Constantinopla. GÜRKAN, Emrah Safa. *Op. Cit.*, pp. 81 e 413.

escrita, para que chegasse ao destino por meios diferentes, escondendo seu conteúdo ou mesmo os remetentes das missivas. A prática não era uma exclusividade do reinado de D. João III, haja vista que desde D. João I (1385-1433) e D. Duarte (1433-1438) já se encontram elementos de textos cifrados na correspondência com os embaixadores.⁸⁶ Não obstante, em princípios do século XVI, as cifras eram empregadas constantemente como via de garantir a chegada das mensagens e os reis portugueses instruíam seus embaixadores a utilizarem como um dos principais recursos para assegurar as mais importantes informações. Em carta ao embaixador Pedro de Mascarenhas, D. João III o lembra: “Vós leuaes cifras: por ellas me escreueres aquelas cousas que forem de tal qualidade que por outra nenhuma via vos pareça que se me deve escreuer”.⁸⁷

Sistemas de comunicação paralelos as rotas de comunicação, também se desenvolveram em outras cortes para reter importantes informações estratégicas.⁸⁸ Por conseguinte, os secretários dos governantes, responsáveis pela codificação e decifração das cartas, tornaram-se imprescindíveis para o desenvolvimento dos sistemas comunicativos.⁸⁹ Antônio Carneiro e seu filho Pero de Alcáçova Carneiro tiveram especial destaque na escrita aos embaixadores em Portugal, tanto que as cartas cifradas, muitas vezes, eram a eles endereçadas para que se incumbissem de decifra-las. Como informa D. Martinho: “Na carta de sua alteza uão os negócios, [nesta] s creuo esta cyfra desta maneira e asi queria que as cousas de importância, se socedessem, uierem, scritos as regras tão largas pera nom se perder e por cyma decyfrar”.⁹⁰ No entanto, vale destacar, que Pero de Alcáçova Carneiro narra em sua *Vida do Conde da Idanha*, não ter sido responsável pela escrita apenas aos embaixadores, mas também ter participado de diversos momentos das missivas de D. João III:

E quando El-Rei escrevia para a Rainha, em qualquer matéria sobre que lhe escrevia, estava eu sempre presente, e lhe fechava as cartas, depois de as Ele escrever; e as que escrevia por sua mão ao Papa, ao Imperador, aos Reis e Príncipes, e as Princesas, suas filhas, eram todas notadas por mim, e de casa lhe trazia as minutas delas, e algumas vezes as emendava, e outras as fazia de

86 MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo. “Diplomacia e espionagem na baixa Idade Média portuguesa”. In: VIGIL MONTES, Néstor (org.). *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora/PT: Publicações do CIDEHUS, 2019, p. 193.

87 D. JOÃO III. “Carta a Pedro de Mascarenhas de 29 mai. 1538”. In: *CDP*. Vol. 4, p. 420.

88 TALLON, Alain. *Op. Cit.*, pp. 161-165.

89 Vale mencionar Antônio Perez, secretário de Felipe II, Ambrógio Ricalcato, secretário papal de Clemente VII e Paulo III, além de Francisco de los Covos e Alonso de Idiáquez, secretários de Carlos V. Alonso de Idiáquez, inclusive, foi dedicado por Juan Luís Vives com um manual para escrita das cartas *De Conscribendis Epistolis*, a fim de auxiliá-lo em matérias do governo. GÜRKAN, Emrah Safa. *Op. Cit.*, p. 84.

90 D. MARTINHO DE PORTUGAL. “Carta a Pero de Alcáçova Carneiro de 30 dez. 1526”. In: *CDP*. Vol. 2, p. 283.

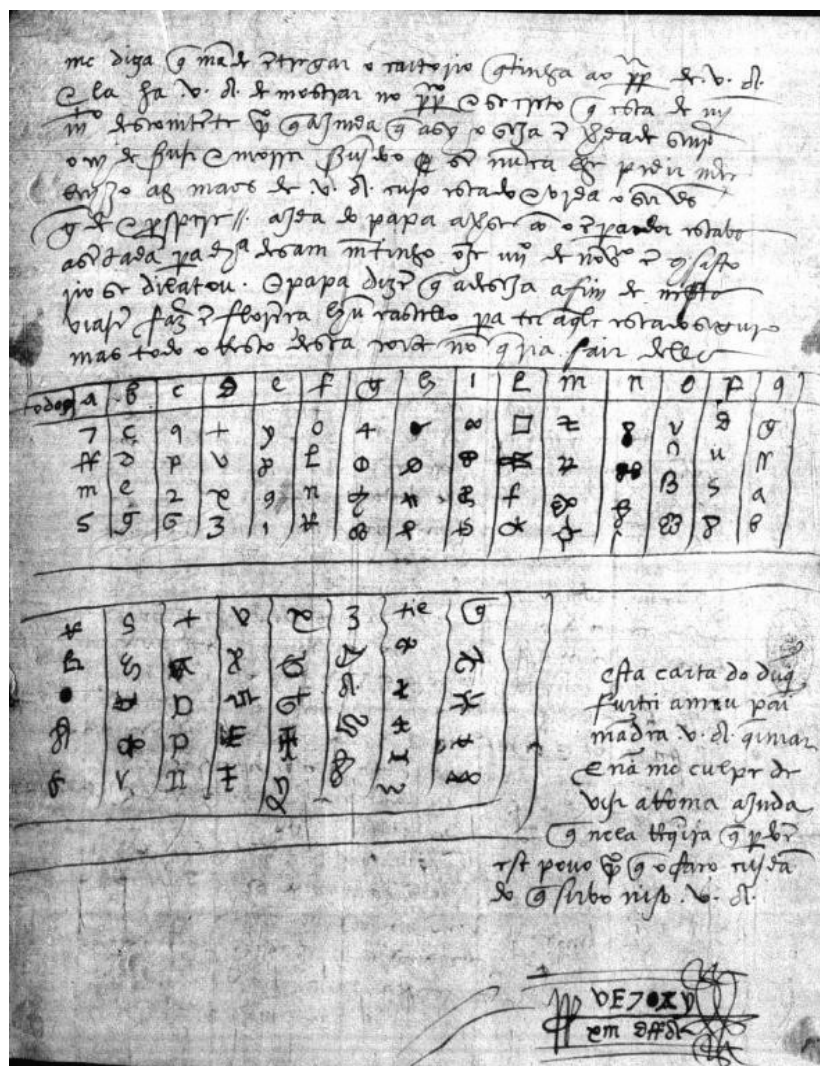
novos: e Ele notava, e eu escrevia, e tudo por me querer antes mostrar mais favor, e dar nisso doutrina e ensino, que por necessidade que para isso houvesse”.⁹¹

Os embaixadores também não eram os únicos a escreverem em cifras. Duarte de Paz, procurador dos cristãos-novos em Roma (que buscava impedir que a Inquisição fosse instaurada no reino) buscou “presentear” D. João III com um modelo de como viriam suas cartas: “enuio a Vossa Alteza este abc das cifras, que Vossa Alteza mande guardar, porque as cousas desta calidade por elas lhe escreverey, por me nom succeder algum perigo aa pessoa tomando alguma minha letra”.⁹² O procurador enviava para o rei um modelo para se escrever cartas cifradas, o “abc das cifras”, ademais ele assinava a carta também de forma cifrada, como mostra a imagem a seguir:

⁹¹ ANDRADA, Ernesto de Campos de. *Op. Cit.*, p. XV.

⁹² DUARTE DE PAZ. “Carta a D. João III de 4 nov. 1532”. In: *CDP*, Vol. 2, p. 410.

Figura 1: Carta de Duarte de Paz a D. João III de 4 nov. 1532



Fonte: ANTT, CC, Parte I, maço 49, doc. 20. Disponível em: «<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3773518>». Acesso em: 10 abr. 2020.

As cifras de Duarte de Paz mostram uma variedade de caracteres, quatro ou cinco para cada letra, o que ilustra a grande necessidade do procurador em assegurar a mensagem, dificultando a compreensão do texto, em caso de interceptação.⁹³ Para além disso, a diversidade de caracteres, letras, números e diversos outros símbolos indicam um vasto conhecimento que o promotor tinha na linguagem cifrada, reflexo do período em que teria sido espião de D. João III, antes de ir a Roma, representar os interesses dos cristãos novos.⁹⁴ Aos embaixadores, pelo menos para D. Miguel da Silva, o número de caracteres das cifras como letras e números eram mais usuais, indicando uma “chave única” para uma ou mais letras do alfabeto:

Quadro 1: Cifras do embaixador D. Miguel da Silva.

a	b	c	d	e	f	g	h	i/j/y	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u/v	x	z
8	h	7	3	2	9	o	h	4	ll	x	y	ff	d	5	m	v	q	h	x	b

Fonte: CRUZ, Maria Augusta Lima; LÁZARO, Antônio Manuel. “A linguagem criptografada na correspondência diplomática portuguesa de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia: origens e significado”. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de. *Op. Cit.*, p. 606.

Durante a trégua entre Francisco I e Carlos V na primeira metade da década de 1520, discutia-se na Cúria romana a possibilidade de se iniciar um novo conflito entre os monarcas e quais seriam os locais de batalha. D. Miguel da Silva ao indicar a D. João III, uma conversa secreta que teve com o papa Clemente VII, a respeito de uma informação do nuncio na França, preferiu cifrar certas passagens da missiva:

Senhor. Depois de escrito o que nesoutras minhas cartas me mandou chamar o papa e me disse que escrevesse a Vossa Alteza como naquele ponto Reçebera cartas 32 v2h yhm74ff 32 9m8y78 y8v 5h84v h48 5h2 2^{ll} m24 32 9m8y78 y8x 5h2m48 y4y nenhum 8v2v26ff y8 7m4vq43832 y8y

- 93 As cifras foram também publicadas em: PIMENTA, Alfredo. *Op. Cit.*, p. 118. Vale ressaltar que embora o procurador tenha assinado como Duarte da Paz, o uso do “de Paz” era mais comum entre os membros da família. Sobre Duarte de Paz, ver em: VALENTIN, Carlos Manuel. “Duarte de Paz: um líder da comunidade sefardita portuguesa em meados do século XVI”. In: REIS, Fátima (org.). *Rumos e Escrita da História*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, pp. 175-190; NOVOA, James Nelson. “The Departure of Duarte de Paz from Rome in the Light of Documents from the Secret Vatican Archive”. *Cadernos de Estudos Sefarditas*. Nº 7, 2007, pp. 273-300.
- 94 Além de ter servido a Coroa como requeredor dos portos secos da Beira e feitor da Alfândega dos panos, marçaria e herdades da cidade do Porto, Duarte de Paz teria sido espião de D. João III, antes de ir a Roma. PIMENTA, Alfredo. *Op. Cit.*, p. 179; VALENTIN, Carlos Manuel. *Op. Cit.*, p. 182.

7ffyv4q4ff y2x 5h2m2y3ff ffhh4m 9 ff 98ll8m 2x qm26h8v v2x llhe ver mevq4q54ff ff 3h783ff 32
x4ll8ffx.⁹⁵

A mensagem era que o rei francês optaria por romper a trégua com o imperador e atacaria o ducado de Milão, informação que seria útil para Carlos V, mas o embaixador sabia que poderia comprometer os interesses de D. João III com o Francisco I e até mesmo com o papa. Visto que entre D. João III e o Carlos V estavam em disputa pelas ilhas Molucas, com a recente viagem de Fernando de Magalhães e o papa negociava com o rei francês o casamento de sua sobrinha, Catarina de Médici, com o delfim da França, Henrique (futuro Henrique II), em uma liga contra o imperador:

Senhor. Depois de escrito o que nesoutras minhas cartas me mandou chamar o papa e me disse que escrevesse a Vossa Alteza como naquele ponto Reçebera cartas de seu nuncio de frança nas quais via que el rei de frança nam queria nin nenhum asesuguo na cristindade nam consistindo nin querendo ouvir fo falar em pas nem em treguas sem lhe ser restituído o ducado de milaom.⁹⁶

Embora mesmo uma correspondência cifrada não asseguraria que a mensagem não fosse interceptada, pois, o uso das cifras não era exclusividade dos embaixadores portugueses, já sendo de conhecimento de diversas cortes europeias. Em 1534, Etienne Dollet, impressor do rei da França, aconselha o bispo de Limoges e embaixador em Veneza, Jean de Langeac, que em matérias que demandam sigilo, deve-se comunicar ao rei apenas em “caractères inconnus”.⁹⁷ Além do mais, códigos também eram altamente empregados, como falar em “malagueta” para se referir a rainha Leonor, “maças” para o papa Médici, ou ainda o “negócio principal” para a Inquisição, o que demonstra os vastos elementos presentes na comunicação.⁹⁸ No entanto, o desconhecimento do significado das cifras poderia dificultar a compreensão da mensagem, visto que, em certa medida, apenas os embaixadores e espiões eram “treinados” para conhecê-la. O infante D. Luís, duque de Beja, quando foi liderar a armada portuguesa na batalha de Túnis em 1535, escrevia sobre a incapacidade de ler a carta cifrada do rei, devido a não ter um “abc” que ajudasse, nem a ele, ou ao imperador:

95 D. MIGUEL DA SILVA. “Carta a D. João III de 10 jun. 1523”. In: *ANTT, CC*. Parte 1, maço 29, doc. 79.

96 *Ibidem*.

97 DOLLET, Étienne. “De Officio Legati”. In: DUNLAP, James. “Étienne Dollet of Orleans, France”. *The American Journal of International Law*. Vol. 27. Nº 1, 1933, p. 86. Ver também em: GALENDE DIAZ, Juan Carlos. “La escritura cifrada durante el reinado de los Reyes Católico y Carlos V”. *Cuadernos de estudios medievales y ciencias y técnicas historiográficas*. XVIII-XIX, 1994, pp. 159-178.

98 CRUZ, Maria Augusta Lima; LÁZARO, Antônio Manuel. *Op. Cit.*, p. 619.

E se algua d'essas cousas me vynha na cyfra que sua alteza me mandou, sabey que a não ly, porque o abc do emperador he perdydo, e elle ja o tem escryto de Cerdenha [Sardenha], por onde eu creio que não pode tardar outro correo que traga outro abc ou decraçam da cifra que qua eu tenho.⁹⁹

Há ainda de se ressaltar que a incompreensão da linguagem cifrada poderia se assimilar a uma linguagem demoníaca. No processo do médico Eugênio de Torralba de 1528, acusado de nigromancia e blasfêmia pelo tribunal de Cuenca, Diego de Zuniga testemunhou que quando estava a serviço do papa Adriano VI em Roma, Torralba lhe pediu que levasse uma carta ao cardeal Vulterra a respeito de um jogo de cartas que tiveram. A carta tinha caracteres que Zuniga desconhecia e que segundo ele, tinha sido escrita com sangue de morcego, como parte de um ritual que profanava contra símbolos da fé católica:

Se acuerda el dicho testigo [Diego de Zuniga], que en la cedula havia ciertos caracteres, y en medio della una cosa redonda del tamaño de una Ostia, que le parece a este testigo que se enderezaba a cosa del Sanctissimo Sacramento del Altar; y que el dicho Doctor [Eugênio de Torralva] dixo a este testigo que aquello era una figura como Ostia, y que no se acuerda bien como lo dixo por haver ocho años o nueve pasados.¹⁰⁰

As diferentes formas de manutenção de segredos empregadas pelos embaixadores demonstram o considerável protagonismo que tiveram na condução das ações políticas ao longo do reinado de D. João III. A experiência nas cortes europeias, principalmente em Roma, centro da cristandade, ocorreu em um cenário de intensas disputas por informações e por espaços de representação na corte. Foi a partir dessa disputa que os soberanos europeus investiram largamente em cerimônias para exporem seu poder frente ao papa, aos cardeais e a outros senhores e enviarem os mais ilustres cortesãos do reino, letrados, humanistas e os mais proeminentes juristas e teólogos, não apenas em missões protocolares e esporádicas, mas também para residirem nas cortes e informarem o soberano sobre tudo. Com D. João III não foi diferente. A fim de coletarem as mais preciosas notícias e informarem a Coroa, os embaixadores portugueses desenvolveram diversas técnicas de escrita e do envio de informações que possibilitaram o conhecimento sobre as ações e alianças dos vizinhos. Além do mais, foram sumariamente importantes, para garantirem a autonomia do reino, a concessão de

99 D. LUÍS. “Carta a Antônio de Ataíde de 25 jul. 1535”. In: FORD, Jeremiah Denis Matthias; MOFFATT, Lucius Gaston. *Op. Cit.*, p. 19.

100 “Processo de Eugenio de Torralba - medico vezino de Cuenca”. *BNP*. Cód. 1969, folha 25v. Vale dizer que Eugenio de Torralba tinha conhecimento de hebraico, o que não necessariamente signifique que tenha escrito de forma cifrada. Sobre a condenação de Torralba: BAROJA, Juan Carlo. *Vidas mágicas e Inquisición*. Madrid: Ediciones ISTMO, 1992, pp. 231-294.

bulas para a criação de tribunais inquisitoriais, a defesa do comércio e dos domínios ultramarinos.

Considerações finais

O aumento do quadro diplomático durante o reinado de D. João III veio conjuntamente à modernização dos sistemas de comunicação, criação do correio régio e com o aprofundamento das relações com as cortes, como a do imperador e do papa. Diversas possibilidades de escrita e envio de informações eram, nas palavras de D. João III, sinônimo de “tempos de qualidade”, ou seja, era necessário que Portugal, como um reino independente, estivesse sempre a par das informações que circulassem. No entanto, para assegurar a chegada das mensagens foi preciso desenvolver técnicas de escrita e codificação dos textos, além de alterar as rotas e esconder a correspondência. Além do mais, a criação das embaixadas permanentes foi também um esforço da Coroa em ter autonomia diante das maiores autoridades no momento, o papa e o imperador. Dessa forma, expandiu-se os canais de comunicação constantes, independentes e regimentados por diferentes vias, como pelo comércio, rotas de peregrinação, aperfeiçoamento dos transportes marítimos e pelo uso da espionagem.

Nesse sentido, a comunicação do rei com os embaixadores precisou se adequar cada vez mais às exigências do transporte, às dificuldades na navegação, aos assaltos aos mensageiros quando passavam por terra ou por mar, e às conflituosas relações militares. Porém, foi em um diálogo permanente, embora muitas vezes remoto, entre os membros do Conselho do rei, as embaixadas e os servidores nos domínios ultramarinos, que foi possível articular o governo, instruir as ações no reino e tomar conhecimento sobre os territórios de domínio da Coroa e seus vizinhos europeus. Assim sendo, investigar a correspondência dos embaixadores de D. João III demonstra como as formas de comunicação foram desenvolvendo a partir da grande demanda de informações. Fruto de um processo de conexões entre as coroas e os soberanos europeus da primeira Idade Moderna, pautada pela crescente disponibilidade de novas vias de comunicação e aperfeiçoamento dos transportes.

Apontamentos para uma análise das representações de Getúlio Vargas estampadas na *Revista do Rádio* (1948-1950)

Maycon Dougllas Vieira dos Santos

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

O presente trabalho tem por principal objetivo analisar a construção da imagem de Getúlio Vargas retratada na *Revista do Rádio*, semanário especializado em assuntos radiofônicos. O recorte temporal para esta análise se detém no período da campanha presidencial de 1950. A revista estampou em seus editoriais retratos de Vargas quase sempre “bem-humorado”, contribuindo para que o antigo ditador fosse representado como uma figura carismática. O semanário também publicou diversas entrevistas com artistas de rádio que deixavam bem claro que nas eleições votariam em Vargas. Caminhando na esteira da historiadora Tânia Regina de Luca, que nos diz que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”, temos por hipótese que a *Revista do Rádio*, mais especificamente seus editores, alinhados política e ideologicamente às ideias e ao projeto defendido pelo varguismo, construiu, de forma coesa e precisa, a imagem positiva de Vargas, apresentando ao seu público (e)leitor em quem deveriam votar, bem como qual projeto político deveria vigorar no cenário político nacional.

Palavras-chave Revista do Rádio – Getúlio Vargas – Imagem e representação.

Abstract

The present work has as its main objective to analyze the construction of the image of Getúlio Vargas portrayed in *Revista do Rádio*, a weekly magazine specialized in radiophonic subjects. The time frame for this analysis pertains to the period of the 1950 presidential campaign. The magazine printed portraits of Vargas in its editorials, almost always “good-spirited”, contributing to the former dictator being represented as a charismatic figure. The magazine also published several interviews with radio artists who made it very clear that in the election they would vote for Vargas. Following in the footsteps of historian Tânia Regina de Luca, who tells us that “the periodic press selects, orders, structures and narrates, in a determined way, that which was elected as worthy of reaching the public”, we have the hypothesis that the *Revista do Rádio*, more specifically its editors, politically and ideologically aligned with the ideas and project defended by the Varguismo, built, in a cohesive and precise way, the positive image of Vargas, presenting to its audience of readers-voters who they should to vote on, as well as which political project should be in force on the national political scene.

Keywords Revista do Rádio – Getúlio Vargas – Image and representation.

Submissão

05/09/2020

Aprovação

19/10/2020

Publicação

07/12/2020

Introdução

O período que abarca desde o fim do Estado Novo até o golpe militar instaurado em 1964 é usualmente conhecido, e compreendido pela historiografia brasileira, como a maior experiência democrática até então conhecida e vivenciada no cenário político nacional. Tanto no sentido quantitativo, pois o número de eleitores aumentou exponencialmente, quanto no sentido qualitativo, por assim dizer, pois após 15 anos com Getúlio Vargas no poder, o país passaria a pôr novamente em prática o exercício eleitoral. Conforme Douglas Souza Angeli, o novo desenho do corpo eleitoral, que começara a ser delineado ainda em 1945, integrou as classes trabalhadoras urbanas, o que contribuiu para que o número de votantes fosse ainda maior. Ainda segundo Angeli,

Se a participação eleitoral do proletariado surgido da industrialização brasileira do início do século XX era limitada por um sistema eleitoral restritivo, a legislação elaborada nos últimos meses do Estado Novo, em 1945, foi desenhada com o objetivo de reconhecer o direito ao sufrágio dos trabalhadores das zonas urbanas.¹

Todo o aparato burocrático-administrativo montado para garantir a legitimidade de Vargas no poder foi sendo, gradualmente, desestruturado, assim tornando os eixos econômicos, sociais e políticos livres e independentes do aparelho estado-novista, que caíra acompanhado de seu maior representante. No entanto, para tomar emprestadas as palavras de Jorge Ferreira, “cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador”.² Esse prestígio pode ser constatado por conta dos enfáticos momentos e movimentos do pós-Estado Novo, dentre eles, o “queremismo” que reivindicava, principalmente, a continuidade de Vargas no cargo presidencial; a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado e organizado pelas bases sindicais ligados ao

1 ANGELI, Douglas Souza. “Do populismo à experiência democrática: a incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário político brasileiro”. In: *Estudios Históricos*, Uruguai, n. 17, 2016, pp. 1-23. Citação à pág. 7.

2 FERREIRA, Jorge. “Quando os trabalhadores ‘querem’: política e cidadania na transição democrática de 1945”. In: *História Oral*, n. 1, 1998, pp. 169-193. Citação à pág. 169.

Ministério do Trabalho; por fim, o retorno do próprio Vargas à presidência do país, em 1951, eleito democraticamente.

A imprensa brasileira nesse período não só estava “respirando novos ares”, como também se viu livre dos mecanismos de controle e censura impostos pelo antigo Departamento de Imprensa Propaganda. Assim como também participava ativamente das discussões políticas vigentes, opinando e até mesmo orientando seus leitores a despeito das eleições, partidos e preferências desse ou daquele político. Luis Ricardo Araújo da Costa, dissertando sobre o papel da imprensa carioca na campanha presidencial de Vargas, nos diz que há uma “compreensão de que a imprensa brasileira vinculava-se, à época, a um jornalismo com posições políticas sensivelmente clarificadas”.³

Dentre os mais variados tipos de imprensa que havia naquela época, gostaria de trazer para esta análise a *Revista do Rádio*, criada em 1948 e que tinha por editor-chefe Anselmo Domingos. Como o nome da revista sugere, os assuntos em que o semanário se detinha estavam plenamente relacionados ao universo radiofônico. Porém, apesar de ser uma revista especializada em rádio, a mesma não deixou também de participar do debate político. Isso pode ser vislumbrado já nos primeiros números da revista, onde se revela um sentimento de saudosismo do tempo de Vargas no poder. No entanto, deixaremos para tratar dessa questão nas próximas linhas. O que pretendo evidenciar desde já é que havia certo alinhamento ideológico entre o projeto defendido pelo varguismo e as pretensões políticas dos “trabalhadores do rádio”.

Logo, o principal objetivo deste trabalho é analisar a construção da imagem e das representações de Getúlio Vargas estampadas nos números que acompanharam o período da campanha eleitoral até o retorno à presidência. Como existia uma intrínseca relação de Vargas com os artistas de rádio, bem como havia uma grande pretensão destes últimos em participarem do jogo político, os editores da revista não mediram esforços para construir, de maneira coesa e positiva, a imagem carismática de Getúlio, contribuindo para que “o retrato do velho fosse colocado outra vez”.⁴

Minhas intenções também giram em torno de evidenciar as razões que levaram os artistas de rádio a apoiarem Getúlio, e se esse apoio contribuiu para que eles tivessem maior chance de adentrarem o campo político. A proposta é tentar perceber a

3 COSTA, Luís Ricardo Araújo da. *Bota o retrato do velho outra vez: a campanha presidencial de 1950 na imprensa do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2014., 186 págs. Citação à pág. 10.

4 Nas eleições de 3 de outubro de 1950, quando Getúlio Vargas voltou à presidência da República por via democrática, a trilha-sonora da vitória foi uma marchinha de carnaval. “Bota o retrato do velho outra vez, bota no mesmo lugar”, repercutindo a composição de Haroldo Lobo e Marino Pinto lançada por Francisco Alves – após gravação realizada em 16 de outubro de 1950, na Odeon.

construção da imagem de Getúlio Vargas para além das próprias estruturas narrativas e imagéticas que a revista publicou sobre ele. Compreendendo que as representações tentam convencer a audiência de que o mundo, a sociedade, e certamente, a política são exatamente o que elas dizem que são (como prevê a noção de representação⁵ cunhada por Roger Chartier), interessa saber como o uso coeso das imagens positivas do então ex-ditador foi tramado para determinados fins políticos, que beneficiavam não só Vargas, mas toda a comunidade de radialistas que estava pleiteando cargos políticos na época em questão.

Revista do Rádio: história, trajetória e aspectos políticos

A *Revista do Rádio* foi uma das maiores revistas especializadas em assuntos radiofônicos de sua época. A revista contava com, normalmente, 50 páginas; a capa geralmente vinha com fotografias de artistas de rádio, principalmente mulheres; e seu conteúdo vinculava-se integralmente a assuntos referentes ao rádio. Tinha por diretor-chefe Anselmo Domingos, escritor e roteirista de radionovelas da época. Ele escreveu, na primeira edição da revista, ao falar dos objetivos do semanário, que “programa não apresentamos. Ele está encerrado no próprio nome da revista. Estaremos cumprindo um programa se cumprirmos com o título”.⁶ Logo, seguindo à risca o que é proposto pelo editor-chefe, a revista destinava-se a tratar de assuntos integralmente relacionados ao rádio.

Percorrendo então o primeiro número que fora publicado, esta não viera com sumário, por exemplo, ao certo por não ter ainda as colunas bem definidas. Muito nos chama a atenção a coluna sobre teatro, onde Olavo de Barros, que havia sido convidado por Anselmo para tomar conta desta, o persuadiu no meio de seu serviço na rádio Tamoio. Olavo apresenta como fora o diálogo com o diretor da revista, mostrando, assim, como ainda estavam sendo trilhados os primeiros passos, colunas, notícias, fofocas e o universo dos artistas de rádio e suas respectivas formas de organização na revista.

Doris Fagundes Haussen e Camila Stefenon Bachi nos alertam que já havia algumas revistas que informavam sobre o rádio, tais como *A voz do Rádio* (1939) e *Cinelândia* (1939). Porém, não havia nenhuma que fosse estritamente especializada no assunto. Sendo assim, podemos arriscar dizer que a revista foi na época a referência

5 CHARTIER, Roger. “Defesa e ilustração da noção de Representação”. In: *Fronteiras*, v. 13, n. 24, 2011, pp. 169-183.

6 *Revista do Rádio*, n. 1, fevereiro de 1948.

principal de um periódico radiofônico. Ainda segundo as autoras: “A Revista do Rádio foi, assim, a primeira publicação especializada sobre este veículo. No início era mensal, mas, em menos de um ano, começou a circular semanalmente, tirando, em média, 50 mil exemplares”.⁷

Imagem 1: Capa da primeira edição da *Revista do Rádio*.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O destaque na revista fica para aquele ou aquela que fora estampada na capa. No caso da primeira edição, há uma longuíssima entrevista de Carmen Miranda, considerada na época a “Rainha do Rádio”. Inclusive, é significativo ressaltar que a presença imagética daquela que era considerada uma das maiores cantoras de rádio na época e o quanto ela representava, com suas canções e vestimentas, aspectos de uma “nacionalidade” brasileira que estava muito alinhada com os debates que já ocorriam em pleno Estado Novo. Segundo Alessandro Kerber, “ao mesmo tempo que Carmen tentava se apresentar como uma síntese do Brasil, era identificada como tal por amplos segmentos de seu público e, inclusive, contou, em certa medida, com o apoio do Estado para as representações que divulgava”.⁸

7 HAUSSEN, Doris Fagundes & BACCHI, Camila Stefenon. “A Revista do Rádio através dos seus editoriais. (década de 50)”. In: *Congresso Brasileiro de Comunicação*, 24., 2001. Campinas. *Anais...* Campinas: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001, pp. 1-10. Citação à pág. 2.

8 KERBER, Alessandro. “Carmen Miranda entre representações da identidade nacional e das identidades regionais”. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 7, n. 10, 2005, pp. 121-132. Citação à pág. 121.

E a revista prossegue com um editorial de Anselmo Rodrigues, já na terceira página, pequenas entrevistas de alguns artistas de rádio, programações de quase todas as rádios espalhadas pelo país, principalmente as que estavam localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mas, não nos enganemos sobre estes aspectos. Sem um olhar atento, poderíamos pressupor que esta, assim como diversas outras revistas, serviria apenas para entretenimento. Ou seja, que os leitores desta revista se deparariam somente com notícias de cunho informativo sobre a vida privada e o universo dos artistas de rádio.

O que vislumbramos ao fazer uma análise, ainda que de caráter elementar, é que a revista informa sobre muito mais do que “fofocas” do rádio e seus envolvidos. Seguindo à risca o que a historiadora Ana Luiza Martins nos diz, que “texto, imagem, ilustrações, reclames e seções – em princípio, independentes de análise mais profunda – evocam em seu conjunto, de imediato, o quadro histórico em que se pretende transitar”,⁹ tentaremos traçar algumas características, integradas em seu contexto histórico, que a revista nos releva para além do entretenimento.

Para exemplificar o que foi posto no parágrafo acima, temos, ainda na primeira edição da revista, um posicionamento bem claro de Anselmo Rodrigues acerca da criação da Associação Brasileira de Rádio, a qual fora criada no mesmo período que a revista e que, segundo o editor-chefe: “Já temos enfim o que se pode chamar de um órgão da classe. Resta que todos nós cooperemos. Não se pode compreender um radialista fora da associação (...) Hoje estamos orgulhosos da Associação Brasileira de Rádio”.¹⁰ Fofocas sobre artistas? Não apenas.

Arrisco dizer que Anselmo e toda sua equipe editorial na *Revista do Rádio* possuíam determinados interesses que correspondem a este “órgão da classe”. Primeiramente, o de divulgar e tornar pública a criação desta associação, bem como o de opinar a respeito da adesão dos radialistas, visto que “não se pode compreender um radialista fora da associação”. Qual a importância atribuída pela revista à Associação? Quais os motivos que moveram a uma necessidade de organização associativa? Haveria algum ganho para os radialistas? E os radialistas leitores, quais os efeitos que surtiram ao se depararem com esta passagem?

Certamente o objetivo deste trabalho está um pouco distante de responder as perguntas que citei acima. Apenas procurei demonstrar, grosso modo, uma das diversas possibilidades que existem no que se refere ao ato de analisar uma revista que

9 MARTINS, A. L. “Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras”. In: *História*. São Paulo, 22: 59-79, 2003, pp. 59-79. Citação à pág. 60.

10 *Revista do Rádio*, n. 1, fevereiro de 1948.

comumente é conhecida como de entretenimento. Ou seja, que mesmo a *Revista do Rádio* tendo como princípio noticiar o que se passava nos bastidores do mundo radiofônico, ela não deixou de participar do debate político da época, seja internamente ao meio radiofônico (criação da Associação Brasileira de Rádio), seja para além do rádio, como nas eleições de 1950. Pois “falar de política é uma coisa tão natural para um elemento de rádio como falar sobre o rádio para um elemento da política!”.¹¹ Natural? Logicamente, havia um jogo de interesses que circulava esta relação simbiótica entre rádio/política, e a revista aqui analisada revela de maneira contundente as opções e opiniões políticas dos trabalhadores do rádio.

Sendo assim, mesmo a revista servindo como meio informativo do ramo radiofônico, podemos, por meio dela, acompanhar os debates políticos nos quais estava inserida, podendo também escrever suas histórias e trajetórias. Ainda que Anselmo tenha dito que “um dia, se Deus quiser, contaremos a história da fundação da sociedade. Poderão contá-las igual a nós. Melhor não”.¹² Gostaríamos, assim, de contar uma história política a partir da *Revista do Rádio* e de como ela evidencia questões para se pensar a atuação de diferentes atores, tanto aqueles que já estavam no ramo (Getúlio Vargas, por exemplos), como aqueles que estavam disputando um pleito (no caso, os inúmeros radialistas que se candidataram para cargos políticos).

O retrato do “velho” voltou para o mesmo lugar ou nunca deixou de ter um “lugar”?

Para fazer menção à marchinha de Haroldo Lobo, tomarei a mesma como medida introdutória, por duas razões: para explicar o título que subscreve esta seção, bem como para clarificar o universo cultural da época proposta para esta análise. A marchinha, que certamente embalou o carnaval de 1951, tinha por título “Bota o retrato do velho outra vez”, e a seguinte letra:

*Bota o retrato do velho outra vez
Bota no mesmo lugar
O sorriso do velhinho
Faz a gente trabalhar!*

O retrato a que a canção se refere é aquele que era colocado em todas as repartições públicas durante o Estado Novo. Após a deposição de Vargas, em 1945, os retratos

¹¹ *Revista do Rádio*, n. 28, março de 1950.

¹² *Revista do Rádio*, n. 1, fevereiro de 1948.

foram retirados. Com o retorno à presidência, os retratos voltariam para o mesmo lugar. No entanto, mesmo após o fim da ditadura estado-novista, existem fortes evidências de que Getúlio nunca deixou de ter um “lugar” no debate público e político. E sua imagem era lembrada e mobilizada nos mais diversos espaços.

Para dar exemplo desses espaços, temos a Revista do Rádio. Este semanário começou a circular em 1948, e já nos primeiros números da revista, vemos a menção do nome de Vargas sendo rememorado.¹³ No número 2 da revista, foram publicadas as seguintes frases: “Não há nada como um dia atrás do outro, lá diz o velho ditado. Naqueles bons tempos todo o mundo era getulista”. Nesta mesma publicação, há um retrato de Getúlio acompanhado de diversos artistas de rádio, o que muito chama a atenção, e que é uma regularidade em alguns números posteriores da revista, é o grande número de vezes em que o retrato de Vargas é colocado, ou o seu nome é mencionado, ou a sua fotografia é destacada. Concordando integralmente com a historiadora Tânia Regina de Luca, “a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir”.¹⁴

Junto a isso, podemos observar que a revista, alinhada política e ideologicamente à continuidade do projeto varguista, construiu de maneira positiva uma imagem de Vargas, antes mesmo das eleições de 1950. Nesse período, os editores investiram pesadamente em deixar claro o quanto estavam com saudades de Getúlio, ou o quanto queriam provocar este “sentimento” em seu público (e)leitor.

13 Graças a um dispositivo de pesquisa de palavras-chave no site da Hemeroteca Digital, é possível localizar em quantas edições da revista aparece o nome de Getúlio. Aproximadamente 447 vezes, em um espaço temporal de 1948 a 1969. Para este trabalho, foram considerados os números da revista onde é mencionado o nome de Vargas no que diz respeito à campanha eleitoral, tanto dele quanto dos radialistas que iriam também se candidatar para cargos políticos.

14 LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 111-153. Citação à pág. 140.

Imagem 2: Número 14, de abril de 1949.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Mais interessante ainda são as colocações feitas em torno da figura de Vargas. A exemplo do número acima, Alvarenga e Ranchinho dizem em sua entrevista que nunca sofreram censura por conta de suas piadas, mesmo na época do Estado Novo. Pelo contrário, o próprio Getúlio os convidava para animar as festas do palácio do Catete, pois Getúlio “soltava muitas gargalhadas”.

Também são bastante recorrentes, ao longo das publicações, as vezes em que o nome de Getúlio aparece em entrevistas com artistas de rádio, alegando que nas eleições votariam nele, bem como o “bom humor” sendo o ponto explorado pela revista, talvez para dar conta de uma representação carismática do ex-ditador, que em pouco tempo se candidataria nas eleições e, com uma expressiva quantidade de votos, retornaria à presidência do país.

Na medida em que se aproxima o período eleitoral de 1950, a revista não só amplia os números de páginas destinadas a discutir sobre política, como também demonstra certo apoio a Getúlio. Não de forma escancarada, mas de maneira sutil. Temos o exemplo de uma entrevista do radialista Silvino Neto, que, ao ser indagado a respeito das eleições, respondeu que “política é como futebol. Os melhores jogos são aqueles que tem a maior torcida. Na política, torcida é voto. Ninguém vai me dizer que Getúlio

não tenha uma força enorme por esses brasis eleitorais de meu Deus. Quem ele quiser será eleito!”¹⁵

São também estampadas diversas enquetes, que foram feitas pela revista de artistas de rádio, sobre em quem votariam nas eleições que estavam próximas. Quase que de forma unânime, todos concordavam que seu voto seria para Vargas. A revista não demonstrava de maneira enfática seu posicionamento político. No entanto, ao optar por divulgar as entrevistas onde a maioria das opiniões dos entrevistados são favoráveis ao Getúlio, a revista revelava qual projeto político apoiaria e quem, segundo a ótica dos editores do semanário, deveria estar na cadeira da presidência da República.

Imagem 3: Edição n. 17 da *Revista do Rádio*.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A imagem acima conta uma interessante história de um suposto empreendimento que seria realizado por Assis Chateaubriand, no ano de 1949. Chateaubriand havia solicitado que Salgado Filho, ex-ministro do Trabalho, fosse à fazenda de Vargas, em São Borja, para oferecer mil cruzeiros em troca de uma série de gravações das memórias de Getúlio, que seriam amplamente transmitidas nas emissoras “associadas”. Seguindo a reportagem:

¹⁵ *Revista do Rádio*, n. 17, julho de 1949.

A resposta, porém, (estamos suficientemente informados) foi recusada. Depois, com uma gargalhada ampla, o ex-presidente do Brasil perguntou ao sr. Salgado Filho:

— Mas afinal, que desejava o Chateaubriand fazer com as minhas memórias?¹⁶

A proposta seguia com a condição de que Vargas não precisaria escrever de próprio punho. Haveria um datilógrafo disponível, assim como um revisor de redação. A oferta foi recusada e, ainda sim, foi tomada como uma notícia digna de gravura! Tratando-se dela, é a primeira vez que Getúlio aparece “representado” na revista. Muito nos chama a atenção o efeito sombreado e as curvas que remetem a um “senhor de idade”, bem-vestido, com a mão no bolso, demonstrando destreza, confiança.

Uma imagem intimista, por assim dizer. Com um sorriso entreaberto. Inclusive, os próprios redatores da reportagem fizeram questão de dizer que a recusa viera de Getúlio com “uma gargalhada ampla”. Aos poucos, vemos que a revista contribuiu para mobilizar e construir simbolicamente uma imagem positiva do então conhecido como “pai dos pobres”, ou nesse caso, “amigo dos artistas”.

Após a vitória de Getúlio nas urnas, como já citamos, Haroldo Lobo escreveu uma marchinha para o carnaval daquele ano, onde dizia que “o sorriso do velhinho faz a gente trabalhar”. Como vemos, o sorriso de Vargas era extremamente requisitado. Não só isso, mas também construído, mobilizado pela imprensa, principalmente pela *Revista do Rádio*, sob o intuito de transformá-lo em algo simbólico. Isso pode ser comprovado ainda na edição sobre as memórias de Getúlio, onde a reportagem diz que “não resta dúvida, seria um acontecimento sensacional no Rádio Brasileiro!”.¹⁷

Podemos dizer que esta matéria, acompanhada da gravura de Getúlio, e seu sorriso sendo evocado mesmo tendo recusado a oferta, acabou tornando esta singela reportagem em um espaço de memória. A memória do sorriso, da espirtuosidade, que está arraigada nos traços da gravura. A memória de Vargas não foi irradiada, mas sua imagem se fez presente na revista, tornou-se lembrança, e, propositalmente, fora mobilizada de forma a garantir que os (e)leitores não se esquecessem do “sorriso do velhinho”.

Getúlio e os radialistas políticos

Cabe aqui, talvez, perguntarmo-nos quais as motivações que levavam a *Revista do Rádio* a demonstrar um amplo apoio a Vargas, bem como a tornar públicos os

¹⁶ *Revista do Rádio*, n. 17, julho de 1949.

¹⁷ *Revista do Rádio*, n. 17, julho de 1949.

posicionamentos políticos dos radialistas. No ano de 1950, principalmente no período que antecedeu as eleições, a revista publicou uma série de entrevistas com os políticos radialistas. A título de exemplo, há uma entrevista que foi estampada no número 55, de 26 de agosto de 1950, com Cesar Moreno. Nela, é feita uma pergunta que foi elencada em praticamente todas as entrevistas, quanto a se havia a crença por parte dos entrevistados de que “o rádio poderia dar mais de um candidato”. Havia um consenso de que não só poderia dar mais de um candidato, como também quantos mais o “povo quisesse colocar”.¹⁸

Anselmo escreve que “não há dúvida da popularidade que o Rádio dá. E, cientes dela, mais do que todos, estão os próprios elementos que no Rádio labutam”.¹⁹ E, a partir da constatação da popularidade proporcionada aos trabalhadores do rádio, alguns, antes de 1950, já tinham se candidatado, como no caso de Ary Barroso, “que naquela ocasião não desfrutava da antiga simpatia entre o público, alcançou um número de votos que a muitos surpreendeu. Coisas do rádio, da popularidade que ele dá, da fascinação pelos seus artistas, pelos seus nomes”.²⁰

Anselmo também informa aos leitores que identificou cerca de 11 possíveis candidatos do rádio. Dentre eles, temos: Paulo Gracindo, Aloisio Silva Araújo, Júlio Louzada, Edgard de Carvalho, Cesar Ladeira, Jorge Veiga, Carlos Frias, Sagramor Severo, Badú, Ari Barroso e Vitor Costa. E, ao longo do desenrolar do período eleitoral, a revista publicou uma série de entrevistas com estes candidatos, onde se constata o apoio a Getúlio Vargas, ou a quem ele decidir apoiar.

Podemos dizer, provisoriamente, que este apoio certamente foi imprescindível para que os “campeões do microfone” fossem também campeões nas urnas. Podemos também concluir, seguindo a ótica dos radialistas, que “dizem que Getúlio Vargas, de todos presidentes, é o amigo dos artistas brasileiros. E é verdade. Verdade é também que os artistas são os maiores amigos de Vargas. Tanto que já está provado que fomos nós que lhe demos a vitória!”.²¹

Para corporificar como os artistas de rádio estavam apoiando Vargas nas eleições de 1950, caminharei na esteira de uma pesquisa feita por Carla Montuori Fernandes, sobre

18 Cesar Moreno responde da seguinte maneira “Como não? O rádio possui culturas sólidas, inteligências vivas e patriotas devotados. E o povo sabe disso”. Nos chama atenção a relação do “povo” como ouvinte de radialistas com forte “potencial” para representar politicamente o tal “povo”.

19 *Revista do Rádio*, n. 28, março de 1950.

20 *Revista do Rádio*, n. 28, março de 1950.

21 *Revista do Rádio*, n. 68, dezembro de 1950.

a campanha presidencial de Getúlio e seu apoio junto à classe radiofônica, que diz o seguinte:

O apoio a Getúlio Vargas pode ser verificado nas respostas de inúmeros artistas ao longo da reportagem. O ator Paulo Gracindo declarou que votaria no nome que seu partido, o PTB, indicasse para presidente. O popular comediante Matinhos respondeu à enquete exclamando: “Getúlio! Getúlio e Getúlio!”. César de Barros Barreto, diretor do Departamento de Rádio da Sidney Ross, também manifestou sua preferência pelo candidato do PTB: “Votarei em Getúlio Vargas!”. O rádio-ator pertencente ao “cast” da Rádio Nacional, Castro Viana, não demorou em afirmar: “Votarei em Getúlio e acho que estarei votando bem, porque Getúlio já fez prova de suficiência como presidente da República e depois, vamos dizer como Bernard Shaw: ‘Se o povo prefere Getúlio, para que discutir com o povo?!’”.²²

Todas as menções, fotografias, imagens e gravuras de – e sobre – Getúlio Vargas criaram uma narrativa que, ao mesmo tempo em que entregava o alinhamento ideológico dos editores da revista, também surtia, provavelmente, um efeito positivo sobre aqueles que liam as reportagens, que eram certamente bombardeados pelo nome mais aclamado do semanário. Obviamente, não é possível saber, de fato, como foi a recepção dessas reportagens pelo público leitor. No entanto, o que se revela, talvez, são as possíveis razões da classe radiofônica para apoiar veementemente o retorno de Vargas à presidência.

22 FERNANDES, Carla Montuori; CHAGAS, Genira Correia; DIAS, Carla. “Resistência e popularidade na campanha presidencial de 1950: o retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República”. In: *ECCOM*, v. 9, n. 17, jan./jun. 2018, pp. 139-150. Citação à pág. 145.

Imagem 4: Número 37, de 23 de maio de 1950.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ao longo do ano de 1950, a revista se deteve na seguinte indagação: o rádio está com Getúlio? Paralelamente a este “autoquestionamento”, o semanário dedicou uma parte significativa de seus números a comentar a respeito dos inúmeros radialistas que, nas eleições que se aproximavam, iriam se candidatar. Quase todos esses radialistas ou eram apoiadores ferrenhos de Vargas, ou estavam vinculados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Não se precisa ir muito longe para ver que, escancaradamente, o rádio não só estava com Getúlio, como faria qualquer coisa para que retornasse à presidência.

Considerações finais

Ainda é incipiente estabelecer de maneira profícua como de fato era tecida a relação entre radialistas e Vargas. No entanto, o que se pode demonstrar por meio das representações geradas pela Revista do Rádio sobre Getúlio é que havia uma imagem precisa e positiva de Vargas. E esta imagem era mobilizada de acordo com os interesses específicos, em primeiro lugar, dos editores da revista, e, em segundo lugar, daqueles que iriam se candidatar. Logo, este suposto carisma e “bom humor” não tinha um fim em si mesmo. Possuía a finalidade de garantir que os leitores poderiam ser persuadidos,

tanto por essa figura, como pela boa relação que havia entre Getúlio e os radialistas políticos, o que poderia garantir tanto a vitória na presidência quanto nas câmaras estaduais e municipais. Ambos sairiam ganhando.

A *Revista do Rádio* apresenta em seus editoriais o seu apoio político a Vargas, e por que não dizer que este apoio contribuiu para que o ex-ditador chegasse novamente ao cargo de presidente? A revista acompanhou de perto, sobretudo, as eleições que trouxeram Vargas novamente à presidência, estampou entrevistas com artistas que se consideravam varguistas, caricaturou Getúlio com seu irreverente sorriso, e assim apoiou veementemente que o “retrato do velho fosse colocado outra vez”. O retrato foi colocado outra vez no mesmo lugar, e novos retratos estavam dinamizando e diversificando o quadro político da República que fora chamada e aclamada como “democrática”.

La presencia de africanos y afrodescendientes en Lima colonial y su acercamiento a la escritura¹

Yobani Maikel Gonzales Jauregui

Doctor en História por la Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumen

Durante los siglos XVI y XVII la ciudad de Lima se fue configurando como un espacio con predominancia de las diversas comunidades afrodescendientes, llegando a representar más de la mitad del total de la población de la capital del virreinato peruano. Esta importante presencia nos ha permitido observar cual fue la reacción de los amos, que se ejemplifica en dos niveles, primero, un temor a una posible rebelión de esclavizados y segundo, preocupaciones en torno a la evangelización de los afrodescendientes. En tanto que, desde las propias comunidades afrodescendientes ocurrió un proceso de uso de la escritura, que fue utilizado para cuestionar al abuso del poder señorial, así como para reclamar mercedes, derechos de paternidad, etc.

Palabras-claves Escravidão colonial – Memoriais – Comunidades afrodescendentes.

Resumo

Durante os séculos XVI e XVII a cidade de Lima foi se estabelecendo como um espaço com predominância das diversas comunidades afrodescendentes, chegando a representar mais da metade do total da população da capital da vice realza peruana. Esta importante presença há permitido identificar qual foi a reação dos amos, a qual se exemplifica em dois níveis: i) o temor a uma possível rebelião dos escravos; ii) preocupações respeito à evangelização dos afrodescendentes. Por tanto, das próprias comunidades afrodescendentes surgiu o uso da escritura, que foi uma ferramenta para questionar o abuso do poder senhorial, bem como para reclamar mercedes, direitos de paternidade, etc.

Palavras-chave Escravidão colonial – Memoriais – Comunidades afrodescendentes.

Submissão

18/12/2019

Aprovação

09/03/2020

Publicação

06/05/2020

¹ Agradezco a CAPES por el apoyo brindado para este trabajo.

Introducción

En este trabajo intentaremos analizar la presencia de la población africana y afrodescendiente en la ciudad de Lima en el siglo XVII. De acuerdo con las cifras que presentaremos a lo largo de este trabajo, se puede afirmar que la capital del virreinato peruano puede ser considerada como una ciudad negra. Sin embargo, no solo nos centraremos en las estadísticas, sino que también, y principalmente, en cómo se interactuó con la escritura en los diversos memoriales y testimonios de la época, donde se dejaban traslucir las preocupaciones de los vecinos y autoridades limeñas ante el incremento desmedido de la población afrodescendiente. Este uso de la escritura, no fue monopolio de los sectores dominantes, las comunidades afrodescendientes tuvieron un papel muy activo. En ese sentido, nos interesa analizar los discursos emanados por los sujetos esclavistas respecto a la presencia africana y afrodescendiente y, asimismo, cómo la convivencia con la cultura letrada permitió a los esclavizados relacionarse con la escritura.

En el primer caso, el grupo dominante creó un discurso basado en el temor hacia los afrodescendientes. Si bien muchos de esos temores eran infundados, la represión por parte de las autoridades coloniales fue severa, sometiendo a tortura a los sospechosos y en varios casos ajusticiándolos en la plaza pública para ejemplificar lo que podía suceder a quienes optaran por el camino de la rebeldía. Asimismo, la Iglesia mostró su permanente preocupación por la ausencia de clérigos que colaborasen en la tarea de evangelizar a la comunidad afrodescendiente. En esa línea, el arzobispo de Lima solicitó al Rey la creación de más parroquias y la asignación de más sacerdotes. Sin embargo, lo que más le preocupaba era la tozudez de los amos de enviar sus esclavizados a la catequesis.

En el segundo caso, creemos que esta importante presencia africana conllevó a la aparición de otros fenómenos que son importantes mencionar porque nos demuestran como los afrodescendientes interactuaron con la cultura dominante. No solo nos importa lo que se pueda decir de su presencia por parte del dominador, sino, principalmente, cómo ellos interactuaron con las diversas formas culturales, específicamente con la escritura, pues redactaron memoriales que fueron enviados a la Corona e iniciaron procesos judiciales, así como reclamaron mercedes por sus servicios prestados. Estos testimonios se elaboraron en diversos periodos del dominio colonial, en ese sentido, Luis Miguel Glave afirma respecto a los memoriales que estos “podían

ser una respuesta y una protesta... formaron parte de un discurso, (y tuvieron) una propuesta”². Sin duda, en los memoriales que hemos revisado era muy común que se vincularan los tres niveles de discurso: respuesta, protesta y propuesta.

Creemos que estos diversos niveles del discurso nos permitirán conocer las vinculaciones entre los negros y mulatos, así como la necesidad de marcar distancia entre ellos en la búsqueda de sus intereses, sea el reconocimiento de una paternidad o la expresión de un sentimiento de pertenencia al espacio colonial, identificándolo como una propia patria. Los argumentos fueron diversos y muy bien elaborados, teniendo lógica argumentativa, capacidad de réplica, conocimiento de la legislación y mucho sentido común. Esto demuestra que la ausencia del conocimiento de la escritura nunca fue un limitante para los integrantes de las diversas comunidades afrodescendiente, por el contrario, existía mucha reflexión y capacidad argumentativa en estos personajes. Todos estos elementos de acercamiento y rechazo fue producto de la convivencia en un mismo espacio, la ciudad negra de Lima.

Ya en nuestros anteriores trabajos³ hemos podido analizar este acercamiento a través del uso de la legislación eclesiástica. Los esclavizados de la ciudad de Lima cuestionaron el poder mal ejercido de sus amos denunciándolos en los Tribunales Eclesiásticos por impedirles sus derechos a la libre elección conyugal y la cohabitación matrimonial con relativo éxito. Pero no sólo existió esta forma de acercamiento a lo escrito, sino que también hubo otras formas de interacción con la escritura, como lo fue el uso de memoriales o la exigencia de atender una demanda en segunda suplicación. Estos documentos fueron enviados a la Corona por los mulatos libres, mulatos esclavizados y personas del común.

Lo que nos demuestra que los espacios fuera de los límites del virreinato no estaban cerrados para las diversas comunidades afrodescendientes. Hemos podido hallar varios memoriales enviados hacia España con ciertas demandas: la abolición del tributo que afectaba a los mulatos libres, el reconocimiento de servicios prestados a la Corona y, por último, memoriales exigiendo la abolición de la esclavitud para los mulatos y cuarterones. No queremos olvidarnos del juicio que sostuvo Andrés de los Reyes contra la esposa de su padre, a quien le solicitaba la cantidad de diez mil pesos como hijo natural. Su demanda no alcanzó el éxito esperado en los tribunales de Lima, exigiendo que fuera visto en el Consejo de Indias, en segunda suplicación.

2 GLAVE, L. M. Memoria y memoriales: La formación de una liga indígena en Lima. (1722-1732). In: *Diálogo Andino*. N. 37. 2011, p. 5.

3 GONZALES JAUREGUI, Y. *Los esclavos de Lima y su defensa del matrimonio en el siglo XVII*. UNFV. Lima. 2019.

De esta forma, los integrantes de las diversas comunidades afrodescendientes se convertían en actores principales, que, usando la escritura, cuestionaban de forma directa los abusos que se cometían en contra de ellos. En estos documentos se podrá apreciar no solo el reclamo ante el avasallamiento de sus derechos, sino también un conocimiento del contexto en el que se desenvolvían y, lo más importante, un sentido de pertenencia al espacio colonial.

1. Lima y el inicio de la presencia africana y afrodescendiente

La ciudad de Lima fue el corazón del poder español en América; fue la conocida Ciudad de los Reyes, donde se establecieron las instituciones coloniales como Iglesia, Audiencia, Cabildo, Universidad, etc. Desde este centro se estableció el control de todas las provincias que integraban el virreinato del Perú. Además, fue el punto de encuentro entre españoles, africanos e indígenas, generándose un amplio abanico de relaciones amicales, afectivas, conflictivas, etc. Nuestra labor en este acápite es reconstruir parte de estas relaciones de cotidianidad, desechando la imagen de una sociedad marcada sólo por el conflicto entre negros e indígenas o donde se piense solo en el abuso del español hacia el africano o afrodescendiente, que sin duda existió y desestructuró a las sociedades africanas y andinas. Sin embargo, en ese espacio, de por sí violento, se establecieron otro tipo de relaciones humanas y la capital del virreinato fue el escenario central para estos encuentros, así lo explicó María Emma Mannarelli al señalar que Lima:

Como centro administrativo, comercial y religioso del virreinato del Perú, presenta características sociales complejas y variadas. Converge allí afinidad de grupos étnicos sociales, en oposición y contacto. La riqueza de esta interacción entre los grupos, la dinámica de la formación de sus identidades es una invitación casi irresistible a la curiosidad personal. Intentar conocer una ciudad como Lima lleva inevitablemente al encuentro con un espectro fascinante de patrones de comportamientos sociales⁴.

Nuestro encuentro con esta ciudad de los reyes dinámica y diversa tiene como punto de partida los libros de cabildo de la ciudad, posteriormente trabajaremos las primeras partidas de bautismos de Lima y algunas ordenanzas que nos permitirán conocer, cuál era la imagen que tenían las autoridades coloniales sobre los africanos y afrodescendientes. Por ejemplo, en el libro de cabildos de Lima se puede observar, como se estableció la diferencia en el trato hacía negros e indígenas y cómo se castigaban

4 MANNARELLI, M. *Pecados Públicos. La ilegitimidad en Lima, siglo XVII*. 3 edición. Flora Tristán. Centro de la mujer peruana. Lima. 2004, p. 26.

las faltas de ambos grupos, por ejemplo, el 30 de enero de 1535 a pocos días de su fundación, el cabildo limeño estableció que no se corten los árboles del valle porque era un gran perjuicio para todos. Por lo tanto, sy algun indio o negro los cortare syn licencia de su amo que al indio le den çinquenta açotes e al negro çiento açcotes atados a un arbol”⁵. Pero los castigos no solo se limitaron al corte de árboles, sino que fueron ampliándose, limitando el libre tránsito por la ciudad, disponiendo que:

Ningún negro este de noche de casa de su amo syno fuere yendo con su amo desde dos oras después de anochecida so pena que por la primera vez le seran dados çient açotes e por la segunda le sea cortado lo suyo e por la tercera sean desterrado desta cibdad e que qual quier español que lo topare le puede quitar las armas y llevarle a la carcel y sy quiere defender lo pueda matar⁶.

Como se puede observar en esta disposición, la crueldad en los castigos hacia los africanos era cotidiana, cualquier persona podía asesinar a un esclavizado si lo consideraba peligroso para su integridad. De esta forma, las autoridades coloniales buscaban atemorizar y prevenir cualquier atisbo de rebelión porque sabían que perderían ante la destreza física de los africanos, así lo comentó Pedro de León Portocarrero: “los negros son más fuertes que los españoles, que como siempre se ejercitan en trabajos son más recios. El español siempre holga. Su trato no es de fuerza, son muy delicados y para poco trabajo”⁷.

Las guerras civiles entre los conquistadores motivaron a las autoridades coloniales a permitir la entrada de nuevos contingentes de africanos para que se sumaran a las huestes leales a la Corona en calidad de ayudantes. Aunque los esclavizados se encontraban en ambos bandos, así lo relató Pedro de la Gasca en una carta al rey donde informaba sobre los rebeldes, “Dizen que ay en el Cuzco quinientos honbres y muy bien armados y mill negros y con sesenta piezas de artillería”⁸. Pasado este periodo, las limitaciones se retomaron con fuerza, impidiéndose que portaran armas y que transitaran libremente a determinadas horas sin autorización. Según la carta enviada al Rey, existían motivos para temer al creciente número de esclavizados. Además, la notoria presencia de cimarrones motivó a Pedro de la Gasca a ordenar que:

Ningún esclavo, ni esclava, pardo, negro, ni berberisco, no sea osado de ausentar, ni huir de su amo, ni de su servicio, so pena que, si lo hiciere, que dentro de tres días, desde el día que se fuere.... caiga e incurra en cien azotes, los cuales sean dados públicamente, y más que este un día de cabeza en el cepo, y si dentro de diez días después.... le sea cortado el miembro genital

5 LEE, B. *Libros de Cabildos de Lima*. Concejo Provincial de Lima. 1935-1962. T. I, p. 18.

6 Ibidem, p. 23.

7 DE LEÓN, P. *Descripción del Virreinato del Perú*. Editorial: Lima: Universidad Ricardo Palma. 2009, p. 26.

8 LEVILLIER, R. *Gobernantes del Perú*. Cartas y papeles del siglo XVI. Madrid. 1921. T. I, p. 34.

públicamente y si dentro de veinte días después que así se fuere y ausentare, no se tornare al dicho su amo y a su servicio, que por solo el mismo caso de la dicha huida muera naturalmente⁹.

Muchas ordenanzas se repitieron a través de los años y eso nos deja claro que el problema seguía latente, quizás lo único que se buscaba moderar era el trato hacia los esclavizados -aunque no siempre se consiguió el objetivo- instando a los Tribunales Judiciales a que aceptasen las demandas contra los abusos físicos, emitiendo la propia Corona diversas Reales Cédulas que buscaban frenar los abusos:

se encarga, manda y ordena, que todos los señores de negros tengan cuidado de hacer buen tratamiento a sus esclavos, teniendo consideración que son próximos y cristianos, dándoles de comer y vestir conforme a razón, y no castigalles con crueldades, ni ponelles las manos sin evidente razón, y que no puedan cortalles miembro, ni lisiarlos, pues por la ley divina y humana es prohibido, a pena que pierdan el tal esclavo para S.M. y veinte pesos para el denunciado¹⁰.

Según este documento, a los hombres esclavizados se les debía tener consideración por ser cristianos, se les tenía que vestir y evitar cortarles los miembros o lisiarlos porque era de excesiva crueldad. Sin embargo, fue muy complicado vigilar el cumplimiento de esta disposición, pues eran las primeras décadas del establecimiento de las sociedades coloniales y el Estado tenía que ser más permisivo porque necesitaba negociar con los conquistadores que estaban desafiando permanentemente la autoridad de la Corona. No olvidemos que las rebeliones de Gonzalo Pizarro y Hernández Girón, cuestionaron seriamente la autoridad del Rey. Posteriormente esta situación va a cambiar, al impedir que se siguieran colocando marcas de hierro en el rostro a los esclavizados y se fomentara su participación en los sacramentos cristianos donde no solo encontrarán sosiego espiritual, sino las herramientas para denunciar los abusos de sus amos. Pero no sólo en la justicia eclesiástica encontraron defensores, ya que el virrey Conde de Chinchón, en 1636, escribió al rey lo siguiente:

Yo he procurado en mi tiempo para no ponerlos en desesperación que se proceda con rigor desproporcionado contra los que los castigan con exceso porque así entiendan que ay quien los defienda y que para ajustar cada cosa en su quicio Se haga severa demostración con los que se atrevieren a españoles y en los unos y en lo otro se an ofrecido cassos dignos de remedio¹¹.

El limitar los abusos físicos contra los esclavizados era parte de una estrategia del virrey para evitar un posible alzamiento. Desde su perspectiva, las autoridades

9 LUCENA, M. *El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española*. [CD-ROM]. Madrid: Mapfre Tavera-Ignacio Larramendi. 2005, p. 688.

10 LUCENA, M. *El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española*. [CD-ROM]. Madrid: Mapfre Tavera-Ignacio Larramendi. 2005, p. 676.

11 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 48.

coloniales tenían la obligación de defenderlos de los abusos cotidianos y, si el maltrato persistía, se debía obligar al amo a vender a su esclavizado. Desafortunadamente, la gran mayoría de la población esclavizada no fue tan bien cuidada y alimentada como los esclavizados que eran propiedad del cabildo. Esto obedecía a que un gran porcentaje de amos no tenía cómo ofrecerles fortuna, vestido, alimentación y vivienda, generándose una determinada autonomía de esclavizados que pactaban con el amo una entrega de jornal diario. Este hecho generó una gran oferta de mano de obra en la ciudad de Lima¹², que poco a poco va transformándose en lo que hemos denominado ciudad negra.

Y si bien se puede explicar mejor la idea de Lima como una ciudad negra por medio de los censos parroquiales del siglo XVII, desde las últimas décadas del siglo XVI se fueron generando temores por el crecimiento de la población afrodescendientes y su interacción con los otros grupos étnicos que habitaban la ciudad de Lima, así lo expresó en 1575 fray Luis de López, miembro de la orden de San Agustín al afirmar que:

Esta tierra se va hinchendo (sic) tan excesivamente de mestizos, mulatos, zambaigos y negros que juntos con los yndios, entre los cuales hay gran familiaridad y amistad, con razón se puede empezar a temer en lo de adelante algún mal suceso si Vuestra Magestad con tiempo no lo remedia¹³.

El temor a una posible rebelión de toda la plebe generó temor y desconcierto en la elite limeña, lo que motivó a buscar la forma de normar la presencia de negros, mulatos y zambaigos en pueblos de indios, además de impedir que beban juntos en las chicherías. Aunque como se menciona, existían lazos amicales entre la plebe, lo que no niega que también existió el conflicto, todo como parte de la experiencia de convivir en un mismo espacio. La violencia fue una cara de la moneda, ya que existieron diversos matices en la experiencia africana y afrodescendiente en Lima colonial. En ese sentido, el historiador debe matizar la documentación que presenta en su investigación, por ejemplo, Alberto Flores Galindo, en su gran trabajo *Aristocracia y Plebe* (1984), nos reflejó una sociedad colonial violenta y caótica. Al revisar la documentación analizada en su trabajo, observamos que esta proviene de la sección de causas criminales de la real audiencia de Lima, donde era obvio que se encontraría documentos sobre asesinatos, robos, violencia, etc.

12 Emilio Hart-Terré afirma que una forma de interacción entre indígenas y negros se manifestó a través de la posesión de esclavos por parte de “gentes plebeyas (incluyendo a los indígenas) que adquirieron esclavos para su servicio doméstico o para la labranza de sus chacras; y también para el trabajo servil”. HART-TERRÉ, E. *Negros e indios: Un estamento social ignorado*. Lima: Mejía Baca, 1973, p. 16. Es decir, la posesión de esclavizados no era monopolio de clases adineradas, todos los estratos sociales los tenían a su servicio, fuera en sus casas como servicio doméstico o en el trabajo a jornal.

13 LISSON CHÁVEZ, E. *La Iglesia de España en el Perú*. Sevilla: Editorial Católica-Española. 1940-1946, p. 708.

No negamos que la violencia existiera, pues tenemos variados informes enviados a la Corona sobre la presencia de negros cimarrones y los severos castigos que recibían por delinquir. Se respondía violencia con violencia; sin embargo, también existían otros matices en la convivencia, los compadrazgos, matrimonios, cofradías, etc. Una amplia documentación que nos permite pensar en una sociedad colonial dinámica que, como el péndulo, va de un lado a otro. Uno de esos documentos es la crónica de Bernabé Cobo, que nos muestra un interesante panorama de la ciudad de Lima en las primeras décadas del siglo XVII, indicando que vivían en la ciudad aproximadamente:

(...) seis mil vecinos españoles y, con los entrantes y salientes, la población ascendía a veinticinco mil. Además, había treinta mil negros esclavos de todos los sexos y edades, de los cuales la mitad, poco más o menos, residen lo más del tiempo en las chacras y heredades de este valle, y hasta cinco mil indios, asimismo de todas edades, con que vienen a ser sesenta mil personas, de toda suerte de gentes, las que habitan esta ciudad¹⁴.

Por último, nuestro cronista destacó que la ciudad de Lima se encontraba muy bien abastecida de servicios porque cada año entraba una buena cantidad de esclavizados y había muchos vecinos que tenían por costumbre llevarlos a las plazas para ganar jornal:

y que estos se alquilan en las plazas a tres y cuatro reales cada día para cualesquiera trabajos y ministerios, unos con sólo sus personas y otros con bestias de carga con sus angarillas, para llevar cargas de unas partes a otras, con que suplen los palanquines que en España hacen este oficio.

La cotidianeidad generó un sinfín de elementos favorables para el esclavizado, como las filiaciones a través del matrimonio, compadrazgos, amistad, así como oportunidades económicas – como el trabajo a jornal - que le permitieron ganar dinero para comprar su libertad. Por otro lado, se produjo la violencia, expresado en asaltos, cimarronaje, suicidio. Todo esto se originó dentro del espectro llamado vida cotidiana.

2. Lima, ciudad negra

Cuando señalamos a Lima como ciudad negra lo hacemos en base a las estadísticas parroquiales que hemos recogido desde 1593 hasta 1636. Las cifras son variadas y en algunos casos poco fidedigna, sin embargo, nos permiten conocer la evolución de la comunidad africana y afrodescendiente, que no sólo incluye a negros, sino también a mulatos. Nos serviremos también de algunas crónicas y cartas enviadas a la Corona para

¹⁴ COBO, B. (1653) *Historia del Nuevo Mundo*. Madrid: Ed. De Francisco Mateos. S. J. Biblioteca de Autores Españoles, 1956. T. II, p.306.

presentar un mapa más elaborado de esta presencia negra y su evolución, la cual llegó a representar más de la mitad de la población de la ciudad de los reyes. Una de esas primeras estadísticas era presentada por el arzobispo Toribio de Mogrovejo en 1593, cuyos datos nos señalan un alto porcentaje de población negra:

en la parroquia de la catedral, existieron 8770 feligreses de los cuales, 3980 son de origen africano (210 mulatos). En la parroquia de Santa Ana, eran 2000 individuos, siendo las tres cuartas partes de origen africano. Por último, San Sebastián reunía a 2020 feligreses, de los cuales 1210 eran negros y mulatos¹⁵.

Estas cifras nos demuestran que existían en Lima 6690 negros y mulatos, es decir, casi el 45 % de los feligreses de estas tres parroquias eran africanos o afrodescendientes, debidamente registrados como fieles, así como lo obligaba la Iglesia. Aunque desde la segunda mitad del siglo XVI ya se tenía información que los negros iban creciendo, el Licenciado Castro, en una carta al rey en 1565 señalaba que “ay en esta tierra tantos negros y mulatos y mestizos que si se concertasen no sería parte los españoles que acá están contra ellos y lo peor es que cada ora van creciendo más”¹⁶. Poco a poco fue creciendo la preocupación por el aumento de la población afrodescendiente, como lo demostraremos en este capítulo.

En otro censo registrado en 1600, Frederick Bowser¹⁷ nos presenta cifras sobre la población general de 14, 262 personas, de las cuales 6,631 eran negros y mulatos; sin embargo, nuestra propia investigación nos señala que ni las cifras ni las categorías presentadas por Bowser se ajustan a las existentes en el documento que fue enviado al rey en 1600. A continuación, presentamos el siguiente cuadro:

15 TARDIEU, J. *Los Negros y la Iglesia en el Perú, siglos XVI – XVII*. 2T. Ecuador: Ediciones Afroamérica. Centro cultural afroecuatoriano, 1997, p. 280.

16 LEVILLIER, R. *Gobernantes del Perú*. Madrid: Cartas y papeles del siglo XVI, 1921. T. I, p. 106.

17 BOWSER, F. *El esclavo africano en el Perú colonial 1524 –1650*. México: Ed. Siglo Veintiuno, 1977, p. 409.

Cuadro I: Resumen general de toda la gente que hay en la ciudad de Lima.

Categorías	Total	%
Hombres útiles para la guerra que no pasan de 50 años	2151	19.4
Inútiles por viejos, lisiados y sacerdotes	403	3.7
Mujeres	2454	22.1
Niños que no pasan de 12 años	1395	12.6
Niñas	790	7.2
Negros y mulatos, chicos y grandes	3428	30.9
Indios	306	2.9
Indias	132	1.2
Total	11059	100

Fuente: Archivo General de Indias. Audiencia de Lima, 34.

Nos llama la atención que el documento obviara a las negras y mulatas, pues ellas no aparecen en el registro. Como lo hemos mencionado, Bowser presentó el mismo documento con la inclusión de mujeres negras y mulatas, incluyendo, quizás, un aproximado, pues existe evidencia de censos posteriores donde se observa que las mujeres negras y mulatas casi siempre eran mayoría. Esto debido a que es poco probable que en el transcurso de siete años la población negra y mulata se redujera a la mitad. Como observaremos en los censos posteriores, la dinámica del grupo era de crecimiento y, en casi todos los casos, las mujeres superaban a los hombres. Por lo tanto, la ciudad de Lima se fue convirtiendo en un espacio con una importante presencia de negros esclavizados, libres, mulatos, zambos y otras misturas que la configuraban como una ciudad negra.

Con el transcurrir de los años, la población afrodescendiente siguió creciendo. El comerciante portugués Pedro de León Portocarrero afirmaba que en las primeras décadas del siglo XVII Lima ya tenía “cuarenta mil negros esclavos, entre ellos hay algunos libres, aunque pocos. Las negras todas por la mayor parte sirven en la ciudad y muchos negros, y algunos lo alquilan y pagan cada día cuatro reales a sus amos¹⁸. Esta afirmación refuerza nuestra idea de que el trabajo a jornal permitió la obtención de un peculio que fue destinado por los esclavizados a diferentes necesidades, entre ellas las religiosas y, prioritariamente, la compra de la libertad. Sin embargo, la numeración proyectada por Pedro de León Portocarrero es cuestionable, ya que el censo de 1613 presentado por el virrey marques de Montesclaros nos brinda una cifra inferior, acorde con un crecimiento moderado de la población afrodescendiente, teniendo en cuenta

¹⁸ DE LEÓN, P. *Descripción del Virreinato del Perú*. Editorial Lima: Universidad Ricardo Palma, 2009, p. 26.

que tenían una alta tasa de mortalidad. A continuación, las estadísticas presentadas en el censo de 1613:

Cuadro II: Población de Lima en 1613.

Categoría	Hombres	Mujeres	Total	%
Negros	4529	5857	10386	40.8
Españoles	5257	4359	9616	37.8
Religiosos	1194	1337	2531	9.9
Indios	1116	862	1978	7.8
Mulatos	326	418	744	2.9
Mestizos	97	95	192	0.8
Total	12519	12928	25447	100

Fuente: Fray Buenaventura de Salinas. *Memorial de las Historias del Nuevo Mundo*. Lima: UNMSM, 1957, p. 245.

Lo que se desprende de este censo es que la población afrodescendiente era mayoritaria respecto a otros grupos. Solo entre negros y mulatos bordeaban el 45% del total de la población. Otro punto para destacar es la presencia mayoritaria de mujeres negras y mulatas al igual que religiosas. La diferencia entre hombres y mujeres afrodescendientes era de mil y, sin temor a equivocarnos, este grupo de mujeres bien pudo vincularse con los españoles que en comparación con las españolas eran muchos más. Esto explicaría el crecimiento de la población mulata, sin embargo, en este período los mulatos preferían no identificarse como tal para escapar del pago de tributos.

Por otro lado, Fray de Buenaventura afirmaba que en los años posteriores se realizaron otros dos padrones, en los cuales consta que existían “más de cuatro mil y quinientos humos y vecinos españoles; y más de cuarenta mil personas residentes de todas condiciones”¹⁹. Desafortunadamente, solo hemos podido ubicar el censo realizado por el arzobispado de Lima para 1619 y las cifras difieren con las aproximaciones de Fray de Buenaventura. A continuación, el padrón de 1619:

¹⁹ SALINAS Y CÓRDOVA, F. B. de. *Memorial de las Historias del Nuevo Mundo*. Lima: UNMSM, 1957, p. 246.

Cuadro III: Población de Lima en 1619.

Parroquia	Catedral Hombres/ Mujeres	Santa Ana Hombres/ Mujeres	San Sebastián Hombres/ Mujeres	San Marcelo Hombres/ Mujeres	Total	%
Españoles	3.563 / 2.069	1.925 / 815	574 / 783	462 / 310	10.501	41.9
Negros	4.260 / 3.604	962 / 1.062	489 / 674	424 / 522	11.997	47.8
Mulatos	251 / 370	109 / 211	110 / 141	34 / 86	1.312	5.2
Indios	543 / 352	99 / 101	63 / 58	40 / 30	1286	5.1
Total	8.617 / 6.395	3.095 / 2.189	1.236 / 1.656	960 / 948	25.096	100

Fuente: Archivo General de Indias, Lima 301.

En la categoría de españoles, las parroquias incluyeron a los mestizos y mestizas, en tanto que en la parroquia San Marcelo no se especificó la división de género para la población mulata, utilizando la división hecha por Bowser²⁰, que está basada en los porcentajes anteriores donde las mujeres representaban el 60% del total de la población de mulatos. Este censo reafirmaba la idea que Lima era una ciudad negra, pues más del 50% de la población estaba incluida en las categorías de negro o mulato. Un hecho que llama la atención es el descenso de las mujeres negras, si bien no era alarmante, fue una de las pocas veces que los hombres pasaron a ser la mitad de la población negra. En el caso de la población mulata no existió ninguna modificación. Pero casi en todas las parroquias, a excepción de la de San Sebastián, las mujeres fueron superadas por la presencia masculina, un hecho poco común porque en los censos de 1613 y 1636 las mujeres superaban sin ningún problema a los hombres, pudiendo ser que en este censo no se hayan considerado a las mujeres que vivían en los conventos. Aun así, la diferencia entre hombres y mujeres sobrepasa las 2500 personas.

Esta importante presencia afrodescendiente motivó el temor a una posible rebelión de esclavizados en Lima colonial. Así lo dejaban en evidencia los diversos memoriales enviados a la Corona, como aquel enviado en abril de 1615 por Juan Vásquez de Loayza, en el que se relataba que en Lima vivían más de veinte mil negros y negras, de los cuales cinco mil eran negros criollos y mulatos que eran muy atrevidos e insolentes, “se puede decir con verdad son ellos los amos y los amos sus esclavos”²¹. Al igual que otros testimonios, señalaba que la posibilidad de un alzamiento de esclavizados era algo lejana por ser de distintas naciones, pero, aun así, se debían tomar

²⁰ BOWSER, F. *El esclavo africano en el Perú colonial 1524 -1650*. México: Ed. Siglo Veintiuno, 1977, p. 408.

²¹ *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 145.

medidas, como elaborar un registro de todos los negros de catorce hasta cincuenta años y que pagaran un peso a sus amos y que este dinero sirviera para mantener un presidio en la ciudad de Lima, así como a un regimiento de 150 soldados para que los vigilaran y por las noches que vivieran “ajustadamente y cristianamente en un cuartel cerca a palacio”²², de esta forma, relataba Juan Vázquez, se evitarían mayores problemas a futuro. También propuso que se prohibiera la entrada de negros, porque entre los que vienen y nacen representaban un grave problema para la ciudad, siendo lo de más cuidado los:

negros criollos (que) no son de más provecho, ni servicio que de hurtar, y hacer otras maldades, tantas que se puede temer que no sean la destrucción y ruina desta ciudad (Oh Rey señor mio) suplico a vuestra Magestad se compadezca de una ciudad tan populosa que duerme tan al descuido teniendo dentro de si veinte mil enemigos no excusados y tan crueles que conviene luego se ponga remedio, a los inconvenientes que amenazan²³.

Este relato nos presenta los temores de un ciudadano español frente a lo que consideraba una amenaza para Lima, fortaleciendo con su descripción una imagen negativa de la comunidad afrodescendiente, calificándolos de violentos, ladrones y rebeldes. Pero, ¿cuánto de lo escrito por Vázquez era real y no producto de algún interés? Si bien su testimonio está en consonancia con otros de la época, resulta una exageración hablar de veinte mil negros, si el censo de 1613 señalaba que Lima y sus parroquias tenían un poco más de trece mil negros y mulatos. Quizás su intención era mostrarse como una persona comprometida con los intereses del rey para ganarse el beneplácito de la Corona y obtener la aprobación de las mercedes que había solicitado. En ese documento, Juan Vázquez escribió una relación entre sus méritos y su trayectoria de cincuenta años como soldado y capitán, relatando sus desventuras y aconsejando al rey sobre temas de gobierno, hacienda, etc. Todo lo hacía por “el celo, y amor que al real servicio de Vuestra Magestad tengo”²⁴. Estos intereses desacreditaban en parte su testimonio y, a su vez, nos permiten entender que su propuesta de militarizar la ciudad y de encerrar a todos los negros en un cuartel en las noches eran producto de su experiencia de vida como soldado.

Unos años más tarde, en marzo de 1619, en el gobierno del Príncipe de Esquilache, se informaba al Rey que Sebastián Machado había intentado azuzar a los esclavizados para que lo acompañasen a Quito para castigar a los testigos que perjudicaron a su esposa en el proceso judicial que seguían en esa audiencia. Según la declaración de

22 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 145.

23 *Ibidem*.

24 *Ibidem*.

Francisco de Mena, Machado le comentó que “tenía convocado más de quinientos negros que avia juntado, y doscientas libras de pólvora y quatro escopetas”²⁵. Que iría por las chacras libertando esclavizados y que había convocado a 4 mulatos para que llamaran a sus amigos. Desafortunadamente los delirios de Sebastián Machado terminaron en la horca; el virrey justificó su decisión porque “no sólo se ha granjeado deste castigo no solo el escarmiento de otros sino avernos avisado Dios que pueden españoles hacer levantamientos de negros, que es un daño hasta ahora no advertido en este reino”²⁶. Estos rumores, reales o no, alteraron la tranquilidad de las autoridades coloniales e incluso se promovió la idea de prohibir la entrada de negros bozales, era alarmante.

El temor a la creciente población esclavizada no fue un monopolio de la sociedad colonial peruana. Por el contrario, al parecer se extendió a varios espacios de la América colonial, así lo confirma el testimonio presentado. Sin embargo, son opiniones individuales, pues la mano de obra esclavizada era muy necesaria para el funcionamiento de la agricultura local, como lo observaremos más adelante. Por otro lado, si bien pensamos que algunas opiniones eran exageradas al hablar de una posible rebelión de esclavizados, sí existieron hechos que alarmaban a los sectores de la elite, por ejemplo, en 1620 el virrey Príncipe de Esquilache informaba al Rey que se había logrado devolver la calma a la república que había estado intranquila especialmente por “negros que se atreven a escalar de noche los conventos de monjas; fue necesario que el virrey truxese una compañía de soldados, para que rondase”²⁷. Las autoridades coloniales asumían la responsabilidad por la desidia que había mostrado en solucionar el problema, siendo reprendidos por la Corona, que exigió castigar severamente a los responsables de los robos en el convento de la Encarnación. Es decir, la violencia existía, así como también la sobredimensión de esta, quizás para obtener alguna merced de la Corona.

La segunda preocupación que hemos encontrado ante el crecimiento poblacional de la comunidad afrodescendiente fue la catequesis de los esclavizados, ya que Iglesia no tenía la suficiente cantidad de párrocos ni el espacio para una población que crecía continuamente. Desde finales del siglo XVI las autoridades eclesiásticas mostraban su preocupación por el número cada vez más creciente de negros que no recibían doctrina y, peor aún, por las quejas hacia las malas prácticas bautismales que recibían muchos negros bozales al ser embarcados hacia América. Esto se trató de remediar en 1595 con

25 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 38.

26 *Ibidem*.

27 *Ibidem*.

una cédula donde la Corona española instaba a los mercaderes portugueses a bautizar debidamente a los bozales y extender un certificado²⁸.

En 1603, la Corona envió una consulta al virrey de Monterrey preguntando si era verdad que en Lima tenían más de 20000 negros y que la mayoría no recibía doctrina religiosa, la respuesta tardó un tiempo en llegar y fue la Real Audiencia la que confirmó el crecimiento desmesurado de la población afrodescendiente, sin embargo, afirmaba que eran pocos los amos que dejaban de lado la vida espiritual de sus esclavizados, porque la gran mayoría sí lo consideraba importante. Además, rechazaron la propuesta de pagar medio peso para que sus esclavizados recibieran doctrina, al considerar que eso estaba pagado con el diezmo y otros tributos que la Iglesia les imponían²⁹.

En 1632 Fernando Arias de Ugarte, arzobispo de Lima, escribió una carta al rey donde le manifestaba su preocupación, proponiéndole que “convendría que se añadiesen de nuevo algunas parroquias y para que en todas hubiese un clérigo suficiente que solo entendiese en doctrinar los negros que ay muchos y está muy desamparada su doctrina”³⁰. Esta idea no era del agrado del Conde de Chinchón, por la gran inversión que demandaría una obra de esa naturaleza, dedicándose a desmentir el aumento de negros en Lima, afirmando que, “aunque después que yo estoy en esta ciudad no he reconocido que el dicho aumento sea considerable”³¹. A pesar de su negativa, el virrey le aseguró al rey que se reuniría con el arzobispo para buscar la mejor solución al problema. En ese sentido, el virrey solicitó a la autoridad eclesiástica una relación de los feligreses de las parroquias de la ciudad de Lima, siendo entregados los siguientes resultados:

28 BOWSER, F. *El esclavo africano en el Perú colonial 1524 -1650*. México: Ed. Siglo Veintiuno, 1977, p. 297.

29 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 94.

30 *Ibidem*, 47.

31 *Ibidem*.

Cuadro IV: Población de Lima en 1636.

Categoría	Hombres	Mujeres	Total	%
Negros	6,54	7,08	13,62	49.7
Españoles	5,11	5,65	10,76	39.2
Clérigos	330		330	1.2
Indios	812	614	1,43	5.2
Mulatos	276	585	861	3.1
Mestizos	142	235	377	1.3
Chinos	22	0	22	0.3
Total	13,24	14,16	27,39	100

Fuente: AGI. Audiencia de Lima, 47.

La presencia africana y afrodescendiente superaba el 50% del total de la población, es decir, la preocupación por la catequesis de la población negra tenía fundamento. Sin embargo, al parecer al virrey no le era agradable enterarse de las necesidades de la ciudad por medio de cartas enviadas desde España; si bien se mostraba dispuesto a dialogar con el arzobispo, no dejaba de mencionar lo oneroso que significaría construir más parroquias. Posteriormente, el virrey volvió a recibir una carta de la Corona, donde expresaba su preocupación por los resultados del censo de 1636 y le solicitaba al virrey que tomara las providencias del caso para que no ocurriera ningún levantamiento, a lo que el virrey respondió solicitando ocuparse de lo siguiente:

El cuidado que era necesario para que se procurasen excusar los inconvenientes que de eso resultasen como le he tenido, tenga y tendré, y assi se han hecho y harán las demostraciones de castigo en sus delitos, o atrevimientos, y también contra sus dueños que los tratasen inicuaamente porque es bien que esso corra siempre a un paso con la proporción que cada cosa pide³².

El conde de Chinchón se comprometía con el rey en castigar a los esclavizados que cometieran delitos o fueran insolentes, pero también que aplicaría las mismas sanciones contra los amos que los maltrataran, de esta forma se buscaba amenguar los descontentos en la comunidad afrodescendiente por los excesos de sus amos. Dicho compromiso, según el conde, se estipuló para evitar un posible alzamiento, reiterando una vez más que era lejana la posibilidad de una posible rebelión de esclavizados, pues “no son del riesgo que los demás, antes en qualquiera ocasión, aun contra los otros, se

32 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 49.

puede fiar mucho de su lealtad”³³. A pesar de los argumentos esgrimidos por el virrey, al parecer la Corona buscó limitar la entrada de negros bozales en la década de 1640.

3. Negros y mulatos libres en Lima colonial

Lima representó un espacio de oportunidades para la población esclavizada, en este espacio consiguieron emplearse en diversos oficios y mantener contacto con los otros sectores de la sociedad colonial. Surgiendo nuevas nomenclaturas raciales y nuevos estatus jurídicos, encontramos a los mulatos, zambos, tercerones y cuarterones como parte de estas nuevas nomenclaturas y, por otro lado, fueron apareciendo hombres afrodescendientes libres, esta libertad podría haber sido adquirida por vía testamentaria, por vía materna y la forma más común fue la autocompra. La legislación permitía la manumisión de los esclavizados, porque si los hombres podían ser esclavizados, contradiciendo el derecho natural, entonces se debía permitir un mecanismo por el cual regresen a la libertad. Los amos en reiteradas oportunidades otorgaron manumisiones a sus esclavizados vía testamentaria, estas manumisiones gratuitas eran motivadas por el agradecimiento a sus años de servicios o porque era muy costoso mantener un esclavizado anciano y enfermo.

Un hecho que queremos resaltar es el desconocimiento que se tiene de la primera generación de hombres libres en el Perú colonial, este grupo de libertos eran de padre africano y madre indígena, por lo tanto, el estatus jurídico de hombre libre provenía de la madre. Por ejemplo, entre 1538 y 1548 se registraron 75 niños zambos, de los cuales 74 niños tenían madre indígena y solo uno nació esclavizado, según la primera partida de bautismos de la ciudad de Lima. Para James Lockhart el destino de las dos primeras generaciones de libertos en el Perú son materia de especulación. Pueden haber sido heredados como propiedad o ser incluidos como aprendices de taller dirigidos por artesanos españoles. Asimismo, afirma que existieron dos imágenes de los negros libertos:

como una banda de perturbadores, y que instigaban a esclavos a huir.... y aparecen también como una clase de personas industriosas y útiles que aprovechaban cada oportunidad que se les brindaba y que hicieron mucho por la edificación del país, para sí mismos y para los españoles³⁴.

A pesar de su importancia en la construcción de la ciudad, las autoridades coloniales, no dejaron de lado la imagen negativa, siendo indispensable ejercer un

33 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 49.

34 LOCKHART, J. *El mundo hispanoperuano 1524-1560*. México: FCE, 1982, p. 250.

control sobre la población libre, por eso en 1539, el pacificador La Gasca, afirmaba que el cabildo había tratado el tema de los negros libres, disponiendo lo siguiente:

Este día sus mercedes dixerón que por quanto son informados que ay en esta cibdad muchos negros e negras e moriscas y esclabos y esclabas horas que estan por si lo qual es Cabsa de muchos insultos e Robos que hazen por estar en casas por si e encubren otros negros e negras e moriscas por tanto que mandaban e mandaron que dentro de un mes primero siguiente del dia que se pregonare todos los dichos esclabos o esclabas que an sydo e son horros bivan en Casas de españoles a sueldo o se bayan de la tierra so pena de cien acotes e destierro perpetuo de la tierra³⁵.

Al parecer la disposición del cabildo no fue atendida y en 1570 en el gobierno del virrey Francisco de Toledo se insistió en la necesidad de que los negros libres y mulatos no vivan entre los indígenas, sino que sirvan en casa de españoles. Al parecer la presencia cada vez más creciente de negros, mulatos y zambos libres motivo que la Corona busque la mejor forma de lidiar con el problema y en 1609 envía una carta solicitando al virrey que informe:

Si sería conveniente que el gran número de mulatos, zambaigos, negros libres y mestizos que ay en estas provincias y de los Charcas se redijesen a pueblos de españoles y pagasen su tasa y acudiesen al servicio personal del cerro de Potosí, como hacen los indios³⁶.

En su respuesta el virrey señalaba que sería peligroso que todos ellos estén solos en un pueblo sin presencia de españoles que, por el contrario, siempre se había intentado dispersarlos como medida de prevención. Como se puede observar, la Corona quería que los mulatos, negros libres y zambos trabajaran en la mita y sobre todo que tributaran, siendo este un tema que generó mucha polémica. Por ejemplo, en 1574 una real cédula obligaba a que los negros libres, mulatos, zambaigos, paguen tributo:

somos informado que muchos de los esclavos y esclavas negros y negras, mulatos y mulatas, que han pasado a nuestras Indias y en ellas han residido y habitan, con la mucha riqueza que en aquellas partes hay, han venido a se ahorrar y ser libres, e que éstos tales tienen muchas granjerías e riqueza, e que así por muchas causas justas, e particularmente por vivir en nuestras tierras y ser mantenidos en ellas en paz y justicia, e haber pasado por esclavos y ser al presente libres en ella, y también porque así mismo en sus naciones tenían costumbres de pagar a sus reyes e señores tributos, y en mucha cantidad, con justo e derecho título se les puede pedir nos le paguen³⁷.

35 LEE, B. *Libros de Cabildos de Lima*. Concejo Provincial de Lima. 1935-1962. T. I, p. 297.

36 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 36.

37 LUCENA, M. *El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española*. [CD-ROM]. Madrid: Mapfre Tavera-Ignacio Larramendi, 2005, p. 755-756.

Es interesante que se reconociera que los esclavizados podían liberarse y que el dinero que solventaban esas compras era producto de su trabajo, pero lo que llama nuestra atención es el argumento de la Corona que, planteaba un tributo a los negros libres “*por vivir en sus tierras y tener riquezas*”, obviando que el traslado de los africanos fue forzoso y en las peores condiciones y que si consiguieron la libertad está era producto de su trabajo y no de beneficios del Estado colonial. Al parecer la famosa cédula no fue conocida en el Perú, así lo expresó el virrey Francisco de Toledo en 1582 al señalar que “en quanto al tributo de mulatos, negros y zambaigos que vuestra magestad se remite a las cédulas que se han dado, no hay aca tales cedulas ni se que se haya tratado desta materia”³⁸. Sin duda, la crisis económica que sufría la Corona española a finales del siglo XVI motivó a que se tratara de convertir a toda la plebe en tributarios, estableciéndose que cada negro libre, mulato o zambaigo pague 4 pesos y las mujeres 2 pesos anuales.

Este tributo se consiguió implementar en la audiencia de Lima durante el gobierno del virrey Luis de Velazco. Sin embargo, en las primeras décadas del siglo XVII, a pesar de que se extendió la cobranza de este tributo en diversos lugares del virreinato peruano, existió una resistencia de la población libre, mulata y zambaiga a esta tributación. El hecho más resaltante ocurrió en la audiencia de Quito donde los negros libres, mulatos y zambaigos consiguieron que la audiencia no aceptase la implementación del tributo. En noviembre de 1608, el marqués de Montesclaros envió una carta a la audiencia de Quito para que permita implementar este impuesto a los negros libres, mulatos y zambaigos, en vista de “las necesidades de su magestad, que van siempre en crecimiento le haya también en los socorros”³⁹. Desafortunadamente, el corregidor informó al virrey que no había podido establecerlo porque la audiencia se lo había impedido. Para la audiencia no era fácil implementar una medida de esta naturaleza y remitió sus argumentos al virrey de Montesclaros en enero de 1609 donde señalaban lo siguiente:

Como estos a tanto tiempo que no es tan en esta costumbre porque queriendo ejecutarla muchos años en esta ciudad para que le pagasen, lo litigaron y se remitió al consejo y se quedó en este estado como consta de los autos que sobre esto ay. Y ahora queriendo el corregidor volver a entablarlo apelaron para esta Real Audiencia adonde fue fuerza admitirles su apelación⁴⁰.

38 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 28.

39 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 36.

40 *Ibidem*.

La audiencia resaltaba que tuvo que admitirles la apelación e impedir la implementación del tributo por más que haya sido un pedido expreso del rey y si bien acataban la real cédula no la podían cumplir porque la realidad del espacio demandaba otra solución a la impuesta por el documento real, porque afirman que el pago de tributo de estos grupos no era de costumbre. Además, debemos rescatar el propio accionar de negros libres, mulatos y zambaigos que permitió esta victoria jurídica. Al parecer el marqués que Montesclaros no se quedó conforme con los argumentos de la audiencia e insistió que se implementara el tributo, señalando a la Corona que cuando llego al gobierno la recaudación era muy pobre y que había puesto esmero e implementarla en las principales ciudades del virreinato, y también en Quito, consiguiendo que en Lima las rentas por este tributo sean de “seiscientos y cincuenta pesos”.

Unos años más tarde, en marzo de 1627 Francisco Fernández de Córdova abogado de la audiencia de Lima y visitador de las cajas reales de la ciudad de Trujillo, informaba a la Corona que el “tributo entra en esta caja real que se cobra de negros y negras, mulatos, zambaigos orros y estos pagan en cada aun año, los varones a quatro pesos y más embras a dos pesos, valdra quatrocientos pesos de tributos en cada un año”⁴¹. A diferencia del impuesto que pagaban los negros bozales, ninguno de los dos informes que hemos presentado señalaban en que se utilizaba el dinero recaudado. Sin embargo, dentro del informe que Fernández de Córdova remitió al consejo de Indias, hemos encontrado un memorial que escribieron los mulatos libres de Lima en 1627 dirigido a la Corona. En dicho documento, los afectados por el cobro de tributos, solicitaban conocer si existía alguna real cédula que los obligase a tributar, y de ser así suplican al rey “no ser comprehendidos por ser naturales de aquel reino y representan sus servicios”⁴².

Además, reclamaban que los oficiales los maltrataban de palabra, les robaban las gargantillas a sus mujeres y los apresaban sometiéndolos a vejaciones y que no era justo que las mujeres casadas paguen impuestos cuando las mujeres indígenas eran reservadas de pagarlo. Resaltaban que lo recaudado por ese tributo es una “cosa de tan poca consideración”. Por lo tanto, suplicaban al Rey que:

se nos guarde las preminencias para no poder pagar ni cobrar de nosotros el tributo que nos manda, que este tributo lo paguen los mulatos que fuesen extranjeros destos reynos venidos de España y otras partes a el con calidad que teniendo bienes con que lo pagan se cobre dello y no tan de otra manera⁴³.

41 *Archivo General de Indias*. Audiência de Lima, 158.

42 Ibidem.

43 Ibidem.

En su afán de conseguir la anulación de este impuesto, los mulatos presentaron una relación de méritos que habían realizado para la Corona en 1615, 1618 y 1624. En dicha relación, relataban que en el año de 1615 entraron al puerto de Callao 5 naves enemigas y con toda diligencia se colocaron bajo el mandato del virrey marqués de Montesclaros a trabajar día y noche en hacer trincheras, realizando vigilancias en el puerto y sin sueldo alguno. En 1618 el Callao nuevamente fue rodeado por 13 naves enemigas y los mulatos acudieron a servir en la defensa del puerto, resguardando las casas reales y en 1624 también defendieron al Callao de la invasión holandesa, haciendo trincheras y vigilando la mar brava y la Punta por orden del Virrey príncipe de Esquilache. Estos servicios ameritaban que sean reconocidos como hijos naturales del reino y sean exceptuados del pago de tributos. Por último, relataron que habían participado con mucho júbilo en el nacimiento de la hija del rey y presentaron una justa a caballo de duro dos días, algo que según sus palabras nunca se había visto en las Indias.

En toda esta relación de méritos presentada por los mulatos de Lima, buscaban dejar en claro que eran hijos de españoles y personas naturales del reino, por lo tanto, el cobro del tributo representaba un abuso y maltrato a esa condición, peor aún, si siempre habían prestado servicios al Rey como era su obligación. Es decir, este grupo de mulatos apelaban al sentido de pertenencia al espacio, a la idea primigenia de patria. Así como, a la identificación con los intereses de la Corona, quizás en parte por ser hijos de españoles. Asimismo, este memorial confirmaba que las vinculaciones de la comunidad afrodescendiente con la escritura fueron permanentes y no desde un papel pasivo, sino usando activamente los medios escritos para cuestionar las normas que los afectaban. Pero, también nos clarifica que no podemos hablar de una sola comunidad afrodescendiente, sino de múltiples comunidades que, si bien estaban vinculadas por la opresión y el maltrato, al momento de velar por sus intereses invisibilizaban su ancestro africano y resaltaban su vinculación con lo hispano.

En el mismo mes de marzo de 1627 otro documento escrito por Luis Henríquez, fiscal de la Real Audiencia confirmaba la relación de servicios que los mulatos libres habían prestado al Rey en el año de 1624 en pleno ataque de las naves holandesas, su lealtad motivó a que los miembros de la audiencia solicitaran la abolición del tributo, argumentando que su abolición no sería de gran perjuicio para la Corona porque sólo se recaudaba 400 pesos al año, además los califican:

Como en una comunidad aunque este mal opinada la nación entran mucho, no se puede hacer juicio universal de todos, y tienen los mulatos si el uso común de que sus madres servían a sus amos y algunos nobles y libres a quienes la color diferente no prohibía el matrimonio y

finalmente son hijos naturales y todos en común sienten que este tributo después que el año de 1624 la armada holandesa surgió en el puerto del Callao, porque destos mulatos y negros horros se hizo una compañía la qual sirvió fidelísimamente y le pusieron en defensa y acudieron a todas las faenas no solo como soldados sino como esclavos jornaleros y quando Vuestra Magestad les haga gracia en disimular esta paga se tendrán por muy satisfechos siendo tantos en número⁴⁴.

Los integrantes de la audiencia reconocían que los mulatos eran hijos naturales de españoles que no estaban impedidos de casarse con mujeres de otros grupos étnicos, asimismo reconocían que al ser hijos naturales deberían estar exceptuados del impuesto y destacaron su lealtad a la Corona en la invasión holandesa de 1624. Todo como parte de una estrategia para abolir la imposición tributaria, porque debemos tener en cuenta que, el memorial de los mulatos y la carta del fiscal Luis Henríquez solo tenían un día de diferencia. ¿Cuáles habrían sido las motivaciones de la Real Audiencia para solicitar la abolición del tributo? Sin duda alguna, las coordinaciones entre los dos documentos existen porque, el primero estaba incluido dentro de un informe de Francisco Fernández de Córdova, abogado de la Real Audiencia y el segundo fue escrito por el fiscal de la audiencia, Luis Henríquez. Lo que se podría pensar, es que algunos oidores tenían hijos mulatos no reconocidos y que esto motivaba a solicitar a la Corona la abolición del tributo.

Al margen de las especulaciones lo real es que, las críticas a las formas de opresión existieron, si bien estas críticas no fueron violentas ni motivaron alguna rebelión, de forma sutil y utilizando la escritura como arma de defensa condicionaron la atención y respuesta de las autoridades coloniales y del propio Rey. En 1631 la Corona respondió positivamente al pedido:

He sido informado que los negros horros que hay en esa ciudad de los Reyes, sirvieron en la ocasión que el holandés acudió a tomar el puerto del Callao tan bien y puntualmente guardando las órdenes que se les dieron que sería justo relevarlos del tributo que pagan que es de cuatrocientos pesos cada año⁴⁵.

Contrario a lo que se podría pensar la Corona aceptó la propuesta de los negros y mulatos libres y abolió el tributo, pero también nos llama la atención que la relación de méritos nunca fue cuestionada ni observada por el Consejo de Indias. Esto indica que ya no era una sorpresa que sectores de la plebe utilizaban la vía escrita para demandar mejoras en sus condiciones y también podemos observar, cómo la idea de justicia va ampliándose a los diversos estamentos de la sociedad.

44 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 99.

45 Konetzke, R. *Colección de documentos para la Historia de la formación social de Hispanoamérica. 1493-1810*. Madrid: CSIC, 1958, p. 334.

A continuación, presentaremos algunas demandas que tienen como protagonistas a negros y mulatos, nuestra idea es demostrar que la interacción con la escritura ya era un tema recurrente en la población afrodescendiente desde el siglo XVII, presentaremos dos memoriales enviados al Rey por un Francisco Bioho⁴⁶ moreno libre nacido en Guinea, que presentó una relación de méritos a la Corona en 1653, con el fin de obtener una plaza en el batallón de milicias de negros libres. Por último, el memorial más importante fue presentando por los mulatos Juan Pasqual, Domingo López, Blas Manuel y Juan Francisco de Estela, donde cuestionaban al sistema esclavista y el exceso en los castigos que habían recibido. Todos ellos tuvieron algún en común, la recurrencia a la justicia para buscar el reconocimiento de servicios prestados o buscaban la abolición de la condición de la esclavitud de los mulatos naturales del reino.

3.1. Francisco Bioho: Memorial por el reconocimiento de sus servicios

Francisco Bioho, moreno libre nacido en Guinea y que llegó al Perú a la edad de diez años presentó un memorial a la Corona buscando que se le reconocieran los servicios prestados en el sur del virreinato, específicamente durante la invasión holandesa a la Isla de Chiloé en el reino de Chile en 1643. Nuestro personaje relataba que los enemigos tomaron por asalto la ciudad y quemaron todas las barcas para que nadie pueda avisar a las autoridades en Santiago, y que él escondió una barca y junto a un indio remo en el río Chonos con todas sus fuerzas durante quince días en pleno invierno, llegando a dar aviso al gobernador, marqués de Baydes. Pero no sólo dio aviso al gobernador de Chile, en su recuento señala que:

Bajo también con la dicha barca al Puerto del Callao y trajo en ella al maestre de Campo Alfonso de Villanueva que bajó con el aviso al Márquez de Mancera, virrey del Perú, que desde luego dispuso a toda prisa todas las prevenciones y defensas que obró con tan gran acierto, hasta desalojar al enemigo, que la tenía ya poblada y fortificada⁴⁷.

Pero su actuación no se quedó paralizada, tuvo que regresar con la armada para dar cuenta de lo que había visto, añade que reparó en reiteradas oportunidades la barca. Este gran servicio prestado a favor de la Corona sirvió para Francisco Bioho consiguiera su carta de libertad, además señala que:

Los negros de Guinea, aunque gente tan humilde y pobre, siempre se han ofrecido ocasiones de enemigos, han acudido al Real Servicio de Vuestra Majestad con mucho esfuerzo, arriesgando

46 Agradecemos a Gustavo Velloso por la información sobre este importante documento.

47 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 16.

las vidas, siendo sobre los que más carga todo el trabajo personal, así en la mar como en la tierra⁴⁸.

Para Francisco Bioho los servicios prestados no debían ser desvalorados y si bien agradecía la carta de libertad, quería que se le nombre capitán de una de las tres compañías de morenos libres que existían en la ciudad de los Reyes. Por eso envió este memorial al Rey, quien, a través de su Consejo de Indias, solicitó información al virrey marqués de Mancera, si había forma que concederle la merced que solicitaba, pero primero informando, cuál era estado de las compañías. El virrey respondió que existían dos compañías de negros y una de mulatos, las cuales en 1624 prestaron una valiosa ayuda para defenderse de la invasión holandesa. Afirma que, en el Puerto del Callao, también existen tres compañías de negros y los que la dirigen como capitanes son negros, resaltando a Diego Cano, quien había realizado muchos servicios a la Corona, destacando su actuación en la defensa del reino ante el ataque del inglés Francis Drake. Por último, sobre el pedido de Francisco Bioho, este es su parecer:

Es que habiendo venido de parte tan remota que en su pobreza habrá sido con mucho padecimientos y puestose a los pies de su majestad será muy conforme a su piedad que no vuelva este hombre sin fruto de la suerte que ha llegado a tener, en dar su memorial, así se le podría despachar con cédula para que la primera compañía que en el Callao hubiere vacado de negros se le dé al suplicante, y en el ínterin una bandera de alférez en las compañías de morenos de Lima⁴⁹.

Es interesante conocer que la comunidad afrodescendiente tenía una participación importante en las milicias desde el siglo XVII, teniendo cargos de jerarquía que conformaban una elite, podríamos pensar que el servicio militar era un espacio de ascenso social y de libertad, porque conocemos que varios amos, alquilaban a sus esclavizados para que trabajen en las galeras. Sin duda, tenemos una presencia de esclavizados a servicio de la de Corona y nuestro personaje Francisco Bioho fue uno de los más destacados, no sólo por su valerosa acción, sino también porque reclama una mejor posición social, si bien había ganado una carta de libertad, eso era insuficiente desde su perspectiva.

Lo relevante es que la Corona y el virrey del Perú concordaban en que era justo otorgarle la plaza que requería, pero como aún no estaba habilitada, ofrecerle el cargo de alférez. Por último, se aceptó el pedido del suplicante y exigió que se le socorriera con un dinero de la real hacienda, porque sabían que era pobre y desamparado. De esta forma, Francisco Bioho obtuvo justicia y su pedido encontró eco entre las autoridades

48 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 16.

49 *Ibidem*

coloniales. Sin duda, no podemos dejar pasar por alto que los argumentos expresados por nuestro personaje son parte de una estrategia, buscando que, se le reconozca como un humilde servidor del Rey, que no tiene fortuna, para finalmente solicitar que se le reconozca los servicios prestados. Creemos que no podría ser de otra forma, un lenguaje belicoso y exigente podría haber echado por los suelos sus pretensiones y como hemos visto, el objetivo de Francisco Bioho se concretó.

3.2. Una crítica al sistema esclavista en el siglo XVII: El memorial de los mulatos esclavizados⁵⁰

En el mes de diciembre de 1677 Juan Pasqual, Domingo López y Blas Manuel pardos esclavizados de Francisco Franco, se dirigieron a las autoridades coloniales para explicarles el tormento que tenían que vivir a diario en el obraje de su amo, describiendo con lujo de detalles la violencia y crueldad con que eran tratados. En dichos documentos siempre aparecen referencias cristianas y una clara condena al sistema esclavista, solicitando que “les mande restituir la libertad que les an quitado más a de ciento y cinquenta años”⁵¹. Ahora bien, conozcamos el contexto en el cual los esclavizados escribieron estos documentos. El primer memorial estaba dirigido a las autoridades limeñas, en ellas los tres firmantes solicitaban ser vendidos a otros amos porque Francisco Franco los maltrataba severamente en el obraje que tenía a su cargo, ellos argumentan que son pobres y miserables y que recurrían a la piedad del Virrey porque esperan recibir

El alivio de los rigurosos castigos que han experimentado y lo primero excelentísimo señor es que los suplicantes y todos los demás esclavos tienen tanta opresión y castigo en el dicho obraje cargados de mazos de fierro, cadenas, barretones, garapiñas y grillos sin tener ningún alivio ni descanso aun en días de fiesta trabajando de noche y de día. A que se llega alguna vez que no entera las tareas les amarra de pies y manos y les azotan por las plantas de los pies, y por la barriga no contentándose con cinquenta ni cien azotes sino de doscientos para arriba y sobre esto velas derretidas por todo el cuerpo dejandoles casi muertos y es de advertir señor excelentísimo que ay algunos esclavos que huyendo destos castigos se entregan a manos de la perdición como desesperados y se echan en las paylas hirbiendo o se degüellan o se ahorcan⁵².

Los obrajes eran centros de trabajo textiles donde se experimentaban los peores tratos que podían recibir los esclavizados, trabajan casi 20 horas al día, recibían la peor comida, muchas veces no tenían contacto con el mundo exterior, trabajaban con

50 Agradecemos al profesor Luis Miguel Glave por brindarnos la referencia sobre este importante documento.

51 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 18.

52 Ibidem.

grilletes y al son del látigo del administrador. Retomando a nuestros personajes, Juan Pasqual, Domingo López y Blas Manuel, ellos señalan que el motín fue como respuesta a los malos tratos y para llamar la atención de las autoridades para que los abusos sean castigados y suplican quedarse en la cárcel hasta que puedan ser vendidos a otros amos. Desafortunadamente, la respuesta fue negativa, no podían ser vendidos sin la autorización de su amo, pero que podrían colocarle una demanda contra por maltratos físicos y tenían 15 días para hacerlo y permanecer en la cárcel, en caso de no hacerlo sean devueltos a su amo exhortándolo a que “les trate bien como debe y deje libremente cohabitar con su mujer los días que dispone los sinodales y lo está por derecho”⁵³. Como se puede observar, ya estaba muy difundida en la sociedad colonial que la cohabitación eran un derecho de los esclavizados casados, y que no se les podía impedir, por ese motivo llaman la atención a Francisco Franco para que no siga impidiendo la convivencia entre las parejas casadas.

Otro pardo esclavizado, Joan Francisco de Estela, también de propiedad de Francisco Franco, se unió a la denuncia contra los malos tratos de su amo, argumentando que no fue parte de la conspiración ocurrida en el obraje, no perdiendo la oportunidad de señalar que no sólo recibió castigos físicos, sino que:

Es casado con una pobre india nombrada Joana Catalina y está recibiendo los mismos malos tratamientos, y castigos con tanta opresión que en nueve meses que a que está en el dicho obraje no le a permitido que el suplicante hable con dicha su mujer ni que le hable excluyéndole del todo aun de la cohabitación del santo matrimonio por cuya causa se halla excarreada y desamparada sin tener quien la acuda con el sustento necesario⁵⁴.

No sólo tenían que soportar las malas condiciones laborales, el maltrato físico y verbal, sino que no podían cohabitar con sus esposas como lo ordenaba la Iglesia, es decir, tenemos a 4 esclavizados que utilizaban dos argumentos para intentar persuadir a las autoridades, la sevicia física y el incumplimiento de su derecho a la cohabitación. En el primer caso, el argumento de la sevicia no ayudó a conseguir el objetivo de ser vendidos a otros amos, pero en el impedimento de la cohabitación, si existió una llamada de atención al amo. Aun así, el avance fue poco para sus intereses, pero al parecer ocurrió un hecho que no se describe en el documento que permitió que los 4 esclavizados permanezcan fuera del poder de su amo desde diciembre hasta inicios del mes de marzo de 1678. Este hecho les permitió ganar tiempo para elaborar dos memoriales que fueron enviados a la Corona, el primero de ellos fue firmado por Juan

53 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 18.

54 *Ibidem*.

Pasqual, Domingo López y Blas Manuel el 2 de marzo de 1678, y el segundo que carece de fecha fue firmado por los tres mulatos antes mencionados y Joan Francisco Estela.

En el primer memorial los esclavizados relataban que estaban sufriendo la inequidad de la esclavitud *en su misma patria* siendo cristianos e hijos de españoles, por ese motivo, suplican al Rey que “les alse el dicho cautiverio pues no ay razón para que sean esclavos”⁵⁵. Porque habían sido redimidos con la sangre de Jesucristo, además, se remitían a una real cédula de 1609 que señalaba que los naturales del reino no podían ser esclavizados, y ellos se consideraban que eran “miembros naturales también los dichos pardos y quarterones naturales deste reino”⁵⁶. Los argumentos presentados por este grupo de mulatos parecen válidos, porque desde la idea de ser naturales del reino, hasta el sentido de pertenencia de lo que llaman su patria⁵⁷, la cédula también los excluiría de la esclavitud. Sin embargo, las motivaciones para este sorprendente pedido tienen que ver con que años antes, específicamente en 1676 la Corona dispuso la libertad de los indios de la guerra de Chile, “por la cual os mando, hagáis poner en libertad a todos los indios que estuvieren por esclavos en el distrito de esa Audiencia”⁵⁸. Este hecho los hizo tomar conciencia de que era posible suplicar por su libertad porque tenían conocimiento que la Corona había:

Ynviado sus reales cedula dando libertad a los indios que avian cautivado los españoles en las sangrientas guerras de Chile. Y assi mismo a los demás deste reino les libro de su servicio doméstico como consta del ynstrumento que ba con esta⁵⁹.

Para fortalecer su solicitud los mulatos y cuarterones adjuntaron la cédula que otorgaba libertad a los indígenas de Chile, desde su perspectiva, su memorial contenía los suficientes argumentos para persuadir a la Corona, eran hijos de españoles, en algunos casos más blancos que ellos, según sus testimonios, eran cristianos y naturales del reino y siempre hacían referencia en el memorial a la importancia del rey como su redentor, quien ha castigado a los infieles, pero que desconocía los horrores de la esclavitud, la cual era amarga por la ferocidad que recibían de los españoles, quienes les daban muerte con atroces castigos e incluso después de la muerte sus almas no

55 *Archivo General de Indias*. Audiencia de Lima, 18.

56 *Ibidem*.

57 Juan Carlos Garavaglia y Juan Marchena, señalan que el término patria era de uso muy extendido desde finales del siglo XVI, no como una patria americana, sino referida a los núcleos coloniales, sea México o Perú. GARAVAGLIA, J. C Y MARCHENA, J. *América Latina de los orígenes a la independencia. I. América precolombina y la consolidación del espacio colonial*. Barcelona: Crítica, 2005, p. 228.

58 LUCENA, M. *El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española*. [CD-ROM]. Madrid: Mapfre Tavera-Ignacio Larramendi, 2005, p. 913.

59 *Archivo General de Indias*. loc. cit.

encontraban la redención. Por lo tanto, tenían la confianza de que el rey sabría ponderar:

La gravedad de tan pernicioso permiso contra su real conciencia que si antes los señores reyes sus antecesores, o lo permitían por siniestros ynformes, o lo ignoraban porque esta pobre y umilde y desvalida gente no se defendía; respecto de no tener persona de quien fiarse, para tan grande empeño de dar cuenta a su Magestad y encargarle a su Real conciencia, si hacer otra diligencia. Porque en eso solo fian el buen sucesso de su libertad. Oy que la divina providencia oyo nuestros clamores y gemidos movio el corazón de un pobre tan desvalido como los suplicantes para que de parte de Dios ponga en manos de Vuestra A. esta nuestra petición quedandonos consuelo que ya tenemos por seguro el remedio pues corre por quenta de su divina Magestad el mover el corazón con el rey y de Vuestra A ynclinandolos a esta misericordia⁶⁰.

Los mulatos y cuarterones dejaban entrever que habían recibido ayuda para la elaboración del memorial, pero lo que resulta importante, es la idea de que la inexistencia de una defensa anterior era porque no tenían en quien confiar y que ahora tenían a un pobre como ellos, que los ayudaba en este pedido. Es decir, desde el anterior memorial de 1624 donde los mulatos libres se recusaron pagar tributos, exigiendo a la Corona que se anulase el cobro, por ser ellos naturales del reino, podemos darnos cuenta de que, dentro de las comunidades afrodescendientes si existía nociones de lo perjudicial del sistema, de los abusos y maltratos a los que eran sometidos. Sólo que no conseguían expresar sus críticas al sistema por carecer de una oportunidad y que sus argumentos sean fortalecidos. Que, sin duda, en esta oportunidad se enriqueció con la abolición de la esclavitud de los indígenas de Chile, que fueron liberados por ser naturales del reino. A pesar de que, en la misma cédula, el rey reconocía que podía ser perjudicial para los propietarios de indígenas esclavizados. Todos estos hechos abonaban al pedido de abolición de la esclavitud, pero solo para mulatos y cuarterones.

El segundo memorial incluyó a Joan Francisco Estela, quien para fortalecer sus argumentos solicitó antes de presentar el memorial, un documento a las autoridades coloniales, el capítulo 29 de la Real Cédula de 1609 *que la quiere para pedir con ella lo más que le convenga*. Es interesante observar que un mulato esclavizado se movilice con tanta facilidad por las instituciones coloniales y lo más importante, obteniendo respuesta positiva a su pedido. Los argumentos del segundo memorial giran en torno a reconocer la figura del rey como un redentor a la incompatibilidad del cristianismo con la esclavitud:

Que hallándose tan sumamente afligidos de su cautiverio siendo católicos cristianos, hijos naturales de españoles deste reino de las Yndias, que los maltratan castigan y matan sin piedad

60 *Archivo General de Indias*. loc. cit.

por no tenerla con ellos la justicia como reconocera Vuestra Magestad por los dos memoriales que presentan con el acatamiento y reverencia debida, les impidió la divina providencia de Dios que ocurriesen a Vuestra Magestad como católico Rey defensor de la ley de Christo y columna fuerte de la Iglesia triunfante a que les mande restituir la libertad que les an quitado mas a de ciento y cinquenta años; la codicia de los hombres tiránicamente, privando a los suplicantes del beneficio de la redención de Christo⁶¹.

Los mulatos y cuarterones habían asumido la fe cristiana como parte de su herencia y son categóricos al sostener que su libertad había sido arrebatada por la codicia de los hombres y que era deber del rey como cabeza de la Iglesia, solucionar esa injusticia que la esclavitud solo ha servido para ser humillados, maltratados, quemados con velas, trabajar día y noche sin poder guardar los días de fiesta, sus amos los azotan hasta la muerte y varios de ellos mueren “rabiando sin sacramentos ni confesión y algunos se ahorcan y se dan puñaladas o se hechan en las pailas hirviendo”⁶². Estos testimonios no carecen de validez, estas afirmaciones guardan relación con varios procesos por sevicia física en los repositorios documentales.

Pero como afirmamos en este trabajo, la violencia y desarraigo que vivieron los afrodescendientes también convivió con otros procesos como son los usos del sistema legal para justamente colocar límites a este poder mal ejercido de sus amos. Aunque no siempre se conseguía el objetivo de ser vendidos como se ha visto en esta demanda, ellos argumentaban que la justicia no los amparaba ni los escuchaba, y hacen referencia a la ley romana que los coloco en calidad de ser sujetos de compra y venta, afirmando que *en el nombre de mercaderías no se comprehenden los hombres racionales*. Reconocían que los esclavizados debían ser obtenidos en guerras, pero sus padres españoles nunca fueron prisioneros de guerra y sus abuelas fueron traídas con engaños de Guinea. Sin embargo:

Dura en ellos las negras reliquias del cautiverio como si fuera pecado original que aun este mediante la pacion muerte y gloriosa resurrección y admirable acencion de nuestro señor criador y redentor Jesuchristo. Se lava con el agua del sacramento del bautismo, y aviendo quedado los suplicantes como los demás católicos libres de la esclavitud del demonio, no lo an quedado de los mismos cristianos porque Vuestra Magestad lo permite o lo an permitido los señores reyes antecesores de Vuestra Magestad o ya sea por ignorarlo o ya por siniestros informes de los poderosos enemigos desta nación. Solo por la codicia del ynteres de su servicio y crecidos precios en que venden a los suplicantes y es permisión de Dios que no se les logren cosechas ningunas y se consuman las haciendas de los que las cultivan con la sangre destos miserables esclavos⁶³.

61 *Archivo General de Indias*, loc. cit.

62 Ibidem.

63 Ibidem.

La crítica al sistema esclavista estaba muy presente en este memorial, los mulatos señalaban que, si habían sido liberados del pecado original como los demás católicos, por qué en ellos se mantenía un sistema oprobioso que tenía como cómplices por acción u omisión al propio rey y a sus antecesores. Para ellos, toda riqueza que se basara en la explotación esclavista tenía que ser consumida por obra de dios, porque no se podía sustentar una riqueza con la sangre de esclavizados. Que si los señores querían ver florecer sus haciendas tenían que pagar un jornal justo a sus trabajadores. En ese sentido, los mulatos y cuarterones suplicaban a la Corona acabar con la esclavitud como se había hecho con los indígenas de Chile, luego de tantos años de guerra y muerte. Por último, si era necesario se comprometían a pagar tributos como lo “pago Jesuchristo al cesar diciendo deseale al cesar los que es del cesar”⁶⁴.

Todos estos argumentos bien elaborados, las referencias a reales cédulas y a la legislación romana tuvo que contar sin duda alguna, con ayuda de abogados o procuradores que vieron como justo su reclamo, sin embargo, es difícil conocer, ¿Quién o quiénes estaban detrás de este proceso? y ¿Cuáles eran sus intereses? La figura del procurador de menores ya aparecía con más frecuencia en este período y sería su persona la encargada de asesorar a los mulatos, porque en este caso, se podría pensar que la idea de abolir la esclavitud sólo para mulatos y cuarterones no iba a tener un gran impacto económico, por ser un número reducido, distinta hubiese sido la historia si se incluía a los negros criollos y bozales. Sin duda, se tuvo que pensar y repensar los argumentos, mezclarlos con pasajes bíblicos, con cuestionamientos firmes y sin mellar la imagen del rey, aunque en ciertos pasajes la crítica a su figura era muy clara. Por último, se buscaba persuadir a la Corona con un compromiso para tributar, desafortunadamente para nuestros personajes, las cosas no salieron como esperaban, El Consejo de Indias determinó que:

No se puede dar lugar a lo que intentan, y que solo se debe ordenar al virrey y audiencia en lo general y particular de estos que a qualquiera que justificare no estar en verdadera y legitima esclavitud, lo saque de ella, y a los que estandolo comprobaren los malos tratamientos y prohibición de lo licito y permitido no solo hagan que vendan a otro sino es que pasen al castigo del exceso⁶⁵.

Al parecer a la Corona no le interesaba un enfrentamiento con los amos por anularles la propiedad de sus justos títulos de esclavitud y mucho menos consideraban que los mulatos y cuarterones podrían ser equiparados a los indígenas de Chile. Aun

64 *Archivo General de Indias*. loc. cit.

65 *Ibidem*.

así, el Rey emitió una Real Cédula donde condenaban el miserable estado en el que se hallaban los esclavizados, pero decidió no aceptar el pedido de libertad:

Y reconocídose que no concurre en estos sujetos la calidad de libertad de que trató la cédula citada del año de 1609 y otras muchas, sino que antes por su nacimiento o por otros justos títulos son esclavos como se debe entender..... a cualquiera que justificare no estar en verdadera y legítima esclavitud le hagáis sacar de ella, y a los que estándolo comprobaren que sus dueños les hacen los malos tratamientos y prohibición de lo lícito y permitido, no sólo haréis que se vendan a otro, sino que se proceda al castigo del exceso del poseedor como por derecho se debe, cuidando mucho del buen tratamiento que en lo natural y cristiano se debe a la miseria desta pobre gente, que así es mi voluntad⁶⁶.

Suponemos que también hubiese sido problemático para la Corona aceptar esta propuesta porque habría generado una fiebre entre las demás comunidades de afrodescendientes en busca de anular el sistema. Sin duda, los dos memoriales son fascinantes porque, es la primera vez que, desde la comunidad afrodescendiente se expresaba una crítica abierta a la explotación del sistema esclavista, a su deshumanización, a su incompatibilidad con el cristianismo, etc. Pero también, en estos memoriales los mulatos colocan en el imaginario ideas como patria, la pertenencia al reino, filiación paternal y religiosidad. Es decir, un sentido de pertenencia al espacio donde han nacido y habitaban, una identificación con sus padres españoles, a pesar de los conflictos por no reconocerlos como hijos naturales y, por último, la identificación con la religiosidad cristiana, el conocimiento de pasajes bíblicos y de la legislación que los facultaba a vivir juntos a sus cónyuges.

Conclusiones

En el presente trabajo hemos reconstruido las estadísticas de la ciudad de Lima, reconociendo la importancia de la presencia afrodescendiente, lo que nos ha permitido calificar a la ciudad de Lima, como una ciudad negra. Asimismo, hemos analizado como se fue creando una cultura del miedo hacía la población africana a partir de los memoriales enviados a la Corona por parte de diversas autoridades y personajes de la época. En ese sentido, la escritura fue un medio para crear una imagen negativa de las comunidades afrodescendientes y al mismo tiempo, sirvió para que estas defendieran su derecho al bautismo, la libre elección conyugal y la cohabitación.

Aunque, no sólo utilizaron la escritura para demandar por la consolidación matrimonial o solicitar su libertad, sino que sus demandas traspasaron las fronteras del

66 KONETZKE, R. *Colección de documentos para la Historia de la formación social de Hispanoamérica. 1493-1810*. Madrid: CSIC, 1958, p. 723.

virreinato peruano y llegaron al Consejo de Indias, para pedir que se aboliera el tributo o que se aboliera el mismo sistema esclavista. Es decir, el abanico de oportunidades se fue ampliando y esto conllevó a que los podamos observar reclamando por los servicios prestados fielmente a la Corona, exigir no para pagar un tributo injusto, apelando a la idea de ser nacidos en el reino, a la idea de patria. Además, utilizaron pasajes bíblicos, lo que suponemos era premeditado para que la Corona asumiera que estaba frente a fieles cristianos. En resumen, se puede observar el establecimiento de diversas estrategias discursivas para conseguir sus objetivos.

Asimismo, los mulatos limeños cuestionaron no sólo el poder mal ejercido de los amos, sino que criticaron al propio sistema, que, según ellos, iba contra la piedad cristiana. Sin duda, estas estrategias se establecieron en la Lima negra y no fueron hechos aislados, asumimos que todas las experiencias con la cultura letrada alimentaron los discursos de los afrodescendientes. También, es importante reconocer que no podemos hablar de una comunidad afrodescendiente, existieron varias comunidades, que podían vincularse o en todo caso, distanciarse según sus propios intereses.

Creemos que estos acercamientos a la cultura escrita sean por memoriales, demandas por reconocimientos de paternidad, además de las demandas de matrimonio y libertad, nos dejan una clara imagen de que, las comunidades afrodescendientes eran muy dinámicas en su acercamiento a lo letrado y si bien cada una buscaba los mejor para ellas, el resultado en el corto plazo, fue una crítica directa al poder mal ejercido de sus amos y en el largo plazo erosionaron el sistema con sus constantes demandas y su accionar en otros espacios como lo fue campo laboral, que permitió a muchos esclavizados comprar su libertad. De esta forma, cuestionamos la propuesta de José Ramón Jouve⁶⁷, quien ha afirmado que las comunidades de mulatos libres fue la que más interactuó con la cultura escrita, por el contrario, el acceso a la cultura escrita fue similar para las diversas comunidades afrodescendientes.

En ese sentido, el uso de la escritura como herramienta de defensa no tenía distinciones, claro que creemos que los afrodescendientes tenían colaboradores entre el sector dominante, podrían ser escribanos, abogados, etc. Personas que conocieron los entramados judiciales y que ayudaban a plasmar en papel el lenguaje oral de los afrodescendientes. Suponemos que entre la comunidad afrodescendiente también

67 José Jouve afirma que *“Como era de esperar, las personas de origen africano libres recurrieron al uso de documentos escritos más frecuentemente que los esclavos, pues su condición legal así se lo permitía. La adscripción a una determinada casta (negro, mulato o zambo) también desempeñó un papel central en la posibilidad de interactuar con la tradición letrada, teniendo los mulatos mayores oportunidades para ello que los miembros de otras castas de origen africano, como se verá con posterioridad. Con todo, el papel fundamental probablemente lo desempeñó el género, y fueron las mujeres, y no los hombres, quienes parecían desempeñar un papel preponderante en el recurso a documentos escrito”* JOUVE, M. *Esclavos de una ciudad letrada. Esclavitud, escritura y colonialismo en Lima. 1650-1700*. Lima: IEP, 2005, p. II.

existían personas que supieran leer y escribir. Pero era indispensable tener colaboradores que los orientaran en la presentación de memoriales. Además, no era tan sencillo enviarlos a la península, aparte de que esos trámites tenían un valor económico alto. Pero a pesar de todos esos obstáculos, los afrodescendientes utilizaron esas vías.

Por último, la participación de estos colaboradores no nos debe llevar a pensar a que los memoriales eran producto de una lógica externa a los esclavizados. Las historias, los argumentos sobre las pésimas condiciones de la esclavitud, los abusos del que eran objetos, así como su idea de pertenencia al espacio y sus hojas de servicios a la Corona fueron parte de su experiencia de vida en el cautiverio, los redactores le dieron una forma al relato y no hemos observado referencias al derecho romano, pero si a la importancia a la cohabitación matrimonial que estaba consagrada en el derecho canónico americano, como en el Tercer Concilio Limense de 1583 o en los sínodos de Lima de 1613 y 1636. Un lenguaje jurídico que era de conocimiento cotidiano para los afrodescendientes y que se propalaba en la catequesis diaria.

A “outra” América e os soviéticos durante a Guerra das Malvinas no *Jornal do Brasil*

Otávio Massaro

Graduado em História pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal–MG)

Resumo

Objetiva-se, neste artigo, discutir como o *Jornal do Brasil* se manifestou em relação à postura de demais países da América Latina diante da Guerra das Malvinas, bem como analisar a maneira que o periódico avaliou a possibilidade de a União Soviética intervir no continente e no conflito em benefício da Argentina. Como a maioria dos países sul-americanos se posicionou explicitamente a favor das reivindicações argentinas, o jornal atualizou argumentos culturalistas que reforçavam as diferenças entre brasileiros e demais integrantes do continente americano de origem hispânica, posto que naquele momento a adoção pelo governo brasileiro da neutralidade de caráter imperfeito foi considerada, pelo *Jornal do Brasil*, a política mais adequada.

Palavras-chave Guerra das Malvinas – *Jornal do Brasil* – Soviéticos – Latino-americanos.

Abstract

The aim of this article is to discuss how the *Jornal do Brasil* manifested itself in relation to the stance of other Latin American countries in the face of the War of Malvinas, as well as analyzing how the journal evaluated the possibility of the Soviet Union intervening on the continent and conflict for the benefit of Argentina. As most South American countries had explicitly positioned themselves in favor of Argentine claims, the newspaper updated culturalist arguments that reinforced the differences between Brazilians and other members of the American continent of Hispanic origin, since the adoption by the Brazilian government of a neutrality of an imperfect nature was considered, by the *Jornal do Brasil*, the most appropriate policy.

Keywords War of Malvinas – *Jornal do Brasil* – Soviets – Latin Americans.

Submissão

10/02/2020

Aprovação

20/04/2020

Publicação

29/04/2020

¹ Este texto, inédito, é parte dos resultados obtidos em uma iniciação científica desenvolvida na Universidade Federal de Alfenas (Unifal–MG), em 2019, sob orientação do prof. Dr. Raphael Nunes Nicoletti Sebian.

Introdução

Os jornais apresentam-se hoje como um conjunto de fontes bastante significativo para se constituir o conhecimento histórico, e uma força política muito atuante, sobretudo a partir do século XX, quando essas empresas de comunicação se consolidaram enquanto órgãos de poder.

Os periódicos independentes podem ser considerados verdadeiros atores políticos de natureza coletiva, entendidos, fundamentalmente, como instrumentos de “manipulação de interesses e de intervenção na vida social”, como ressaltam Maria Helena Rolim Capelato e Maria Lígia Coelho Prado². Intervêm, nesse sentido, no governo estabelecido, embora nem sempre tencionem conquistar o poder institucional, assim como nos partidos políticos, grupos de interesse, movimentos sociais e na opinião de seus leitores. Na contramão dessas práticas, os jornais também sofrem interferências dessas partes, sobretudo quando estas são titulares do poder político.

Desconsiderando a hipótese desses veículos de informação serem simplesmente imparciais ou reprodutores neutros dos acontecimentos políticos e sociais, afirmam-se no sistema político e perante outros componentes desse sistema enquanto comentadores e narradores de conflitos entre os mais variados sujeitos; além disso, como afirma Héctor Borrat, os jornais se apresentam como participantes, protagonistas ou não, desses conflitos. Assim, compartilham com os demais sujeitos a necessidade de deliberar e executar estratégias, mobilizando seus recursos para a concretização dos seus objetivos permanentes de lucrar e dissuadir.³

Nesse sentido, tomando como fonte um jornal da grande imprensa brasileira, *o Jornal do Brasil*, objetivamos analisar os debates políticos elaborados pelo periódico a respeito do posicionamento dos demais países latino-americanos diante do conflito, assim como a respeito da possibilidade de interferência soviética em benefício dos argentinos, levando em consideração que o periódico se caracterizava por um posicionamento liberal.

Nelson Werneck Sodré afirma que “O *Jornal do Brasil* chegava para enfileirar-se entre os grandes”, vinha para durar. Apresentava-se, ao lado de jornais cariocas já consolidados, como o *Jornal do Comércio*, como uma grande empresa e tomava sempre a vanguarda de inovações da imprensa nacional. O jornal foi fundado em 1891, fruto do

2 CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 19.

3 BORRAT, Héctor. *El periodico: actor político*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1989, pp. 14-15.

desencantamento com o regime republicano, e seus idealizadores, os monarquistas Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas, traçaram as diretrizes básicas da conduta política do jornal enquanto órgão crítico ao governo Deodoro.⁴

No seu auge, o *Jornal do Brasil* apoiou incondicionalmente o golpe de 1964 e defendeu cassações de políticos, alegando se tratar de uma resposta à radicalização da crise vivida no país. O golpe – ou revolução, conforme a interpretação reacionária endossada pelo periódico – aconteceu, para o jornal, para que se pudesse normalizar a situação interna e permitir que os brasileiros trabalhassem e produzissem como povos organizados. Eduardo Chammas afirma que o *Jornal do Brasil* advogava, naquele momento, um liberalismo mais pragmático, defendendo inexoravelmente a modernização capitalista sem manifestar preocupação com os direitos sociais. O periódico continuou apoiando incondicionalmente a ditadura, muitas vezes se apresentando como uma extensão do discurso dos militares até 1968, quando foi decretado o quinto Ato Institucional, e começou a sofrer reveses por suas críticas desapontadas ao governo de Costa e Silva⁵. Na década de 1970, o *Jornal do Brasil* alinhou-se à conduta de outros grandes jornais, procurando driblar a censura e apresentar mais detalhadamente as notícias, sempre com grande atuação política.

A partir dos anos 1980, como ressalta Bethania Mariani, com a abertura política e o retorno do pluripartidarismo, o processo discursivo que contribuiu para a recriminação do comunismo passou por uma alteração muito simbólica. Com a irrupção das greves e o retorno dos exilados, a denominação “esquerda” começou a ganhar cada vez mais notoriedade nas páginas dos jornais brasileiros, assim, aos poucos a ênfase no comunismo como único inimigo interno cedeu espaço aos novos partidos de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores, moldando um novo inimigo para os “novos tempos”⁶.

Os debates que se sucederam no *Jornal do Brasil* a respeito da Guerra das Malvinas não dialogavam ou se interligavam, a princípio, com a confiança na estabilidade do “mundo ocidental” e nos efeitos mais amplos dos valores liberais, da democracia liberal à economia de mercado. Os prognósticos hegemônicos a respeito do liberalismo enquanto única opção viável para as sociedades contemporâneas estavam abalados àquela altura, como poderemos perceber nas análises empreendidas pelo periódico, pela

4 SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 257-258.

5 CHAMMAS, E. Z. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012, p. 54.

6 MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998, p. 218.

presença de algumas experiências contestatórias – que conseguiram, em maior ou menor escala, implementar um novo modelo de sociedade, tendo a União Soviética como grande berço, mas também experiências americanas, tão próximas do Brasil – que ameaçavam a supremacia do mundo ocidental. O desenrolar da guerra, a intransigência argentina e o medo constante de uma intervenção soviética no conflito aumentaram os receios do jornal a respeito da estabilidade do continente, levando o *Jornal do Brasil* a atualizar os argumentos do comunismo enquanto inimigo externo a ser rechaçado.

A guerra de 1982 e a *causa Malvinas* na cultura política argentina

Desde março de 1976, vigorava na Argentina a ditadura autodenominada *Proceso de Reorganización Nacional*. O golpe militar depôs o governo constitucional de María Estela Martínez de Perón, que se via há meses diante de uma insolúvel crise institucional, exacerbada pela crítica situação econômica e pela crescente violência política que se originava de grupos diversos, como da esquerda socialista e comunista, também de tendências de esquerda no peronismo e de paramilitares direitistas aliados ao governo de Isabel Perón. Os militares que assaltaram o poder elencaram os objetivos de reorganizar as instituições, recompor a ordem e planejar uma “verdadeira” democracia. Anunciaram, nesse sentido, um *projeto refundador* muito mais reacionário que qualquer tentativa predecessora de forçar uma ordem, impondo uma vigilância ferrenha e uma disciplina permanente a todos os grupos políticos e sociais.⁷

Terceiro militar a ocupar a presidência durante a ditadura do *Proceso*, Leopoldo Fortunato Galtieri, em seu discurso de posse, no dia 22 de dezembro de 1981, prometeu reconquistar a soberania das Ilhas Malvinas, ocupadas pelos britânicos desde 1833, recuperando com isso, a honra nacional argentina. Assim, no dia 2 de abril de 1982, as Forças Armadas argentinas invadiram e ocuparam as ilhas, cessando, temporariamente, quase um século e meio de domínio britânico.

A ocorrência da Guerra das Malvinas insere-se no universo de reivindicações do nacionalismo de fins do século XX, e, naquele contexto, conforme aponta Eric Hobsbawm, “o apelo por uma comunidade imaginária da nação parece ter vencido todos os desafios, sobretudo naqueles locais onde as ideologias estão em conflito”; completa afirmando a existência de uma “solidariedade que emana de um ‘nós’ imaginário, em oposição a um ‘eles’ simbólico”⁸. E de fato, se nos ativermos às

7 NOVARO, M; P, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 50.

8 HOBSBAWM, E. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 195.

evidências desse caso, a percepção razoavelmente consensual de uma ideia de nação na Argentina ressurgiu num momento de crise exacerbada de todas as suas instituições, ao passo que antes e após o conflito estruturou-se uma sociedade fragmentada. É certo que não se explica a ocorrência da guerra somente pelo ressurgimento e propagação do nacionalismo, mas foi um fator imprescindível para se criar um universo de cognoscibilidade comum a uma grande parcela daquela sociedade. Mesmo os “dissidentes”, aqueles que não se sentiam representados pelo governo autoritário e pela condução da guerra pela Junta, trataram de ressignificar⁹ a necessidade e a legitimidade da guerra, não perante o *Proceso*, mas perante a nação.¹⁰

O nacionalismo argentino tem a particularidade de ser excessivamente territorialista. O caráter sagrado do solo começou a ser difundido ainda na segunda metade do século XIX, quando as elites liberais argentinas estabeleceram como *lugar-comum* a crença de que os espólios territoriais – o Alto Peru, o Uruguai e Paraguai –, que impediram a reconstituição do “grandioso” Vice-Reinado do Prata, aconteceram por incompetência e desprezo dos governantes predecessores.¹¹ Para esses indivíduos, que deveriam governar um contingente enorme de imigrantes com sentimentos localistas muito arraigados, somente a terra poderia fazer com que se identificassem, não sendo fundamentais, portanto, nem a língua, nem a história, nem os acordos de obrigação recíproca.¹²

Nesse sentido, as Ilhas Malvinas tinham – e ainda têm – um excepcional valor simbólico na lógica do relato mítico sobre os desmembramentos e as desapropriações territoriais sofridos pelos argentinos. A questão foi se configurando aos poucos e entre 1916 e 1943 irrompeu com seus traços mais nítidos. Embora tenha se estabelecido como

9 Dentro desse nacionalismo cultural, a ideia de usurpação agregava ao território das Malvinas uma eficácia mobilizadora sem precedentes, assim, tratava-se de uma causa nacional em relação à qual, mesmo que a diferença não tenha deixado de se expressar, cada parcela da sociedade deveria se justificar, se nacionalizar. Novaro e Palermo escrevem que “cidadãos comuns que, por uma razão ou outra, consideravam que não se justificava nem a tomada das ilhas, nem o recrutamento de conscritos para defendê-las, sentiram que teriam corrido perigo se o tivessem declarado publicamente”. NOVARO; PALERMO, *op. cit.*, p. 580.

10 LORENZ, F. G. “Testigos de la derrota. Malvinas: los soldados y la guerra durante la transición democrática argentina, 1982-1987”. In: PÉROTIN-DUMON, Anne (org.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*. [S.l.]: [s.n.], 2007, pp. 3-63.

11 Vicente Palermo explica que o território, enquanto elemento primordial de identificação, foi elevado a tal preeminência não por seu valor enquanto lugar geográfico ou enquanto recurso; antes, as elites liberais trabalharam para inculcar a ideia de que se tratava de algo mais importante: o espírito nacional. O solo era explicado como uma “essência” superior às pessoas, todas mortais, também a todas as instituições, posto que são consideradas historicamente mutáveis, como os Estados, a Igreja, os exércitos. Esta lógica também não eximia os costumes, mesmo os considerados mais virtuosos, uma vez que se alteram com as populações. Nesse sentido, conclui o autor que o solo era a única dimensão resistente às alterações, considerado, pois, imprescindível para alcançar uma identidade coletiva que tendesse a perdurar. PALERMO, V. *Sal en las beridas: las Malvinas en la cultura argentina contemporánea*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 58.

12 PALERMO, *op. cit.*, p. 20.

um discurso nacionalista muito heterogêneo, reunindo diversos setores da sociedade, foi capaz de congregar os principais traços constitutivos do nacionalismo argentino: o *territorialismo*, o *vitimismo*, o *unamismo*, o *decadentismo* e o *regeracionismo*.¹³ A partir da década de 1940, noções fundamentais sobre as Malvinas se disseminaram através dos currículos escolares, tornando-se parte do senso comum; contudo, até 1955, era um tema pouco discutido e ainda não era a principal pauta de política externa, sendo incorporada somente na década de 1960, quando atribuiu-se uma relevância maior à causa, impulsionada, sobretudo, pela militância nacionalista e peronista.

A ditadura *procesoista* (1976-1983) foi marcada, entre outros aspectos, pela exacerbação dos conflitos territoriais. Como afirma Palermo, os militares se engajaram em um ativismo territorialista tão agressivo que beirava a paranoia. Por muito pouco a Argentina não entrou em guerra com o Chile, em 1978, impulsionada pela feroz competição dentro do próprio regime;¹⁴ sendo a guerra pelas Malvinas a única empreendida pelas Forças Armadas Argentinas tal como foi concebida no século XX.¹⁵ Os militares linhas-duras do Exército, bem como da Marinha, puderam se unificar pela última vez, ainda que de forma muito medíocre, em prol de um objetivo quase fundante do regime, o de usar armas com propósitos territoriais, pressionados pela própria crise do regime e pelo descalabro do plano econômico de Martínez de Hoz.

Aquela altura a questão das Malvinas aproximava-se de uma data bastante simbólica, uma vez que em 1983 completariam 150 anos da ocupação das ilhas pelos britânicos. Nesse quadro, que não permitia a persecução dos objetivos fundantes do *Proceso*, a ocupação das ilhas, como sugerem Novaro e Palermo, continha motivações sinceras do regime, ao mesmo tempo que oferecia um pacote bastante auspicioso. Unida à demanda territorial nacionalista, a orientação geopolítica da ditadura de transformar a Argentina em uma potência regional cobria o arquipélago, já muito cultivado no imaginário popular, com dotes pretensamente científicos, declarando as ilhas como ricas em recursos naturais e com um território indispensável ao

13 Vicente Palermo dedica o primeiro capítulo de seu ensaio *Sal en las heridas: las Malvinas en la cultura argentina contemporánea* (2007) à discussão pormenorizada de todos esses conceitos, considerados “lugares comuns” do nacionalismo argentino. O autor entende o nacionalismo como uma “configuración discursiva propositiva de identidad”, assim, explica que se trata de uma configuração porque articula diversos elementos, não sendo, pois, unidimensional, e discursiva porque remete basicamente a um ato de fala. Em síntese, é uma configuração discursiva que compete com outras e interage com crenças de diversos receptores.

14 A discussão a respeito da estrutura formal adotada pelos militares, após o golpe de 1976, pode ser visualizada no texto de NOVARO; PALERMO, *op. cit.*, pp. 57-67. Os autores sustentam que o próprio modelo implementado conspirou contra a possibilidade de outorgar maior fluidez aos processos de tomada de decisões, uma vez que foram afetados de forma crônica pela falta de coerência e unidade dentro da própria Junta.

15 PALERMO, *op. cit.*, pp. 47-48.

desenvolvimento do Estado Nacional.¹⁶ Nesse sentido, a ocupação oferecia um bônus duplo aos militares: a mencionada busca pelo desenvolvimento nacional; e a captação, em curto prazo, de um amplo capital político, pois contaria com amplo apoio civil.¹⁷

Desde 1965, quando se votou a resolução 2065 da ONU – que reconhecia os direitos argentinos sobre as ilhas e convidava as partes à negociação –, a atitude de parcela da burocracia e da diplomacia britânicas foi de verdadeiros acenos no encaminhamento de negociações, contudo, recorrentemente minados pelo próprio Parlamento e pela imprensa. Embora os ingleses reproduzissem um discurso pró-ilhéus, ficava cada vez mais insustentável a retórica de acompanhar a manutenção da defesa e o desenvolvimento econômico das ilhas. Desde 1982, quando se optou por retirar o navio de patrulha *HMS Endurance* das ilhas, por medidas econômicas, estava mais ou menos claro que a intenção dos britânicos era a de se retirar gradualmente da região. Carecia de fundamento, como bem explicam Novaro e Palermo, a tese segundo a qual os britânicos não cederiam nunca a soberania das ilhas. Havia boas possibilidades àquela altura para frutificarem as negociações em favor da Argentina, não fosse o tempo dos militares estar se esgotando e a arrogância das elites argentinas, para as quais os ilhéus eram mero detalhe a ser superado.¹⁸

Desde o início de 1982, a diplomacia argentina se tornava cada vez mais agressiva em suas reivindicações, e a situação se tornou insustentável quando um grupo de sucateiros, liderados por um civil, Constantino Davidoff, desembarcou em uma das ilhas do arquipélago. Embora não existam provas conclusivas de que o desembarque tenha sido uma operação militar encoberta, o certo é que um dos integrantes da Junta, Jorge Anaya, contrariando as ordens do chanceler Nicanor Costa Méndez de suspender a operação, prosseguiu na ocupação, enviando um barco de patrulha para defender os

16 NOVARO; PALERMO, *op. cit.*, p. 541.

17 Em 1979, a Argentina via um agravamento histórico de sua crise: as dívidas pública e privada fizeram-se impagáveis após uma alta nas taxas internacionais, aumentando, consequentemente, a recessão e criando uma brusca aceleração inflacionária. Ao passo que Videla apostava tudo no restabelecimento da economia, intentando, dessa forma, desmobilizar dissensos internos e externos, colhia cada vez mais frustrações das medidas implementadas por seu Ministro da Economia, Martínez de Hoz. Seu sucessor, escolhido pela Junta, Roberto Viola, ainda que breve na presidência, implementou medidas tão desastrosas que, em 1981, quando Leopoldo Galtieri o sucedeu na presidência, seu governo ficou assinalado pela pior crise econômica argentina. A propaganda do último governo da ditadura seria marcada, então, pela promessa de que o *Proceso* retomaria seu vigor e projetos fundantes. NOVARO, M. *Historia de la Argentina. 1955-2010*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010, p. 183.

18 Segundo Novaro e Palermo, não somente para os militares como também para uma grande parcela civil o principal interesse na causa Malvinas era o território. De 1965 a 1982, a Argentina viveu uma instabilidade política aguda, e suas elites não se importavam que não interessava aos ilhéus viver sob uma ditadura ou mesmo sob a soberania argentina. NOVARO; PALERMO, *op. cit.*, p. 545. Nicanor Costa Méndez, o ministro das Relações Exteriores de Galtieri, contribuiu muito para a sustentação da tese segundo a qual a negociação era inexequível e que, portanto, deveriam empregar o poder militar defensivamente, ocupando as ilhas para persuadir a Grã-Bretanha a reconhecer a soberania argentina.

trabalhadores argentinos. Imediatamente Thatcher ordenou que o *HMS Endurance* retornasse às ilhas para averiguar o ocorrido; a crise estava instaurada. Demais integrantes da Junta concluíram do ocorrido que não era mais possível se retirarem das ilhas sem maiores consequências políticas ou sem que fossem humilhados perante a população argentina. O entendimento foi, então, que a ocasião proporcionaria uma excelente justificativa para a ocupação definitiva das ilhas.¹⁹

Típica de um golpe de mão, a invasão das Malvinas deu-se em 2 de abril, a partir de uma ordem expedida pelo presidente Galtieri: rápida e sem feridos. A fase propriamente bélica do conflito deu-se somente no início de maio e, com isso, as características físicas da batalha logo mostraram a preponderância tecnológica e de capacidades profissionais britânicas, mas, acima de tudo, evidenciaram os equívocos irremissíveis do diagnóstico prévio feito por Galtieri e pelos poucos que arquitetaram o conflito na surdina: supunha-se que os britânicos não combateriam; que os norte-americanos apenas assimilariam a política do fato consumado; e que o restante dos comandos argentinos, que desconheciam o planejamento do golpe de mão, apoiá-los iam por falta de escolha. Como ressaltam Novaro e Palermo,²⁰ apenas a última avaliação se concretizou. Vejamos o que sucedeu em cada caso.

Havia a correta percepção dos militares argentinos de que a Inglaterra estava mergulhada em problemas graves, como seu declínio imperial e sua perda de capital político no cenário internacional; contudo, erraram ao não perceber que a Primeira-Ministra, Margareth Thatcher, assim como eles, usaria a ocupação das ilhas para tentar resolver esses problemas.²¹ Vicente Palermo sustenta que a crise criou para os britânicos uma autêntica *Falkland's cause*, que se manifesta em duas faces: a primeira, a campanha militar forjou um forte apelo de reconstrução da confiança nacional, sendo que muitas vezes a guerra pelo arquipélago é comparada aos tempos da Segunda Guerra Mundial, quando um período de políticas vacilantes foi contornado pela expertise de um grande líder; a segunda, fortemente relacionada aos valores de liberdade declarados pelos

19 NOVARO; PALERMO, *op. cit.*, p. 555.

20 *Ibidem*, p. 560.

21 O Governo Thatcher caracterizava-se por uma forma de neoliberalismo particularmente autoritária, pois o Estado fortaleceu-se em algumas áreas enquanto perdia poder em outras. Num radical processo de centralização, as autoridades locais perderam autonomia frente ao poder da Primeira-Ministra, tornando o governo central mais poderoso nas áreas de habitação e educação; diminuindo, também, a autonomia dos conselhos locais de elevar impostos e aumentando, de uma forma sem precedentes, o poder da polícia política com a aprovação da Lei de Segredos. Além disso, o alto índice de desemprego elevou as despesas com a Previdência, ao mesmo tempo que as despesas com habitação decresceram, aumentando o índice de moradores de rua. A agressiva política antissindicalista de Thatcher alterou radicalmente o poder de barganha dos sindicatos, fazendo com que a renda proveniente do trabalho caísse para 73% da renda familiar bruta em 1982. Em síntese, a popularidade da Primeira-Ministra ia muito mal. MAZOWER, M. "A crise do contrato social". In: MAZOWER, Mark. *Continente Sombrio: A Europa no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 321-353.

britânicos e ao orgulho de terem destruído os ditadores argentinos para finalmente valorizarem as ilhas, até aquele momento negligenciadas²². Disso tudo, o mais correto é que Thatcher definiu a forma como a Grã-Bretanha enfrentou o conflito e foi habilidosa o suficiente para remover todos os empecilhos, internos e externos.

Tanto para a Grã-Bretanha quanto para os Estados Unidos, a agressão argentina violava o pacto de estabilidade internacional do qual ambas as potências se consideravam guardiãs, especialmente a segunda. Embora desagradasse a Reagan a possibilidade de ter de escolher entre a Argentina, um país que colaborava indiscriminadamente com a sua política para a América Central, e a Grã-Bretanha, tradicional aliado e membro da OTAN, pesava mais a manutenção da aliança com a Grã-Bretanha, sobretudo pelo recrudescimento da Guerra Fria na agenda externa do presidente republicano. O governo norte-americano designou, nesse sentido, o Secretário de Estado, Alexander Haig, para uma missão de alto nível, em que sua posição, para além de um mediador neutro, foi a de intervir diretamente no conflito, na intenção de minar as possibilidades de um confronto bélico.²³ Ainda que os Estados Unidos tivessem trabalhado intensamente na mediação, a intransigência da Junta e da Primeira-Ministra, comprometida inarredavelmente com a exigência de que as tropas argentinas se retirassem imediatamente e com a retórica de defesa dos ilhéus, fez com que um conjunto de negociações fracassassem. Assim, no dia 30 de abril, um dia após o governo argentino ter rejeitado a última proposta, o Senado dos Estados Unidos aprovou uma resolução exigindo a retirada imediata das tropas argentinas, estabelecendo uma série de embargos e oferecendo o apoio material às tropas britânicas.

Já a atuação da diplomacia brasileira foi restringida, em parte, pela deterioração das condições do cenário internacional.²⁴ Contudo, havia o esforço sincero de manter as boas relações com a Argentina, inauguradas com a resolução do impasse Itaipu-Corpus, em 1979. Nesse sentido, o Brasil posicionou-se pela neutralidade, de caráter imperfeito, visando manter suas relações estáveis, também, com o governo conservador de

22 PALERMO, *op. cit.*, pp. 31-32.

23 NOVARO; PALERMO, *op. cit.*, p. 586.

24 Das exportações dependia a vinda de insumos físicos, tecnológicos e financeiros, mas essa percepção do governo esbarrava em um protecionismo impermeável dos grandes centros de poder, em um diálogo Norte-Sul minguado há anos e na manutenção de regras desfavoráveis no comércio internacional. Como ressaltam Francisco Luna e Herbert Klein, a crise do mercado internacional de 1979 reduziu drasticamente a oferta de capitais para países devedores, impossibilitando a renovação dos empréstimos externos. As taxas internacionais de juros, que somente em 1979 ultrapassaram os 10%, continuaram a se elevar durante os anos seguintes. Assim, o descalabro das contas públicas internas, somado ao choque dos preços provocado pela alta no valor do petróleo, levaram a um aumento vertiginoso da inflação e a um grande endividamento externo e interno. LUNA, F. V.; KLEIN, H. “Transformações econômicas no período militar (1964-1985)”. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp. 92-III.

Margareth Thatcher, sobretudo porque o Brasil dependia grandemente de capitais londrinos. Assim como os Estados Unidos, o Brasil procurou cumprir um papel de mediador, seja no âmbito bilateral, seja no âmbito multilateral (na Organização dos Estados Americanos e, principalmente, na Organização das Nações Unidas), e durante todo o conflito manteve sua posição de apoio à reivindicação argentina pelas Malvinas ao mesmo tempo que condenava o uso de recursos bélicos.

A neutralidade imperfeita adotada pelo Brasil pendia em favor dos argentinos, auxiliando-os diplomaticamente e economicamente. Como explica Marcelo Walsh, o entendimento jurídico da Chancelaria brasileira, desde 1833, foi o de que “nunca houve um laudo arbitral ou sentença internacional ou tratado que dessem validade jurídica *erga omnes* à ocupação das Ilhas Malvinas pelo Reino Unido”.²⁵ Destarte, desde 1965, quando a questão foi para o Comitê de Descolonização das Nações Unidas, o Brasil votou favoravelmente às principais resoluções (1965, 1973 e 1976). Durante o conflito, o governo brasileiro assumiu a representação dos interesses argentinos na Grã-Bretanha, por meio da sua Embaixada em Londres, e permitiu o escoamento de parte de sua produção agropecuária pelos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande, visando atenuar o impacto dos embargos impostos pela Comunidade Econômica Europeia (CEE) e pelos Estados Unidos.²⁶

Por fim, mencionemos os comandos argentinos durante a guerra. No decorrer das semanas de abril, o arquipélago foi incrivelmente preenchido por mais de 12 mil soldados, entre os quais, mais de 50% eram recrutas, jovens entre 18 e 20 anos. Muitos desses indivíduos já haviam concluído o serviço militar obrigatório, outros apenas receberam um treinamento básico de três meses. Federico Lorenz afirma que os argentinos acompanharam as notícias da guerra a partir do estado de censura que vigorava na Argentina, e a crença e a esperança nos jovens soldados foi impulsionada ao máximo pela possibilidade de se regenerar a história nacional. Tratava-se da última oportunidade de “serem melhores, de serem mais unidos, de terem um objetivo comum e de pensar em um país sério”.²⁷ Ao longo do conflito não houve, segundo Novaro e Palermo, nada que se assemelhasse a um comando militar unificado, e a própria estrutura do regime se projetou no *teatro de operações*: embora colhessem o fruto do mal diagnóstico e da forma brusca com que invadiram as ilhas, bem como da falta de perspicácia analítica e de capital organizacional, a autonomia das forças e a desunião na

25 WALSH, M. V. *A Atuação do Brasil frente à Crise das Malvinas/Falklands (1982)*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1997, p. 100.

26 *Ibidem*, p. 47.

27 LORENZ, *op. cit.*, p. 12.

tomada de decisões ecoaram diretamente na ação militar.²⁸ A derrota desferiu o golpe final na crise que se arrastava no governo: o Exército teve mais de 1200 entre mortos e feridos, cerca de 10 mil retornaram enquanto prisioneiros.

A “outra” América e os comunistas no conflito

Em diversos momentos as diferenças entre brasileiros e hispano-americanos foram destacadas com a finalidade de apresentar o Brasil como o lugar da “ordem” e da “unidade” em oposição à “fragmentação” e à “anarquia” dos países hispano-americanos. Katia Baggio²⁹ afirma que os intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas, divididos em duas tendências, escreveram, sobretudo em jornais e revistas, com a finalidade de explicar o seu tempo e propor projetos para o “futuro da nação”. A primeira tendência interpretativa valorizava a tradição ibérica, sobretudo o período imperial, que era entendido como a época da estabilidade, do progresso e da unidade territorial. A segunda linha interpretativa valorizava o modelo republicano liberal-democrático dos Estados Unidos como forma de superar o atraso e construir uma nação moderna e civilizada, ao mesmo tempo que rejeitava o legado português relacionado aos períodos colonial e imperial.³⁰ Vejamos, nesse sentido, como o *Jornal do Brasil* soube se aproveitar das duas tendências, congregando-as:

A crise das Falklands é, em parte, reflexo do clima político argentino – clima que ajuda a explicar a impetuosidade sem raízes, o desejo de retirar do horizonte, ao menos por um momento, problemas crônicos; de forjar, ainda que artificialmente, uma sempre distante unidade nacional.

Mas os fatores que levaram à crise de agora não são só de hoje – nem apenas argentinos. Assiste-se, como que por mágica, ao reaparecimento do herói caudilho, do “homem forte” que pretende tomar o destino (ou as Falklands na mão).

A veia caudilhesca é como um rio subterrâneo que emerge, eventualmente, nesta parte do continente. Analisou-a há mais de um século um grande argentino - Domingo Faustino Sarmiento - em um livro (o *Facundo*) que pode ter sido uma das fontes de inspiração de *Os Sertões* (e que como os *Sertões* foi publicado inicialmente em folhetins de jornal. No *Facundo* como nos *Sertões*, vê-se o homem americano colocado diante da imensidão da terra: o que pode

28 NOVARO; PALERMO, *op. cit.*, p. 597.

29 BAGGIO, K. G. *A “Outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. 1998. 226 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, pp. 24-25.

30 Após analisar diversos autores, Baggio concluiu que, embora houvesse diferenças entre cada um, prevaleceram representações negativas da América Hispânica. Assim, foi recorrente a formulação de representações como barbárie, caudilhismo, desordem, caos social, ditadura, violência política, anarquia, autoritarismo, fragmentação, federalismo degenerado, entre outras, acerca desses países. *Ibidem*, p. 209.

esmagá-lo, mas também pode dar origem ao homem que cria a sua própria lei. Essa *autocriação* tanto tem um lado épico como pode produzir o perfeito tirano. Condenado à morte por Rosas, Sarmiento conheceu o pior aspecto do caudilhismo e sonhou com uma Argentina que se evoluísse no sentido institucional.

O caudilhismo não é apenas argentino. Os pampas não fazem distinção de fronteira; e o Brasil tanto produziu, em Getúlio Vargas, a sublimação do caudilho como teve caudilhos ortodoxos – bastando citar, nesse sentido, um Borges de Medeiros.

Na tradição brasileira, entretanto, esse lado caudilhesco – já de si menos virulento que no mundo hispânico – foi temperado por um impulso constitucionalista que quase participa da natureza do milagre. Ninguém ignora que D. Pedro II foi anticaudilho por excelência; mas o que é menos lembrado é que o primeiro Pedro também sentiu com grande força a sedução do constitucionalismo, através de influência como dos irmãos Andrada (José Bonifácio e Antonio Carlos) ou por convicção própria. Mesmo quando fechou a Assembléia, na crise política de 1824, o Imperador compensou este ato outorgando a sua própria Constituição; e esta Constituição não apenas durou até 1891, servindo a todo o Segundo Império, como era suficiente flexível para trazer em seu bojo a possibilidade parlamentarista que o Segundo Pedro poria em prática e aperfeiçoaria. Abandonado o Brasil, Pedro I foi defender, em Portugal, a mesma mística constitucionalista, contra o absolutismo dos miguelistas.

Esta a tradição brasileira, que não se deveria perder de vista quando se quiser retornar o fim das nossas origens para fazer uma “democracia à brasileira”.³¹

Para o jornal, a crise que se instaurou na Argentina tinha raízes profundas e o periódico considerava o caudilhismo um velho fenômeno conhecido da região. Naquele momento, o reaparecimento do caudilho tinha como missão, segundo o *Jornal do Brasil*, a tomada das “Falklands nas mãos”. Embora reconhecesse que o caudilhismo não fazia menção somente à Argentina, para o jornal, na tradição brasileira esse “lado caudilhesco” era menos virulento do que no “mundo hispânico”, posto que tivemos um imperador convicto e afeito ao constitucionalismo e outro imperador anticaudilho por natureza. Nesta lógica, os dois imperadores impulsionaram o Brasil ao “milagre do constitucionalismo”, diferentemente das desafortunadas repúblicas vizinhas. As distinções criadas nas primeiras décadas do século XX se mantiveram ao longo do período republicano, mas as duas tradições mencionadas acima foram diluídas na análise que o *Jornal do Brasil* fez da crise envolvendo os argentinos. Não restam dúvidas de que, para o periódico, o modelo republicano liberal-democrático de inspiração norte-americana era o único viável; contudo, a publicação não deixava de valorizar o período monárquico como responsável por estabelecer as bases do Brasil potência. Como o Brasil também havia aderido, posteriormente, ao modelo republicano, não havia outra forma de explicar o caótico mundo hispânico senão retomando o período imperial brasileiro, o principal diferencial.

31 Editorial: “Fantasmas do Passado”, *Jornal do Brasil*, 07/04/1982, p. 10, grifos nossos.

No dia 12 de abril, quando a Argentina apresentou a proposta de retirar suas tropas das ilhas mediante a paralisação da frota britânica que rumava ao Atlântico Sul, o *Jornal do Brasil* lançou um editorial que acenava para o medo da intervenção soviética no conflito e representava – dentro dos parâmetros mencionados acima – o Peru como um país que agia de maneira sub-reptícia:

Em compensação, já se pode discernir os redemoinhos maléficos provocados por esta crise. Fatos estranhos estão acontecendo, como a entrada ilegal de um avião cubano no espaço aéreo brasileiro, ou a notícia de que um pequeno navio soviético vem seguindo o transatlântico utilizado por Londres para o transporte de tropas. A Argentina já teria trocado de hemisfério?

Pior é saber que o Peru dispõe-se a apoiar a “causa argentina” contra o “neocolonialismo”. Num momento tão grave, só haveria uma causa a ser apoiada, a da paz. Mas assim como há quem se aproveite de incêndios e terremotos para realizar pequenos ou grandes furtos, como não imaginar que o Peru aproveita a situação para angariar um futuro apoio argentino em reivindicações que tem a apresentar (como os argentinos) ao Chile?

Eis ao que já está levando este conflito absurdo, em que as acusações de “neocolonialismo” à Inglaterra são um biombo como qualquer outro. Já não cansa a agência Tass de bater nesta tecla? Teremos então a União Soviética como campeã dos interesses sul-americanos frente aos monstros europeus?³²

Esse medo anticomunista foi ainda mais radicalizado em um artigo escrito por Noênio Spíndola, no qual mapeou o aumento das relações econômicas entre a União Soviética e a Argentina. O articulista construiu perfeitamente o “fantasma do comunismo”, escandalizando-se diante de dados que, a princípio, ele mesmo considerava frívolos. Esse comércio, como bem explicou Spíndola, foi fruto do embargo estadunidense às exportações soviéticas de cereais, como forma de puni-los por terem invadido o Afeganistão. Concluiu a esse respeito que Jimmy Carter fê-lo “sem medir as consequências para o movediço terreno do comércio mundial” (*Jornal do Brasil*, 08/05/1982, p. 11). Mais adiante, o articulista escreveu o seguinte:

Do ponto-de-vista de Moscou, todas essas iniciativas foram descritas como simples consequências da vontade dos Estados soberanos diversificarem suas relações comerciais. Do ponto-de-vista ocidental, a aproximação Buenos Aires-Moscou não apenas representava um torpedeamento do embargo às vendas de cereais proposto por Washington, mas ainda uma possível brecha para os soviéticos no Atlântico Sul.

(...) Frios e calculistas, os representantes do alto Staff do Ministério do Comércio Exterior da URSS continuaram a participar das opulentas recepções da Embaixada argentina em Moscou, comendo seus fartos churrascos e confraternização em meio a padres ortodoxos, diplomatas e invejosos representantes de outras delegações comerciais.

32 Editorial: “Pequenas Esperanças”, *Jornal do Brasil*, 12/04/1982, p. 10.

Aos poucos, os laços foram se estreitando: uma troca de adidos militares foi feita pela Embaixada argentina com grande farra diplomática.

Com a URSS como maior parceiro comercial da Argentina, a crise das Falklands estourou. Esta é agora um vasto terreno para hipóteses, mas é difícil acreditar que Buenos Aires não tomará a lição das últimas semanas como um empurrão adicional na direção de Moscou. O que os soviéticos podem oferecer é uma variada coleção de alternativas já utilizadas para colocar outros países gravitando em sua esfera de influência.³³

O comércio soviético-argentino foi considerado uma afronta às regras estabelecidas pelo guardião do livre mundo ocidental e uma clara demonstração do encaminhamento sorrateiro da União Soviética ao Atlântico Sul. Pior, tacitamente consentidas pelos argentinos. No editorial do dia 12 de abril, o *Jornal do Brasil* se perguntava se a “Argentina já teria trocado de hemisfério?” por conta de um “pequeno navio soviético” que cruzava o transatlântico. Conforme ressalta Rodrigo Patto Sá Motta, o argumento anticomunista possui caráter multifacetado, uma mistura entre manipulação e convicção que se ajusta e converge diferentemente em circunstâncias diversas, resultando em uma força – e que propõe uma ação – política bastante poderosa. Contudo, uma regularidade não deixa de ser percebida na reprodução de mitos, imagens, ideias e outras representações construídas entre as décadas de 1920 e 1930 e ainda utilizadas na década de 1980.³⁴ A profundidade do anticomunismo de Spíndola, para além de atacar enfaticamente a “depravação” moral dos soviéticos, permitiu a ele afirmar que “a crise das Falklands” só estourou com o crescimento do comércio entre argentinos e soviéticos, embora fizesse mais de um mês a invasão das ilhas.

O anticomunismo originou, pois, um imaginário próprio, a fim de convencer a sociedade da necessidade de negar e de combater o comunismo. Ainda segundo Motta, essencialmente, o comunismo foi associado à figuração do mal, “tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno”, ligando-o aos prognósticos de pecado, sofrimento e morte, assim como foi reforçada a imagem de que a prática dos comunistas levaria à fome, à miséria, à tortura e à escravização.³⁵ Os argumentos anticomunistas não provinham apenas de católicos, nacionalistas ou liberais, de forma dissociada; muitas vezes havia uma combinação das três dimensões, guardadas, também, as suas especificidades. Outro aspecto do anticomunismo que nos interessa é o pressuposto de que os planos e as ações dos comunistas chocavam-se com a moral orientadora das sociedades “cristãs” e “ocidentais”, uma vez que intentavam

33 SPÍNDOLA, N. Artigo: “O eixo econômico Moscou-Buenos Aires”, *Jornal do Brasil*, 08/05/1982, p. 11, grifos nossos.

34 MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, pp. 10-12.

35 *Ibidem*, p. 72.

destruí-la. Assim, o comunismo representava um desafio à manutenção da própria sociedade civilizada, ameaçada pelo retorno à barbárie.³⁶

É difícil distinguir a dose de crença da manipulação pretendida pelo articulista – o mais correto, acreditamos, é a coexistência de ambas –, ainda mais quando ele próprio assume incongruências em seus argumentos. Contudo, o medo da intervenção soviética no continente era sincero, reforçado em diversos artigos e editoriais. Mobilizando amplamente seu quadro redacional, o jornal trabalhou incessantemente na pauta da crise anglo-argentina, aconselhando e criticando. Convergiu, inexoravelmente, na defesa dos interesses do jornal e de seus projetos para o país. O jornal há muito tempo vinha opinando pela reinserção do Brasil no “concerto de nações”, e a crise era entendida como um fator de atraso para efetivação desse projeto. Ademais, outro medo bastante reforçado pode ser visto em mais um trecho da coluna de Castello Branco:

A última esperança dos grupos radicais de impedir as realizações da eleição de novembro situa-se nas Ilhas Malvinas. Se houver, como desfecho de luta, uma erosão do Governo argentino e uma ascensão da esquerda, as Forças Armadas poderiam ser induzidas a adotar a providência cautelar de evitar uma eleição popular no Brasil.³⁷

Raras vezes o periódico escreveu sobre os impactos mais profundos que a guerra causaria à população argentina, associando, dessa forma, a crise aos interesses mais próximos do Brasil. Um editorial do dia 15 de abril explicou melhor a visão do jornal a respeito do lugar do Brasil no conflito:

Em meio a tantos impasses, é impossível deixar de perceber o flanco descomunal que se abre, neste continente, às interferências externas. Deixando de atender à reconsideração expressa do Conselho de Segurança da ONU, no sentido de que retirasse as tropas de ocupação para que verdadeiras negociações pudessem ter início, a Argentina expõe-se a uma vigorosa pressão da Comunidade Econômica Européia. Tão ou mais exposto encontra-se agora o Atlântico Sul à navegação desembaraçada de uma superpotência que não tinha bases naturais nem qualquer afinidade especial com este continente. Isto não deveria ter bastado para que a Argentina considerasse melhor a forma de reivindicar seus eventuais direitos?

A gravidade da crise, entretanto, não comove a grande maioria dos países sul americanos: parece, essa imensa maioria, ansiosa para fazer valer um simples direito de opinião; ou uma solidariedade continental que, neste caso, é totalmente descabida – pois estamos diante de uma aventura militar.

Interesses concretos podem ser entrevistados, às vezes, em meio a tanta desenvoltura. Depois do ardoroso apoio concedido pelo Peru e pela Bolívia à Argentina (futuros aliados contra o

36 MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, p. 91.

37 Coluna do Castello: “A última esperança”, *Jornal do Brasil*, 09/05/1982, p. 2.

Chile?), também a Venezuela alinha-se irresistivelmente com Buenos Aires; porta aberta para uma solução enérgica da sua própria questão com o Suriname?

O alinhamento com Buenos Aires ganha tanto espaço, com efeito, que não se pode deixar de lado o aspecto instintivo, impulsivo, da questão; o ressentimento de pequenos contra grandes, o desejo de desforra em relação a um antigo poder imperial.

(...)

É neste cenário aparentemente ensandecido que o Brasil não pode deixar preservar a sua própria posição. *O Brasil fundou toda a sua tradição diplomática na negociação. O Brasil teve e tem interesses próprios, e a linha sutil traçada pelas fronteiras lingüísticas encarregou-se de criar, também, certas diferenças de comportamento e temperamento.*

Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro e outros intérpretes da nacionalidade não se privam, quando há ocasiões para isso, de sublinhar a condição de potência emergente em que já não é impróprio situar o Brasil. Uma potência de hoje ou de amanhã tem compromisso com seu destino; precisa enxergar um pouco além dos horizontes regionais, um pouco além do hoje e do amanhã. O Brasil não tem por que deixar-se arrastar para a “prova de força” que parece seduzir alguns de seus vizinhos. Fica-lhe bem o sangue-frio até para que possa começar a remediar, desde já, as conseqüências danosas que já estão à vista em várias direções.³⁸

Ainda que o jornal estivesse defendendo os seus interesses e, conseqüentemente, o seu projeto para o Brasil, criticou os vizinhos sul-americanos por fazerem o mesmo. O próprio nome do editorial, “Fronteiras da Razão”, explica muita coisa a respeito da forma como o jornal lia os respectivos interesses. Nesse caso, os interesses do Brasil eram mais racionais, próprios da delimitação das “fronteiras lingüísticas” que estabeleceu uma diferença de “comportamento” e de “temperamento” dos seus vizinhos hispânicos. Assim, o Brasil tinha “a” “razão” ao seu lado para defender seus ilustres projetos, enquanto seus vizinhos – essa imensa maioria – tinha apenas o desejo de “fazer valer um simples direito de opinião”. O “gigante brasileiro na América Latina” enxergava para “além dos horizontes regionais”.³⁹ O jornal fazia um apelo à superioridade da razão iluminista, promotora do progresso, sempre positiva,

38 Editorial: “Fronteiras da Razão”, *Jornal do Brasil*, 15/04/1982, p. 10, grifos nossos.

39 Maria Helena Capelato afirma que desde a década de 1950 o Brasil era estampado na imprensa, em um clima de grande otimismo, como “líder no continente”, sobretudo pelos bônus que conseguiu adquirir e usufruir após a Segunda Guerra e pelo sucesso da política desenvolvimentista. A ideologia do “Brasil grande potência” do governo Médici consolidou essa perspectiva. CAPELATO, M. H. R. “O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano”. In: MOTA, Carlos G. (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. pp. 285-316. Fernando Devoto e Boris Fausto escrevem que a euforia, concentrada sobretudo nos setores da classe média, estava condicionada pela perspectiva de que o Brasil ingressaria no seletor clube dos países hegemônicos até o final do século XX. Assim, os anos repressivos – tidos como incômodos, mas inevitáveis – que alocaram o “milagre” econômico foram o exemplo mais nítido da legitimação da ditadura brasileira pelos êxitos econômicos. No que se refere à Argentina, Devoto e Fausto concluem que os militares perderam a batalha para a legitimação do regime autoritário a partir do insucesso da organização econômica. DEVOTO, F; FAUSTO, B. *Argentina-Brasil: 1850-2000*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000, p. 390. O *Jornal do Brasil* deixava muito claro seu entendimento sobre a “incompetência” dos militares argentinos para reestabelecer a ordem política, social e econômica.

desqualificando seus vizinhos hispânicos por serem irracionais e demasiadamente sentimentais.

Ao passo que o *Jornal do Brasil* representava os argentinos como selvagens, à Primeira-Ministra Margareth Thatcher cabia a imagem de uma estadista forte, patriota, convicta, implacável, contudo, humana. Considerava que suas decisões eram tomadas com moderação e tinha sempre a sabedoria de revidar apenas o necessário. Assim, quando noticiou a recepção dos ingleses, na Câmara dos Comuns, a respeito dos mortos em combate, o *Jornal do Brasil* escreveu da seguinte forma a parte que concerne à Primeira-Ministra: “A Primeira Ministra Margareth Thatcher, vestida de preto, ouvia em silêncio na primeira fila. Assessores disseram que a notícia a deixou arrasada”⁴⁰. Essa oposição entre silêncio e barulho já havia aparecido em uma charge de Ziraldo do dia 28 de abril: nessa ocasião, um argentino foi representado bastante alterado, esbravejando palavras de ordem em uma perfeita confusão: “La patria pra frente o murte! Viva la guerra! Patria nuestra! Viva la muerte!”⁴¹. Do outro lado, um britânico bastante polido foi representado com uma xícara de chá, respondendo em retidão: “*disgusting*” [repugnante]. Esse modelo explicativo que desqualifica seus vizinhos hispânicos é muito caro ao *Jornal do Brasil*, sendo recorrentemente empregado, como veremos mais adiante.

No dia 25 de abril, após o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, ter feito um discurso criticando a postura dos países de “Primeiro Mundo” por terem reforçado os embargos à Argentina, e ter afirmado que isso afetava sobremaneira os países de “Terceiro Mundo”, entre os quais o Brasil estava alocado, o *Jornal do Brasil* escreveu um editorial para interpretar o conceito de terceiro-mundismo. Para o jornal, o Brasil não tinha por que ter “complexos políticos, econômicos ou culturais”, pois era “um país viável há muito tempo”, com uma política externa “exemplar”, a “décima economia mundial”, “extremamente dinâmico”; entretanto, corria um sério risco:

A crise absurda em torno das Ilhas Falklands colocou de repente o que se poderia chamar de comunidade ocidental ante um desafio tão sério que chega a pôr em risco, nas hipóteses mais sóbrias, a sua própria existência. Seria este, portanto, o momento para que a diplomacia brasileira, que tem sido no máximo habilidosa, definisse melhor os seus objetivos.

Se a Argentina está levando ao auge uma tendência à esquizofrenia cortejando alianças externas que são, no sentido exclusivamente político, o inverso da sua realidade interna, já

40 *Jornal do Brasil*, 05/05/1982, p. 2.

41 *Jornal do Brasil*, 28/04/1982, p. 10.

há suficientes indicações de que o Brasil ouve a música de sereias parecidas, e de que não há muita coerência entre a política externa que praticamos e o cenário nacional.

(...)

Brincando de Terceiro Mundo, jamais assumiremos a verdadeira dimensão do Brasil. Esse “romantismo da pobreza” tem efeitos deletérios até no plano interno: estimula a aparição de salvadores, dos messias; acostuma a sociedade a viver à sombra do Estado protetor. A face externa desse desfibramento geral é uma permanente e ressentida atitude de pedinte adotada pelos representantes mais típicos do terceiromundismo.

Ninguém ignora que há desigualdades estratificadas no plano internacional, que negociações internas e competentes deveriam procurar corrigir. Mas dessas desigualdades têm-se alimentado os Pais da Pátria e os movimentos ditos de “libertação” sempre dispostos a trocar uma dependência por outra, e a fazer o jogo do bloco socialista.

São essas superstições (no sentido etimológico) que o Brasil precisa abandonar urgentemente. Para fazer uma política competente, não precisamos fugir de nossa rota natural, das nossas alianças naturais e tradicionais. Não precisamos ter medo do desenvolvimento. Muito pelo contrário: os contatos que conservamos (e temos de desenvolver) com o “primeiro mundo” são o antídoto indispensável contra o subdesenvolvimento cultural, contra a doença do estatismo.

Este é o horizonte em que se gostaria de ver enquadrada a diplomacia brasileira. E não no “museu de antiguidades” dos que continuam a romantizar a pobreza e o atraso.⁴²

Esse editorial marca muito bem a postura incoerente do *Jornal do Brasil*, o seu apreço pelo liberalismo econômico que enfatizava muito mais a sua luta contra o intervencionismo estatal do que propriamente a questão da participação política. O Brasil versado em chavões convencionais nesse editorial é uma potência livre que se sobrepunha ao mundo soviético de servidão. Como um pai que amavelmente adverte, o *Jornal do Brasil* tentava explicar o porquê de a chancelaria estar equivocada ao empregar o termo “terceiromundismo” ao Brasil, posto que o país possuía uma “rota natural” e “alianças naturais e tradicionais” que não escapavam do Ocidente. O medo do jornal era que o discurso de Guerreiro estimulasse “a aparição de salvadores, dos messias” que “acostuma a sociedade a viver à sombra do Estado protetor.” O medo maior era que o discurso legitimasse os “ressentidos nacionais”, e o Brasil era potente demais para entrar na tendência “esquizofrênica” da Argentina.

Outra estratégia utilizada pelo jornal para legitimar e convencer seus leitores de que os argentinos eram pessoas inferiores consistia em publicar trechos de editoriais da grande imprensa internacional, sobretudo do *The New York Times*, bem como artigos originários de Londres, que analisavam a situação em termos dicotômicos como democracia versus ditadura, civilizados versus incivilizados. O jornal também trazia a

42 Editorial: “Fantasmas Persistentes”, *Jornal do Brasil*, 25/04/1982, p. 10, grifos nossos.

opinião de grandes intelectuais estrangeiros para comentar a crise anglo-argentina. Esse é o caso da publicação de um artigo de Raymond Aron, em que o filósofo francês comparava a repercussão da guerra nos dois países contendores:

O golpe de força despertou o entusiasmo popular na Argentina. Governantes e governados, homens, de direita e de esquerda mantêm, após um século e meio, o protesto contra a “invasão britânica”, a unanimidade do povo argentino é tal que Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz em 1981, se manifestou em Washington a favor de seu país, cujo regime ele combate. Os argentinos da oposição não se unem provisoriamente a uma política, mas ao governo, que responde a uma velha ambição nacional.

Na Câmara dos Comuns, membros do Parlamento fizeram manifestações que, a rigor, nada deviam as que reboavam em Buenos Aires. O desafio devia ser rechaçado, a humilhação vingada com sangue. A excitação parlamentar aparentemente não se comunicou à população. Depois do fogo de palha do fervor patriótico, os ingleses retornam a suas ocupações e saem de férias, aprovando a firmeza da Dama de Ferro.⁴³

Embora o comentário a respeito da repercussão do conflito para a população dos dois países tenha sido preciso, a escolha do *Jornal do Brasil* de traduzir e publicar esse artigo nem de longe pode ser considerada uma ação desinteressada, sobretudo se levarmos em conta as ideias políticas e econômicas de Aron. No conjunto das demais publicações, esse artigo causa um efeito de legitimação daquilo que vinha sendo veiculado nas páginas do jornal, sobretudo porque se tratava de uma voz estrangeira e intelectualizada, e, na comparação, a escolha dos termos colaborava para isso: enquanto o *Jornal do Brasil* fazia o papel de construir a imagem dos argentinos como “nacionalistas fanáticos”, como bem foi empregado em alguns editoriais, colunas e artigos, Raymond Aron representava os ingleses como portadores de um “fervor patriótico”, criando, portanto, uma percepção simbólica muito distinta para as respectivas manifestações. Essa estratégia foi levada mais adiante, quando o *Jornal do Brasil* publicou, em um informe, um pequeno texto de Ernesto Sábato. Vejamos:

Do conhecido escritor argentino Ernesto Sábato, autor de *Sobre Heróis e Tumbas*, sobre os argentinos:

“Herdeiros, por um lado, da cultura latina e francesa, mas descendentes de um país como a Espanha que, como toda a periferia bárbara da Europa não teve um Renascimento no sentido estrito, racionalista e científico, criados em um continente novo e desmesurado, estamos melhor dotados para sentir e compreender Dostoiévski, Kierkegaard, Strindberg, Nietzsche e Kafka. De modo que se não servíssemos para outra coisa, pelo menos serviríamos para facilitar certos europeus a consciência cabal de certos fatos europeus.

43 ARON, R. Artigo: “A espada e a balança”, *Jornal do Brasil*, 22/04/1982, p. II.

Além disso os bárbaros desempenharam sempre um papel importante face às culturas excessivamente refinadas. Assim aconteceu quando os povos germânicos, ao introduzirem-se com carretas e cornos de caça no decadente Império Romano, lançaram a semente do gótico e suas catedrais.

A cultura é sempre dialética (não tanto no sentido hegeliano como no sentido kierkegaardiano) e nesse jogo de forças e contraforças a América Latina tem a importância que sempre teve, na formação de uma nova cultura, no primitivismo, na ingenuidade, na paisagem inédita desmedida, na contribuição de um sangue novo e de uma nova perspectiva, e mesmo no ressentimento próprio dos povos inferiorizados.⁴⁴

Reafirmar a nacionalidade de Ernesto Sábato corroborava a ideia de que um argentino falando de outro tinha mais autoridade, portanto, o resultado seria uma percepção verdadeira, além de o jornal ter reivindicado a autoridade do texto escrito por “um conhecido autor”. Essa declaração do polêmico Sábato⁴⁵ serviu perfeitamente aos propósitos oportunistas do *Jornal do Brasil*, pois o texto mencionado, pretensamente erudito, cita diversos teóricos relevantes para sustentar a tese segundo a qual os argentinos, descendentes da “periférica e bárbara” Espanha, eram, consequentemente, “bárbaros”, “irracionais”, “inferiores”, “ressentidos”, “primitivos” e “ingênuos”. Todos esses termos haviam sido utilizados pelo jornal, nas análises empreendidas a respeito dos motivos do conflito ou quando estabeleceu uma comparação entre brasileiros e argentinos, visando demonstrar que as “diferenças linguísticas” engendraram formas distintas de “comportamento” e de “temperamento”.

Certamente, na década de 1980, não era nenhuma novidade que as duas metrópoles ibéricas haviam estabelecido, nas Américas, limites não apenas geográficos como também políticos e culturais, e tinham interesses econômicos e sociais particulares para cada região. Contudo, a questão aqui é a forma como o *Jornal do Brasil* utilizava essa evidência para construir pouco a pouco uma interpretação que considerava inferiores os povos de origem hispânica. Pior, o periódico criava uma continuidade quase orgânica para reforçar não só diferenças evidentes como também

44 Informe JB, *Jornal do Brasil*, 28/04/1982, p. 6.

45 Ernesto Sábato recebeu críticas bastante irregulares em seu país de origem, embora tenha sido agraciado com elogios por grandes nomes da literatura mundial. Diogo de Hollanda afirma que o autor é pouco estudado nos meios acadêmicos, sendo muitas vezes desdenhado por grandes especialistas na literatura argentina. Uns criticavam a posição política oportunista de Sábato, visto que apoiou grande parte dos golpes de Estado em seu país, outros apenas esvaziavam a importância da sua obra, considerada esteticamente mediana. Contudo, prevaleceu o primeiro tom da crítica. Sua pecha de aliar-se a qualquer governo suscitou a crítica dos seus contemporâneos: Jorge Luis Borges, em entrevista a Bioy Casares, afirmou que Sábato “escreveu pouco, mas esse pouco é tão vulgar que nos sufoca como se fosse uma obra copiosa”; Ricardo Piglia relatou que foi um “tipo de escritor com posições políticas muito oportunistas, muito exibicionista, antipático e muito arrogante”; para Osvaldo Bayer, tratava-se de um “legítimo representante da classe média que sai às ruas só para aplaudir o governante da vez”. Essas são apenas algumas das declarações que mostram o quanto era polêmica a figura de Sábato. HOLLANDA, D. “Ernesto Sabato entre a glória e o desprezo”. In.: *Revista Garrafa*, v. 9, n. 27, pp. 1-4, 2011.

para construir preconceitos na intenção de, como sublinha Maria Lígia Prado, apresentar o passado histórico como legitimador do presente.⁴⁶ Vejamos mais um editorial em que o *Jornal do Brasil* fez a mesma operação, levando a fundo sua interpretação a respeito de “comportamentos” e de “temperamentos”:

O Brasil e os brasileiros sentem-se solidários com as famílias argentinas que choram os seus mortos. Sempre há um dever de solidariedade imediata para com quem vive ao nosso lado. Mas trata-se de uma solidariedade humana – e não de um pacto emocional. Não temos por que ser solidários com os erros sucessivos cometidos pelo Governo de Buenos Aires, que arrastou o seu país para um impasse político, econômico – e agora, certamente militar.

Nossa formação não é exatamente a dos povos de língua espanhola deste continente e é por isso que a idéia de uma América Latina só faz sentido, realmente, a vista de uma América Saxônica. Numa primeira comparação de temperamentos, é fácil ver que nos deixamos levar menos facilmente pela retórica florida ou exaltada: ao brasileiro não se negará uma forma peculiar de humor, que desconfia do exagero.

É contra o exagero e o passionalismo que o Brasil deve advertir, sempre que possível, os seus vizinhos hispânicos.

(...)

Mas o Brasil já não tem condições de estimular aventuras. Menos pelos laços econômicos e financeiros que o ligam aos principais centros internacionais, do que pelo fato de que é um país que amadureceu em diversos setores, e que conhece o preço da imaturidade ou da simples incompetência.⁴⁷

Desde o começo de maio de 1982, somou-se à diminuição da mobilidade argentina, imposta pelo bloqueio aeronaval, o bombardeio do aeroporto em *Port Stanley/Puerto Argentino*, imprescindível ponte aérea a partir do continente.⁴⁸ Isolados, os argentinos tinham pouco a fazer a não ser esperar que definitivamente os britânicos invadissem. No dia 15 de maio, um comando inglês arruinou a esquadra de aviões IA-58 *Pucará*, localizada ao norte da Grande Malvina, e no dia 21 os britânicos desembarcaram no Porto São Carlos, consolidando a ocupação do litoral e assegurando o acesso para o desembarque na capital. No dia 24 de maio, mais sete aeronaves argentinas foram destruídas e no dia seguinte o bombardeio causado pelo destróier britânico *HMS Coventry* levou a mais 20 mortes. Assim, no dia 25 de maio, quando a guerra estava

46 PRADO, M. L. C. “O Brasil e a distante América do Sul”. In.: *Revista de História*, São Paulo, n. 145, pp. 127-149, 2001.

47 Editorial: “Exaltação da Guerra”, *Jornal do Brasil*, 25/05/1982, p. 10, grifos nossos.

48 O bombardeio do aeroporto de Port Stanley/Puerto Argentino, em 1º de maio, atingiu em cheio a mobilidade argentina, pois a maior eficácia dos militares residia exatamente nos combates aéreos ou aeronavais, uma vez que o nível tecnológico, a qualificação e o profissionalismo dos pilotos argentinos assemelhavam-se aos dos britânicos. Essa forma de combate reduzia as desvantagens da ausência de comando unificado e das falhas de coordenação, pois permitia a ação de pequenas equipes e iniciativas individuais. NOVARO; PALERMO, *op. cit.*, p. 598.

caminhando para seu desfecho e a Argentina oferecia poucos riscos, o *Jornal do Brasil* diminuiu gradualmente a intensidade das suas críticas e passou a minimizar a histeria inicial de ameaça à ordem internacional. Para o periódico, nesse momento existia um “dever de solidariedade imediata” dos brasileiros para com os argentinos, entretanto, sustentava ser uma solidariedade humana e não emocional, porque os brasileiros, “mais amadurecidos em diversos setores”, mais racionais e mais astutos, deveriam “iluminar” seus vizinhos hispânicos a respeito dos riscos do “exagero” e do “passionalismo” em que estavam imersos. Se nesse editorial o jornal justificou o distanciamento do Brasil em relação à Argentina menos em função dos “laços econômicos e financeiros que o ligam aos principais centros internacionais, do que pelo fato que é um país que amadureceu em diversos setores”, no editorial do dia seguinte, despido o manto da solidariedade, se contradisse e voltou a defender seus principais interesses:

A seqüência possível de tudo o que vier a acontecer daqui por diante colocou para o Brasil um problema infinitamente mais importante que as das suas relações com a África Negra, com o Terceiro Mundo, etc.

Trata-se de ter em mente que o futuro natural do Brasil, dos seus projetos de desenvolvimento, passa por suas relações com a Europa, com os Estados Unidos, com o restante do mundo desenvolvido. Em política externa, as opções decisivas não são propriamente – ou fundamentalmente – geográficas: são políticas. É fácil verificar ou entender que as melhores perspectivas para o Brasil são inseparáveis do seu relacionamento com o mundo desenvolvido. Só nesse contexto um país em contínua evolução poderia encontrar os desafios e as oportunidades que geram novos desenvolvimentos.⁴⁹

Aqui o jornal invocou mais uma vez o “futuro natural do Brasil”, típico das grandes potências, destinadas a serem grandes; e o próprio título do editorial, “Definição Essencial”, mostra como o periódico começava a tirar lições da guerra: nessa “definição”, os governantes brasileiros deveriam entender que se tratava de uma ilusão manter prioritárias as relações com a África Negra ou com o Terceiro Mundo, e para o *Jornal do Brasil* a Argentina pertencia ao último grupo, tão estigmatizado. Esse desdém, sem dúvida alguma, valia para os acordos estabelecidos entre Brasil e Argentina nos últimos dois anos, sobretudo porque desde o final do ano de 1980, o *Jornal do Brasil* via com desconfiança a aproximação e o tom das negociações entre os dois países. Assim, segundo o periódico, para que o Brasil cumprisse seu “destino manifesto”, deveria aliar-se somente aos grandes, aos Estados Unidos e à Europa homogênea. No dia 5 de junho, o jornal voltou a defender, em editorial, esta mesma pauta, vejamos:

49 Editorial: “Definição Essencial”, *Jornal do Brasil*, 26/05/1982, p. 10.

De tudo isto, o que ressalta é a necessidade urgente de, apagadas as labaredas mais fortes do conflito, dar início a uma nova etapa no relacionamento continental – em que o enfoque generalizante já não será de qualquer utilidade, pois foi atropelado pelos fatos.

Seu defeito mais óbvio é o de impedir verdadeiras relações de Estados a Estados, truncando a especificidade de cada país – e quase se poderia afirmar que em vez de uma América Latina, há tantos quantos são os países que ela integra. Como sustentar, por exemplo, que a atual realidade econômica, social e cultural do Brasil assemelha-se a deste ou daquele país contíguo, ou que a experiência de desenvolvimento brasileiro tenha algo a ver com o que se pratica no Peru e no Equador?

(...)

Há um fato que não deve ser esquecido: no Brasil, não há sentimento popular antiamericano, tal como ele tende a existir no México ou na América Central e na maioria dos países da América do Sul – decorrência inevitável da proximidade geográfica, de contendas antigas ou recentes. O antiamericanismo que às vezes se chega a identificar por aqui é antes fenômeno esporádico, de motivação sobretudo ideológica. Não existe nem passou a existir por causa desta guerra – o que já não será possível afirmar em relação à Argentina, ou menos a países como o Peru e a Venezuela arrastados inexplicavelmente pelo temporal de paixões surgido em Buenos Aires.

Como país que amadurece, o Brasil tem todo o interesse em enfocar a sua realidade geográfica e continental à luz de um mínimo de pragmatismo; e esse mínimo manda reconhecer que ignorar a presença norte-americana no continente é praticar uma curiosa forma de fantasia mental.

Mas o Brasil também tem todo o interesse em ser analisado e compreendido à luz da sua própria realidade, da sua realidade de hoje – e não no bojo de uma visão abrangente que só enxerga grandes blocos e “focos mundiais de poder” definidos muitas vezes de forma bastante acadêmica. Em termos de política externa norte-americana, esta percepção exigirá uma nítida ruptura com o passado – com o passado que a guerra das Falklands mandou para o fundo do Atlântico.⁵⁰

Havia a correta percepção de que as relações interamericanas saíram profundamente abaladas pela crise anglo-argentina, sobretudo por conta do apoio direto dos Estados Unidos à Grã-Bretanha e por se verem minguadas as possibilidades de um país americano acionar os mecanismos de defesa criados pelos próprios Estados Unidos. Acima de tudo, o enfoque generalizante era a suposição de que os países latino-americanos esperavam a proteção e a tutela irrestritas dos Estados Unidos, e é exatamente por essa suposição que o periódico rejeitava inserir o Brasil no conjunto desses países, pois o Brasil tinha existência independente, progredia em uma realidade fora de “grandes blocos”, muito embora o jornal considerasse a manutenção das relações com os Estados Unidos imprescindíveis. E aqui o periódico quis reforçar mais

50 Editorial: “Ilusão Latino-Americana”, *Jornal do Brasil*, 05/06/1982, p. 10.

uma diferença entre brasileiros e a “massa” latino-americana: os brasileiros, por serem “mais amadurecidos em diversos setores”, não possuíam o sentimento antiamericano dos demais países. O Brasil, ademais, não podia ser inserido no conjunto da América Latina por conta dos diversos atributos que não compartilhava com seus vizinhos hispânicos, atributos esses que poderiam ser sintetizados em “comportamento” e “temperamento”. Para o *Jornal do Brasil*, a Guerra das Malvinas serviu, apesar das intempéries, para apresentar a verdadeira conduta de todos os países envolvidos no conflito. A respeito dos países de origem hispânica, o periódico compreendia os respectivos envolvimento não como a política de um determinado governo, mas como ação naturalizada e generalizada desses povos. Além disso, a guerra deveria inaugurar um novo tempo nas relações interamericanas, na medida que esses Estados compreendessem a necessidade de se fazer uma política autônoma e meritória.

Por fim, vejamos trechos dos dois últimos editoriais lançados pelo *Jornal do Brasil* diretamente relacionados ao conflito:

No imprevisível futuro que acaba de abrir-se com o fim da guerra e da derrocada do Governo Galtieri, a Argentina estaria, segundo alguns indícios, sob a tentação de ampliar a sua abertura para o lado soviético, como compensação instintiva de uma suposta traição norte-americana.

(...)

A Argentina, entretanto, nunca se identificou com esta liderança militar que a conduziu à catástrofe.

E, tornada agora ainda mais nítida a diferenciação entre a nação e o regime, seria importante que a própria nação manifestasse o seu inconformismo ante um tipo de represália do regime militar que seria a troca da amizade norte-americana pela submersão nos “mares soviéticos”. Pois a humilhação da derrota militar recai sobre o regime, e não sobre a própria Argentina.⁵¹

De início, o conteúdo desse editorial pode parecer contraditório com o que dissemos acima. Todavia, dialogando diretamente com seus possíveis leitores argentinos, o *Jornal do Brasil*, paliativamente, mudava seu discurso na intenção de convencer esses indivíduos de que radicalizar a abertura para o “lado soviético” não era um bom negócio. O jornal, assim, estava defendendo intimamente seus principais interesses:

O Brasil teve uma atuação serena ao longo de todo este lamentável episódio da História sul-americana. Tem, assim, todas as condições de aproximar-se agora de um vizinho que atravessa uma conjuntura difícil, e de fazer todo o possível para atenuar essas dificuldades.

51 Editorial: “Pesadelos Argentinos”, *Jornal do Brasil*, 19/06/1982, p. 10.

Não se trata apenas de um apoio moral: a Argentina é um dos principais parceiros do Brasil; e neste sentido depende tanto do Brasil quanto o Brasil depende da Argentina. Uma postura ativa do Brasil em suas relações comerciais com a Argentina passou a ser, assim, não apenas uma medida filantrópica ou amigável, mas uma política indispensável ao equilíbrio econômico de toda a região.

*Esta ajuda brasileira tem um outro sentido transcendente: o de auxiliar a Argentina a reagir contra o ressentimento a que eventualmente poderiam conduzi-la lideranças pouco esclarecidas, ou as próprias conseqüências de uma guerra que apenas terminou. Sabe-se o que é capaz de fazer, neste terreno, o ressentimento: a Alemanha derrotada de 1918 não cessou de alimentar a ambição da desforra, e assim a Europa foi lançada a um outro conflito generalizado.*⁵²

O Brasil deveria se aproximar da Argentina a ponto de impedir que um governo de esquerda/comunista se instaurasse no país ao lado, impedindo que os riscos prognosticados desde o início se concretizassem. Isso levaria a um retrocesso imenso, revertendo os resultados preciosos e tão caros que as ditaduras implantadas “por emergências mundiais ou locais” haviam alcançado, ou seja, expurgar esses indivíduos do centro de decisões. Nesse sentido, o *Jornal do Brasil* se manteve coerente em suas perspectivas de reinserir o Brasil nos centros de poder, acreditando que os anos fizeram desse país uma “potência natural” e predestinada a se manter entre os “grandes” do Ocidente.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos analisar as interpretações construídas pelo *Jornal do Brasil* a respeito do posicionamento e da participação dos demais países latino-americanos no conflito, assim como acerca da possibilidade de interferência soviética na crise. Todo o empreendimento do periódico se deu mediante o contraste entre um Brasil civilizado e civilizador e a “outra” América, conjunto composto por hispânicos que recusaram a marcha do progresso e permaneceram estagnados com os problemas fundamentais do século XIX, como o caudilhismo. Nessas discussões, há uma contradição sensível: o periódico fez uso recorrente de apelos sentimentais para se aproximar de seu público ao mesmo tempo que pretendia deslegitimar seus vizinhos hispano-americanos por serem demasiadamente “passionais”. Todavia, se atentarmos, veremos que essa contradição é apenas aparente. Certamente, o *Jornal do Brasil* entendia o peso e a natureza da sua retórica, contudo, não via tais aspectos como problemas, pois se tratava de uma empresa privada que tinha finalidades específicas: lucrar e dissuadir; muitas vezes, também, apresentava-se como um pedagogo dos menos

52 Editorial: “Depois da Guerra”, *Jornal do Brasil*, 20/06/1982, p. 10, grifos nossos.

ilustrados. O que não considerava tolerável era um governo tomar suas decisões nesses termos. Para isso reivindicava uma perspectiva culturalista que partia de uma generalização que considerava bárbaros todos aqueles nas Américas que descendiam dos espanhóis.

Era preciso convencer os brasileiros e o restante do mundo que o Brasil não compartilhava nada com seus vizinhos, pois possuíam diferenças substanciais de “comportamento” e de “temperamento”. O periódico não explicou os pormenores desses conceitos; entretanto, alguns indícios foram levantados: primeiro, a atitude do governo brasileiro em relação ao conflito era considerada a mais adequada, pois assumiu uma posição de neutralidade em oposição à reivindicação de apoio de uma grande parcela dos países latino-americanos; segundo, o jornal escreveu que o Brasil há muito tempo era um país viável, pois não se sujeitava a “políticas tutelares”, em contraste com os hispano-americanos que estabeleciam com as grandes potências uma relação “paternalista”; terceiro, o Brasil possuía uma “rota natural” que o alocava sempre ao lado dos valores ocidentais, ao passo que os hispano-americanos assumiam posições dúbias, ora condenando o comunismo, ora barganhando o apoio dos países comunistas.

Dessas características elencadas pelo periódico, todas foram severamente deturpadas: primeiro, a neutralidade adotada pelo governo brasileiro, como se disse, foi de caráter imperfeito, ou seja, pendia para os interesses argentinos, e nem todos os países latino-americanos reivindicaram apoio direto aos argentinos. Não podemos deixar de mencionar, ademais, que o periódico procurava formas sutis de criticar as decisões da chancelaria brasileira, muitas vezes dissociando-as da figura do Executivo; segundo, o Brasil esteve sujeito a políticas tutelares ao longo de todo o período republicano, dependendo do capital estrangeiro tanto ou mais do que seus vizinhos hispânicos, e esteve alinhado às principais decisões norte-americanas nos fóruns internacionais. O terceiro item talvez se aproxime um pouco mais da realidade brasileira, pois, na maior parte de sua história, o Brasil esteve alinhado ao centro de interesses dos países do norte, possuía uma cultura política autoritária e uma forte tradição anticomunista, realidade que nada tinha de “natural” e não diferia muito daquela experienciada nos vizinhos hispânicos, sobretudo aqueles que viviam sob o signo das Ditaduras de Segurança Nacional.

É preciso dizer, ademais, que o *Jornal do Brasil* escolheu, em benefício dos seus interesses, não se omitir dos debates a respeito da redemocratização no Brasil e no Cone Sul: o novo regime deveria ser uma república com amplas liberdades econômicas e participação política reduzida, sobretudo no Brasil. Se as representações negativas do

periódico em relação aos vizinhos se alteraram radicalmente após a insustentabilidade da resistência argentina nas Malvinas, foi porque acreditava que a derrota geraria uma humilhação nacional e, conseqüentemente, sentimentos de repúdio aos Estados Unidos e às velhas potências ocidentais, facilitando a organização e a ascensão de governos esquerdistas/comunistas. Para o pós-guerra, o *Jornal do Brasil* dialogou diretamente com a população platina e suas elites políticas, assim como com as brasileiras, pois era preciso convencer os argentinos de que a humilhação não era da nação, mas dos militares.

Retomamos, por fim, o editorial publicado no dia 07/04/1982, intitulado “Fantasmas do Passado”, para traçar algumas considerações a respeito do modelo explicativo adotado pelo periódico em suas análises dos mais variados assuntos pertinentes às histórias do Brasil e da Argentina; mais especificamente, trata-se da concepção de tempo proposta pelo *Jornal do Brasil*.⁵³

Duas questões chamam a atenção nesse editorial: primeira, que o caudilhismo foi entendido como um fenômeno intermitente do século XIX até a data da publicação do editorial; segunda, trata-se do papel conferido ao ex-presidente argentino, o liberal Domingo Faustino Sarmiento, e suas relações com o caudilho Juan Manuel de Rosas. Para compreender essas duas questões, é preciso ter em mente que essa discussão remonta à organização do Estado Nacional argentino, em que, de forma bastante simplificada, dois principais grupos políticos disputavam um modelo de Estado: unitários e federalistas. Sarmiento fazia parte do primeiro grupo, que propunha a união das províncias e a centralização do poder; no que se refere a Rosas, este advogava que as províncias se mantivessem autônomas até que se organizassem internamente para, em seguida, comporem uma Federação. Certamente, o modelo endossado pelo *Jornal do Brasil* era o defendido por Sarmiento, por isso, é preciso compreendê-lo melhor.

O “grande argentino” ao qual o jornal se refere começou a publicar, em 1845, em formato de folhetim, a também citada obra *Facundo, ou civilização e barbárie*. Trata-se, sem dúvida, de um texto que alcançou uma notoriedade muito grande ao longo da história argentina, e os debates a respeito do conteúdo e do gênero dessa obra são inúmeros: a classificação vai de romance a ensaio sociológico. Seja como for, Maria Lígia Prado escreve que Sarmiento inaugurou com essa obra um modelo interpretativo que ultrapassa a simples análise-biografia da vida do caudilho Facundo Quiroga, uma vez que propôs o diagnóstico da sociedade argentina como um todo⁵⁴. As dicotomias

53 Cf.: supra, nota 30.

54 PRADO, M. L. C. “Para ler o Facundo de Sarmiento”. In: PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004. pp. 151-177.

alocadas no texto foram recuperadas ao longo da história por diversos indivíduos que viam nas explicações de Sarmiento um bom caminho para interpretar os problemas estruturais da Argentina. Sarmiento, assumindo-se como herdeiro das “luzes”, escreveu na terceira parte de sua obra uma proposta alternativa para a organização do Estado Nacional argentino, prescrevendo, também, a queda de Rosas. Maria Ligia Prado sintetizou os principais itens, vejamos:

Continuando a tomar pares opostos, Sarmiento afirmava que o novo governo garantiria as fronteiras do sul contra os índios, estabelecendo colônias militares na região; incentivaria a imigração, povoando o interior “deserto”; fomentaria a navegação fluvial, tornando livres todos os rios. Buenos Aires seria declarada propriedade nacional, e suas rendas promoveriam o bem-estar da nação; a educação pública seria organizada para que a Argentina entrasse para o rol dos países civilizados; promoveria a imprensa livre e a publicação de jornais e livros; o novo governo se rodearia de grandes homens ilustrados, que estavam esparramados pela terra, e a inteligência, o talento e o saber seriam chamados de novo a dirigir os destinos do país; restabeleceria formas representativas de governo e, finalmente, haveria justiça. O novo governo seria amigo dos povos europeus e simpático aos povos americanos. Tudo isso “porque Deus nos deu [as luzes da] razão que nos distinguem das bestas e nos tornam livres para julgar.”⁵⁵

Embasado na doutrina liberal, todo o texto de Sarmiento estava calcado em dicotomias, contudo, nesse caso, propunha uma diferenciação substantiva entre as “trevas” do presente e o “esplendor” do futuro sob a égide do seu governo. Ao pretender excluir uma parcela significativa da sociedade argentina para a efetivação de seu projeto civilizador, “*Facundo*, como uma das ‘ficções-guias’ argentinas, deve ser entendido como uma ‘mitologia de exclusão’, e não como uma idealização da unidade nacional”.⁵⁶ Não é nosso foco aqui, mas esta sentença proferida por Maria Ligia Prado convida-nos a refletir a respeito das noções que advogam uma imprevisibilidade e uma legitimidade irrefutável da adoção do modelo liberal como o único capaz de organizar o Estado-Nação argentino na segunda metade do século XIX. Nesse sentido, o *Jornal do Brasil* valorizava duplamente a figura de Sarmiento: primeiro, porque atualizava o modelo explicativo maniqueísta elaborado pelo argentino para explicar a contemporaneidade do país platino; segundo, porque o modelo de Estado-Nação proposto pelo liberal argentino era indubitavelmente próximo do modelo defendido pelo periódico.

55 PRADO, M. L. C. “Para ler o *Facundo* de Sarmiento”. In: PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004. p. 163.

56 *Ibidem*, p. 168.

Quando o jornal escreveu que: “Condenado à morte por Rosas, Sarmiento conheceu o pior aspecto do caudilhismo e sonhou com uma Argentina que se evoluísse no sentido institucional”, de imediato, podemos interpretar o seguinte trecho de duas maneiras: ou como uma deturpação do sentido literal; ou como uma metáfora que propõe a inviabilização de uma “grande Argentina” após a derrocada do projeto liberal, que só aconteceu, entretanto, em fins da segunda década do século XX. Ambas as possibilidades se mostram bastante problemáticas, mas trabalham para o mesmo fim. A construção ambígua e pouco detalhada do trecho não permite que o leitor com conhecimento histórico médio compreenda quando, como e se efetivamente Sarmiento morreu por conta dessa condenação. Assim, se a interpretação pender para o sentido literal, trata-se de uma deturpação na medida em que Sarmiento, embora tenha sido preso e condenado à morte, conseguiu fugir para o exílio no Chile. Todavia, o restante do trecho não nos permite ter conhecimento dessa evidência e a conclusão do trecho se deu de forma melancólica, afirmando que o argentino apenas “sonhou com uma Argentina que se evoluísse no sentido institucional”. Nesse sentido, Sarmiento é retratado como mártir da causa nacional e vítima do caudilhismo.

Se a interpretação, contudo, pender para o sentido metafórico, a ideia que temos é que o caudilho Juan Manuel de Rosas definiu toda a história argentina e impediu a implementação do projeto liberal de Sarmiento, quando sabemos hoje que o modelo liberal de organização do Estado na Argentina vigorou predominantemente de meados do século XIX até fins da segunda década do século XX, quando novas direitas emergiram no cenário político argentino propondo distintos diagnósticos que se assemelhavam, entre outros aspectos, na responsabilização das oligarquias liberais como profanadoras do espírito nacional argentino⁵⁷. De todo modo, as duas abordagens sugerem que o caudilhismo, ou melhor, a figura de Rosas, impediu que o “grande” argentino, Sarmiento, pudesse concretizar uma Argentina civilizada e institucionalizada, e que, necessariamente, a ditadura do *Proceso* e a Guerra das Malvinas eram sintomas desse processo.

57 José Luis Bendicho Beired diagnostica, no período entreguerras (1914-1945), a emersão de uma nova direita nacionalista autoritária no Brasil e na Argentina que propunha diagnósticos para a crise que acometera o sistema liberal, em princípio pelo desenvolvimento da Primeira Guerra e, posteriormente, pela crise econômica mundial de 1929. Esses indivíduos, intelectuais em sua maioria, provenientes das tradicionais classes dirigentes, intervêm na agenda pública a partir da publicação em jornais, livros, revistas, associações políticas, religiosas e ligas militarizadas. Possuíam, sim, diferenças significativas em relação à abordagem, contudo, um dos traços marcadamente comum entre todos esses indivíduos é que possuíam “um componente acirradamente antiiluminista que combatia o modo de pensar, os valores e as ideologias de emancipação que marcaram a emergência da modernidade”. Nesse sentido, baseando-se num critério realista de análise do mundo, propunham uma diferenciação entre o “país legal, artificial” e o outro “país real, essencial”. Em suma, a ideologia liberal era apontada como responsável pela desfiguração dos respectivos países, pois impunha “valores e uma ordem institucional contrária às realidades locais”. BEIRED, J. L. B. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 97.

É ainda mais correto afirmar que a explicação proposta pelo periódico a respeito do século XX argentino foi toda fundamentada no seu diagnóstico do caudilhismo enquanto patologia, assim, Rosas, os sucessivos golpes militares, Perón e a Guerra das Malvinas eram explicados a partir de uma continuidade secular, uma progressão que não abre brechas a rupturas. Essa concepção de tempo adotada pelo *Jornal do Brasil* era perfeitamente coerente, também, com suas análises empreendidas a respeito da história do Brasil. Se o periódico propõe a atualidade da leitura de Sarmiento e dos liberais argentinos do século XIX para explicar todos esses processos é porque, em grande medida, compartilha e propõe-se herdeiro dos elementos fundantes da identidade nacional brasileira baseados em uma tradição iluminista.

Se o Estado Nacional brasileiro, consolidado na segunda metade do século XIX, venceu sua tarefa de continuador do processo civilizador iniciado com a colonização portuguesa,⁵⁸ nos anos seguintes veremos a manutenção dessa percepção, embora a identidade nacional como um todo tenha sofrido mutações bastante significativas. Basta lembrarmos, a respeito disso, a intermitente disputa brasileira com seus países vizinhos para firmar sua hegemonia na região, ou os períodos em que essa característica se acentuou ainda mais, quando do amplo crescimento econômico da década de 1950 ou com a ideologia “Brasil grande potência” no governo ditatorial de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974). No lugar privilegiado de discutir e de definir a nação brasileira, os indivíduos que compuseram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) deliberaram e definiram não só aqueles que internamente ficariam fora da denominação de “civilizados”, negros e indígenas, como também aqueles que externamente seriam associados à “barbárie”: as repúblicas hispano-americanas.⁵⁹

Pelos diversos motivos mencionados, o *Jornal do Brasil* via em Sarmiento um grande ideal e aliado para endossar sua leitura histórica. Não é demais lembrar que o argentino também acreditava numa tradução do mundo civilizado do Norte para o americano, guardadas as respectivas particularidades do seu espaço-tempo. Do modelo explicativo engendrado, podemos concluir que o periódico elencava o caudilhismo como fenômeno determinante de todo o curso histórico argentino, e este país só poderia ter tido um destino diferente se o projeto liberal, sobretudo o de Sarmiento, ainda perdurasse. Se nos anos 80 do século XX a Argentina ainda era produto da barbárie, o reacionário jornal brasileiro se apresentava, por outro lado, como porta-voz dos interesses mais amplos da humanidade, na medida em que afirmava que o Brasil

58 GUIMARÃES, M. L. S. “Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In.: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 5-27, 1998.

59 *Ibidem*, pp. 14-15.

concluiu seu curso do progresso, portanto, deveria ser tomado como um país “viável”, a “caminhar com suas próprias pernas” e a auxiliar no curso civilizador dos seus vizinhos hispânicos.

Temas religiosos no cinema bélico soviético sobre a Segunda Guerra (1945-91)

Moisés Wagner Franciscón

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo

O objetivo de promover uma análise da imagem do cristianismo e suas alterações ao longo de décadas no cenário soviético pode ser concretizado por meio de seu cinema. Os filmes soviéticos sobre a Grande Guerra Patriótica produzidos entre 1945 e 1991 indicam mudanças nos anseios sociais e posições sancionadas pelo regime à medida que a presença e a atuação da religião e de religiosos durante o conflito são reelaboradas diante das circunstâncias contemporâneas. O cinema bélico é talvez o principal gênero cinematográfico para a difusão de mensagens ideológicas – por exemplo, pela defesa do belicismo ou do pacifismo. Apesar do interesse do Estado na divulgação de sua versão da história militar, sempre é possível que o filme forneça interpretações ambíguas ou contrárias. Nos filmes de guerra sobre a Segunda Guerra Mundial afloram temas adversos à retórica oficial (como a religião) e um tratamento ainda menos consensual, como uma visão positiva da espiritualidade ou da instituição religiosa. Mais do que uma dissidência isolada de um diretor contra o Kremlin, trata-se de um fenômeno com raízes na sociedade, atingindo mesmo o partido. Emprega-se a história social do cinema, de Marc Ferro, com sua análise partindo do contexto para o filme, em busca das mensagens latentes de sua própria época.

Palavras-chave História social do cinema – Filme de guerra – Religião – União Soviética.

Abstract

The aim of promoting an analysis of the image of Christianity and its changes over decades in the Soviet scene can be achieved through its cinema. Soviet films about the Great Patriotic War produced between 1945 and 1991 indicate changes in social sentiments and positions sanctioned by the regime as the presence and performance of religion and religious men during the conflict are reworked in the face of contemporary circumstances. War film is perhaps the main cinematographic genre for the diffusion of ideological messages - for example, the defense of warmongering or pacifism. Despite the interest of the State in releasing its version of military history, it is always possible that the film provides ambiguous or contrary interpretations. In the war movies about World War II, themes that are adverse to official rhetoric (such as religion) and an even less consensual treatment emerges, such as a positive view of spirituality or the religious institution. More than an isolated dissidence of a director against the Kremlin, it is a phenomenon with roots in the society, reaching even the party. Marc Ferro's social history of cinema is employed, with the analysis starting from the context then on to the film, in search of the latent messages of its own time.

Keywords Social History of Cinema – War Film – Religion – Soviet Union.

Submissão

27/11/2019

Aprovação

18/05/2020

Publicação

16/06/2020

Introdução

Entre 1945-91 o regime soviético se viu engajado em sucessivas tentativas de normalização das relações, instrumentalização ou supressão das religiões cristãs em seu território. A própria sociedade soviética era cindida entre uma maioria atea ou agnóstica e uma minoria de adeptos. Destes, a grande maioria era ortodoxa russa e uma minoria de católicos romanos, além de vários outros grupos menos expressivos numérica e politicamente. Ortodoxos e católicos possuíam bases étnicas, importância e imagem social discrepantes. A desconfiança com relação a uma religião estrangeira, de lideranças inimigas, não estava confinada ao Kremlin. O passado de relação conflituosa entre as duas vertentes cristãs perpassava a cultura russa e soviética (como ficou bem claro em *Alexandre Nevski*, 1938, de Eisenstein, película do período anterior ao analisado). A indústria cinematográfica soviética enfrentava os mesmos posicionamentos contraditórios. O Ministério do Cinema, que a financiava, o departamento da censura, externo ao ambiente de produção, e os órgãos de controle interno dos estúdios, que a fiscalizavam, e Moscou, que ditava as metas políticas, possuíam expectativas cambiantes de acordo com o momento. Os produtores almejavam seus próprios objetivos, como o reconhecimento artístico, autonomia e liberdade de expressão, e a ascensão social por meio dos bônus sobre a venda de ingressos. Diretores apresentavam suas próprias convicções – políticas (de engajamento pró ou contra o regime, de cooperação, convívio ou carreirismo), religiosas (ou antirreligiosas e ainda das relações dessa postura com o poder), e de identidade (soviética ou étnica-republicana, como no caso do lituano Vytautas Žalakevičius).

O cinema sacudiu o imaginário do século XX também por promover uma nova forma de relação com seu público¹. É um dos maiores suportes da memória histórica

1 “O cinema antecipou uma nova conexão, diferente daquela que havia marcado o século anterior e perceptível em uma sala de projeção: na plateia, conectada pelo mesmo projeto, interessada no mesmo objeto, os indivíduos reunidos são isolados, fechados dentro de si mesmos. Porque, focados em um objetivo fora do grupo, eles não interagem entre si. Mesmo antes do cinema houve importantes reuniões, especialmente durante cerimônias religiosas ou patrióticas, mas a missa, orando, cantando ou aclamando, [as pessoas que formam o público] intervinham ativamente no evento. Num teatro ou circo, as reações do público faziam parte da performance, a ‘temperatura’ da sala influenciava o julgamento dos presentes, arrastados, a despeito de si mesmos, pelo entusiasmo ou pela indiferença geral. No cinema, rodeado de vizinhos silenciosos e imóveis, o espectador forma uma opinião” (SORLIN, P. *Introduzione a una sociologia del cinema*. Pisa: Edizioni ETS, 2015, p.5. Tradução livre).

coletiva das sociedades contemporâneas². Em torno dela desenrolou-se a luta entre a memória oficial e provinda do consenso interno do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), as memórias das várias facções do partido e do Estado ou interessantes a seus próprios projetos, a memória emergente de largas fatias da população e a memória de grupos específicos. O consenso oficial sofreu várias mudanças ao longo de décadas, apesar de manter um amplo eixo básico através de quase todo período, até ruir quase praticamente sob as reformas liberalizantes de Gorbachev. Quase praticamente porque alguns tabus não chegaram a ser rompidos, como filmes que levassem à tela as memórias e versões produzidas pelos grupos fascistas ou de guerrilheiros anticomunistas, apesar do ambiente nacionalista propício ao seu uso. Durante a Guerra Fria, o cinema foi visto pelas superpotências como mais uma arma – neste caso psicológica, angariando apoio interno enquanto pretendia minar as forças inimigas – à sua disposição³.

Torna-se difícil discordar de Youngblood⁴ e de sua afirmação de que a sociedade e a cultura stalinistas (e pós-stalinistas) foram muito mais dinâmicas, mesmo nos períodos de maior tensão. O que vai contra os pressupostos das teorias do totalitarismo. No entanto, é exagerada sua asseveração do belicismo soviético – comprovado pelo nascimento e morte do Estado em meio a conflitos (Primeira Guerra Mundial-Guerra Civil e Afeganistão) – como fundamento do cinema de guerra no país. Como lembra Hobsbawm⁵, a URSS envolveu-se diretamente num número muito menor de guerras do que os EUA. E se, como Youngblood⁶ lembra, havia o intenso sentimento de sítio pelo inimigo externo, os filmes bélicos americanos também eram moldados pelo anticomunismo. Mais do que belicistas, as bases para os filmes de guerra soviéticos encontram-se no militarismo – não o medo das repetidas invasões sofridas ou a ameaça do expansionismo russo, mas a composição da sociedade soviética por uma fatia importante de militares⁷ – uma tradição anterior ao regime. O uso político dos temores

2 OLIVEIRA, D. “O cinema como fonte para a história”. In: *Fontes históricas: métodos e tipologias*, 2008, Curitiba. III Evento de Extensão em Pesquisa Histórica, 2008. pp. 1-12.

3 VIRILIO, P. *Guerra e cinema*. São Paulo: Scritta, 1993. Ferro também aponta para o emprego do cinema como arma, ao considerá-lo como agente da história: como inovação científica, como arma militar, instrumento médico, etc. Quando os filmes viraram arte, “passaram a intervir na história como filmes, documentários ou de ficção, que, desde sua origem, sob a aparência de representação, doutrina e glorificam” (FERRO, M. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 13-14).

4 YOUNGBLOOD, D. *Russian war films: on the Cinema Front, 1914-2005*. Kansas: University Press of Kansas, 2007.

5 HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

6 YOUNGBLOOD, op. cit., p. 2.

7 Ainda no início da Era Gorbachev, havia 5,3 milhões de soldados (sendo metade deles jovens cumprindo o serviço militar obrigatório de dois anos) para uma população de 287 milhões (BARANY, Z. *Democratic breakdown and the decline of the Russian military*. Princeton: Princeton University Press, 2009, p. 55). No

populares (e, sem dúvida, genuínos também na cúpula governamental) de ataques vindos de fora encontrou importante espaço de repercussão no cinema. Tal uso se configurou parcamente em material ideológico comunista e menos ainda marxista. Era largamente patriótico, nacionalista e militarista, no sentido de promover o orgulho do estilo de vida e códigos de conduta dos militares. A ideologia marxista-leninista encontrava amparo maior durante campanhas governamentais, como no imediato pós-guerra ou quando a desestalinização de Khrushchev ganhou ímpeto. Em outros momentos, como na década de 1970, a inserção de mensagens estritamente partidárias, para além das boas intenções do internacionalismo para com os aliados soviéticos, foi apenas episódica. Seria mais adequado classificar o sistema soviético como uma economia de capitalismo de Estado e seu regime político como uma semioligarquia ou oligarquia incompleta⁸.

O caráter não-totalitário do cinema soviético⁹ é mais uma evidência da impossibilidade da aplicação do conceito para o próprio sistema¹⁰. Para o autor francês, os censores, “*apparatchiks* burocráticos – compostos por iletrados da cultura visual – que julgaram a ideologia da obra por seus diálogos ou roteiro, ou seja, por seus

imediato pós-guerra a necessidade de mão-de-obra fez com que os efetivos do Exército Vermelho diminuíssem de 13 para 2.8 milhões. Com a Guerra Fria, o número de soldados permaneceu entre 4 e 5 milhões. Durante a Guerra Civil chegou a 3 milhões de homens. Ao seu fim, eram 1,6 milhões. Durante a década de 1920 a URSS seguiu a tenência geral para a desmobilização, mantendo de 530 a 800 mil soldados (ERICKSON, J. *The Soviet High Command, 1918–41: a military-political history*. London: MacMillan, 1962, p. 167). Em comparação, os Estados Unidos possuíam um exército com 180 mil soldados em 1939.

- 8 Rollemberg e Quadrat fornecem um apanhado das pesquisas que inserem a URSS no mundo concreto dos regimes autoritários, ou “totalizantes”, como prefere Segrillo (SEGRILLO, Angelo. “URSS: coerção e consenso no estilo soviético” In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 123), no qual o poder absoluto do partido encontra a necessidade de um sistema de sanções e recompensas para conquistar o apoio popular para se manter e funcionar. Os autores lembram de sua legitimidade: “A luta política contra o autoritarismo talvez tenha levado a uma superestimação das *aspirações democráticas* dos povos, segundo a fórmula o *mundo marcha para a democracia*. Na verdade, a história do século mostra como, não raro, o autoritarismo é que foi a reivindicação” (ROLLEMBERG; QUADRAT, op. cit., pp. 14). Ferro possui um capítulo onde expõe sua visão do sistema soviético como burocrático. Aqueles que utilizam o conceito do totalitarismo “fazem dele o pivô de seu modo de explicação da sociedade soviética, omitindo a consideração de outros dados, como, por exemplo, as disparidades regionais, o consenso que reina no país etc. Eles certamente não negam essas realidades, mas as julgam secundárias. Ou ainda, em se tratando do consenso, incluíam de bom grado na conta (ou melhor, no débito) do povo russo e sua tradição de docilidade – como se, na URSS, só houvesse russos (...). A sociedade soviética seria então aquela cujo regime organiza o consenso, como se ela fosse a única nessa situação”. Com a Revolução, iniciaram-se dois processos de burocratização: um do alto, com o controle dos burocratas do partido sobre o mesmo e sobre sindicatos e outras instituições da sociedade, aparelhos de Estado, etc.; e um vindo de baixo, com as “instituições autônomas (comitês de fábrica, de bairro etc.) que se enxertou, para sobreviver, nas instituições do poder bolchevizado (...). Esse poder dispunha assim de um duplo centro, emanando, o primeiro, das instâncias dirigentes do partido e, o segundo, de instituições populares oriundas da sociedade. Seu cruzamento resultou no aparecimento de um sistema burocrático novo, uma vez que não havia solução de continuidade entre o poder político e a administração do Estado e da sociedade. Criava-se também uma situação diferente: na cúpula do sistema, o poder era irrestrito e estava nas mãos dos bolcheviques; mas na base, igualmente irrestrito, o poder pertencia coletivamente às camadas populares, bolchevizadas ou não. No meio, entre dirigentes e dirigidos, a fronteira era móvel”. Para explicar

componentes escritos”¹¹ permitiam os lapsos que tornavam a narrativa e as imagens fílmicas tão reveladoras. Talvez, como o próprio autor sugere para o caso do filme da NEP *Dura Lex*, 1926, de Kulechov, a censura amainara não por incapacidade teórica e intelectual dos censores¹², mas apesar de seu descontentamento e o do regime que, mesmo contrariados, não esboçaram reações para além do ataque pela imprensa¹³. Sua compreensão é a de que o cinema é uma fonte para um entre vários imaginários possíveis de uma mesma época. Não parece justa a afirmação de Kornis¹⁴ de que Ferro dirige-se para a mentalidade e Sorlin para diferentes imaginários¹⁵. Ferro percebe a expressão no cinema da luta entre diferentes visões de uma dada sociedade – a noção de contra-história baseia-se nas narrativas fílmicas de grupos que procuram desconstruir a versão oficial, dominante, da história¹⁶. Kracauer¹⁷ prevê que o cinema possa expressar a mentalidade de uma época. Ferro e Sorlin preferem enxergar a compreensão que um dado grupo possui do mundo. O confronto entre as perspectivas, representações e imaginários de diferentes grupos é tratado por Napolitano¹⁸ como uma luta entre desmonumentalizadores e monumentalizadores, entre versões laudatórias e críticas de um mesmo fato, processo ou personagem com significados divergentes para tais grupos.

esse processo, utiliza as mesmas razões que Lewin (LEWIN, M. *O fenômeno Gorbachev*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 170-179): “Acumulados, desenvolvidos, esses fenômenos se acompanhavam de outras transformações profundas: a escolarização, a mobilidade geográfica e profissional, a renovação quase completa do aparelho de Estado da época leninista-stalinista – salvo na mais alta cúpula. E, necessariamente, modificaram as condições da vida política”. No entanto, as organizações sociais oficiais ganharam paulatinamente mais poder, responsabilidades e autonomia na década de 1930. “Essa microautonomia no interior do sistema explica certamente, se associarmos ao fenômeno de pleibização analisado anteriormente, que tenha podido surgir, sobretudo na Ucrânia, certo número de obras antisemitas – e não apenas antissionistas – ou que um filme turquestano, *Chakhsem et Garib*, de Tahib Sabirov, apresentado todavia em um festival internacional, seja totalmente estranho à ideologia oficial. A extensão do número dessas organizações sociais no campo esportivo, cultural, etc., a multiplicação dessas áreas de microeconomia que secretam uma capacidade de agir, exercer um poder, praticar trocas inter – e micro – institucionais, constituem a marca da era de Nikita Khrushchev e mais ainda de Leonid Brejnev”. Essa autonomia coletiva era presente sobretudo na gestão municipal soviética. Em seguida, trata do conceito de polimorfismo – por exemplo, indivíduos que partilham cargos em várias esferas (membro do partido e exército ou administração). Dentro desse ambiente, é inútil pensar em disputas entre as instituições, mas sim que elas se apoiam mutuamente. O que não as impede de ter e aumentar suas autonomias. Os indivíduos certamente se identificam com suas instituições de origem ou de carreira, mas isso não os impede de circular por outras, como o partido. Sem luta entre instituições, sobram as lutas intra-instituições – por exemplo, o uso do orçamento e objetivos estratégicos do exército, que podem encontrar colaboradores ou adversários individuais em outras instituições. Pensar que cada instituição possui representação no CC, Comitê Central do PCUS, significa reconhecer que a URSS presenciaria um pluralismo limitado – o que não é o caso. O polimorfismo a impede: “A mobilidade das responsabilidades e as passagens de uma instituição à outra são de fato uma prática constante e mais espetacular do que em outros lugares: o marechal Ustinov era civil, Brejnev era marechal e Andropov não era, na origem, ‘kagebista’. Os perfis de carreira são testemunhos da realidade do fenômeno. Além disso, as divergências que essas rivalidades suscitam não são nem permanentes nem associadas a uma visão do mundo ou a um status social particular. No lugar de pluralismo ou corporativismo, utiliza a terminologia marxista-soviética para definir os efeitos desse fenômeno: ele cria ‘contradições não antagônicas’” (FERRO, Marc. “Há ‘democracia demais’ na URSS?” In: ROLLEMBERG; QUADRAT, op. cit., citações às pp. 69; 72; 73; 75; 79; 80; 81; 82). Portanto, o autor francês se opõe ao conceito de grupos de interesse e pluralismo institucional de Skilling (SKILLING, H.G. “Interest groups and communist politics revisited”. In: WHITE, S., NELSON, D. (orgs). *Communist politics*. London: Palgrave, 1986, p. 222), aproximando-se do

O cinema é um dos mais poderosos instrumentos contemporâneos de monumentalização do passado, na medida em que pode fazer dele um espetáculo em si mesmo, com eventos, personagens, processos encenados de maneira valorativa, laudatória e melodramática.¹⁹

A ideia do autor, do cinema histórico como monumento em honra ao passado, certamente está imbuída do trabalho de Le Goff²⁰. No caso do cinema soviético, a ideia de que o monumento é também uma mitologia institucionalizada²¹ é recorrente mesmo entre analistas críticos, que, no entanto, a alargam para todo o cinema histórico. Segundo Youngblood: “em nenhum lugar esse processo de construção e desconstrução de mitos é mais conciso e vividamente ilustrado do que no cinema”²². Youngblood possui uma percepção da utilidade da análise do cinema próxima à de Ferro²³. Controlar o cinema era muito mais difícil do que a literatura. Filmes de guerra desviavam da história oficial com frequência. Todos os filmes eram políticos. Mas poucos eram apenas propaganda²⁴. Todo filme era oficial, já que era produzido por uma estatal e com financiamento do Estado. No entanto, “é uma falácia assumir que a maioria dos filmes soviéticos não eram mais que propaganda ou que a maioria dos diretores eram meras ferramentas da burocracia cinemática do Estado”²⁵.

conceito de cultura política institucional como limitante do poder no regime “muito autoritário” de Brown (BROWN, Archie; SHEVTSOVA, Lilia. Gorbachev, Yeltsin & Putin: a liderança na transição russa. Brasília: UnB, 2004).

- 9 FERRO, M. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; YOUNGBLOOD, D. *Russian war films: on the Cinema Front, 1914-2005*. Kansas: University Press of Kansas, 2007; LAWTON, A. (org.). *The Red screen*. Londres: Routledge, 1992.
- 10 LEWIN, M. *O fenômeno Gorbachev*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 18-21; Id., *O século soviético*. Rio de Janeiro: Record, 2006, pp. 335-336; BROWN, A. *The Gorbachev Factor*. Oxford: Oxford University Press, 1997; FERNANDES, L. *O enigma do socialismo real*. Rio de Janeiro: Mauad, 1991, pp. 24-35; SEGRILLO, A. *O declínio da URSS*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- 11 FERRO, op. cit., p. 14.
- 12 “A comissão encarregada do controle dos filmes examinava apenas os assuntos, o tema, o roteiro; nem pensava em controlar a filmagem ou assistir à montagem. O filme escapava, assim, em grande parte, ao controle daqueles que, vivendo ao nível de sua própria cultura, acreditavam que, por ter lido Marx ou Stalin, era possível controlar toda a realidade num filme” (Ibid., p. 29).
- 13 Ibid.; Id., “O filme: uma contra-análise da sociedade?” In: NORA, Pierre (org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, pp. 204-207.
- 14 KORNIS, M. “História e Cinema: um debate metodológico”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 237-50.
- 15 “É possível concluir que o reconhecimento de Sorlin da contribuição de Ferro no sentido de trazer o cinema para o campo da história, e o avanço de seus trabalhos em relação a seus predecessores, como Kracauer, não significam uma identidade com seus métodos de trabalho. Em comum, a ideia de que a imagem não copia a realidade e de que a câmera revela aspectos que ultrapassam as evidências. Entretanto, contrário ao estabelecimento de uma homologia entre filme e mentalidade de uma sociedade num dado momento histórico, Sorlin procura um sistema de leitura distinto de Ferro. Sorlin procura o auxílio da semiótica como forma de desvendar a linguagem do filme, ao passo que Ferro acaba por concentrar-se na análise contextual. A ‘busca do não-visível’ de Ferro está intrinsecamente ligada a uma análise do conteúdo do filme e ao contexto de produção, e muito embora remeta-se à importância da linguagem cinematográfica, parece-nos que Ferro acaba

Algumas considerações de Chris Cagle²⁶ sobre o cinema de Hollywood também servem para o cinema soviético. Os estúdios não produziam filmes monumentalizadores ou desmonumentalizadores apenas segundo as flutuações de poder no Kremlin e as tentativas oficiais de legitimação por novas versões do passado. Diretores e roteiristas conseguiam produzir filmes críticos, de maneira sutil, humorada ou contrabalanceando o peso das acusações ao lado de louvores, segundo as regras tácitas que permitiam que o sistema aceitasse a película. A noção de arena, encontrada em Pierre Bourdieu e E. P. Thompson, auxiliam a entender a formação e funcionamento desse jogo de interesses que moldava a indústria cinematográfica soviética. Essa disputa pode ser encontrada de maneira clara, por exemplo, em uma publicação soviética destinada ao público ocidental, que procurava equilibrar citações de diretores declarando o cinema como arte pela arte e de dirigentes, que o percebem como força para a mobilização²⁷.

por não integrar todos esses elementos entre si. A seleção de certos aspectos que lhe parecem significativos afastam-no de uma análise dirigida à própria construção do filme e à relação sincrônica e diacrônica de seus elementos. Sorlin, por sua vez, conduz sua análise nessa direção, possivelmente em busca de maior rigor no tratamento das imagens” (KORNIS, M. “História e Cinema: um debate metodológico”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 237-50, citação à p. 247). Certamente Sorlin (SORLIN, P. *Introduzione a una sociologia del cinema*. Pisa: Edizioni ETS, 2015) trabalha com mais atenção questões que são apenas esboçadas por Ferro (FERRO, M. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; Id., “O filme: uma contra-análise da sociedade?” In: NORA, Pierre (org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975).

- 16 A câmera se populariza, a sociedade toma conta das imagens e rompe seu monopólio. “Medir ou avaliar a ação exercida pelo cinema é difícil” (FERRO, M. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 16): pode influenciar as massas em alguns casos em que já existe um substrato ideológico semelhante, ou não vingar em seus objetivos de propaganda a não ser que faça concessões quanto a temas bem vistos. Ou então provocam reações políticas. “É preciso dizer que a utilização e a prática de modos de escrita específica são, assim, armas de combate ligadas à sociedade que produz o filme, à sociedade que o recebe. Essa sociedade se trai inicialmente pela censura em todas as suas formas, compreendendo-se aí também a autocensura” (Ibid., pp. 16-17) – ou a “censura inversa”, cedendo espaço para todas as vozes, ou vozes discordantes, mas com métodos para reforçar seu próprio lado – como o uso da palavra final. “Assim como todo produto cultural, toda ação política, toda indústria, todo filme tem uma história que é História, com sua rede de relações pessoais, seu estatuto dos objetos e dos homens, onde privilégios e trabalhos pesados, hierarquias e honras encontram-se regulamentados, os lucros da glória e os do dinheiro são aqui regulamentados com a precisão que seguem os rito de uma carta feudal: guerra ou guerrilha entre atores, diretores, técnicos, produtores, que é mais cruel à medida que, sob o estandarte da Arte, da Liberdade, e na promiscuidade de uma aventura comum, não existe empreendimento industrial, militar, político ou religioso que conheça diferença tão intolerável entre o brilho e a fortuna de uns e a obscura miséria dos outros artesãos da obra” (Ibid., p. 17).
- 17 KRACAUER, S. *De Caligari a Hitler*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- 18 CAPELATO, M. H. *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011, p. 77.
- 19 NAPOLITANO, M. “Fontes Audiovisuais: a História depois do papel”. In: PINSKY, C. (org.); et al. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 276.

A questão religiosa na União Soviética após a Grande Guerra Patriótica (1945-91)

A religião é um elemento privilegiado para uma melhor percepção da realidade soviética. Ao contrário da imagem difundida pela propaganda anticomunista, uma importante minoria era publicamente adepta de alguma religião²⁸. Após sua aparição na propaganda durante a guerra²⁹, acabou eclipsada no restante dos anos 1940 e combatida no início dos 1950. Durante a gestão Khrushchev ocorreu uma grande campanha pelo fechamento de igrejas, sinagogas e mesquitas. No entanto, o cinema, às vezes, não obedecia a esta campanha, ou a criticava de maneira sutil. A exibição de manifestações religiosas em filmes de guerra e a crítica às políticas oficiais para a religião ganharam impulso nos anos Brejnev. A imagem da relação dos combatentes e da população civil com a religião mudou ao longo do tempo. A política do regime para com as religiões organizadas transitou entre fases de coexistência, combate e pragmatismo utilitarista. É importante notar que, para as massas, tampouco o cenário religioso foi cristalizado. Existiram importantes ondas sociais de revitalização do culto religioso, e outras de afastamento, secularização e ateísmo. Nos anos após a Revolução, a importância da

20 LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.

21 Dobrenko, adepto do conceito de totalitarismo, também menciona essa característica. Para ele, filmes como *Alexandre Nevski* consagraram uma religião secular de Estado, que segue os moldes da tradição ortodoxa para divinizar o líder. Cita ainda o crítico Valery Podoroga para afirmar a função privilegiada do cinema para a assimilação popular da mitologia oficial e dos estereótipos ideológicos (DOBRENKO, E. *Stalinist cinema and the production of history: museum of the revolution*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008, pp. 74; 2-3). Posição compartilhada pelo mitólogo russo-soviético Eleazar Meletínski ao afirmar que “o tempo da revolução comunista é o tempo mitológico” (MELETÍNSKI, Eleazar. “Harmonia mítica com o cosmos” In: BERNARDINI, A.; FERREIRA, J. (orgs.). *Mitopoéticas: da Rússia às Américas*. São Paulo: Editora Humanitas, 2006, p. 54).

22 YOUNGBLOOD, Denise. “Ivan’s Childhood (USSR, 1962) and Come and See (USSR, 1985): Post-Stalinist Cinema and the Myth of World War II” In: CHAMBERS II, J. W.; CULBERT, D. *World War II, Film, and History*. Nova York: University Oxford University Press, 1996, p. 85.

23 Filmes de guerra “são uma notável fonte para o estudo da sociedade e política soviéticas. Filmes de guerra possuem o potencial para reforçar ou minar as histórias do partido sancionadas pelo Estado buscadas pelos cidadãos para ouvir sobre seu passado. Mais importante, contudo, filmes de guerra forneceram um espaço altamente disputado para suportar ou desafiar visões oficiais da história soviética. Alguns eram de fato ferramentas úteis de persuasão política, mas muitos outros eram muito mais que isso” (Id., *Russian war films: on the Cinema Front, 1914-2005*. Kansas: University Press of Kansas, 2007, p. 3. Tradução livre).

24 Como é, por exemplo, a posição de Kenez (KENEZ, P. *Cinema and Soviet Society, 1917-1953*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 187) ao comparar a produção de filmes – ou propaganda – da URSS com a da Alemanha nazista. Dos 1,363 filmes produzidos nos 12 anos de regime nazista, os censores americanos baniram apenas 208. Já os soviéticos teriam produzido apenas 70 ou 80 filmes apolíticos, como gravações de concertos e romances czaristas. Reforça sua posição com a lembrança de que ao fim da guerra capturaram alguns filmes nazistas e os distribuíram internamente. Kenez não diz quantos, mas os *trofeinye filmy*, filmes troféus de guerra, capturados na UFA (*Universum Film Aktien Gesellschaft*, Filmes Universum Sociedade Anônima. O maior estúdio da Alemanha dos anos 1920-40) em Neubabelsberg, eram constituídos por 33 filmes alemães, 31 filmes americanos, cinco italianos, um tchecoslovaco e um britânico (BILTEREYST, D; VANDE WINKEL, R. *Silencing cinema*. Londres: Palgrave, 2013) – o que, para o autor, significa que o melhor método para estipular o que é filme de entretenimento ou arte e o que é filme de propaganda é o parecer de

religião decresceu, como nos anos 1950-60. Durante e após a Segunda Guerra, bem como a partir dos anos 1970, a influência religiosa passou a reconquistar terreno.

Havia poucas centenas de igrejas abertas e em funcionamento até a guerra. Em abril de 1946 já eram 10,544 e em janeiro de 1949, 14,477³⁰. A partir da segunda metade de 1954, o Comitê Central sentiu-se incomodado com o *revival* religioso. O considerava uma ação imperialista de infiltração, um fracasso das campanhas ideológicas oficiais, da adesão ao regime e uma forma de enfraquecimento econômico: a população se ausentava do trabalho em dias santos que não constavam como feriados no calendário oficial, peregrinações individuais ou em grupos a lugares sagrados resultavam em absenteísmo ainda maior; as festas religiosas seriam apenas uma desculpa para embriagar-se, entre os cristãos, e abater o rebanho tão necessário para a recomposição do setor agrícola – prática cristã e islâmica. Além disso, a resolução do partido queixava-se do obscurantismo dos religiosos frente à ciência e a educação no país, e de seus sacrifícios, entendidos como crueldade contra os animais. Temia-se a ameaça de uma união de forças nacionalistas e religiosas, quando ambas coincidiam, como o catolicismo lituano e ucraniano, o catolicismo ortodoxo grego ucraniano, o islamismo centro-asiático, o budismo nas fronteiras orientais, os seguidores das igrejas armênia e

um burocrata militar americano em sua zona de ocupação alemã na Guerra Fria. Entre 1942 e 1945, dos 1500 filmes longas-metragens feitos nos EUA, mais de 800 diziam respeito à Segunda Guerra (URWAND, B. *A colaboração: o pacto entre Hollywood e o nazismo*. São Paulo: LeYa, 2014, p. 252). Esse número certamente subiria muito se fosse agregado ao das curtas-metragens para crianças, além de vídeos de treinamento, publicidade de bonds, etc.

- 25 YOUNGBLOOD, D. *Russian war films: on the Cinema Front, 1914-2005*. Kansas: University Press of Kansas, 2007, pp. 3-5.
- 26 “Por que, exatamente, os grandes estúdios contrataram artistas de esquerda e financiaram projetos com conteúdo de esquerda? A historiografia sobre o período tende a assumir a perspectiva de indivíduos que, compreensivelmente, se irritaram com as limitações de seu trabalho e de suas políticas. No entanto, esse foco no artista expõe apenas metade do jogo social; em vez de ver os produtores e os estúdios como um obstáculo para os roteiristas e diretores de aluguel, pode-se perguntar em que condições cada um compartilhava metas. A partir dessa perspectiva explicativa, a história da mídia explica não apenas a agência individual, a estrutura institucional ou o ambiente econômico, mas também a coordenação ou divergência de interesses sociais” (CAGLE, Chris. “When Pierre Bourdieu Meets the Political Economists: RKO and the Leftists-in-Hollywood Problematic” In: STAIGER, J.; HAKE, S. *Convergence, media, history*. Milton Park: Routledge, 2009, p. 24. Tradução livre). Cagle responde à questão com a exposição de dois processos simultâneos no cinema americano dos anos 1940: a transformação econômica dos estúdios e, utilizando Bourdieu, a existência de um campo de produção cultural, que valoriza aqueles que produzem filmes de qualidade.
- 27 O livro traz uma citação do premiê Leonid Brejnev: “a arte do cinema tem uma tremenda força de impacto nos corações e mentes de milhões. Isso é muito importante para fazer essa força servir a grande causa do humanismo, progresso social, e o enriquecimento espiritual e moral do homem. Os trabalhos talentosos da literatura e da arte são parte do patrimônio nacional” e, entre outras, uma de Tarkovsky: “o artista começa no ponto em que, nessa concepção ou mesmo no próprio filme, sua própria estrutura de imagem e sistema de pensamento sobre o mundo real emergem e ele os submete ao veredicto do público como seus sonhos mais queridos. Somente tendo sua própria visão e tornando-se uma espécie de filósofo, ele se torna um artista e o cinema – uma arte” – duas visões opostas sobre a função da arte – ou sobre se ela deve ter função (COMITÊ ESTATAL DE CINEMA DA URSS. *Soviet Cinema*. Moscou: Planeta Publishers Moscow, 1979, pp. 103; 178. Tradução livre). A tensão entre as expectativas políticas e artísticas perpassa o livro, dividido entre o cinema intelectual e o cinema de massa, findando com um documentário sobre líderes comunistas – entre eles o

georgiana. Havia o sentimento de que se havia perdido o controle sobre o espírito da população, e que era necessário reavê-lo. A campanha ateísta foi renovada: agora menos agressiva do que nos anos 1920-30. Alguns jornais incorporaram-se à campanha, como o *Trud* [Trabalho] e o *Literatura i jizn* [Literatura e vida]. Não era conduzida apenas por Khrushchev, mas por outros políticos destacados, como os ideólogos Suslov e Ilichev, além do presidente do Conselho para Assuntos da Igreja Ortodoxa Russa, Kuroedov. Em agosto de 1959 o *Pravda* apresentou um editorial no qual diferencia o direito da liberdade de consciência da propagação impune de religiões estranhas ou contrárias aos interesses dos trabalhadores³¹.

Tal campanha, no entanto, não foi endossada por todas as facções do partido. Simonov conseguiu espaço na ateísta *Nauka i religiya* [Ciência e religião] para publicar seu artigo de 1963 em que apontava para a “verdade moral e a beleza moral” de passagens da Bíblia³². Existia uma entidade que fiscalizava a todas as denominações religiosas do país, dos ortodoxos aos budistas: o Conselho de Assuntos Religiosos. A maior ferramenta de Khrushchev foi o fechamento de templos: havia 22,000 igrejas ortodoxas em 1959, 13,008 em 1960 e 7,873 em 1965³³. Existiam 2,455 igrejas georgianas em 1917, e cerca de 100 em 1962 (sendo 11 na capital Tbilisi). As 25,000 mesquitas em 1917 caíram para 500 na década de 1970. De oito seminários, cinco foram fechados. O número de seminaristas caiu de 396 em 1953 para 70 em 1961. Os seminários foram

próprio Brejnev – e um texto do secretário-geral.

- 28 Em 1984 os números eram: 18% da população era de ortodoxos russos, 9% de muçulmanos, 3% de judeus, protestantes, ortodoxos georgianos e católicos romanos. Os ateus somavam 70% da população (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA; CIA. *The world factbook 1984*. Washington: US Government Printing Office, 1984, p. 209). Em 1990, em meio ao renascimento religioso e a emigração acelerada dos judeus para Israel, os números eram: 20% era ortodoxa russa, 10% muçulmanos, 1% judeus (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA; CIA. *The world factbook 1990*. Washington: US Government Printing Office, 1990). Em 1987 há ainda os seguintes dados: 70% de ateus, 18% de ortodoxos, 9% da população da Ásia Central seriam muçulmanos (ALMANAQUE ABRIL 88. São Paulo: Abril, 1988, p. 445).
- 29 Na década de 1920, além da ampla campanha antirreligiosa, o regime pretendeu ou estabelecer algum controle sobre as instituições religiosas ou criar lideranças internas às fronteiras soviéticas, mas suscetíveis de vigilância. O arcebispo Aleksandr Vvendskii, um dos criadores do movimento renovacionista, ou *obnovlentsy*, acabou recebendo o respaldo do regime para pregar sua versão social e igualitária dos Evangelhos, ainda na década de 1920 (MINER, S. *Stalin's Holy War: religion, nationalism, and alliance politics, 1941-1945*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003, p. 21). Tal concepção era vista como progressista pelas autoridades. Apesar dos esforços, os setores tradicionalistas da Igreja Ortodoxa jamais admitiram a expansão dessa interpretação bíblica progressista. Em 1985, o Metropolitano de Kiev e Galícia afirmava que os católicos adeptos da Teologia da Libertação na América Latina cometiam erros acerca da fé (RAMET, S. *Religious Policy in the Soviet Union*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 114).
- 30 ANDERSON, J. *Religion, State and Politics in the Soviet Union and successor States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 9-16.
- 31 ANDERSON, J. *Religion, State and Politics in the Soviet Union and successor States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 19.
- 32 Ibid., p. 22.
- 33 STANLEY, B. *Christianity in the Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press, 2018, p. 94.

reduzidos de 69 em 1959 para 17 em 1965. O número de *popes* caiu de 30,000 para 6,180. Em 1961 foram proibidos os serviços religiosos fora dos templos, sem permissão das autoridades – o que significava procissões, peregrinações e festas³⁴. Foi proibido soar os sinos dos campanários. O Conselho de Kuroedov poderia impedir o exercício do sacerdócio a elementos considerados perigosos.

Com Brejnev, a campanha se extinguiu. Porém os templos foram reabertos com maior morosidade do que no pós-guerra stalinista: 40 igrejas ortodoxas entre 1977-83³⁵. Se na era Khrushchev o proselitismo poderia resultar em detenção, sob Brejnev apenas líderes incômodos foram reprimidos. Algumas publicações religiosas foram impressas em editoras oficiais do Estado³⁶. As clandestinas continuaram ilegais. A disseminação do sentimento religioso em importantes fatias da sociedade, que atingia até grupos do partido, chegou também ao cinema. Se as menções à religião geralmente eram utilizadas de maneira ambígua pelos diretores no fim dos anos 1950, tornam-se menos sutis e emaranhadas com o nacionalismo ucraniano ou russo. Em 1978, para os festejos do ducentenário de Tolstoi, o diretor Igor Talankin trouxe à cena uma adaptação do romance *Pai Sergio*, contando com bom orçamento e atores importantes, como Sergey Bondarchuk no papel do protagonista. A primeira adaptação, feita por Yakov

34 Tal lei, no entanto, era comumente desobedecida pela população, como Benami (BENAMI, A. *Entre a foíce e o martelo*. Rio de Janeiro: Bloch, 1968) demonstra involuntariamente ao descrever grupos de milhares de judeus no exterior das raras sinagogas durante cultos em dias santos, e o uso pelos rabinos de alto-falantes para absorver a multidão no ofício religioso – o que seria impensável no restrito espaço físico interno.

35 RAMET, S. *Religious Policy in the Soviet Union*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 26.

36 Benami aponta vários outros direitos da Igreja Ortodoxa: os livros editados pelas impressoras estatais seriam muitos, incluindo liturgias e livros de culto; mantinha sua estrutura hierárquica, controlando e se comunicando com as diversas paróquias a partir de sua sede em Zagorsk – uma rede paralela às oficiais. “Os chefes da Igreja Ortodoxa são convidados a participar de várias cerimônias oficiais, e, quando isso convém aos interesses do Governo central, fazem sua aparição, com toda a pompa habitual, nos coquetéis das embaixadas em Moscou. Além disso, permite-se a esses eclesiásticos que viajem para comparecer a convenções de sua igreja ou a convenções interconfessionais em todas as partes do mundo” (BENAMI, A. *Entre a foíce e o martelo*. Rio de Janeiro: Bloch, 1968, p. 59), em troca de se tornarem verdadeiros agentes do regime interna e externamente – ideia também defendida por Labin (LABIN, S. *A Rússia de Stalin*. Rio de Janeiro: Agir, 1947). Ramet (RAMET, S. *Religious Policy in the Soviet Union*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005), exhibe um relacionamento de duas vias com o Kremlin, incluindo o uso da tribuna numa conferência internacional para a paz para condenar as pressões de Khrushchev sobre a prática religiosa visível, como as celebrações fora dos templos. Benami aponta para a existência de relacionamentos mais ou menos “frutíferos” entre líderes religiosos e o Estado. Os bem-comportados armênios seriam aqueles que desfrutariam dos maiores privilégios. Sua sede, em Esmiayin, seria luxuosa, cercada por mosteiros e igrejas em ótimas condições. “O Governo estimula a peregrinação ao Centro religioso e espiritual em todos os cantos da Terra [os armênios da diáspora]. Dezenas de milhares de armênios chegam a Esmiayin trazendo oferendas e presentes. Do mesmo modo, as autoridades veem com bons olhos o envio de contribuições em dinheiro ou em valores, feitas de todos os cantos da diáspora armênia ao centro religioso. Tenho a impressão de que a única loja ‘privada’ que existe na União Soviética é aquela que o Católico armênio abriu em Erivão [a capital], com autorização do Governo, onde é vendida toda espécie de presentes recebidos do exterior, principalmente objetos de consumo e vestuário (...). Assim são as coisas, quando o Governo considera que há razões não só para tirar proveito da conservação da estrutura eclesiástica existente, como também para desenvolvê-la para uso de um setor religioso nacional, disperso por várias regiões, cujo centro espiritual acha-se dentro do território soviético” (BENAMI, op. cit., p. 62).

Protazanov, em 1918, fora duramente criticada pelo regime na época. O filme – como o romance de Tolstoi – permite críticas à religião organizada e ao czarismo, mas não à espiritualidade.

Ortodoxos

A influência vinda de baixo para a reabilitação da religião fez-se sentir durante e após a guerra. Este renascimento religioso chegou à literatura e poesia com o Degelo³⁷. Pasternak publica poesias religiosas ou de tema religioso. Menções a Deus e à religião em obras publicadas. Alguns autores se referem ao período como o do ressurgimento do messianismo russo, com o retorno do discurso das três capitais do Cristianismo e Moscou como a última destas, e também do socialismo³⁸. Tendências ligadas ao passado – ou a uma visão contemporânea do passado – autoritário, religioso, e chauvinista russo podem ser captadas nas obras literárias de Solzhenitsyn, publicadas na URSS antes de sua expulsão³⁹. Durante o fim dos anos 1960 e a década de 1970 a pressão da Igreja Ortodoxa e dos grupos sociais praticantes permitiram não só o recuo das políticas que foram hegemônicas na segunda metade dos anos 1950 e primeira dos anos 1960, como a conquista de direitos abolidos ainda durante a Revolução de Outubro⁴⁰. Um novo consenso político e social sobre o papel da religião organizada emergiu. Ao menos para a Igreja Ortodoxa.

Em julho de 1945 o regime recebera 5,770 petições públicas para a reabertura de igrejas, das quais 414 foram atendidas, 3,850 recusadas pelos soviets locais e 1,506 aceitas em agosto⁴¹. Os cinejornais soviéticos durante a guerra apresentaram imagens de fieis

37 No cinema, Labarrère (LABARRÈRE, André. *Atlas del Cine*. Madrid: Akal, 2009, p. 342) o chama de *sobressalto* e estipula que esta fase durou entre 1954 e 1959, até o início da Nova Onda dos anos 1960. Como os demais autores, lembra que o período se iniciou com o romance *O degelo*, de Ilya Ehrenburg, no início de 1954. A descrição de um ambiente de trabalho despótico era uma crítica clara ao stalinismo. As artes, em especial o cinema, a literatura, a poesia e o teatro, deram apoio às políticas de desestalinização. Além das críticas políticas, também se distinguiu por novas linguagens e pela reforma do realismo socialista.

38 MEHNERT, K. *O Homem Soviético*. São Paulo: Boa Leitura, 1966, pp. 256-257; 277-278.

39 CLAUDIN, F. *A oposição ao "socialismo real"*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 51.

40 Em janeiro de 1981, o clero requalificou-se em sua condição tributária de ser taxado como um empreendimento comercial privado (como era antes) para ser taxado como igual àquele da prática privada médica ou dos educadores privados. Essa nova legislação também concedia ao clero direitos iguais de propriedade e herança, bem como os privilégios concedidos aos cidadãos se fossem veteranos de guerra. A organização paroquial leiga de 20 pessoas que possuíam a paróquia foi concedido o estatuto de uma pessoa coletiva com os seus direitos adequados e a capacidade de fazer contratos (a igreja tinha sido privada deste status por Lenin em 1918). Pela primeira vez em muitos anos, as sociedades religiosas poderiam legalmente possuir suas casas de culto (POSPIELOVSKY, D. *Soviet antireligious campaigns and persecutions*. Basingstoke: MacMillan Press, 1988, p. 120).

41 MINER, S. *Stalin's Holy War: religion, nationalism, and alliance politics, 1941-1945*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003, p. 147.

ortodoxos que faziam suas preces a Deus e também ao sucesso do poderio militar do país. Ganharam espaço cenas com anciãos persignando-se e aos soldados que marchavam para o front. A posse do patriarca eleito, Alexy I, em fevereiro de 1945, contou com a cessão de parte da mídia (radiodifusão) pelo Estado. A presença da Igreja nos meios de comunicação arrefeceu lentamente. No entanto, posturas ateístas e críticas à instituição nos filmes, como fora norma nos anos 1920 e em menor proporção à medida que os anos 1930 transcorriam, desapareceram. Não há menções claras à Igreja e ao culto ortodoxo nos filmes selecionados produzidos durante o pós-guerra e os anos finais de Stalin. Ao menos no gênero do filme bélico, predominava a ignorância de sua existência. São raras as ocasiões, como em *Povest o nastoyashchem tcheloveke* [A história de um homem de verdade], 1948, dirigido por Stolper, baseado na novela do escritor e deputado Boris Polevoi, em que se pede as bênçãos de Deus para a recuperação da saúde – o que, segundo Mehnert⁴², era uma expressão sem uma necessária conotação religiosa⁴³. Para se encontrar referências à Igreja Ortodoxa é necessário mudar de gênero fílmico. São os épicos históricos que trazem personagens e situações relacionadas à religião da maioria dos eslavos. Se Eisenstein enfrentou a censura em meados dos anos 1930 ao preencher seu *O prado de Bejin* com temas religiosos e tratar da dessacralização forçada de igrejas, seu *Alexandre Nevski*, no fim da mesma década não mencionar a santidade do personagem – apesar de o templo ortodoxo dominar o perfil da cidade –; ao fim da Segunda Guerra, seu *Ivã, o Terrível*, elogiado e premiado pelo regime, traz a sagração de um monarca rodeado por clérigos, segundo a tradição cristã russa. A religião, apesar de não atacada no pós-guerra, é entendida pelo regime como algo do passado.

A política de aproximação com a Igreja foi invertida durante os anos Khrushchev. O natal de *Na semi vetrakh* [Nos sete ventos], de 1962, é um natal leigo, com a árvore, Pai Granizo e outras decorações sem expressão religiosa. Como muitos outros filmes não só do cinema dos anos do novo líder do Kremlin. Apesar das campanhas oficiais de ateísmo e de dessacralização das igrejas de menor porte, sua representação permaneceu na obra de alguns cineastas. Em *O destino de um homem*, de 1959, produzido por Sergei Bondarchuk, sobre o livro de Mikhail Chólokhov, os prisioneiros soviéticos encontram abrigo dentro de um templo ortodoxo. O diretor poderia escolher qualquer lugar

42 MEHNERT, K. *O Homem Soviético*. São Paulo: Boa Leitura, 1966.

43 A frase é dita por Stepan Ivanovich (Vasily Merkuriev) ao comissário Vorobyev (Nikolay Okhlopkov). O comissário do partido cumpre a função de reavivar a fé de Alexey Meresyev (Pavel Kadochnikov) em si mesmo e em seu futuro – exatamente o mesmo alento espiritual que se espera de uma figura religiosa. A absorção pelo partido desse papel é mais um indício de que a frase não possui conotação religiosa concreta. Um chavão vazio de significado.

amplo para o repouso dos homens: uma escola, uma sede local do partido. Porém as imagens internas e externas mostram claramente uma igreja. O que o filme não indica é se ao templo encontrava-se em ruínas pelo ataque alemão ou pelo descaso pós-revolucionário. Exibir um espaço sagrado como um refúgio não era exatamente obedecer às ordens emanadas recentemente dos novos mandatários do Kremlin. O diretor, no entanto, estabelece elementos que permitem uma segunda leitura: o local é também uma prisão a serviço do inimigo, e aqueles que tentarem escapar serão mortos.

Um soldado aperta o crucifixo no peito e ora por proteção divina. Na igreja, persigna-se até em decorrência dos trovões – um indicativo de pode ser visto também como uma imagem do atraso. Mais ainda se contraposto ao personagem médico – este recebe primeiros planos com o rosto iluminado. Aquele, em penumbra. Seus preconceitos religiosos o levam a ser morto pelos alemães, ao tentar se ausentar da igreja. Num panorâmico horizontal, o rosto hierático dos soldados perplexos com a morte confunde-se com os rostos dos anjos nos mosaicos e afrescos. A passagem dos prisioneiros de guerra pelo campo santo encimado pela igreja, no formato de um vale coberto por cruzeiros, poderia ser uma referência ao Salmo 23. Bondarchuk inseriu elementos que permitem que os segmentos antirreligiosos se identifiquem com a história, bem como os contrários às novas diretrizes governamentais.

Um dos campeões de bilheteria de 1963, ainda na era Khrushchev, foi o filme de guerra *Troe sutok posle bessmertiya* [Três dias depois da imortalidade], de Vladimir Dovgan. O título traz uma referência explicitamente religiosa, comparando o sacrifício dos soldados de Sebastopol, numa luta até o mar que durou quatro dias, com a ressurreição de Cristo. Os jogos de claro-escuro do diretor, iluminando os rostos dos soldados nos túneis sob a cidade, lembram a iconografia religiosa e o futuro trabalho de Larisa Shepitko em *A ascensão* [Voskhojdeniie].

Antigos hábitos são mostrados em *V boy idut odni stariki* [Apenas os velhos estão indo para a batalha], de 1973. O maestro Titarenko (Leonid Bikov), comandante do Segundo Esquadrão “cantante”, reclama do comportamento do mecânico Makarych (Aleksei Smirnov), que persigna os pilotos e aviões:

Titarenko – Makarych.

Makarych – Sim.

Titarenko – O rumor no quartel-general de Hitler é que alguns dos ases soviéticos são abençoados com o sinal da cruz antes da batalha por alguns mecânicos inconscientes politicamente.

Makarych – Há muita fofoca no exército de Hitler.⁴⁴

44 *V boy idut odni stariki* [Apenas os velhos estão indo para a batalha]. Direção: Leonid Bikov. Kiev: Dovjenko Kinostudiya, 1973. 1 DVD (92 min), P&B.

Assim que ajuda o piloto a colocar o paraquedas e o gorro, e este sobe a carlinga da aeronave, o mecânico o persigna pelas costas rapidamente, seguido por um gesto que expõe sua conduta considerada inadmissível. Ambos entendem que uma reprimenda deve ser dada em mensagem cifrada. As acusações partem do QG de Hitler e não dos companheiros da esquadrilha; há muita fofoca no exército de Hitler e não entre a tropa soviética. O público pode optar por uma compreensão de repressão do regime contra a religião, do cotidiano de sigilismo e da dualidade do comportamento social e público e privado⁴⁵, ou pode entender o uso da benção como uma superstição risível do personagem cômico, como em outra cena na qual o mecânico pretende abençoar uma aeronave. Ao perceber que se tratava de um aparelho capturado, ainda com a suástica na cauda, interrompe sua benção e cospe. Como abençoar o piloto soviético num avião nazista? Aleksei Smirnov (Makarych) era um ator de filmes de humor imensamente popular por seu jeito bonachão e desajeitado. Já havia contracenado com Yuriy Nikulin em *Operatsiya 'Y' i drugie priklyucheniya Shurika* [Operação Y e outras aventuras de Shurik], um dos maiores sucessos de bilheteria na URSS. Novamente, a escolha do personagem e do ator isentam a direção de críticas das agências de censura. Smirnov era um herói de guerra condecorado, um sargento de artilharia que combateu entre 1941 e 1945 – portanto, também um sobrevivente; também músico amador no campo de batalha⁴⁶. O filme ucraniano contou com dois produtores, Nikolay Zlochevsky e Ilya Fidman. O diretor e ator Bikov foi auxiliado por dois roteiristas para produzir o script, Yevgeni Onopriyenko e Aleksandr Satsky.

Não foi apenas o nacionalismo ucraniano que se ligou a temas religiosos. O russo também. Um exemplo é *Sudba* [Destino], 1977, de Evgeny Matveev. O filme une os elementos nacionalistas russos do alto stalinismo a imagens ortodoxas. A partida dos conscritos e voluntários para o front se torna uma procissão, aparentemente em direção ao templo da aldeia. O protagonista Derugin, antes de ser capturado, entra em um delírio no qual relaciona elementos religiosos com a resistência às forças estrangeiras (bem caracterizadas pelo capacete *morion*, surgido na Espanha e disseminado pela Europa durante os séculos XVI e XVII – provavelmente em referência às Guerras da Livônia ou à Guerra Russo-Sueca de Boris Godunov). As cenas, por mais enfaticamente religiosas, também podem receber uma leitura crítica: as massas precisam ser despertadas pelo sacrifício individual e nacionalista, passando da esperança espiritual para a ação concreta.

45 BROWN, A. *The Gorbachev Factor*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

46 Smirnov ganhou as medalhas Ordem da Glória de 2º e 3º grau, a Ordem da Estrela Vermelha, Por Coragem e Por Mérito Militar (PEOPLES.RU. Alex Smirnov. [online] «http://www.peoples.ru/art/cinema/actor/alex_smirnov». Acessado em 13/12/2017).

Em 1978 Chukhrai dirigiu *Tryasina* [Lama], filme do qual foi também o roteirista, juntamente com Viktor Merejko. Uma mãe, Matryona (Nonna Mordyukova⁴⁷. Matryona relaciona-se com o próprio termo mãe, *mat*), que acredita ter perdido seu primeiro filho convocado para o exército resolve esconder o filho mais novo durante um bombardeio, logo após sua conscrição, e dá-lo como morto para as autoridades. No entanto torna-o prisioneiro no sótão por deserção, caso saia de sua cela. Batizada, desesperada pela situação em que colocou o filho, decide confessar-se ao pope local (Ivan Ryjov). Diante da pena prevista e do receio que paira sobre a sociedade, alguns segredos não podem ser revelados mesmo sob o sigilo do sacramento. O que exaspera o sacerdote tirado de seu almoço. Matryona compara-se com Maria. Jesus não poderia ter sido salvo? Ou este ao menos não era seu desejo? O que ela poderia ter feito para salvar o filho caçula? – que todos dão por morto. O padre a acusa de tentar a Deus. Cristo morreu para salvar os pecadores. E o filho de Matryona “morreu por uma causa justa para o povo”. Sua traição não seria endossada mesmo pela Igreja, em comunhão com o patriotismo oficial. A cena do confessorário seria difícil de imaginar sob Stalin ou Khrushchev. A menos que a mãe fosse definitivamente descrita como uma criminosa, e não também como uma mãe... seguindo o humanismo característico do diretor que foi um dos pais do cinema do Degelo. Os sentimentos religiosos combinados com o nacionalismo russo, ambos em ascensão na década de 1970, vão ainda mais longe.

Em *Front bez flangov* [Frente sem flancos], de 1975, de Igor Gostev, baseado na novela de Semyon Tsvigun, que também foi roteirista, o pope Pavel (Ivan Pereverzev) procura enterrar todos os mortos de uma unidade regular cercada pelo inimigo (que brevemente se converteria em grupo partisan). Petrenko (Aleksey Borzunov) – que, apesar de ucraniano, não era o único na tropa – faz choça da tentativa. O sacerdote lembra que aqueles que estão mortos são heróis, que não fugiram de suas responsabilidades, como os vivos – incluindo aí Petrenko. Irritado, o acusa de falar demais. O que não era uma incriminação sem repercussões. Enquanto Petrenko tornar-se-ia um traidor e colaborador nazista, o religioso se apresenta ao oficial do NKVD (*Narodnyy komissariat vnutrennikh del*, Comissariado do Povo para Assuntos Internos, antecessor do KGB) Mlynski (Vyacheslav Tikhonov), pedindo uma arma e disposto a abandonar a vocação. A reação do militar é convencê-lo a permanecer numa função mais útil ao esforço de guerra soviético:

47 A escolha de Mordyukova para o papel suscita algumas dúvidas. Teria sido, como aponta Rollberg (ROLLBERG, P. *Historical dictionary of Russian and Soviet cinema*. Lanham: Scarecrow Press, 2009, p. 465) pelo contraste com seu papel de revolucionária que abandona a maternidade em *Kommissar*, Filme de 1968? Ou pela semelhança da atriz veterana com o cartaz *A pátria mãe chama*, o que geraria um confronto com a iconografia oficial e patriota, como afirma Youngblood? (YOUNGBLOOD, D. *Russian war films: on the Cinema Front, 1914-2005*. Kansas: University Press of Kansas, 2007, p. 174).

Mlynski – Obrigado, Pavel Ivanovich. Mas as armas podem ser mais do que apenas o rifle. Pense nisso. As pessoas com medo estão confusas pela guerra. Sua ajuda não será desnecessária. Terá que cuidar dos fracos. Esconder os fiéis do inimigo. Você pode ajudar mais do que o rifle. À sua porta vão bater pessoas diferentes. Alguém pode enviar uma mensagem para nós. Você aceita isso?⁴⁸

Em tese, o papel de proteger os fracos seria fundamentalmente do partido, que seria dono também da principal ferramenta para a firmeza ideológica e moral contra as forças inimigas, política e não espiritual, científica e não religiosa. O religioso persigna o major pelas costas (Gostev permite a saída de Mlynski do enquadramento, fechando a câmera sobre Pavel num plano americano. A benção se torna indireta, e a cena, menos contundente), que está longe de ser o comandante orgulhosamente ateu do passado.

O diretor excita a imaginação do público. No gabinete dos oficiais nazistas, o Coronel-general von Horn (Hannyo Hasse, ator alemão oriental) recebe os relatórios da atividade guerrilheira e “terrorista” de pequenos grupos. O ordenança o informa (e a plateia) da presença de um padre. Pavel se apresenta a rigor, com a batina e o grande crucifixo no peito. Existiriam dois Pavel? Um, aparentemente próximo ao povo em seus modos, e outro aparatoso? Um patriota soviético e um colaborador nazista? Um exemplo do comportamento dúbio e indigno de confiança da Igreja durante a guerra? Queixa-se ele da ocupação do templo por soldados alemães. Von Horn o lembra que isso é para seu bem, já que os alemães lutariam “por ele”. Pede a ele pela reabertura do santuário, que “acalmaria” a população com a pregação religiosa. Ao concordar, Pavel aclama o coronel-general como “verdadeiro cristão”.

Von Horn – Diga-me, pai... Me diga... Sinceramente... Você é um adulto. O que está acontecendo? Nós viemos liberá-lo da tirania dos bolcheviques, mas não entendemos a população. Não recebemos apoio suficiente e simpatia. Qual é o problema? Não tenha medo. Diga-me a verdade.

Pai Pavel – Pode um homem contar toda a verdade?

Von Horn – Bom. Diga sua verdade.

Pai Pavel – A guerra trouxe-nos problemas e ruína, morte para milhares de pessoas. As lágrimas e o pranto vieram em nossas casas. Deus vê tudo!

Von Horn – Deus está sempre do lado dos vencedores.

Pai Pavel – Mas misericórdia, senhor General, é um dos mandamentos de todas as religiões.

Von Horn – Calma – este é o mandamento básico para as pessoas vitoriosas.⁴⁹

48 FRONT bez flangov [Frente sem flancos]. Direção: Igor Gostev. Moscou: Mosfilm, 1975. 2 DVDs (170 min), color.

49 FRONT bez flangov [Frente sem flancos]. Direção: Igor Gostev. Moscou: Mosfilm, 1975. 2 DVDs (170 min), color.

A maior parte do diálogo ocorre com a câmera fixa, num plano americano, diante do sacerdote. A cena sugere um plano ponto de vista. O expectador é levado a inquirir o pope da mesma forma que e pelos olhos do oficial alemão. Tal enquadramento dura cerca de um minuto. A permanência nessa posição reforça a ideia de indagação sobre o personagem.

Quando o diretor exhibe novamente o pai Pavel, utiliza o travelling para cruzar o templo e se aproximar do sacerdote durante a missa, por sobre o povo, formado por idosos, crianças, jovens e adultos, em direção à cruz sustentada por este. O *mise-en-scène* recria um ambiente místico, repleto de ícones e afrescos, enevoadado com a fumaça de velas e incenso, repleto tanto de luz quanto de sombras, saturado pelos graves cânticos e orações ortodoxos. O primeiro plano permite perceber a devoção sincera expressa nos rostos. Sua atuação, com persignações, reforça tal ideia. No momento da benção, no qual a audiência beija o crucifixo em suas mãos, pedidos de orações pelo restabelecimento da saúde são interrompidos por uma discreta mensagem junto aos seus ouvidos: o jovem partisan faz o pedido de suprimentos e a localização de sua entrega. Após o suspense em torno de sua verdadeira intenção, o diretor mostra que o pope está engajado com a resistência, utilizando suas aparentes boas relações com os nazistas para espionar ativamente. A benção, pública, durante a missa, constitui uma boa motivação para a cena, que requer proximidade insuspeita. Também sugere a benção da Igreja Ortodoxa para os partisans e a causa do regime, além de uma comunhão estreita entre a instituição religiosa e a população.

Front bez flangov é o primeiro filme de uma trilogia de Gostev, que acompanha os mesmos protagonistas partisans desde as derrotas e os cercos de agosto de 1941 até a vitória em Berlim. É sucedido por *Front za liniei fronta* [Frente atrás da linha da frente], de 1977. É na sacristia de Pavel que informações sobre von Horn são transmitidas e, com a ausência voluntária do sacerdote, ações de sabotagem são planejadas. Os anexos da igreja também servem de hospital para trabalhadores doentes, tratados não pelo padre, mas pelo médico Belyaev (Yuri Tolubeyev). Ambos reconhecem o avanço promovido pelo regime, passando da medicina popular para a moderna. E também que a igreja fora relevada junto com aquela. O médico e o sacerdote, flagrados socorrendo aos partisans, são presos e executados pelos nazistas. Stalin aparece apenas na segunda parte deste segundo filme da trilogia, algum tempo após o desaparecimento do cura na trama.

Em *Duma o Kovpake* [A assembleia de Kovpake], a primeira parte da trilogia partisan de Tymofey Levchuk, de 1973, é dentro da igreja, ao abrigo das tropas alemãs circundantes, que os partisans trocam informações enquanto ascendem velas nos

altares. No segundo filme da trilogia, *Buran* [Energia], um *koliadky*, coral de crianças, portando estrelas e um bezerro, apresenta-se ao líder partisan Sidor Kovpak (Konstantin Stepankov) cantando antigas músicas natalinas ucranianas.

Em *Net neizvestnyh soldat* [Não há soldados desconhecidos], 1965, de Sulamita Tsybulnik, é dentro dos templos ortodoxos ucranianos que os soldados feridos encontram proteção, rodeados por enfermeiras, em especial a protagonista, Maria Borovichenko [Natalia Rychagova] – e pelos ícones sagrados.

Religião e nacionalismo podiam fundir-se de maneiras estranhas ao desejo do regime, sem, no entanto, infringi-lo. É o que ocorre em *Povest plamennykh let* [O conto dos anos de fogo], 1960, da diretora Yuliya Solntseva, com roteiro do célebre Aleksandr Dovjenko, morto quatro anos antes da estreia⁵⁰ (também é citado nos créditos como produtor). Os homens e mulheres do exército pretendem se casar no solo ucraniano natal, recém-liberado. Afirmam desejar um casamento diferente do convencional praticado antes da guerra. Querem que seja oficial, mas também cerimonioso e “em conformidade com as condições da região”, ou seja, tradicionalista. No auge da campanha antirreligiosa de Khrushchev não há espaço para a celebração por um sacerdote. O general, em trajes civis, o conduz. Russo, nascido no Volga, espanta-se de ganhar afilhados do Dnieper. Seu sermão é secular e recheado de temas patrióticos e de condutas civis e militares caros ao regime. Também não há igreja. A cerimônia ocorre num prédio governamental ainda crivado de balas. A noiva, com grinalda (que retornaria a ser comum no pós-guerra) e trajes típicos, bem como suas acompanhantes, recebe um tema musical inspirado nas canções folclóricas ucranianas e em seu singular coral feminino – no momento do casamento o tema muda. Canta-se a bem mais patriótica e soviética – e não somente ucraniana – *Svyashchennaya voyna* [Guerra sagrada]. O casal não quebra a taça de cristal, como é comum em casamentos civis. Pelo contrário, bebem o vinho ofertado – cada um em sua taça, e não em uma taça comum a ambos, como no rito ortodoxo. O cuidado da noiva com seu vestido (deseja guardá-lo como recordação para os filhos) e o uso do vinho remetem ao sacramento religioso. Solntseva e Dovjenko eram casados. Produziram juntos, como diretor e codiretora, *Shchors* (1939). Práticos e conhecedores das regras tácitas das relações entre o cinema e o governo, puderam apresentar temas polêmicos enquanto recitavam parte da cartilha oficial. Ao mesmo tempo, Solntseva conseguiu o tão desejado reconhecimento na área.

50 Seu script original, dos anos 1940, foi rejeitado. Naquele momento, era nacionalista demais para ser aceito (ROLLBERG, P. *Historical dictionary of Russian and Soviet cinema*. Lanham: Scarecrow Press, 2009, p. 190). No pós-guerra, Stalin desejava filmes que realçassem o esforço bélico de todos os povos soviéticos, ou do povo russo em especial. Não histórias sobre o martírio ucraniano.

Recebeu o prêmio de Melhor Diretor em Cannes, 1961⁵¹. Este não foi o único filme que fundiu religião e nacionalismo ucraniano.

Na Kiyevskom napravlenii [Na direção de Kiev], de Vladimir Denisenko, 1967, do estúdio ucraniano Dovjenko, mostra a tentativa de impedir que os nazistas destruam a histórica catedral de Santa Sofia, através da catalogação dos afrescos e mosaicos e sua proteção com sacos de areia. Antes de tudo, eram a “história do povo”, e eram mulheres e homens do povo que os protegiam. O diretor exhibe frequentemente imagens das igrejas ucranianas. Elas aparecem ao fundo dos cenários abertos, em panorâmicas da destruição causada pelo avanço da guerra, por entre as janelas dos personagens. Maria (Natalia Naum. A protagonista, como em *Net neizvestnyh soldat*, novamente recebe o nome de Maria e acaba assumindo uma simbologia bíblica), coberta por um véu, e outras mulheres ucranianas, formam uma imagem complementar e sobreposta aos mosaicos. Ela é a guia para os soldados que esperam pelo ataque alemão em Kiev. Lembra-os que as representações de Maria na iconografia eslava baseiam-se em reminiscências pagãs. Que a catedral fora destruída outras vezes e reconstruída. Assim, a imagem religiosa, qualquer que fosse sua origem, simbolizava a resistência e a reconstrução, e a eterna ligação do povo com sua pátria – muito anterior ao milênio cristão. A distribuição de armas ocorre no lado externo da igreja. O simbolismo religioso percorre o filme.

Não foi apenas o cinema ucraniano que inseriu imagens religiosas nos filmes bélicos. O mesmo ocorreu na Bielorrússia. *Cherez kladbishche* [Através do cemitério], de Victor Turov, foi produzido em 1964, em meio à campanha antirreligiosa de Khrushchev. O diretor utiliza um plano geral, a câmera panorâmica e um lago para refletir um monastério em suas águas. Apesar de não aparecer diretamente, lá está. Algo tão grande que não pode ser oculto, mesmo pela altura do enquadramento, que quase elimina o carroção dos personagens. A religião não é o único tema a ser tratado de maneira pouco sutil na película. O antigo cemitério da aldeia é repleto de figuras religiosas. Os partisans preparam-se dentro de uma antiga capela. Essa presença religiosa seria um indicativo de sua resiliência entre a população, ou apenas permitiria ao diretor uma melhor ambientação lúgubre para seu filme, sombrio, medonho, complementando o cenário de uma Bielorrússia devastada, com uma trilha sonora (composta por Andrei Volkonsky) que poderia muito bem pertencer a um filme de terror ocidental da mesma década de 1960, como os dos estúdios da Hammer.

Nem sempre a imagem do sacerdote e do religioso foram tão elogiosas no cinema bélico dos anos 1970. Na comédia ambientada durante a guerra *Dachnaya poyezdka*

51 Ibid., p. 31.

serjanta Tsybuli [A viagem de turismo do sargento Tsybuli], 1979, de Nikolai Litus e Vitaly Shunko, os dois personagens vinculados à igreja – o diácono (Boris Saburov) e tia Efrosinya (Margarita Krinitsyna), são fofoqueiros e ficam à espreita, preferindo não interagir inicialmente com o sargento do Exército Vermelho (Sergei Ivanov). A primeira cena com o diácono inicia-se com a câmera fechada sobre uma pintura de anjos soando trompas. O que soa em seguida é a campainha do diácono. A câmera se abre e mostra que a gravura pertencia a cabeceira de sua cama. Imediatamente atende Efrosinya e se inteira das novidades na aldeia. A relação do combatente com o religioso é bem menos respeitosa do que entre Mlynski e pai Pavel. Seu encontro ocorre quando Tsybuli o surpreende aparentemente espionando. Apenas o diácono se persigna ao adentrar a igreja. O sargento é devidamente caracterizado como ateu, preferindo se dirigir ao sacerdote como “cidadão”. Apesar de indicar um partisan ferido, afirma não poder cuidar dele. Cabe ao sargento leva-lo consigo num carroção, sendo atrasado pelas perguntas do sacerdote. Os religiosos mais atrapalham do que servem a causa da pátria. O mesmo ocorre em *Trevojnii mesiats veresen* [Mês preocupante ou Mês ansioso das larvas], 1976, de Leonid Osyka. Novamente os personagens religiosos são cômicos e apenas o *isbá* dos camponeses é repleto de ícones. Constrói-se uma divisão entre um comportamento rural, atrasado, e o urbano, moderno.

Ainda em 1968, o filme ucraniano *Annychka*, de Boris Ivchenko, acompanhava a vida da jovem de mesmo nome na Rutênia sob controle nazista. Região que até o fim da Segunda Guerra jamais fora incorporada pelos czares ou pela URSS. Todos os camponeses trazem consigo um crucifixo, sejam ricos ou pobres, antifascistas, pró-fascistas ou colaboracionistas nas milícias. A religião produziria um comportamento fatalista. Os camponeses creditam à vontade divina as ações dos ucranianos que se tornaram policiais auxiliares, *Schutzmannschaft*⁵², servindo à ocupação. A cruz, a persignação e o atraso são constantes. A missa é fachada para o flerte do colaboracionista.

A Igreja Ortodoxa Búlgara, muito próxima litúrgica e organizacionalmente da Igreja Ortodoxa Russa, é um caso à parte. Ozerov a exhibe em seu *Soldaty svobody* [Soldados da liberdade]. As interpretações, no entanto, podem ser variadas. Seu sacerdote aparece apenas no momento da execução de líderes comunistas, apoiados pela URSS e igualmente em luta aberta com forças nazistas, pelo regime do czar búlgaro. Os condenados estão diante de um altar, com pão e vinho, segundo a eucaristia ortodoxa. Seria uma relação simpática à Igreja? No entanto, o sacerdote fica postado ao lado dos oficiais czaristas durante a execução. Um elemento que permite uma leitura mais

52 THOMAS, N. *Hitler's Russian & Cossack Allies*. 1941–45. Oxford: Osprey Publishing, 2015. p. 3.

aproximada das intenções do diretor, mas não da recepção pelo público, que pode não se ater a detalhes, é que o pão e o vinho permanecem intocados sobre o altar. Os comunistas mantiveram-se alheios aos sacramentos mesmo na hora da morte. No entanto, o regime búlgaro mantinha boas relações com a Igreja. Desde 1953 seus líderes eram escolhidos internamente e não em Constantinopla. A Igreja ainda legitimava ambições búlgaras sobre a Macedônia grega, adepta da religião – o que conferiu ao seu patriarca um título concedido pela Academia Búlgara de Ciências em 1970⁵³. Um dos fatores que promoveram a aproximação entre Stalin e a Igreja Ortodoxa foi a possibilidade de aproximação com os Balcãs oferecida pelo controle das relações entre as igrejas ortodoxas⁵⁴. Ozerov já havia elaborado menções à religião segundo critérios semelhantes em seu *Osvobodienie* [Libertação]. Em *Ognennaya duga* [O arco de fogo], primeira parte de sua pentalogia ou hexalogia, segundo a divisão das tramas, em uma cena não muito distante temporalmente de Goebbels e Churchill citarem a Deus, um comandante soviético de uma unidade de tanques na Frente de Voronej também o faz: “Se acreditasse em Deus, me persignaria”. O diretor gostaria de mostrar o oficial se bendizendo antes de entrar em confronto com a avalanche de tanques alemães, mas preferiu inserir uma crítica sutil à censura? Ou demonstra o ateu soviético como moralmente superior aos religiosos e hipócritas líderes da imperialista Inglaterra e da Alemanha fascista?

Nem toda a *isbá* dos filmes bélicos da década de 1970 possui seu interior recheado com ícones. É o caso de *Shel chetvertii god voyny* [Foi o quarto ano da guerra], 1983, de Georgiy Nikolaenko. Os soldados do Exército Vermelho se deparam com uma decoração limitada a flores e quadros de família.

O cenário muda com a *glasnost*. O maior exemplo é *Stalingrad*, 1989, de Yuri Ozerov. Nele, o general Rodimtsev, em seu diálogo com o velho capitão do Volga (Nikolay Kryuchkov), enquanto cruzam o Volga sob intenso fogo alemão, não usa a terminologia soviética. Prefere o popular “pai” ao chamar o ancião, e não o termo “camarada”.

Rodimtsev – Como você está, pai?

Capitão – Como eu poderia estar no final da minha vida? A cada minuto posso passar para a outra vida...

Rodimtsev – O que há em sua mente no final da sua vida?

Capitão – Creio que a Rússia [e não União Soviética] tem um destino severo. Há somente dor. E nossa nação é paciente. Tudo o que pode suportar. É uma pena que Deus foi abolido. E sem Deus às vezes é difícil...

53 LEUSTEAN, L. *Eastern Christianity and the Cold War, 1945-91*. Londres: Routledge, 2010, pp. 91-92.

54 WERTH, A. *A Rússia na Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

[E ao fim da travessia:]

Capitão – Chegamos, nos entendemos com Deus. Agora, vão!⁵⁵

As menções a Deus, presentes em trabalhos anteriores de Ozerov⁵⁶, são mais longas e significativas. Não se tratava de uma ousadia do diretor. O governo Gorbachev havia patrocinado as comemorações dos 1000 anos de cristianismo na Rússia em 1988, ao lado da Igreja Ortodoxa, comandada pelo patriarca Pimen, ou Pemen. Importantes museus estatais, que no passado foram templos, foram cedidos pelo governo para os festejos, foi cunhada uma moeda comemorativa de 25 rublos, o Bolshoi virou palco para a comemoração e a TV fez a cobertura dos festejos nas principais cidades do país⁵⁷. Sinagogas e, especialmente, mesquitas não receberam os mesmos incentivos que a Igreja Ortodoxa recebeu durante a gestão de Gorbachev. No mesmo ano em que o filme de Ozerov foi terminado, o Papa João Paulo II visitou a URSS, e no ano de seu lançamento, o Vaticano estabeleceu uma embaixada em Moscou.

Ainda na barca, Rodimtsev pede uma canção para distrair a tropa durante a perigosa travessia do Volga. O soldado toca com seu violino uma antiga canção de Odessa, para animar os espíritos – e as almas. A música ao mesmo tempo era um tributo ao multinacionalismo (a influência judaica na música é perceptível, e Odessa possuía mais de 30% de judeus em sua população) e a religião.

Apesar das referências à religião no filme, Ozerov não mostra o destino de Pavlov, segundo Beevor. O sargento que resistiu por dois meses numa casa teria se tornado arquiandrita da Igreja Ortodoxa⁵⁸. Existiram vários Yakov Pavlov combatendo em Stalingrado ao mesmo tempo. A informação de Beevor não é consensual e não foi utilizada pelo diretor.

Católicos romanos e grego ucranianos

A Igreja Católica Grega Ucraniana e a Igreja Católica Romana encontravam-se em situação muito diferente da Ortodoxa ao fim da guerra. Além de possuírem um líder fora do território soviético, e em geral hostil aos partidos comunistas, possuíam sua área de abrangência em territórios recém-reincorporados à URSS, como a Lituânia e as

55 STALINGRAD [Stalingrado]. Direção: Yuri Ozerov. Moscou/Hollywood/Praga/Berlim: Mosfilm/Warner Bros./Barrandov/DEFA, 1989. 2 DVDs (196 min), color.

56 Tchuikov (TCHUIKOV, V. *A Batalha de Stalingrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 296) afirmava que durante as travessias sob fogo alemão, os comissários faziam seu trabalho de orientação política. Ozerov insere o avesso.

57 TRAGER, Oliver. *Gorbachev's glasnost*. Nova York: Facts on File, Inc., 1989, p. 68.

58 BEEVOR, Antony. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 231.

regiões da Ucrânia e Bielorrússia ocidentais, ou que jamais estiveram sob controle de um Estado russo, apesar de povoadas por eslavos, como a Rutênia. O regime considerava o clero católico como apoiador da ocupação nazista⁵⁹. O pós-guerra foi um período de repressão e não de liberalização. As tensões com o Vaticano ao longo da Guerra Fria não ajudaram na situação de seus fiéis. Os gregos ucranianos sofriam pressão para trocar a liderança do Papa pela do Patriarca em Moscou. Ainda assim, poucas igrejas ucranianas foram fechadas. Surgiram seminários teológicos secretos em Ternopol e Kolomyia, segundo a imprensa soviética na década de 1960. Em 1974, um convento clandestino foi descoberto em Lvov. Os católicos romanos tiveram suas igrejas reduzidas de 500 para 75 na Letônia, e de 1500 sacerdotes na Lituânia, para 735, servindo a 628 igrejas. A repressão, no entanto, não era forte o suficiente para impedir a elaboração de petições ao governo com dezenas de milhares de assinaturas ou que envolvessem boa parte do clero nos anos 1970⁶⁰, além do surgimento de *samizdat* como o *Crônica da Igreja Católica Lituana*, de tendências políticas liberais⁶¹.

As tentativas do Vaticano de aumentar seus vínculos com as igrejas dentro da esfera de influência soviética eram acompanhadas de perto por agentes do KGB⁶². Apesar de combatida, o regime também desejava obter algum controle sobre a igreja. Entrava em choque com facções antissoviéticas ou suspeitosas e apoiava as que se submetiam formalmente ao Estado e exerciam maior autonomia frente ao Vaticano. O cenário se compunha de diversas correntes e diferentes tratamentos.

Nenhuma outra religião organizada aparece tantas vezes sob uma ótica negativa nos filmes bélicos sobre a Segunda Guerra quanto a Igreja Católica. Tramas envolvendo alianças, espionagem e traição reforçavam as impressões do regime e também as de muitos ortodoxos entre o público. O anticatolicismo e a desconfiança com relação à Santa Sé eram fenômenos antigos na Rússia. Em *Padenie Berlina*⁶³ [Queda de Berlim],

59 ANDERSON, J. *Religion, State and Politics in the Soviet Union and successor States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 166.

60 POSPIELOVSKY, D. *Soviet antireligious campaigns and persecutions*. Basingstoke: MacMillan Press, 1988, pp. 152; 157.

61 CLAUDIN, F. *A oposição ao "socialismo real"*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 55.

62 CRUMP, T. *Brezhnev and the decline of the Soviet Union*. Milton: Routledge, 2013, p. 129.

63 O casamento civil de Hitler, realizado por um notário nazista estacionado na *Volksturm*, Walter Wagner (FEST, J. *Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006), foi transformado numa celebração religiosa por Chiaureli. Um sacerdote (pelo colarinho pode ser católico ou luterano) senta-se à mesa dos futuros mortos. Em *Osvobodienie: Posledniy shтурm*, Ozerov restitui o caráter civil do casamento. No entanto, insere um sacerdote – claramente luterano – na trama. Soldados nazistas tentam levá-lo para o bunker, mas se recusa a fazer o serviço religioso. É salvo pela ação de um franco-atirador soviético. Apresentado a Tchuikov (Ivan Pereverzev), entra para o comitê antifascista, auxiliando um comunista alemão a pedir por alto-falantes a rendição dos últimos combatentes. Tchuikov o considera um bom sacerdote: “Que o seu deus fale aos soldados alemães, se ainda acreditam”. Não possuindo as qualidades realistas de um comunista, mas sim a desvantagem da ingenuidade religiosa, acredita no pedido de rendição, sendo metralhado ao sair ao encontro das tropas.

o filme icônico do stalinismo, do diretor Mikheil Chiaureli, 1949, o personagem Cesare Orsenigo, Núncio Apostólico (representante diplomático do Papa, Pio XII) na Alemanha entre 1930-45, bajula Hitler ao lado de legatários espanhóis, turcos e japoneses.

Orsenigo – A Santa Sé abençoa e felicita aos heroicos soldados alemães em Moscou, nosso destino está fortemente unido ao seu, meu querido Führer.

Hitler – Querido Pai, aguardo a encíclica do Papa contra os bolcheviques⁶⁴. Dar-me-ia muita satisfação vê-lo no trono sagrado de São Pedro. Vocês são todos nazistas, Orsenigo. Você deveria usar o uniforme das nossas tropas de assalto.

Senhores! Moscou está aos pés da Alemanha!⁶⁵

Cardeais do Vaticano apareciam em filmes de espionagem do pós-guerra como agentes imperialistas das grandes potências – e também no cinema propriamente bélico, como *Padenie Berlina*, onde fazem a corte à Hitler, sem que transpareçam questões espirituais, mas tão somente políticas e materiais. Em *Boy posle pobedy* [Luta após a vitória], o filme de 1972 que finda a trilogia de Villen Azarov (*Put' v Saturn* [No caminho da Saturno], 1967, *Konets Saturna* [O fim da Saturno, 1967])¹, um dos agentes infiltrados pelo general Reinhard Gehlen (*Mati Klooren*) – até então chefe de inteligência da *Fremde Heere Ost*, e futuro diretor da *Bundesnachrichtendienst* da Alemanha Ocidental – em sua rede de espiões ex-nazistas, financiados pelos americanos para minar a ocupação soviética na Alemanha Oriental, era um padre bávaro.

Em *Front v tylu vraga* [Frente atrás das linhas inimigas], 1981, de Igor Gostev, uma coprodução soviética-tchecoslovaca, e o último filme de sua trilogia partisan, a câmera, num plano com grua no sentido oblíquo, nos conduz das torres e cruzes, tornando evidente tratar-se de uma igreja católica romana², até o lado externo da abside, parcialmente tapada por bandeiras nazistas. Ao pé da igreja, um desfile nazista. Praga possui locações mais reconhecíveis e interessantes para o público do que o exterior traseiro de uma igreja. Há uma tentativa clara de ligar o catolicismo ao nazismo. A missa, apresentada em termos semelhantes aos de Ozerov em *Soldaty svobody*, é o local perfeito para o encontro de vários espiões e troca de informações.

64 Em 1937 o Papa Pio XI havia escrito a carta encíclica *Divinis Redemptoris* sobre o “comunismo ateu”. Chiaureli, no entanto, se refere não a uma encíclica, mas a um decreto publicado no *Acta Apostolicae Sedis*, do Santo Ofício, um ano antes da estreia de *Padenie Berlina*. Em 1948, o Papa Pio XII decretou a excomunhão dos divulgadores das ideias comunistas, e em 1949, aqueles que o defendessem ou votassem em comunistas ou seus aliados. Assim, a Igreja Católica não apenas fora fascista, mas ainda o era. O desejo passado de Hitler tornara-se concreto no presente. Uma força que se opunha ao progresso social na Europa Ocidental. O encadeamento promovido pelo filme se adequa às críticas do regime que relacionava seus inimigos atuais com os recém-derrotados.

65 *PADENIE Berlina* [A queda de Berlim]. Direção: Mikheil Chiaureli. Moscou: Mosfilm, 1950. 2 DVDs (151 min), color.

A exceção se encontra em *Soldaty svobody*, de Ozerov. Como a Igreja Ortodoxa, a Igreja Católica também é inserida em episódios benéficos ou negativos. O partisan soviético fica preso com seu paraquedas na torre da igreja de uma aldeia eslovaca. O padre o percebe e pede sua nacionalidade. Ao ser identificado como russo, o sacerdote sobe os degraus da torre. Diante do pedido para ser puxado para dentro, pela janela, o padre soa o sino. O soviético se desespera com a revelação de sua presença: “O que você está fazendo? Você está louco?” A cena é substituída bruscamente pela trama paralela. O diretor nos faz acreditar que o sacerdote entregou o combatente soviético às autoridades fascistas. O personagem retorna escoltado por vários integrantes da sociedade eslovaca: soldados, camponeses e o próprio padre: a comunidade toda era antifascista (como o filme deixa claro, a nação eslovaca o era) e esperava ansiosa pela libertação soviética. O soar do sino era um pedido de ajuda ao soviético.

Os comandantes militares envolvidos na rebelião contra o governo fascista clerical do Monsenhor Jozef Tiso desfrutam de poder suficiente para com um sinal encerrar a missa destinada a toda a tropa, apresentando-se a tempo na reunião com membros do partido comunista local, em busca de um acordo com os soviéticos. A Igreja não era tão servil ao regime. Desfrutava de amplos poderes no país. No entanto, Ozerov acentua a relação de subjugação ao apresentar um letreiro da Bayer por trás do sacerdote – não seria apenas diante dos militares eslovacos que a instituição se prostraria. O diretor estabelece uma diferenciação clara entre o baixo clero e o padre antifascista e o alto-clero, lacaios de Tiso. Desta forma, a Proclamação da República e sua adesão ao campo aliado por parte dos rebeldes pode ser saudada com os sinos dos campanários das igrejas.

Já na Hungria, a ação se passa na catedral de Mátyás, guarnecida pelas tropas fascistas de Miklós Horthy. Apesar de revitalizada pelo governo socialista húngaro poucos anos antes das filmagens para *Soldaty svobody*, o ambiente é tão escuro e tétrico quanto as figuras que se encontram nela: a cúpula do governo fascista. Impera a pompa vazia – e os pedidos de donativos durante a coleta.

O espírito católico da população polonesa da época sofre uma releitura por Ozerov. As multidões nas ruas, com suas flores sucedâneas de palmas, ajoelham-se não perante o sacrário, mas sim ao desfile das tropas combinadas do Armia Ludowa, Exército do Povo (que combatia clandestinamente na Polônia) e do Ludowe Wojsko Polskie, Exército Popular da Polônia (que, sob Berling, lutava ao lado dos soviéticos), que cortam as ruas de Lublin com igrejas barrocas ao fundo. Na mesma cidade, e no mesmo 22 de julho de 1944, o Krajowa Rada Narodowa, KRN, Conselho Nacional do Estado, foi reconhecido por Stalin como o governo legítimo do país. O surgimento e

entronização do exército e do governo pró-soviéticos, rivais do exército e governo pró-britânicos, são sacralizados pelo diretor, que emprega os sentimentos populares religiosos e militares profundamente arraigados. A multidão ganha ainda mais os contornos de uma procissão na subida do monte do castelo de Lublin, onde os nazistas, antes de se retirarem, mataram os prisioneiros poloneses. Uma missa campal tem lugar, com seu altar e a imagem da Virgem Negra de Częstochowa. O funeral religioso é interrompido pelo presidente do KRN, Bolesław Bierut (interpretado pelo ator polonês Ignacy Gogolewski). Este começa a cantar Mazurek Dąbrowskiego [A mazurca de Dabrowski], o hino nacional polonês, sendo seguido por toda a aglomeração. A câmera, num panorâmico horizontal abandona Bierut para focar a bandeira vermelho e branca, e num travelling vertical, a acompanha por sobre o castelo de Lublin, enquanto o canto popular chega aos céus. É o partido que consegue reerguer os poloneses diante da dor da perda de seus entes queridos, através de uma motivação nacionalista. O governo de coalizão, encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores Polacos, recebe ligações tanto com uma Igreja Católica desprovida de fausto, quanto com um mandato celeste. O governo polaco buscava aumentar sua legitimidade – e até sua coesão interna – após as greves de dezembro de 1970 e de junho de 1976 – um ano antes do lançamento de *Soldaty svobody*.

Em *Karpaty, Karpaty* [Os Cárpatos, os Cárpatos], última parte de Duma o Kovpake [A assembleia de Kovpake], a trilogia de Tymofey Levchuk, de 1976, os soldados de Kovpak encontram abrigo e alimentação na sacristia de um simples pároco polonês. Ele concede informações sobre as forças alemãs na região aos soviéticos. Dá ordens aos seus sacristãos, que se comportam militarmente. Os convidados mencionam o nível de disciplina que o sacerdote impõe. Ele revela que também é um coronel do Armia Ludowa, terminando a cena com um brinde pela amizade entre os povos soviéticos e os poloneses. Levchuk aproxima a Igreja polonesa da resistência dos grupos de esquerda.

A eleição do Papa João Paulo II, em 1978, colocou a diplomacia soviética em uma situação difícil. As relações com a Igreja Católica melhoraram desde o Concílio Vaticano II (1961-65). Os soviéticos classificavam as alas progressistas da Igreja, como a Teologia da Libertação, como parte da esquerda política dos países não-socialistas. Não era com maus olhos que o Kremlin observava movimentos vinculados a setores católicos lutarem contra a dominação cultural – e na América Central, também econômica –, da potência inimiga na região que esta considerava seu próprio quintal. A eleição de um Papa conservador que combatia os setores considerados progressistas em benefício de sua própria ala, criou um racha interno que, em El Salvador e na Nicarágua desaguou

em guerra civil entre os dois blocos⁷. A URSS se viu compelida a continuar a se aproximar da Igreja ao mesmo tempo que resistia contra suas ações no satélite polonês e em outras áreas de população católica sob influência soviética.

U opasnoy tcherti [Fronteira perigosa], 1983, de Viktor Georgiyev, traz o organista Glinsky (Alexander Grave) como um dos líderes do grupo de resistência antinazista. É ele quem informa os agentes soviéticos da produção de Zyklon B com a intenção de lançá-lo contra o Exército Vermelho após testá-lo contra soviéticos nos campos de concentração. Sente que é seu dever informar o mundo dos planos de Hitler para uma guerra química como forma de se evitar represálias contra a Alemanha. Quando a Gestapo invade a escura igreja para prendê-lo, apesar dos olhares dos fiéis, coral e sacerdote, ninguém se move para defender o organista.

Em Stalingrad, 1989, Ozerov apresenta católicos belgas: reacionários e hipócritas – talvez em relação com sua base material, a pequena burguesia composta nesse caso por comerciantes de tecidos. Porém, é mais provável pensar em um renascimento do confronto religioso entre católicos romanos e ortodoxos.

Em Nikto ne khotel umirat/Niekas nenorejo mirti [Ninguém queria morrer], de 1966 (novamente logo após a campanha de Khrushchev), de Vytautas Žalakevičius aparece por duas vezes (uma no encerramento) um pequeno oratório em madeira com santos esculpidos debaixo das árvores. Esta última aparição, em meio à penumbra das árvores antes utilizadas como esconderijo pelos guerrilheiros nacionalistas “irmãos da floresta” significaria um elo negativo entre nacionalismo e religião? Um grotão sombrio que permanece apesar do progressismo soviético? Ou seria neutra, acompanhando os personagens? Se o filme dos anos 1960 pode sugerir uma visão negativa, o dos anos 1980 invertem a situação. Outra menção ao catolicismo ocorre já no ambiente da glasnost, no filme Voskresnii den v adu [Um domingo no inferno], 1987, também de Vytautas Žalakevičius. O filme lituano apresenta o coprotagonista, originário desta república, como católico, rezando em latim nas cenas iniciais. O lituano e seu conhecimento do idioma do inimigo tornam-se um importante fator para a sobrevivência do russo entre os alemães. Dependência mútua ao invés do crescente sentimento nacionalista e secessionista⁸. A religião do inimigo nazista também aparece, mas na forma luterana e não católica. O diretor possuía sentimentos contraditórios. Membro do partido desde 1961, produziu filmes completamente alinhados politicamente, como sua trilogia sobre um golpe que implanta uma ditadura militar terrorista num fictício país latino-americano, facilmente identificado com o Chile contemporâneo⁹.

O catolicismo é visto como uma religião externa ao mundo soviético. Não necessariamente negativo no âmbito dos países aliados da Europa Oriental e Central.

Tudo dependia da facção a qual o clero ou o fiel pertencia, se progressista ou conservadora. Mas certamente dotado desta característica em áreas sob influência política inimiga. Personagens católicos podem ser poloneses, tchecoslovacos, alemães do sul, mas jamais ucranianos ou lituanos. O catolicismo não é necessariamente uma força negativa no território dos aliados da União Soviética, mas se torna quando diretamente relacionado com o país, como espiões e conspiradores estrangeiros. A única exceção ocorre no cinema da república lituana, de maneira ambígua na década de 1960 e positiva na de 1980. Já a Igreja Ortodoxa ou seus princípios possuíam defensores e acusadores, com um importante incremento dos primeiros na década de 1970. Seus simpatizantes a exibiam como elemento aglutinador, profundamente ligado (ou mesmo indissociável) ao tradicional nacionalismo russo. Visões positivas e negativas da religião ortodoxa conviveram durante todo o período. No entanto, prevaleceram: 1) posições positivas, ligadas à resistência passiva ou ativa ao oponente externo durante o período da concordata stalinista após o conflito (a menção a Deus no filme de Stolper certamente não é uma crítica e não há outras menções de qualquer espécie à religião); 2) negativas ou dúbias durante a campanha irreligiosa de Khrushchev (que se, por um lado, ampliou a laicização social, por outro, mostrou-se incapaz de suprimir a religião, por mais que o desejasse e atuasse por meio da propaganda e do fechamento de templos), pondo em dúvida o auxílio da religião para a vitória na Grande Guerra Patriótica; 3) novamente positivas durante a Estagnação de Brejnev nos anos 1970, compondo um elemento da identidade russa ou eslava, ou mesmo de chauvinismo, em contraste com o inimigo fascista e ocidental; 4) o mesmo se repete mais intensamente durante a perestroika nos anos 1980, marcada agora pelo renascimento da militância religiosa, dos choques étnicos e dos nacionalismos separatistas, com a retirada das ações do partido e do Estado no sentido de procurar guiar a sociedade, quando as facções dos períodos anteriores se esfacelam politicamente.

Fontes

A ascensão [Voskhojdeniie]. Direção: Larisa Shepitko. Moscou: Mosfilm/Trete Tvorcheskoe Obedinenie, 1977. 1 DVD (111 min), P&B.

A história de um homem de verdade [Povest o nastoyashchem tcheloveke]. Direção: Aleksandr Stolper. Moscou: Mosfilm, 1948. 1 DVD (88 min), P&B.

ANNYCHKA. Direção: Boris Ivchenko. Kiev: Dovjenko Kinostudiya, 1968. 1 DVD (89 min), P&B.

REVISTA ANGELUS NOVUS

- BOY posle pobedy [Luta após a vitória]. Direção: Villen Azarov. Moscou: Mosfilm, 1972. 2 DVDs (166 min), P&B.
- CHEREZ kladbishche [Através do cemitério]. Direção: Viktor Turov. Minsk: Belarusfilm, 1964. 1 DVD (82 min), P&B.
- DACHNAYA poyezdka serjanta Tsybuli [A viagem de turismo do sargento Tsybuli]. Direção: Nikolai Litus; Vitaly Shunko. Kiev: Dovjenko Kinostudiya, 1979. 1 DVD (75 min), color.
- DUMA o Kovpake [A Duma em Kovpak]. Direção: Tymofey Levchuk. Kiev: Dovjenko Kinostudiya, 1973-76. 3 DVDs (328 min), color.
- FRONT bez flangov [Frente sem flancos]. Direção: Igor Gostev. Moscou: Mosfilm, 1975. 2 DVDs (170 min), color.
- FRONT v tylu vruga [Frente atrás das linhas inimigas]. Direção: Igor Gostev. Moscou/Praga: Mosfilm/Filmové studio Barrandov, 1981. 2 DVDs (161 min), color.
- Front za líniei fronta [Frente atrás da linha da frente]. Direção: Igor Gostev. Moscou: Mosfilm, 1977. 2 DVDs (164 min), color.
- NA semi vetrakh [Nos sete ventos]. Direção: Stanislav Rostotskiy. Moscou: Mosfilm/ Pervoe Tvorcheskoe Obedinenie, 1962. 1 DVD (106 min), P&B.
- NET neizvestnyh soldat [Não há soldados desconhecidos]. Direção: Sulamita Tsybulnik. Kiev: Dovjenko Kinostudiya, 1965. 1 DVD (88 min), P&B.
- NIKTO ne khotel umirat/Niekas nenorejo mirti [Ninguém queria morrer]. Direção: Vytautas Žalakevičius. Vilnius: Litovskaya kinostudiya, 1966. 1 DVD (100 min), P&B.
- O destino de um homem [Sudba tcheloveka]. Direção: Sergey Bondarchuk. Moscou: Mosfilm, 1959. 1 DVD (103 minutos), P&B.
- OSVOBOJENIE [Liberação]; Direção: Yuri Ozerov. Moscou: Mosfilm, 1970-71. 5 DVDs (477 min), color, P&B.
- PADENIE Berlina [A queda de Berlim]. Direção: Mikheil Chiaureli. Moscou: Mosfilm, 1950. 2 DVDs (151 min), color.
- SHEL chetvertii god voyny [Foi o quarto ano da guerra]. Direção: Georgi Nikolayenko. Moscou: Gorki Film, 1985. 1 DVD (85 min), color.
- SOLDATY Svobody [Soldados da Liberdade]. Direção: Yuri Ozerov. Moscou/Budapest/Sofia/Berlim/Varsóvia/Praga/Bratislava: Mosfilm/Mafilm/Studiya za igralni filmi Boyana/Deutsche Film (DEFA)/PRF “Zespol Filmowy”/Filmstudio Bucuresti/Filmové studio Barrandov/Slovenská filmová tvorba Koliba, 1977. 4 DVDs (420 min), color.
- STALINGRAD [Stalingrado]. Direção: Yuri Ozerov. Moscou/Hollywood/Praga/Berlim: Mosfilm/Warner Bros./Barrandov/DEFA, 1989. 2 DVDs (196 min), color.

SUDBA [Destino]. Direção: Evgeny Matveev. Moscou: Mosfilm/Chetvortoye tvorcheskoye ob'yedineniye, 1977. 2 DVDs (170 min), color.

TREVOJNII mesiats veresen [Mês preocupante ou Mês ansioso das larvas]. Direção: Leonid Osyka. Kiev: Dovjenko Kinostudiya, 1976. 1 DVD (95 min), color.

TROE sutok posle bessmertiya [Três dias depois da imortalidade]. Direção: Vladimir Dovgan. Kiev: Dovjenko Kinostudiya, 1963. 1 DVD (85 min), P&B.

TRYASINA [Lama]. Direção: Grigori Chukhrai. Moscou: Mosfilm, 1978. 2 DVDs (132 min), color.

U opasnoy tcherti [Fronteira perigosa]. Direção: Viktor Georgiyev. Moscou: Mosfilm, 1983. 1 DVD (94 min), color.

V boy idut odni stariki [Apenas os velhos estão indo para a batalha]. Direção: Leonid Bikov. Kiev: Dovjenko Kinostudiya, 1973. 1 DVD (92 min), P&B.

VOSKRESNII den v adu [Um domingo no inferno]. Direção: Vitautas Jalakiavichus. Vilnus: Lietuvos kino studija, 1987. 1 DVD (97 min), color.

Anexos

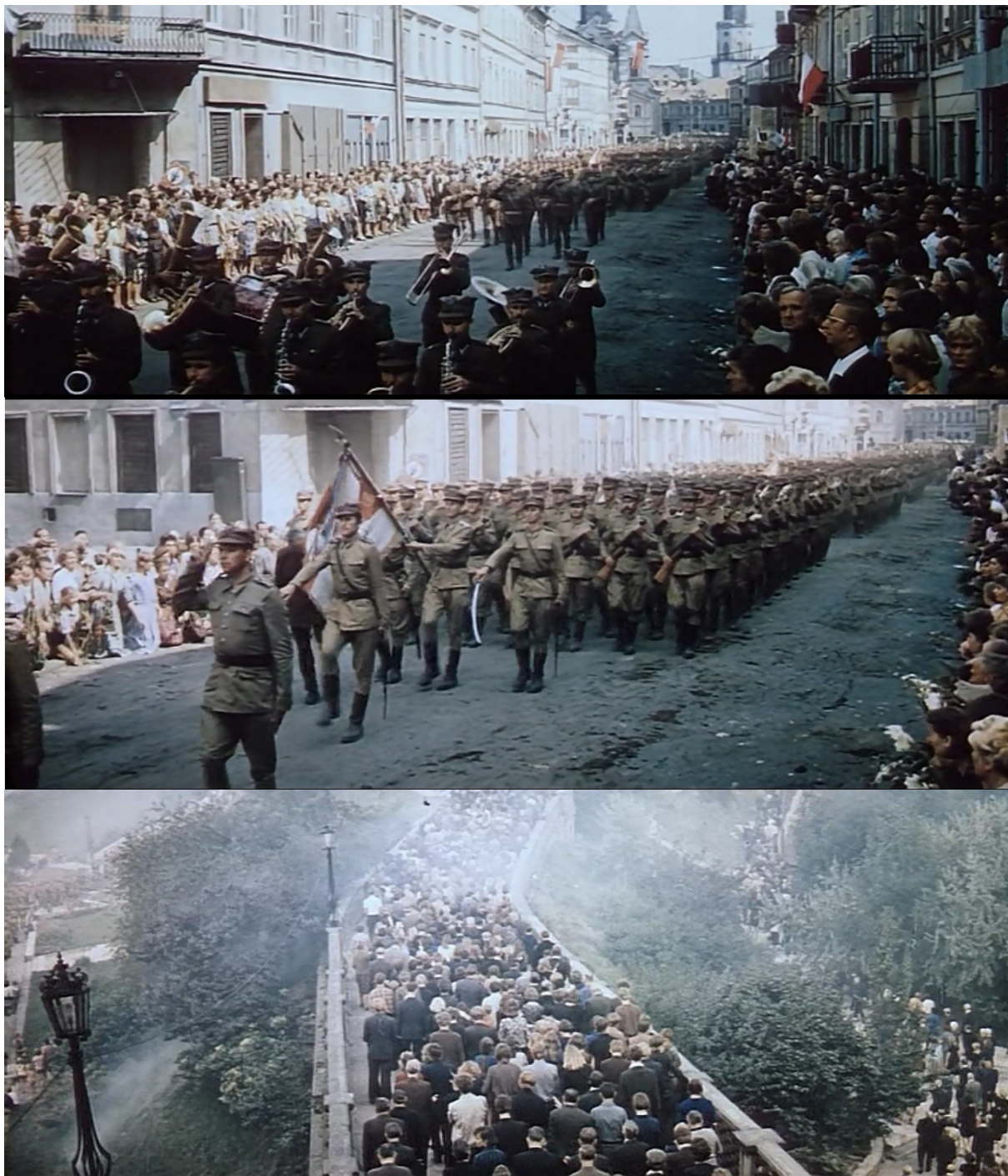




Figura 1: O cinema bélico soviético como uma política de boa vizinhança: tropas do *Armia Ludowa* entram sozinhas em Lublin. A multidão se ajoelha com ramos. O sentimento de procissão religiosa aumenta com a multidão subindo a colina do castelo – o diretor utiliza um cenário com névoa e música de fundo religiosa. A Virgem Negra de Częstochowa dá lugar ao líder Bierut e a apoteose patriótica. *Soldaty Svobody* [Soldados da Liberdade]. Yuri Ozerov, 1977.





Figura 2: Iconologia com santos: acima, O destino de um homem. Sergey Bondarchuk, 1959; no centro, Na Kiyevskom napravlenii [Na direção de Kiev]. Vladimir Denisenko, 1967 (o diretor aumenta a vinculação entre a enfermeira como maria e os soldados abaixo como santos pelo uso da grua vertical transitando da cúpula com os ícones dourados para baixo); abaixo, Net neizvestnyh soldat [Não há soldados desconhecidos]. Sulamita Tsybulnik, 1965.



Figura 3: Conde Galeazzo Ciano e o Núncio Apostólico Cesare Orsenigo diante de Hitler. Padenie Berlina [A queda de Berlim]. Mikheil Chiaureli, 1950.



Figura 4: Iconografia sem santos: A ascensão. Larisa Sheptiko, 1977.



Figura 5: O sacerdote patriota. Tryasina [Lama]. Grigori Chukhrai, 1978.



Figura 6: A religião como elo de ligação da identidade russa entre o combatente do passado czarista, o da Grande Guerra Patriótica – e, conseqüentemente, também o da Guerra Fria, a quem o filme é destinado. *Sudba* [Destino]. Evgeny Matveev, 1977.



Figura 7: A tradição religiosa das festas natalinas como renascimento do nacionalismo ucraniano. Buran [Energia]. Tymofey Levchuk, 1973.



Figura 8: Imagens da devoção lituana ao partido – mas também ao catolicismo romano. Nikto ne khotel umirat/Niekas nenorejo mirti [Ninguém queria morrer]. Vytautas Žalakevičius, 1966.



Figura 9: A religião ortodoxa, o sacerdote e os fiéis como material para o humor. Dachnaya poyezdka serjanta Tsybuli [A viagem de turismo do sargento Tsybuli]. Nikolai Litus; Vitaly Shunko, 1979.



Figura 10: As três caras de pai Pavel. Front bez flangov [Frente sem flancos]. Igor Gostev, 1975.



Figura II: ucraniano aliciado pelos nazistas se persigna para entrar na igreja e tentar conquistar a protagonista; kulak colaboracionista assiste à escravização sob os nazis. *Annychka*. Boris Ivchenko, 1968.



Figura 12: Nazis luteranos. Voskresnii den v adu [Um domingo no inferno]. Vitautas Jalakiavichus, 1987. “Há muita fofoca no exército de Hitler”. V boy idut odni stariki [Apenas os velhos estão indo para a batalha]. Leonid Bikov, 1973.

Deber moral y economía en las teodiceas de Leibniz y Malebranche

Carlos Velasco

Mestre em Estudos Históricos Avançados pela Universidade de Sevilla e em Filosofia Teórica e Prática pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED)

Resumen

El artículo realiza un acercamiento a las teodiceas de Leibniz y de Malebranche centrándose en los conceptos de “deber moral” y “economía”. A partir de aquí se calibran los términos bajo los cuales ambos filósofos entienden la libertad divina, así como la cantidad de bien que debe derivarse de la racionalidad a la que Dios se somete cuando crea el mundo. El modelo leibniciano será estudiado a la luz de los retos que, desde perspectivas polarizadas, plantearon autores como Hobbes y Spinoza a la disyunción entre la absoluta transcendencia de Dios a su creación y la subsunción de la divinidad a prescripciones lógico-metafísicas. Se destaca que el rigor conceptual de Malebranche y la esencia económica que postula para la divinidad se concilian con una concepción filosófica e histórica netamente cristiana en la que la racionalidad pura se remite a fundamentos teológicos.

Palabras Clave Teodicea – Deber moral – Economía – Voluntad divina – Principio de razón suficiente – Principio de identidad.

Resumo

O artigo realiza uma aproximação às teologias de Leibniz e Malebranche centrando-se nos conceitos de “dever moral” e “economia”. Com base nisso, examina-se os termos a partir dos quais os dois filósofos entendem a liberdade divina, bem como a quantidade de bem que deve se derivar da racionalidade à qual Deus se submete ao criar o mundo. O modelo leibniciano será estudado à luz das questões que, em perspectivas opostas, autores como Hobbes e Spinoza se colocaram sobre a disjunção entre a absoluta transcendência de Deus, a sua criação e a subsunção da divindade a prescrições lógico-metafísicas. Destaca-se que o rigor conceitual de Malebranche e a essência econômica que ele postula para a divindade se conciliam com uma concepção filosófica e histórica claramente cristã, na qual a racionalidade pura remete a fundamentos teológicos.

Palavras-chave Teodicéia – Dever moral – Economia – Vontade divina – Princípio da razão suficiente – Princípio da identidade.

Submissão

13/03/2020

Aprovação

25/06/2020

Publicação

12/08/2020

1. Introducción

La teodicea de Leibniz se enmarca en el difícil propósito de hacer conciliable la independencia absoluta de la naturaleza, concebida como un mecanicismo autónomo, con la libertad irrestricta del Creador. El filósofo de Hannover trata así de apuntalar una vía intermedia entre los dos grandes partidos que capitalizaban el debate filosófico a la sazón: el fatalismo o la necesidad ciega, de un lado, que, tradicionalmente defendido por epicúreos, estoicos y pirrónicos, había encontrado una nueva versión en la metafísica spinozista, y el voluntarismo teológico¹, que propugnaba que la voluntad de Dios es completamente indiferente e inasible para los hombres, primando así las cuestiones de gracia sobre las cuestiones de razón. Leibniz desarrolló sus pensamientos en un contexto histórico marcado por los conflictos confesionales dentro del cristianismo, frente al cual trataría—en vano—de desarrollar el proyecto de una Europa unida. Es importante no soslayar este elemento cuando se trata de comprender su teodicea: la subordinación y superación de la miríada de dogmas teológicos en un sistema universalmente comprensible a través de la razón y reducible a unos cuantos preceptos matemáticos y geométricos está en total congruencia con este proyecto de consecución de un lenguaje universalmente válido que superara el encastillamiento dogmático de los distintos dogmas confesionales, que había conducido al continente a interminables conflictos.

Malebranche también intenta abrir con sus ideas un camino entre dos posiciones polarizadas. Por un lado, se opone al fideísmo absoluto y a la gracia eficaz del partido jansenista (que tuvo en B. Pascal, A. Arnauld y P. Quesnel sus cabezas de fila más granados); por otro, al voluntarismo ciego de Hobbes, que postulaba a la divinidad esencialmente inadecuada a cualesquiera proposiciones racionales. Su edificio intelectual persevera en el desarrollo de la física y la metafísica cartesianas, mas poniendo término a la propensión hacia la autonomía del cogito y las ideas innatas al reconvenir ambas agencias en la dependencia de Dios. De este modo, los avances de la filosofía moderna hallaban encaje en el ethos cristiano al tiempo que el cristianismo y su nuevo prototipo de Dios sabio y sumamente inteligente se situaba como principio y fin del proceso de ilustración.

¹ MORMINO, G. *Determinismo e utilitarismo nella teodicea di Leibniz*. Milán: Franco Angeli, 2005, pp. 176-177.

2. El papel del “deber moral” en la teodicea leibniziana

Los grandes especialistas en Leibniz aciertan a distinguir dos elementos quiciales en su metafísica. De un lado, el principio de identidad o contradicción introduce que, cuando nos encontramos con dos proposiciones contradictorias, ha de seguirse que la una es verdadera y la otra es falsa. Este precepto es válido para el ámbito de las esencias, y supone una necesidad absoluta que Leibniz denomina también lógica, metafísica y geométrica. El segundo gran axioma del sistema leibniziano es el de razón suficiente. Éste supone una necesidad moral a la que denomina también física o hipotética. Su campo de operatividad es el de la física, teología natural, metafísica y moral².

Estas dos leyes concurren de manera decisiva en la fundación del sistema de su teodicea, como el mismo autor nos adelanta al iniciar de su obra homónima:

Las verdades de la razón son de dos clases. Unas se llaman verdades eternas, y son absolutamente necesarias, de manera que lo opuesto implica contradicción, tales como aquella cuya necesidad es lógica, metafísica o geométrica, y que no es posible negar sin caer en el absurdo. Hay otras que se pueden llamar verdades positivas, porque son las leyes que Dios ha tenido a bien dar a la naturaleza, o porque dependen de él (...) la elección libre de Dios, y no una necesidad geométrica, es la que hace preferible lo conveniente y le da existencia. Y así, puede decirse que la necesidad física se funda en la necesidad moral, es decir, en la elección del sabio digna de su sabiduría³.

Este extracto epitoma el espíritu que va a presidir la teodicea leibniziana. Dios ha creado el mundo de acuerdo con un criterio de razón, lo que implica que no es posible encontrar contradicción alguna en su obra, que no diferiría de las leyes de la lógica, la geometría o las matemáticas. Sin embargo, en el curso de su acción creadora, Dios no se habría visto impelido por una necesidad conceptual o metafísica, sino que habría actuado libremente. La vigencia de las leyes de la lógica no debe redundar en ningún caso en detrimento de la libertad divina. Y es que este corolario habría aproximado el sistema leibniziano a los postulados de la metafísica materialista y panteísta de Spinoza, para quien “todo lo que existe, existe necesariamente, y lo que no existe no puede existir, mientras que para el filósofo de Hannover lo que sucede podría haber sucedido de un modo diferente”⁴.

² FERNÁNDEZ-GARCÍA, M^a. *La omnipotencia del Absoluto en Leibniz*. Barañáin (Navarra): Ediciones Universidad de Navarra, 2000, pp. 139-142.

³ LEIBNIZ, G. W. *Teodicea: ensayos sobre la bondad de Dios, la libertad del hombre y el origen del mal* (Edición Digital a cargo de Jacobo Muñoz). Madrid: Biblioteca Nueva, 2014. pp. 73-74.

⁴ ISRAEL, J. *La Ilustración radical: La filosofía y la construcción de la Modernidad, 1650-1750*. México D.F.: FCE, 2012, p. 633.

El mundo existente es el mejor de los mundos posibles no por una causación ciega de la naturaleza, sino porque Dios, en el amplio espectro de mundos que pudo haber creado a causa de su inobjetable libertad, así lo resolvió, de acuerdo con la bondad y sabiduría que se han de postular como consustanciales al mejor de los seres imaginables. Ahora bien, si escrutamos la naturaleza y sus leyes físicas *prima facie*, el mundo y el universo bien podría presentársenos en los términos que lo entiende Spinoza: hay una *necesidad* absoluta de “verdades eternas”, tales como las de la geometría, que son conceptual y eternamente inalterables. Ante estas objeciones responderá Leibniz que, si el mundo se parece más a la red causal inamovible de leyes naturales discernibles a través de la geometría y la matemática, tal como preconizó Spinoza, esto se debería a que Dios, en contra de lo que sostenía Hobbes, actúa en consonancia con unos patrones conceptuales predeterminados. Ahora bien, el que Dios actuara de esta manera no mina ni compele su libertad en absoluto: actúa de acuerdo con la idea de sabiduría y bondad adscritas a él porque es un “ser moral”, no por una necesidad ciega⁵. Con la distinción entre la “necesidad absoluta” de causa y efecto mecánicos (estrechamente relacionada con la filosofía de Spinoza) y la “necesidad moral” de Dios de elegir siempre la mejor de las posibilidades existentes, Leibniz se mostró confiado en haber rescatado el libre albedrío de Dios al tiempo que afirmaba la predictibilidad y regularidad absoluta de las leyes de la naturaleza tal como las concebía la ciencia moderna de su tiempo⁶.

Leibniz nos consigna una descripción más precisa de la particular concatenación de voluntad y sabiduría en su sistema en el parágrafo 7 de la *Théodicée*:

El poder se encamina al ser, la sabiduría o el entendimiento a lo verdadero, y la voluntad al bien. Y esta causa inteligente debe ser infinita en todos conceptos, y absolutamente perfecta en poder, en sabiduría y en bondad, puesto que alcanza a todo lo que es posible. Y como todo se liga, no da lugar a admitir más que una. Su entendimiento es el origen de las esencias, y su voluntad es el origen de las existencias. He aquí en pocas palabras la prueba de un Dios único con sus perfecciones, y por su medio el origen de las cosas⁷.

Trataremos de arrojar luz acerca del peculiar concepto que Leibniz maneja de la *voluntad* divina a través de la controversia que mantuvo a este tenor con Hobbes. El

5 Sobre este punto se pronunció en el parágrafo 345 de la *Theodicée* (LEIBNIZ, G. W. Madrid: Biblioteca Nueva, 2014, p. 328): “No nacen ellas [las leyes de la naturaleza] enteramente del principio de la necesidad, sino que nacen del principio de la perfección y del orden, como que son un efecto de la elección y la sabiduría de Dios. Puedo demostrar estas leyes de muchas maneras, pero siempre es preciso suponer algo que no es de una necesidad absolutamente geométrica. De manera que estas preciosas leyes son una prueba maravillosa de la existencia de un ser inteligente y libre contra el sistema de Estratón o de Spinoza”.

6 ISRAEL, J., 2012, *opus cit.*, pp. 636-637.

7 LEIBNIZ, G. W. *Teodicea: ensayos sobre la bondad de Dios, la libertad del hombre y el origen del mal*. (Edición digital a cargo de Jacobo Muñoz). Madrid: Biblioteca Nueva, 2014, p. 121.

filósofo inglés afirmaba que “no tenemos ninguna idea que pueda proporcionarnos una representación positiva de Dios. Éste no es solamente incomprensible, sino también inconcebible de modo positivo”⁸. Pero Hobbes no limitaría el carácter inescrutable del creador al dominio de la epistemología, sino que lo amplificaría al de la causalidad física que vimos a Leibniz cimentar sobre su precepto de razón suficiente. Dios—al decir de Hobbes— sería *en sí* en el sentido de “sin causa”, es decir, completamente inadecuado e indiferente a la categoría de casualidad, toda vez que dicha categoría fue forjada para el conocimiento del mundo. La absoluta trascendencia de Dios respecto al mundo que se colige de estos postulados culmina en el célebre apotegma hobbesiano que dice que el único enunciado que puede convenir a Dios es que “existe”. “El único *nomem proprium* de Dios es *est quod est*”⁹. Se sigue de todo esto, como Zarka¹⁰ advierte de manera lúcida, que “la trascendencia absoluta de Dios no sólo funda la tesis según la cual nuestro saber de Dios se limita al conocimiento de su existencia, sino que también y de forma correlativa parece condenar cualquier eventual empresa de teología racional.”

La declinación hobbesiana de todo proyecto de teología racional lleva forzosamente aparejada la imposibilidad de cualquier intento de teodicea, socavando así los dos conceptos axiales de la teodicea leibniziana a los que nos hemos referido. Hobbes ni siquiera estaba dispuesto a admitir el principio de identidad, que mantenía que dos verdades contradictorias no podían ser ciertas al mismo tiempo. Así lo manifiesta cuando declara que “Dios no quiso que los tres ángulos de un triángulo fueran iguales a dos rectos o que el mundo fuese creado en el tiempo porque conociese que esto no podía hacerse de otro modo”, sino que, “porque quiso crear el mundo en el tiempo, por eso es así mejor que si lo hubiese creado desde la eternidad; y en la medida en que quiso que los tres ángulos de un triángulo fuesen iguales a dos rectos, es ahora cierto que es así, y no puede ser de otro modo”¹¹. Expresado en otros términos, cabe decir que la justicia de Dios no reside en las cosas mismas, sino en la voluntad que imprime sobre ellas.

Estas premisas se antojan del todo inconcebibles para Leibniz. El voluntarismo absoluto de Hobbes subvierte su principio de identidad. Si Dios pudiera haber hecho que la suma de los ángulos de un triángulo no equivaliera a la de dos ángulos rectos, se

8 ZARKA, Y. Ch. *Filosofía y política en la época moderna*. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2008, p. 84.

9 *Ibidem*, p. 85.

10 *Ibidem*.

11 *Ibidem*, pp. 89-90.

pierde la idea de toda fundamentación lógica y matemática de las cosas, pudiendo ser dos enunciados contradictorios y verdaderos al mismo tiempo. De modo análogo, el principio de razón suficiente quedaba en suspensión, al ubicar en el fundamento de la cadena de causalidad un principio ajeno a la razón como era el Dios voluntarista. Contra ello, Leibniz va a acuñar un concepto completamente novedoso de voluntad divina que supere los efectos nocivos de la trascendencia absoluta hobbessiana: “Jamás la voluntad se ve arrastrada a obrar—afirma—si no es por la representación del bien, que prevalece sobre todas las representaciones contrarias”¹²; “la voluntad consiste en la inclinación a hacer una cosa en proporción del bien en ella encerrado”¹³.

Desde esta perspectiva, la voluntad deviene una función que da existencia a la integridad ontológica que prevalece conceptualmente en las cosas mismas. Esto permite identificar la voluntad con la justicia, entendida como la actualización de las cosas efectuada por Dios de acuerdo con su necesidad conceptual. Así se corrobora cuando reprocha a Hobbes que “reduciendo la idea de justicia al mero poder, pervierte el sentido de justicia”:

La justicia en Dios, dice el señor Hobbes, (...) no es más que el poder que tiene, y que ejerce distribuyendo bendiciones y aflicciones. Esta definición me sorprende: lo que constituye la justicia no es el poder de distribuirlas, sino la voluntad de distribuirlas de manera racional, es decir, la bondad guiada por la sabiduría (...). La voluntad sin razón sería el azar de los epicúreos¹⁴.

Pese a estar convencido de haber salvado la autonomía y la libertad de la divinidad al tiempo que consolidaba el estatuto inapelable de las proposiciones de orden matemático, así como la regularidad y predictibilidad de los fenómenos físicos, la teodicea leibniziana tuvo aún que lidiar con algunas inconsecuencias ingénitas que sus críticos no dejaron de señalarle.

Y es que esa salvación de la autonomía del Dios creador pasaba por la conversión de la *sustancia* spinoziana en *teodicea*. Nuestro autor transita desde un necesitarismo metafísico y físico hacia un necesitarismo moral y personal. El problema a este sistema lo va a encontrar Leibniz no por el lado de la autonomía de la naturaleza, sino por el lado de la *excepción*. Esto es, si Dios hace el mundo existente en coherencia con un criterio de *bondad*, su intercesión por vías extraordinarias, el milagro, le llevaría a incurrir en la maldad. Esto no puede ocurrir en el necesitarismo spinoziano, pues el filósofo holandés postula la imposibilidad absoluta de lo distinto a lo existente (*Res*

¹² LEIBNIZ, G.W. *opus cit.*, pp. 152-153.

¹³ *Ibidem*, p. 140.

¹⁴ RADA, E. (ed.). La polémica Leibniz-Clarke. Madrid: Taurus, 1980, p. 81.

*nullo alio modo, neque alio ordina a Deo produci potuerunt quam productae sunt*¹⁵). Y es que la contingencia del milagro no sólo pone en aprietos a la persona divina al encauzarle por la senda de la decisión maliciosa, sino que es esencialmente incompatible con los dos elementos axiales del sistema spinoziano: por una parte, un milagro puede violentar las leyes lógico-matemáticas que gobiernan el mundo, y que el filósofo de Hannover reputa imprescriptibles; de otro lado, abre un orificio en la cadena de razones suficientes del cual la razón humana no puede dar cuenta. El milagro dinamita el sistema leibniciano desde toda óptica¹⁶.

Leibniz va a franquear estas cortapisas aduciendo que la percepción de los milagros como tales se deberían en todo caso a la finitud y limitaciones del aparato cognitivo humano. En estos términos se expresa sobre esta particular en la *Theodicee*:

(...) se dirá que, si todo está ordenado, Dios no puede hacer milagros. Pero es preciso tener en cuenta que los milagros que suceden en el mundo estaban ya incluidos y representados como posibles en este mismo mundo, considerado en estado de pura posibilidad; y Dios, que los ha hecho después, había ya decretado el hacerlos cuando escogió este mundo (...). Y como todo está ligado sabiamente en el mundo, es claro que Dios, previendo lo que libremente sucedería, ha arreglado el resto de las cosas de antemano, o (lo que es lo mismo) ha escogido este mundo posible donde todo estaba arreglado de esta manera¹⁷.

Leibniz era plenamente consciente de que este punto pasaba por ser la parte más débil y delicada de su sistema. Una postura abiertamente favorable a la posibilidad del milagro tal como la teología lo había entendido tradicionalmente no sólo contravendría de raíz todos los elementos quiciales de su argumentación, sino que le aproximaría a la órbita de la posición fideista y voluntarista. Desde esta óptica, la razón independiente se veía privada de su fundamento, ya fuese por la omnipotencia de Dios que suponía Hobbes o por el hecho de que el azar gobernaba el mundo, tal como sostenían

15 “Las cosas no han podido ser producidas de ningún otro modo, ni en ningún otro orden, que como han sido producidas” (cit. en ISRAEL, J., 2012, *opus cit.*, p. 293).

16 No pretendemos dar a entender con esto que el vocablo “milagro” sea proscrito en la metafísica leibniziana, sino, más bien, tal como el propio Leibniz nos hace ver en *Teodicea* §207 (p. 255), que su acepción tradicional en tanto que fenómeno que “no se puede explicar por la naturaleza de las cosas creadas” (a la manera de Hobbes) es del todo inasumible e inconcebible en los términos de su sistema. Aunque Leibniz no se refiere expresamente a que la excepción al orden de la razón aboca al mal, éste es un corolario lógico de su sistema fácilmente inferible. Pues, al identificar el Bien con el orden de la Creación, la virtualidad de la vulneración —a la cual Leibniz nunca se refiere, pues para él una manifestación de Dios segregada de la razón, contradiciendo los principios de no contradicción y de razón suficiente, se antojaba a todas luces inconcebible—de tal orden nos sitúa directamente en la órbita del mal. Si la elección moral libre de un Dios inteligente pasaba por ser la única alternativa para no sucumbir al necessitarismo spinozista, el precio a pagar era alto: identificar la excepción absoluta—insistimos, a la que Leibniz nunca se refiere—con el mal.

17 LEIBNIZ, G.W., 2014, *opus cit.*, pp. 156-157.

epicúreos y atomistas. Dicho en otras palabras, la *ratio* autónoma de la teodicea leibniziana se veía igualmente amenazada por lo superrracional que por lo irracional. Por otro lado, una postura abiertamente en contra de la eventualidad del milagro le habría llevado a abrazar la necesidad que gobierna el orden de las verdades físico-matemáticas así como el de la naturaleza, asimilándolo con las posiciones spinozistas. La posición leibniziana está, huelga decirlo, más próxima del necesitarismo causalista spinoziano que del voluntarismo hobbesiano, si bien esto no es óbice para que nuestro autor tuviera que defender la libertad divina a la que vez su racionalidad predecible, todo ello al tiempo que negaba el milagro en su acepción tradicional de suspensión parcial de las leyes de la naturaleza.

En este empeño, Leibniz va a admitir, en congruencia con el principio de identidad, que resulta imposible a todas luces concebir un fenómeno *contrario* a la razón. Lo que los seres humanos experimentamos como milagros son fenómenos compatibles con la *ratio* divina, y en absoluto inconciliables con los principios de identidad y de no contradicción; el que nosotros los percibamos como tales obedecería al hecho de que estos fenómenos sobrepujan los parámetros de nuestros usos y costumbres, lo cual no conlleva en modo alguno que sean irracionales. A este respecto, Leibniz va a distinguir entre fenómenos *contrarios a la razón* y *superiores a la razón*:

(...) Porque lo que es contrario a la razón, lo es a las verdades absolutamente ciertas e indispensables; y lo que es superior a la razón es contrario sólo a lo que acostumbramos a experimentar y comprender (...). Una verdad es superior a la razón cuando nuestro espíritu (y aún todo espíritu creado) no la puede comprender; como sucede, a mi entender, con la Santa Trinidad; con los milagros reservados sólo a Dios, como, por ejemplo, la creación; con la elección del orden del universo que depende de la armonía universal y del conocimiento distinto de una infinidad de cosas a la vez. Pero una verdad no puede nunca ser contraria a la verdad, y lejos de ser incomprensible un dogma combatido y vencido por la razón, puede decirse que nada es más fácil de comprender ni más manifiesto que el absurdo que él encierra. Porque por razón no entendemos aquí las opiniones y discursos de los hombres, ni tampoco el hábito que han tomado de juzgar las cosas según el curso ordinario de la naturaleza, sino el encadenamiento inviolable entre las verdades¹⁸.

En esta misma línea se iba a expresar en el Discurso de metafísica (§6 y §7) cuando aborda las modalidades bajo las cuales Dios actúa, concluyendo que ninguna de ellas resulta compatible con el concepto tradicional de milagro:

Las voluntades o acciones de Dios se dividen comúnmente en ordinarias o extraordinarias. Pero es conveniente tener en cuenta que Dios no hace nada fuera del orden. Así, lo que

¹⁸ *Ibidem*, pp. 89-90.

pasa por extraordinario no lo es más que a la mirada de algún orden particular establecido entre las criaturas. Pues, en cuanto al orden universal, todo está de acuerdo con Él. Y tan cierto es eso, que no solamente no sucede en el mundo nada que sea absolutamente irregular, sino que ni siquiera podría fingirse nada semejante. (...) Mas cuando la regla es complicada, lo que no está conforme con ella pasa por irregular.

Puesto que nada puede hacerse que no esté dentro del orden, puede decirse que los milagros están también dentro de él, lo mismo que las operaciones naturales, que se llaman así porque están de acuerdo con ciertas máximas subalternas que nosotros llamamos la naturaleza de las cosas. Pues puede decirse que esta naturaleza no es más que una costumbre de Dios, de la que puede dispensarse a causa de una razón más poderosa que aquella que le ha movido a servirse de sus máximas. En cuanto a las voluntades generales o particulares, según se tome la cosa, puede decirse que Dios hace todo según su voluntad más general, que está conforme con el orden más perfecto que ha escogido; pero puede decirse también que hay voluntades particulares que son excepciones a las máximas subalternas dichas, pues la más general de las leyes de Dios, que regula toda la serie del universo, no tiene excepción¹⁹.

De esto se sigue un ingenioso corolario. Leibniz va a entender las excepciones a las leyes de la naturaleza a su vez como leyes. Lo que los seres humanos percibimos como suspensiones de las leyes de la naturaleza constitutivamente refractarias a toda fundamentación racional serían en realidad otras tantas leyes que colisionan con las que estamos habituados a presenciar. De ahí que, para evitar estos inconvenientes, este cortocircuito entre racionalidades concurrentes, Leibniz diga que Dios ha creado el mundo “más simple en hipótesis y más rico en fenómenos”, siendo tal ordenamiento el que propiciaría el menor conflicto entre las disposiciones de las distintas leyes generales y, por ende, el que implica un menor número de excepciones a las leyes generales²⁰.

La sabiduría divina que informa el orden de la creación, y que se sustancia en una *ratio*, es más perfecta que la humana. Con todo, en la mente de Leibniz ello no lleva aparejado, como ocurre con Hobbes, que existiera un clivaje insalvable entre la racionalidad humana y la divina²¹. El filósofo inglés estimaba que esta disimetría se

19 LEIBNIZ, G.W. *Monadología/Discurso de metafísica/Profesión de fe del filósofo*. Barcelona: Ed. Orbis, 1983, pp. 70-72.

20 BROWN, G. “Miracles in the Best of All Possible Worlds: Leibniz’s Dilemma and Leibniz’s Razor”. *History of Philosophy Quarterly*, Vol. 12, No. 1 (Jan., 1995), p. 23.

21 Los corolarios políticos que Hobbes infirió de este postulado teológico-epistemológico abren una vía de estudio muy fértil al ámbito de la filosofía política y filosofía del derecho que, por razones de espacio, aquí no podemos más que prefigurar. Si el derecho, al igual que el conocimiento, se funda sobre el prerrequisito de la omnipotencia divina, el orden resultante habrá de ser pensado como un orden de coerción, lo cual viene a disolver el nexo que los teólogos de la segunda escolástica trabaron entre el dominio divino y el orden natural de las cosas. El orden impuesto, escribiría el pensador inglés, retomando así los términos de una oposición clásica, no adopta la forma de un

producía en la medida en que Dios se emancipaba de toda *ratio* en su proceder, en tanto que Leibniz va a proponer que ese desfase se debe a que Dios se pertrecha en su “hacer” de una *ratio* de orden superior cuyo desfase con la razón humana llevaría a los hombres a vislumbrar milagros allí donde en realidad existiría un proceder uniforme y razonado en total congruencia con los principios de identidad y de razón suficiente. Así, Leibniz pudo seguir refiriéndose a esta *ratio* de orden superior como *sabiduría* (esto es, como voluntad reglada), y no como una voluntad desbocada y segregada de toda *ratio*²². El *misterio*, fundamento del dogma religioso, queda de este modo circunscrito a los términos de una “razón de orden superior”. Con esta adscripción de la categoría del milagro y del misterio a la imperfección y debilidad de la razón humana, Leibniz pudo salvaguardar su principio de identidad, que suponía que ningún fenómeno podía contradecir las reglas de la razón.

Acabamos de dar con el elemento que posiblemente represente la piedra angular del sistema de la teodicea leibniziana, y que, de paso, lo diferencia de la pura necesidad spinozista: la elección libre de un Dios moral. Esta moralidad connatural bosqueja un Dios personal que, al conformar su creación a la idea del bien, cuida de sus criaturas. Nada más lejos de la realidad, por cuanto la idea de Bien que maneja Leibniz dista mucho de identificarse con la erradicación de las aflicciones humanas. La idea del bien y el deber moral para Leibniz se cifra, antes bien, en una necesidad para con las demandas

consejo, cuya razón se derivaría de la cosa misma, sino de una *ley* que se impone por su sola voluntad y por la sola potencia de aquel que la ordena. Para un análisis más exhaustivo de estas nociones, cfr. RENOUX-ZAGAMÉ, M.F., *Origines théologiques du concept moderne de propriété*. Geneva: Librairie Droz, 1987, pp. 169-170. Desde este prisma, la disyunción entre *consejo* y *ley* se antoja homologable con la cesura que existe entre la voluntad divina sometida a criterios racionales e inteligibles leibniziana y la voluntad absoluta hobbesiana.

22. Hobbes derivaría de aquí que, al ser la razón humana esencialmente inadecuada al concepto de la divinidad, la sumisión incondicional a la autoridad de turno era el único modo de conjurar la perspectiva de la infinita disensión y, en último punto, de la “guerra de todos contra todos”. De sigue de ello que las cosas no son buenas o malas en sí mismas, sino en función del fallo que la autoridad competente dicta sobre ellas. De manera contrastante con Leibniz, Hobbes asumirá que la razón humana no es universal ni alcanza verdades universales: la implementación del libre raciocinio sólo puede abocar a la eterna confrontación. De modo que allí donde Leibniz proyectará una Iglesia universal fundada sobre las reglas de la Razón universal, Hobbes prescribirá la sumisión de los ciudadanos a la autoridad de turno. A la vista de esto habría de entenderse su aseveración de que “Si hay nada en la Escritura de lo que pueda ser inferida la infalibilidad de la Iglesia romana, mucho menos se podrá asumir la infalibilidad de una Iglesia particular; y, menos aún, de un hombre particular” (cfr. a este respecto TRIOMPHE, M. “Hobbes, lecteur de la Bible dans le Léviathan”. In: *La Bible dans le monde anglo-américain aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Société d’études anglo-américains des 17e et 18e siècles, pp. 60-61, 1984. La autoridad pública ejerce un papel análogo al de Dios en la Creación y en el proceso de conocimiento: es su sola voluntad la que prescribe sobre el ser de las cosas, sin atenerse en su gobierno a ningún criterio previo a la decisión misma. Leibniz, en cambio, pudo creer en la transparencia de la autoridad política pública en tanto en cuanto prescribió para aquélla, como para Dios en su obrar, una supeditación a las normas de la razón. El gobierno, como Dios, actúa de acuerdo con las leyes universales de la razón, que son accesibles a todos los hombres en todas las épocas.

de las proposiciones lógico-metafísicas. Esto lo percibió H. Blumenberg de manera perspicaz al apostillar que la filosofía de Leibniz no persigue tanto la preservación de la libertad divina cuanto los intereses de la competencia plena de la razón²³ así como de su correlato físico, esto es, una naturaleza regular y uniforme no perturbada por la presencia de milagros.

El principio del orden en virtud del cual Dios somete en todo momento su hacer a exigencias metafísicas racionales (sean tales exigencias transparentes o no al intelecto humano) tendría por finalidad la “felicidad de las mentes”. Es decir, el mundo, tal como existe, y se mire desde la óptica que se mire, produce la máxima gratificación a las mentes racionales. De ahí que, si aun en cierto momento tales o cuales acontecimientos nos pueden parecer irracionales, “cuanto más analizamos las cosas, más satisfacen éstas nuestro intelecto”. Y el placer y la felicidad de los seres inteligentes consistiría en “la percepción de la belleza, el orden y la perfección”. El mundo existente es el “mejor”, no porque sea el que más exima a los seres humanos de sus sufrimientos cotidianos, sino por el hecho de que es racional y metafísicamente óptimo, enteramente compatible y aprehensible desde la matemática y la geometría. No es otra, pues, la noción de “felicidad” que se desprende de esta teodicea en la que el Bien se identifica con las exigencias de la razón y la autonomía de los fenómenos físicos. Del mismo modo que “teodicea” no significa para Leibniz la mejor de las perspectivas para los humanos en el mundo, la “felicidad” concomitante a esta teodicea no puede tampoco identificarse con la extinción de los males del mundo y del sufrimiento de los hombres.

Visto desde este prisma, se torna admisible postular que, de la mano de su concepto de deber moral presidiendo las acciones de Dios, Leibniz no buscaba tanto personalizar la máquina independiente en que la física y metafísica del siglo XVII habían convertido la obra de Dios cuanto revestir dicha máquina de un cariz moral. Esto último se constata cuando se confronta la explicación que ofrece del mal. Si el mal y el crimen pululan por doquiera en el mundo, ¿cómo contemporizar este hecho con la premisa de que el género humano habita el *mejor* de los mundos posibles? Leibniz responderá que aquellos autores que, como P. Bayle, asumen que Dios, dada su omnipotencia, pudo o puede erradicar el pecado y el correlativo mal del mundo, erran al confrontar la problemática desde la perspectiva de la pura felicidad humana. Y es que, a su entender, el mundo sería el mejor de los posibles no de acuerdo con la cantidad de felicidad humana en él existente, sino en función de la sabiduría que Dios plasma en el mismo; una sabiduría que comprende muchas otras variables más allá de la neta felicidad de los hombres.

23 BLUMENBERG, H. *La legitimación de la Edad Moderna*. Valencia: Pre-Textos, 2008, pp. 84-85.

Algún adversario dice que el mundo ha podido existir sin pecado y sin padecimientos; pero niego que entonces hubiera sido el mejor. Porque es preciso tener entendido que todo está ligado en cada uno de los mundos posibles; que el Universo, cualquiera que sea, es todo de una pieza, como un Océano; el menor movimiento hace sentir su eco a todas las distancias. (...) Dios lo ha ordenado todo de antemano de una vez para siempre, habiendo previsto los ruegos u oraciones, las buenas y las malas acciones, y todo lo demás; y cada cosa ha contribuido idealmente antes de su existencia a la resolución que ha tomado sobre la existencia de todas. Así que nada puede mudarse en el Universo (como no se puede en un número). (...) Por lo tanto, si llegara a faltar el menor mal que sucede en el mundo, ya no sería este mundo, que, tomándolo todo en cuenta el Creador que lo ha escogido, ha encontrado que era el mejor²⁴.

La explicación metafísica de este punto se cifra en que la mente divina se compondría de una serie de unidades conceptuales elementales respecto a las cuales Dios, conducido por su infinita bondad y sabiduría, estaría obligado a dar cuenta en la creación. La plasmación fiel de este orden de unidades sustanciales (que Leibniz va a denominar mónadas) en la esfera del mundo creado sería lo que llevaría aparejado el mal. Dios tendría el poder para subsanar estos desarreglos mediante intervenciones puntuales, pero, caso de hacerlo, socavaría el equilibrio racional y conceptual que su mente le dicta, dando al traste con el encadenamiento de verdades físicas y metafísicas. La observancia por parte de Dios de estas verdades conceptuales en el momento de la creación lo va a llamar Leibniz *voluntad antecedente* divina. Esta voluntad es puramente apriorística y conceptual, precede a la creación y “considera cada bien aparte en tanto que es bien”²⁵. Por otro lado, al orden de la realidad creada donde surge el conflicto entre las ideas de la voluntad antecedente llevadas a la existencia recibe el nombre de *voluntad consecuencial*, la cual se regiría por la máxima de que “jamás deja de hacerse lo que se quiere cuando se puede”.²⁶ Esta última resultaría del “conflicto entre todas las voluntades antecedentes”²⁷. Se desprende de aquí que el sufrimiento es un resultado de la plasmación fidedigna que Dios efectúa de las verdades antecedentes en la esfera mundana. La consumación de la integridad conceptual *a priori* de las sustancias redundaría en mayor sufrimiento para los hombres. La aflicción no es, pues, sino un corolario del prurito metafísico de Dios en su obrar. Dirá así Leibniz que la voluntad consecuente de Dios que tiene por objeto el pecado no es más que *permisiva*²⁸, en la

24 LEIBNIZ, G.W., 2014, *opus cit.*, p. 132.

25 *Ibidem*, pp. 140-141.

26 *Ibidem*.

27 *Ibidem*.

28 *Ibidem*, p. 142.

medida en que hace las veces de *sine qua non* para un bien mayor, a saber, la realización de las verdades sustanciales que anidan en su mente.

El modo de razonar de Leibniz opera en el sentido de una fundamentación extrínseca y *a posteriori* del sujeto que presume a éste toda la suma de predicados que deben iluminar su actividad moral. Este proceder lo acabamos de ver aplicado al deber moral divino, donde la bondad de Dios se infiere directamente del orden lógico, matemático y geométrico, de un lado, y del orden de la causación física del mundo de otro. Leibniz pondrá esto de manifiesto de manera taxativa al afirmar que “en toda proposición afirmativa, verdadera, necesaria o contingente, universal o singular, la noción del predicado está comprendida en la del sujeto: *predicatum inest subjecto*”²⁹. El sujeto leibniziano no es más que la salida natural que encontró a la necesidad que planteaba su sistema de vertebrarse en una razón suficiente que diera cuenta de toda la diversidad metafísica y física. Sirva de ejemplo la mónada que reside en la mente divina y que tiene su traslación en el mundo real, dándose una identificación cabal entre la mónada que habita la mente divina y la mónada realizada. La única excepción planteada a la regla puede venir dada por Dios, cuya omnipotencia rebasa toda atribución predicativa, tornando imposible una identificación absoluta entre los predicados y el sujeto. Empero, declarará Leibniz que Dios actúa guiado por un “bien moral”: quizá los predicados no den cuenta de *todo* el sujeto divino, pero sí de su *radio de acción moral*; de hecho, no es sino tal moralidad, como hemos tenido ocasión de ver, la que fundaría y haría posible la teodicea.

Spinoza razonaba de un modo homólogo cuando trabó la relación existente entre sus dos principios nucleares: la *Natura Naturans* y la *Natura naturata*. La primera noción designaba a Dios en tanto que agente motor. El segundo término hacía alusión al producto de la realización *total* de los atributos divinos. La ilación de estos términos nos aboca casi a la tautología. Pues ¿qué necesidad tendría la naturaleza de ser naturalizada? Si atendemos a la definición ofrecida por el propio Spinoza, la relación entre ambas nociones no divergiría esencialmente de aquella que Leibniz establece entre sujeto y predicado, o, en la teodicea, entre el Dios creador y el mundo creado. La *Natura Naturans* designa lo que existe independientemente en sí mismo y existe y se concibe a través de sí mismo, es decir, “Dios en tanto es considerado una causa libre”. Por *Natura naturata* se entiende, en cambio, todo lo que se sigue de la necesidad de la naturaleza divina, o de algunos de los atributos de Dios...”³⁰. La única diferencia, bien

29 FERNÁNDEZ-GARCÍA, M^a., 2000, *opus cit.*, pp. 136-137.

30 MELAMED, Y. “Why Spinoza is not an Eleatic Monist (Or Why Diversity Exists)”. In: GOFF, P. (ed.). *Spinoza on Monism*. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 208.

que sustancial, es que Spinoza establece una relación de necesidad entre ambas nociones que deriva en una identidad del todo indiferenciada³¹. Leibniz, en cambio, pudo mantener la dualidad de las sustancias por mor de la introducción del “deber moral”; su identidad entre sujeto y predicado no deriva tanto una necesidad absoluta cuanto de un imperativo moral. El deber moral se convierte, pues, junto con los ya referidos principios de identidad y de razón suficiente, en la clave de bóveda de todo el entramado leibnicano, en tanto que válvula de escape al necesitarismo físico-metafísico. Por lo tanto, y a tenor de todo lo sobreexpuesto, estamos en condiciones de aseverar que, lejos de salvar la libertad divina de las constricciones de la necesidad metafísica, Leibniz identificó esa necesidad con el Bien. Las verdades de la razón y la filosofía debían abrirse paso, no a través de la necesidad, sino de la antigua moralidad cristiana. La filosofía no expulsaba a la teología revelada de todos sus dominios hegemónicos arguyendo la sola Verdad, sino el Bien que anida en aquélla. La trascendencia a las verdades de la filosofía (es decir, el terreno de la antigua teología revelada) escondía ahora todo tipo de sombras y amenazas. Si en el sistema panteísta de Spinoza la excepción a la razón natural y a las verdades de la filosofía constituyen el verdadero ateísmo³² (toda vez que Dios *es* efectivamente la Naturaleza y su orden de verdades), en Leibniz la *excepción* y la trascendencia respecto a las verdades de la razón y la filosofía apuntan directamente al Mal, en tanto en cuanto tales verdades están fundadas sobre el bien supremo.

3. Economía y teodicea en la obra de Malebranche

Como Leibniz, Malebranche concibió un sistema filosófico en el que se trataba de contemporizar la libertad de Dios en la creación y su intercesión en los asuntos mundanos (Providencia) con la regularidad imperturbable de las leyes de la naturaleza y la vigencia irrecusable de las verdades de la física y de la matemática. La homología

³¹ Cfr. este extracto de la *Ética* como prueba de la identidad spinozista entre *Natura naturans* y *Natura naturata*: “(...) cada cosa natural tiene por naturaleza tanto derecho como poder para existir y actuar. Ya que el poder por el que existe y actúa cada cosa natural es el mismo poder de Dios... (...). Así pues, por derecho natural entiendo las mismas leyes o reglas de la naturaleza conforme a las cuales se hacen todas las cosas, es decir, el mismo poder de la naturaleza” (en BALIBAR, E. *Spinoza y la política*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 1996, pp. 51-52).

³² A propósito del desbanque de la teología por parte de la filosofía como ciencia preeminente de las verdades religiosas, Spinoza se expresará en los siguientes términos en el *Tratado teológico-político* (SPINOZA, B. *Tratado teológico-político*. Pamplona: Laetoli, 2014, p. 282): “aunque la Religión tal como los Apóstoles, en cuanto se limitaban a narrar la historia de Cristo, no cae bajo el dominio de la Razón, cualquiera puede, sin embargo, alcanzar por la luz natural una síntesis de la misma, ya que consiste esencialmente, como toda la doctrina de Cristo, en enseñanzas morales.”

estructural entre ambas teodiceas ha sido recogida extensamente y desde múltiples perspectivas, acumulando así la temática una profusa bibliografía. Más allá de dicha pluralidad de enfoques, todos los autores convienen, empero, en que, a pesar de las obvias diferencias que existen entre sus respectivas teodiceas (reseñada por los mismos autores en su correspondencia personal), el empeño por poner de manifiesto estas diferencias estriba precisamente en la similitud de sus empresas filosóficas³³.

Malebranche afirma que Dios ajusta su actividad en la creación a un criterio de economicidad. De modo que, al crear el mundo, Dios no toma sólo en consideración el resultado final del acto (es decir, la bondad y perfección de la creación *per se*), sino la “simplicidad de los medios” utilizados para ello. La razón de esto habría de buscarse en el hecho de que emplear los medios más simples, uniformes y universales trasuntaría en la misma medida a la divinidad de lo que la perfección de la creación lo hace³⁴. En resumidas cuentas, valga decir que, a juicio del filósofo y teólogo francés, Dios ha creado, entre las infinitas posibilidades que se dan cabida en su mente, aquel mundo que mejor concilia la perfección del diseño (*ouvrage*) con la uniformidad, simpleza y generalidad de los medios empleados en su producción y conservación (*desseins*). Luego, el rasgo distintivo de la divinidad es su *economía*, el actuar por “voliciones generales” (*volontés générales*) y por los “medios más simples” (*les voies les plus simples*), todo ello en aras de “maximizar su propia gloria”³⁵, es decir, a trasuntar en el orden de la creación una realidad lo más cercana posible a su propio ser, tal como nos consigna en el tercer *Eclaircissement* del *Traité*: “El ser infinitamente perfecto se ama necesariamente. Él no puede querer nada que por su propia voluntad, esto es, por el amor que se debe a sí mismo. Él no puede actuar que para sí mismo.”³⁶

Lógicamente, Malebranche asume—a diferencia de Spinoza, a quien (huelga decirlo) se opone diametralmente—el carácter creado del mundo y, extensivamente, la libertad que preside la acción creadora de Dios. En las *Entretiens sur la métaphysique* (X, 17)³⁷ el personaje de Theodore, representante de la filosofía de Malebranche, nos expone los criterios bajo los cuales Dios habría operado en el acto originario de la

33 NADLER, S. “Choosing a Theodicy: The Leibniz-Malebranche-Arnould Connection”. In: *Journal of the History of Ideas*, vol. 55, n. 4, p. 574, 1994.

34 *Ibidem*, p. 576.

35 BLACK, A. “Malebranche’s Theodicy”. In: *Journal of the History of Philosophy*, vol. 35, n. 1, p. 28, 1997.

36 MALEBRANCHE. *Traité de la nature et de la grace* (vol. 5). Paris. J. Vrin, 1976, p. 179. En Malebranche, N. *Oeuvres complètes*. París: J. Vrin, 1978.

37 MALEBRANCHE. *Entretiens sur la métaphysique et sur la religion/Entretiens sur la mort* (vols. XII-XIII). Paris. J. Vrin, 1984, pp. 247-249. En Malebranche, N. *Oeuvres complètes*. París: J. Vrin, 1978.

Creación: “esta primera impresión del movimiento sabiamente distribuida bastaba para formar de una sola vez los animales y los plantas, que son las obras más excelentes que Dios haya hecho de la materia”. De esto se sigue que el universo fue creado y *organizado* al mismo tiempo y en la misma operación: todo su desenvolvimiento ulterior estaría previsto por su autor desde su primer minuto de vida.³⁸ Por otra parte, en este plan histórico Malebranche incluye una suerte de historia de la salvación por la cual el fin que Dios habría proyectado para su obra desde un principio, implícitamente en su mismo concepto, sería la reconciliación del género humano con su creador por medio de la encarnación de Cristo y el establecimiento de su Iglesia. Es según esta *telos* final desde el que habría que juzgar los males puntuales que pueblan el mundo y afligen a los seres humanos que lo habitan. Se imponía aquí una disyuntiva homóloga a la del Dios de Leibniz cuando la puesta en efecto de su *voluntad antecedente* acarrea ciertos desarreglos y males incidentales en el plano de su *voluntad consecuencial*. El plan se debe juzgar, en definitiva, observado en su conjunto y a la vista de su fin último. Si Leibniz advertía de que mientras más observamos la creación, más conscientes nos haremos de su perfección y belleza, Malebranche agregara a esta presunción racionalista la promesa de la salvación y de la reconciliación de la humanidad pecadora y caída con su creador.

Ahora bien, esta delectación en el plan de Dios para el mundo se complementa y es inescindible de la hechura matemática y metafísica de dicho mundo, dando tales atributos razón del carácter sabio y sumamente inteligente del ser divino. Apelando al Génesis, Malebranche observa que después de la creación, Dios *descansa*. Pero este “descanso” de la divinidad no se puede asimilar con la ociosidad a la que se entregan los hombres, puesto que el dogma de la Providencia exige que Dios lo haga todo y en todas las cosas. Este descanso tendría que ser interpretado como el punto de inflexión por el cual Dios deja de actuar a través de *voluntades particulares* como la que supuso la creación de la nada para pasar a operar según *voluntades generales*. Así nos lo hace ver en las *Entretiens*³⁹ (IV, 10) cuando asegura que “no es que él [Dios] no haga nada; él reposa, en efecto, pero porque no actúa sino de un modo que representa admirablemente el carácter de sus atributos”. La acción por la que Dios conserva las criaturas “es la misma que la de su creación, y su conservación continua no significa otra cosa que su creación continua, siendo el efecto de una voluntad que subsiste siempre la misma”. De ahí que

38 GOUHIER, H. *La philosophie de Malebranche et son expérience religieuse*. Paris: J. Vrin, 1948, pp. 37-38.

39 MALEBRANCHE, *Entretiens sur la métaphysique et sur la religion...*, p. 95.

se pueda decir con propiedad que “el instante de la creación no es algo pasado” (*Entretiens* VII, 7)⁴⁰.

He aquí el sentido particular que reviste la noción de “voluntad general” en la teodicea de Malebranche. Este carácter regular y predecible de la naturaleza, confluyente con los atributos de la propia divinidad, nos es mostrado a través de la inquisición metafísica del mundo y de la realidad. Allí donde un entendimiento tosco o grosero podría observar milagros, la razón nos mostrará que en todo momento rige en el universo y en el mundo físico un orden y una regularidad compatibles con las verdades matemáticas y geométricas. El carácter racional del cosmos y la creación se abren, de este modo, a una suerte de goce intelectual que es al mismo tiempo contemplativo, pues observar y apreciar el carácter inteligible de la creación se convierte en una estimación de la propia divinidad creadora. En línea con esto afirmaríamos Malebranche: “no admiro tanto los árboles cubiertos de frutos y las flores como su crecimiento maravilloso de acuerdo con las leyes naturales.”⁴¹

Del mismo modo que Dios alberga un plan general para la historia humana, siendo necesario entender todos los males que trufan su decurso en vista de este fin último, dispone igualmente un plan general para el desenvolvimiento del mundo físico. Lo que se llama Naturaleza sería, pues, en rigor, “las leyes generales que Dios ha establecido para construir o conservar su Obra por las vías más simples y siempre de acuerdo con una acción uniforme, constante, perfectamente digna de una sabiduría infinita y de una causa universal”⁴². En este extremo, el sistema de Malebranche también se acompasa cabalmente con el de Leibniz: la simplicidad de las leyes y el hecho de que mediante unas pocas leyes generales se pueda dar cuenta de toda la diversidad de la creación bajo términos y parámetros racionales darían fe a su vez del carácter sabio y racional del creador: “Hay modos de obrar simples, fecundos, generales, uniformes y constantes; y los hay también compuestos, estériles, particulares, desordenados e inconstantes. Los primeros son preferibles a los segundos; porque marcan la sabiduría, bondad, constancia e inmutabilidad de aquel que los emplea: los otros marcan falta de inteligencia, malignidad, inconstancia y ligereza de espíritu”.

¿Bajo qué condiciones va a admitir, entonces, Malebranche la virtualidad del milagro? El partido jansenista, adscrito a una concepción rigurosamente agustiniana del pecado y de la gracia, acusó a Malebranche invocando una ecuación tan simple como

40 *Ibidem*, pp. 156-157.

41 Cit. en GOUHIER, *opus cit.*, pp. 39-40.

42 Cit. en RUTHERFORD, D. “Malebranche Theodicy”, in Nadler, S (ed.). *The Cambridge companion to Malebranche*: Cambridge University Press, 2000, p. 173.

“Dios gobierna mediante voluntades generales, ergo no actúa jamás según en la forma de voluntades particulares; ergo, no existe el milagro”. Huelga decir que esta fórmula supone una simplificación supina del pensamiento del autor. Para ponderar el peso real del concepto del milagro hemos de atender al Orden que Dios establece en la Creación, en el cual se encuentra comprendido y previsto todo el devenir ulterior. No cabe en Malebranche acontecimiento alguno que contradiga este plan, del mismo modo que en Leibniz se antojaba del todo inconcebible un acontecimiento que contradijera de plano las leyes de la razón. Ahora bien, a partir de aquí Malebranche entiende que si con vistas a llevar a buen término el plan previsto en ese Orden, Dios tiene que deponer las leyes generales, interviniendo en la historia y haciendo un milagro, lo hará. Con todo no es tal el *modus operandi* propio de Dios, que lleva a efecto sus propósitos haciendo uso del mínimo de leyes posibles. En el *Traité de la nature et de la grace* (I, 20) se expresa elocuente y concluyentemente sobre este punto:

Dios no tiene más que dos leyes: el orden que es su ley inviolable, su ley natural, su Verbo, o su Sabiduría, que él ama invenciblemente; y los decretos divinos, leyes arbitrarias, de las cuales no se sustrae jamás, a menos que el orden así se lo exija; porque va contra el orden mismo que un Ser sabio e inmutable cambie de conducta sin razón alguna⁴³.

Así pues, y siendo rigurosos con los textos de Malebranche, podríamos establecer la siguiente jerarquía en los modos de obrar adoptados por la divinidad: 1) Dios actúa *en la mayoría de los casos* a través de voluntades generales; 2) Dios actúa *a veces* por medio de voluntades particulares; 3) Dios actúa *siempre* siguiendo el Orden⁴⁴.

De esta clasificación se seguiría que, como ocurre en el entramado leibniziano, la perspectiva de un milagro en un sentido voluntarista, como fenómeno completamente desprendido de una razón, es radicalmente desechada, pues ello resultaría a su sentir esencialmente incompatible con la naturaleza divina, tal como pone de relieve en las *Entretiens* (IV, 10) cuando propugna que “Dios no hace nunca milagros, no actúa nunca contra sus propias leyes, a no ser que el Orden lo exija o lo permita.”⁴⁵ Malebranche se va acercando de esto modo cada vez más a lo que podríamos denominar *postulación racional del misterio*, es decir, admitir un orden de razón incluso en aquellos fenómenos donde ésta parece quedar en suspenso. A su juicio, aquellos avatares que a los seres humanos les parecen incomprensibles y de los que su mente finita no puede dar razón formarían parte también del Orden inmutable que Dios se reserva para el mundo, tal como observa en el último *Eclaircissement* del *Traité*: “Estoy convencido de

⁴³ MALEBRANCHE, *Traité de la nature et de la grace*..., p. 34.

⁴⁴ GOUHIER, *opus cit.*, pp. 58-59.

⁴⁵ MALEBRANCHE, *Entretiens sur la métaphysique*..., p. 95.

que la mayor parte de los efectos milagrosos de la antigua ley tenían lugar de acuerdo con algunas leyes generales, porque la causa general no debe en modo alguno ejecutar sus designios por voluntades particulares.”⁴⁶ Tal sería el caso de los ángeles, cuya habitual intercesión en la historia bíblica no supondría una vulneración continua de las leyes naturales, sino que actuarían de acuerdo con leyes generales establecidas por Dios que, sin embargo, escapan al entendimiento humano. Malebranche coincide aquí plenamente con el sentir de Leibniz, quien se hace eco de esta argumentación en *Teodicea* §249:

En cuanto a los milagros, no son todos quizás de la misma clase; hay muchos que procura Dios por el ministerio de algunas sustancias invisibles, como los ángeles, y así lo dice también el reverendo padre Malebranche; y estos ángeles o estas sustancias obran según las leyes ordinarias de la naturaleza, estando unidos a cuerpos más sutiles y más vigorosos que los que nosotros podemos manejar. *Estos milagros solo lo son comparativamente y con relación a nosotros*; a la manera que nuestras obras las tendrían por milagrosas los animales, si fuesen capaz de hacer sobre este punto observaciones⁴⁷.

El hecho de que todas las acciones de los seres que habitan el mundo se conformen a las leyes generales previamente dispuestas por Dios nos da la clave para comprender sus teorías del “ocasionalismo” y de la *visión en Dios*. La teoría ocasionalista postula que Dios toma parte en la *creación continua* del mundo a través de la disposición de las leyes generales en coherencia con, y gracias a, las cuales los seres que lo habitan desarrollan sus acciones. Por ejemplo, cuando un individuo levanta un brazo lo haría en virtud de la ley general por la cual Dios dispone la unión del alma y el cuerpo. Lo mismo cabría decir, en la historia bíblica, respecto al arcángel Miguel o al propio Cristo, quienes actúan y llevan a cabo su labor en función del plan y el orden anteriormente previstos por Dios. La visión en Dios, por su parte, remite el cúmulo de ideas que posibilitan el ejercicio del conocimiento—que Descartes suponía como *innatas* a la conciencia—a *ocasiones* de acuerdo con las leyes generales establecidas por Dios. El ejercicio del conocimiento pasa así a reglamentarse como una intervención de Dios de acuerdo con leyes y principios justos, razonables y uniformes. Si las tesis de Descartes tendían a apuntalar la autosuficiencia de la conciencia y el pensamiento, en Malebranche la independencia del pensamiento no puede ser escindida de su vínculo con Dios. Así pues, en las *Entretiens* (I, 10)⁴⁸ objetará al padre del racionalismo que, si efectivamente “nuestras ideas son eternas, inmutables y necesarias, se sigue claramente

46 MALEBRANCHE, *Traité de la nature...*, p. 198.

47 LEIBNIZ, *Teodicea...*, p. 276.

48 MALEBRANCHE, *Entretiens sur la métaphysique...*, pp. 45-46.

que ellas deben encontrarse en una naturaleza inmutable, como es la de Dios”. De este modo, el tipo de conocimiento idiosincrático de la filosofía moderna, nucleado sobre ideas evidentes y claras, declara su total dependencia del Dios cristiano; pero, en la misma operación, dicho Dios cristiano abandona los derroteros de la revelación y de la gracia para convertir la certeza y la claridad en su modo predilecto de manifestarse, priorizando la ley frente al prodigio, la regla sobre el misterio. Ahora bien, ello no significa que, en el ejercicio intelectual, los seres humanos tengan una aprehensión absoluta de Dios en las ideas que éste les dispone, sino que tal aprehensión de la sustancia divina sería relativa a su condición de seres creados y, consecuentemente, finitos. En *Recherche de la vérité* (III, 2) nos aclara que a los seres humanos se le abren dos vías para el conocimiento de los objetos: se pueden conocer las cosas, bien por sus ideas, o bien en sí mismas. La primera es el modo de conocer propio del hombre; el segundo, sólo a Dios concierne⁴⁹. En definitiva, Malebranche concluye que el alma no puede recibir las ideas a través de las que construye el conocimiento sin una influencia misteriosa de Dios, el cual no se mostraría tanto en sí mismo (*objetivamente*) cuanto como imagen en nuestra conciencia (*efectivamente*)⁵⁰.

La posición de Leibniz respecto al ocasionalismo y a la visión en Dios se muestra mudable y vacilante. Si bien en una carta fechada el 22 de junio de 1679 dice “aprobar maravillosamente” esos dos principios, a saber, que vemos todas las cosas en Dios y que los cuerpos no actúan propiamente sobre nosotros⁵¹, en la *Teodicea* (§206 y §207)⁵² observa que, a su juicio, “Dios jamás tiene voluntades particulares en la forma en que lo entiende Malebranche, es decir, particulares primitivas”. Pese a lo que pueda parecer, la discrepancia no es esencial: se dirige al comentario que Malebranche efectúa en el *Traité* (I, 20) en el que asegura que, de precisarlo el orden, Dios puede actuar de acuerdo con voluntades particulares. A esto le reprochará Leibniz más adelante, en esta misma carta, que el hecho de que el Orden eterno exija en cierto momento la intervención de Dios por medio de una voluntad particular resulta inconsecuente con el orden mismo, pues dicho orden prescribe que Dios actúa, de acuerdo con su propio concepto, siempre por los medios más simples a su disposición.

Este rigor económico implícito al concepto mismo de la divinidad explicaría la profusión de males que acaecen en el mundo. En efecto, Dios es omnipotente para,

49 Cit. en GOUHIER, *opus cit.*, p. 326.

50 *Ibidem*, pp. 323-324.

51 MALEBRANCHE, Correspondance et actes (1638-1689). Paris: J. Vrin, 1978, p. 157. En Malebranche, N. *Oeuvres complètes*. Paris: J. Vrin, 1978.

52 LEIBNIZ, *Teodicea*..., pp. 254-255.

actuando mediante milagros (*volontés particulières*), erradicar todos los males que acongojan la existencia de las criaturas. Sin embargo, el proceder así sería un denuesto para el concepto de economía que ha de presidir sus obras. Vemos que la reflexión malebranchiana guarda ostensibles concomitancias con el sistema de Leibniz en este punto. El filósofo alemán juzgaba asimismo que, de actuar Dios por vías extraordinarias, vulneraría las leyes de simplicidad que su sabiduría le prescribe, y, por ende, sería infiel a sí mismo. Sin embargo, del mismo modo que Leibniz apelaba a buscar la racionalidad y la geometría que de seguro han de anidar en todo desorden, Malebranche justificaba, además de en razón de la simplicidad de los *medios* divinos, los males puntuales en vista del gran plan que Dios albergaba para el mundo: la salvación de todos los seres humanos bajo la Iglesia establecido por Cristo. El ejemplo de la revelación de Cristo para traer la salvación a todos los hombres le sirve a Malebranche para explicar su doctrina de las ocasiones generales:

Es Dios quien da al alma de Jesucristo todos los pensamientos y todos los movimientos de que ella precisa para la formación de su cuerpo místico. De manera que, si por un lado las voluntades de Jesucristo determinan, como causas ocasionales o naturales, la eficacia de la voluntad general de Dios, de otra parte, es Dios mismo quien determina las diversas voluntades de Jesucristo. Esto nos enseña que, en definitiva, las voluntades de Jesucristo son siempre conformes a aquellas del Padre⁵³.

D. Rutherford hace notar que la clave de bóveda del sistema de Malebranche consiste en resaltar la identidad de Cristo como la verdadera encarnación de la sabiduría: la única alma cuyas voliciones se acomodarían perfectamente al orden eterno⁵⁴. El amor a Dios se identifica y queda absorbido en el amor que los seres humanos deben a la racionalidad y la simpleza que su obra trasunta: “Te haces más admirable—dice Malebranche al creador— cuando cubres la tierra de frutos y de flores por las leyes generales de la naturaleza que cuando, por medio de voluntades particulares, precipitas el fuego desde los cielos para reducir a cenizas a los pecadores y sus ciudades”⁵⁵. No otro era el parecer de Leibniz cuando, en las *Discusiones metafísicas* §4, declara que “el conocimiento general de esta gran verdad, que Dios obra siempre de la manera más perfecta y de la forma más deseable, es, a mi entender, el fundamento del amor que debemos a Dios sobre todas las cosas, pues quien ama busca su satisfacción en la felicidad o perfección del objeto amado y de sus acciones.”⁵⁶ En ambos sistemas

53 MALEBRANCHE, *Traité de la nature...*, p. 162.

54 RUTHERFORD, D. *opus cit.*, pp. 183-184.

55 Cit. en GOUHIER, H., *opus cit.*, p. 68.

56 LEIBNIZ, *Monadología/Discurso de metafísica/Profesión de fe del filósofo...*, p. 68.

filosóficos, el amor incondicionado que en el cristianismo se debe a Dios en tanto que algo absolutamente desconocido y de lo que se depende se trueca en una permuta en virtud de la cual la racionalidad y la predictibilidad del creador se antoja la condición de posibilidad de que el creyente le profese amor. *No se ama a un Dios que resulta ser perfecto, sino que el amor que se debe a la perfección se concreta en amor hacia un ser que obra según aquélla.*

Una pauta homologable aplicaría en lo atinente a la distribución de la gracia. Si la teología revelada, con los infinitos matices dados por la pluralidad de iglesias, confesiones y credos sujetos a circunstancias y vicisitudes históricas singulares que comprende este término, interpretaba la gracia como una dádiva divina que revestía un carácter esencialmente arbitrario, Malebranche va a subsumir su distribución al mismo criterio de economicidad que hizo valer en el orden de la creación y de las leyes físicas de la naturaleza. Un paquete de unas pocas leyes predetermina la distribución de gracia entre los hombres. Tal mecanismo de distribución de la gracia discurre paralelo a las condiciones bajo las cuales Leibniz admitía la existencia del milagro, a saber, como fenómenos que la *ratio* divina ha previsto que acontezcan pero que, empero, escapen al raciocinio humano:

Dios ama a los hombres. Quiere que todos sean salvados, quiere santificarlos a todos, quiere hacer una bella Obra, quiere hacer su Iglesia lo más amplia posible. Pero Dios estima en un grado infinitamente mayor su propia sabiduría: porque él la ama invenciblemente, la ama de modo natural y necesario. No puede sustraerse de actuar del modo más sabio y más digno que le conviene, de seguir aquella conducta que representa los máximos caracteres de sus atributos. Ahora bien, actuando Dios por los medios más simples y más dignos de su sabiduría, su obra no puede ser ni más bella ni más amplia de lo que efectivamente es⁵⁷.

Constatamos, pues, que el reino de la gracia se regula por las mismas leyes simples que rigen para el orden de la naturaleza. Asimismo, tanto en uno como en otro las pretendidas imperfecciones y males deben ser calibradas en función del plan y el orden mayor que Dios alberga. El orden de la naturaleza y de la gracia son igualmente expresivos de la sabiduría divina. Dios bien podría haber evitado los males del mundo físico disponiendo una plétora de voluntades particulares, mas con ello habría contravenido su infinita sabiduría. Dios también podría haber repartido la gracia individualmente entre los hombres que la merecen y que sin embargo se ven privados de ella, o podría haber evitado el pecado original; sin embargo, se ha de tener presente

57 MALEBRANCHE, *Traité de la nature...*, pp. 184-185.

que permite todo esto en orden a una reconciliación final con la venida de Cristo y el establecimiento de la Iglesia.

El elemento clave que queremos aquí considerar—a la luz del cual se despliega una línea comparativa con Leibniz—es si en la teodicea de Malebranche el economicismo y la simplicidad que presiden los modos de acción de la divinidad *también* absorben la noción del Bien y de lo bueno. Malebranche no parece aludir directamente a que el criterio económico de la divinidad en sus operaciones implique el Bien, siendo tal idiosincrasia expresiva tan sólo de su Sabiduría. Ahora bien, si Malebranche parece descuidar en el orden de la naturaleza y de las leyes físicas del movimiento el problema de la felicidad del género humano es porque ese asunto correspondería al orden de la gracia y al plan que el orden eterno de Dios dispone para los hombres en aras de conducirlos a todos a la felicidad por medio de Cristo y la constitución de la Iglesia. Esto último no lleva aparejado el que Malebranche descuide el orden de la creación y la naturaleza, pues, como bien señala H. Gouhier, para Malebranche la naturaleza de los filósofos representa la más bella apología de la religión cristiana⁵⁸. Si bien el orden de la naturaleza y de la gracia se rigen por los mismos criterios y parámetros en su desenvolvimiento ordinario, estos tienen causas distintas: el primero se remonta a la Sabiduría del creador; el segundo, a la Bondad y su deseo de salvación de todas sus criaturas. De ahí que Malebranche no pueda afirmar—en contraste con Leibniz—que el orden matemático y geométrico de la creación encarna la Idea del Bien.

En los últimos años el debate historiográfico se ha inclinado especialmente a tratar la diferencia que existiría en la teodicea de Malebranche entre voluntades generales y particulares. Algunos autores han señalado que la doctrina ocasionalista se revela incompatible con la declaración malebranchiana de que “Dios no actúa nunca por voluntades particulares” (*Dieu n’agit point par des volontez particulières*), y que, por tanto, se somete en todo momento a las leyes de la naturaleza. Los defensores de esta línea invocan asimismo el extracto de las *Entretiens* que dice que “Dios hace absolutamente todo por medio de las leyes naturales que él mismo dispone (...) lo que equivale a decir que Dios descansa”⁵⁹. Frente a esto, otros autores reponen que el hecho de que Dios se acomode a esas leyes no comporta un retraimiento de su acción en el mundo. Dios “actuaría” de acuerdo con esas leyes. Las leyes no son establecidas en una fundación remota y primigenia que invalidan e inhabilitan toda intervención ulterior, sino que constituyen la sabiduría que acompañan su acción permanente sobre la

⁵⁸ GOUHIER, H., *opus cit.*, p. 68.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 39

naturaleza y las criaturas⁶⁰. Dios no crea el mundo de acuerdo con unas leyes sabías, uniformes y universales para no intervenir más sobre su creación, sino que actúa permanente sobre la misma en virtud de esas leyes que dirigen su quehacer. Las leyes son, en suma, el criterio de su obrar, nunca su obra misma. El propio Malebranche saldrá al paso de todas estas imputaciones señalando que de ningún modo entiende él por “leyes naturales” “el orden en virtud del cual las cosas son o deben ser”, sino las “prácticas y siempre eficaces voliciones de su autor”⁶¹.

Nosotros estimamos que la regularidad de la intercesión divina no es el elemento clave disociador que permita dar cuenta de las diferencias sustanciales existentes entre las teodiceas de Leibniz y de Malebranche. Y es que, como se ha hecho notar en el capítulo precedente, Leibniz no pareció excesivamente preocupado por este punto, ora sugiriendo la sumisión absoluta de Dios a las leyes dictadas por su sabiduría, ora postulando su intervención continua sobre el orden de la creación. Tal es la conclusión de S. Nadler⁶² cuando apostilla que, a decir verdad, lo que ambos sistemas persiguen es minar la omnipotencia divina, sea mediante una necesidad metafísica (Malebranche) o moral (Leibniz)⁶³.

¿Y si estos elementos que Nadler considera accesorios o discursivos, en tanto que, en última instancia, ambas teodiceas operan en pro de reducir la omnipotencia divina, fueran en realidad la piedra de toque de ambos sistemas? No es, en nuestra opinión, sino el carácter moral o no que los autores atribuyen a las operaciones divinas lo que nos da la clave para su debida comprensión. En *Modernité et Morale* (1993), C. Larmore estrecha el cerco al apuntar que, “lejos de reducirse a las mismas consecuencias prácticas, [las teodiceas de Leibniz y Malebranche] descansan sobre concepciones del

60 Esta línea argumentativa es desplegada por Steven Nadler en un artículo sobre la teoría de las *voliciones generales* en Malebranche donde aduce que la única manera de conciliar la premisa de que Dios actúa sólo a través de voluntades generales con sus convicciones ocasionalistas respecto al problema de la interacción entre cuerpo y alma—según la cual la conexión entre ambas agencias es posibilitada por la intervención permanente de Dios sobre el alma—pasa por admitir las objeciones que le planteó el teólogo jansenista Antoine Arnauld tratando de reconvertir su teoría de las “voliciones generales” en una *teoría de las voliciones particulares que comparten rasgos generales* (NADLER, S. “Occasionalism and General Will in Malebranche”. In: *Journal of the History of Philosophy*, vol. 31, pp. 31-47, 1993).

61 PESSIN, A. “Malebranche Distinction Between General and Particular Volitions”. In: *Journal of the History of Philosophy*, Vol. 39, n. 1, pp. 95-96, 2001.

62 NADLER, S., 1994, *opus cit.*, p. 587.

63 Nadler parece evocar aquí tácitamente la tesis—ya devenida clásica y de gran predicamento historiográfico— de P. Hazard, quien considera que, más allá de los elementos disonantes que pueden apreciarse en las teodiceas de Leibniz y Malebranche, ambas operan con idéntica audacia en el sometimiento de Dios a los hallazgos de la física y la matemática modernas. Cfr. HAZARD, P. *La crisis de la conciencia europea (1680-1715)*. Madrid: Pegaso, pp. 121-125.

todo incompatibles a propósito de la racionalidad moral de la acción divina”⁶⁴. En efecto, en el *Traité* el teólogo francés admite que “Dios podría haber hecho, sin ningún género de duda, un mundo más perfecto que el que habitamos”⁶⁵, por cuanto “Él ama su sabiduría más que su obra”⁶⁶. Adicionalmente, en su correspondencia personal con Leibniz, explicita que el mundo es el más perfecto, “no absolutamente”, sino sólo “respecto a la manera en que es realizado”, ya que “Dios se honra a sí mismo no sólo por la excelencia de su obra, sino también... por la excelencia de sus medios”⁶⁷.

Larmore asevera que la verdadera distinción entre Leibniz y Malebranche radica en que este último considera el bien “no sólo una cantidad que se debe producir”, sino, sobre todo, “una calidad que Dios debe honrar en su obra”⁶⁸. Esta tesis aún podría ser matizada. La economía y racionalidad a las que se supedita el quehacer divino no serían *la forma a la que Dios acomoda* su sabiduría, sino *su sabiduría misma*. De ello da fe la afirmación malebranchiana en el sentido de que la creación divina está presidida por una suerte de “indiferencia”. Esta indiferencia es, claramente, una indiferencia de tipo *moral*. La subordinación a la *ratio* y necesidad metafísicas es igualmente exigente en la teodicea malebranchiana; sin embargo, esa *ratio* no se reviste de “deber moral” ni parasita la noción de lo Bueno. Esto se lo puede permitir Malebranche porque el orden matemático y geométrico de la creación, completamente subordinado a criterios racionalistas, es *paralelo, pero no homogéneo* respecto al Orden eterno de Dios por el que dispone y proyecta la futura salvación y felicidad de todas sus criaturas. La Sabiduría y el Bien, la naturaleza y la gracia, van de la mano en su teodicea, sin llegar por ello a fundirse nunca en un único concepto. Cuando Malebranche afirma puntualmente que Dios “podría haber hecho un mundo más perfecto que el que efectivamente ha hecho” actuando a través de voliciones particulares, pero que no considera tal posibilidad porque su criterio de perfección ha de tener en cuenta la simplicidad de sus vías y no sólo el resultado, se prefiguran dos conceptos antagónicos de perfección: de un lado, aquel que tiene en cuenta el bien absoluto en un sentido cuantitativo; de otro, aquel en el que prima una consonancia entre el resultado y los medios empleados. Malebranche parece entender que, si Dios hubiera hecho un mundo más perfecto en arreglo a la primera acepción, ello depararía el efecto

64 SCHMALTZ, T.M. “Malebranche and Leibniz on the Best of all Possible Worlds”. In: *Southern Journal of Philosophy*, vol. 48, n.1, p. 35, 2010.

65 *Traité de la nature...*, p. 29.

66 *Ibidem*, p. 47.

67 SCHMALTZ, T.M., 2010, *opus cit.*, p. 37.

68 *Ibidem*, p. 38.

concomitante de que no fuera perfecto en esta última acepción, la cual considera, en definitiva, la más digna de los atributos divinos.

La diferencia sustantiva entre ambas teodiceas ha de buscarse, por consiguiente, en los derroteros eventualmente divergentes que trazan para la consecución de la felicidad humana. Ambos consideran que la naturaleza y sus leyes, regidas por los axiomas de la geometría y la matemática, son fielmente representativas de Dios. Con todo, los conceptos de felicidad que los autores manejan en sus respectivas teodiceas son ligeramente disímiles. Para Leibniz, la felicidad se identifica con la “felicidad de los espíritus”, es decir, la delectación que halla el intelecto al advertir que el mundo está invariablemente regido por leyes simples y racionales. Malebranche, aunque también identifica el carácter cognoscible y reducible a fórmulas y proposiciones simples de la naturaleza con la infinita sabiduría del creador, no podrá entender la felicidad únicamente como un goce intelectual, sino más bien como el resultado de un orden y un plan que Dios alberga desde el inicio de la creación para con la humanidad, y en cuya consecución podría incluso—aunque él mismo admita que esto es muy poco probable—deponer las leyes naturales y actuar por medio de voliciones particulares. Tal vacilación no es concebible en Leibniz, en la medida en que la noción de lo bueno está ya implícita en la economía racionalista del obrar divino. La *excepción* implica en su teodicea el *mal* mismo, esto es, la constatación de una asimetría que impide dar cuenta de la identidad entre sujeto y predicado. La noción de lo bueno sirve y se subordina a las necesidades de los principios de identidad y de razón suficiente. La teodicea malebranchiana es, por lo tanto, *menos racionalista* en este sentido, habida cuenta de que se resiste a circunscribir la idea del bien al orden de los enunciados lógico-matemáticos y de las leyes de la naturaleza. Al filósofo y teólogo francés, el orden admirable de la razón siempre termina por conducirlo invariablemente a Dios. Aunque admite el bien implícito en tales conceptos, insiste en no tomarlos en sí mismos para referirlos constantemente a Dios y al plan que este alberga para sus criaturas; todo ello frente a un Leibniz que identifica sin vacilar el bien supremo en el orden mismo de la razón, arrojando a Dios muy pronto de la ecuación.

Leibniz supeditó completamente la libertad y trascendencia divinas de la teología revelada al orden de la causalidad lógica, matemática y física, y, sobre todo, a los principios de identidad y de razón suficiente. El bien se asimila así enteramente con las necesidades de la razón. Toda noción de voluntad divina desprovista de razón o no conforme a normas toma un camino sin retorno hacia la órbita del mal. Valdría decir, pues, que Leibniz salvó la libertad divina de la *necesidad* spinozista sólo a costa de identificar aquélla con la maldad. Allí donde Spinoza vio lo *imposible*, la *Natura*

naturans no puede producir nada distinto de la *Natura naturata*, Leibniz vislumbró lo máximamente indeseable, *el mal mismo*. Allí donde Malebranche redirigió los descubrimientos de Descartes hacia un arreglo con el cristianismo, Leibniz continuó la senda racionalizadora de la filosofía cartesiana de modo aún más radical, como se pone de testimonio con su concepto de mónada.

A Malebranche le urgía acomodar los descubrimientos de la filosofía moderna a una filosofía de la historia o historia de la salvación cristiana; por ello no podía operar una sencilla identificación del bien con la razón, como hiciera su coetáneo Leibniz. De modo que, bien que Malebranche no cuestiona en absoluto ninguno de los descubrimientos de la filosofía moderna (más bien todo lo contrario, pues coadyuvó a su desarrollo decisivamente con numerosos descubrimientos), se apresuró, sin embargo, a disociar el descubrimiento de Descartes de un cogito autónomo y autotrascendente para vincularlo en su lugar a la divinidad; ello le llevaría, finalmente, a disociar también la idea del bien y de la salvación de las categorías de la razón para adjudicarlas al Orden eterno que Dios diseña para el mundo, que alcanzaría su acmé con la venida de Jesucristo y el establecimiento de la Iglesia. En suma, Malebranche hace prevalecer el Orden sobre la Razón, por más que dicho Orden se acomode casi invariablemente a las prescripciones de aquélla.

RESENHA

PACHECO, João Alves. *Políticas de acesso à Educação Superior no Brasil: contradições da expansão nos Governos Lula*
Marília: Lutas Anticapital, 2019. 315 p.

Rodrigo Barchi

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor da Universidade Ibirapuera (Unib)

Palavras-chave Educação superior – Políticas públicas – Neoliberalismo – Universidades e faculdades públicas – Universidades e faculdades particulares.

Keywords Higher Education – Public Policy – Neoliberalism – Public Universities and Colleges – Private Universities and Colleges.

Submissão

10/09/2020

Aprovação

10/12/2020

Publicação

12/12/2020

“(…) a ruína da contestação da democracia é uma coisa terrível para a democracia.”

Jacques Rancière

Há um risco em produzir qualquer crítica às políticas do Governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva, hoje, 10 anos após o fim do mandato. Elas podem parecer inócuas e até injustas, se formos compará-las ao esfacelamento brutal da cidadania, do setor público de atendimento às necessidades básicas, das instituições de proteção ambiental, de fomento à ciência e de garantia aos direitos humanos e defesa das minorias, promovido pela gestão da extrema direita neoliberal e enamorada pelos fascismos, iniciada em janeiro de 2019, mas ensaiada desde 2016.

Perante o atual desmonte das instituições, das políticas e dos programas de acesso à saúde, à educação, serviços básicos de saneamento, infraestrutura e habitação, e da carta branca dada ao ataque nefasto às paisagens naturais, à produção agrícola familiar, aos indígenas e quilombolas, aos movimentos periféricos por reconhecimento e bem-estar social, às militâncias sociais LGBTQIA+ e feministas, e aos movimentos organizados da classe trabalhadora, a governança promovida pelos governos do Partido dos Trabalhadores, apesar de todos os equívocos cometidos – no que diz respeito à tentativa de consenso de classes e ao favorecimento do grande capital – não promoveu, nem de longe, a barbárie dos últimos cinco anos.

Provavelmente alguns dos maiores equívocos ocorridos nas gestões Lula e Dilma foram provocados pela desmobilização de boa parte dos movimentos sociais. Os quais, tornados burocratizados e institucionalizados a partir da promulgação de leis e políticas públicas que os atendessem, foram enganados pela falsa impressão de que as questões caras às militâncias seriam resolvidas com o tempo, deixando que a máquina estatal passasse a tomar conta, sozinha, das demandas. Se por um lado, se teve a ilusão de que as lutas tinham sido vencidas, por outro, ao fazer com que as lideranças políticas desses movimentos se tornassem responsáveis pelas instituições, o esvaziamento das organizações populares promoveu a perda da vigilância necessária para impedir que houvesse retrocessos. Os quais, como vivenciado atualmente, acabaram acontecendo.

E outra questão, sobre a qual a profunda e minuciosa pesquisa feita por João Alves Pacheco – professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – se debruça neste imponente trabalho, fruto de uma tese de doutorado defendida no tradicional e importante Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC de São Paulo, é

justamente o quanto uma reivindicação tão antiga e clamorosa, quanto à universalização da educação, se transforma constantemente em um jogo nefasto de favorecimento ao grande empresariado, que trata o campo como mero produto de troca e até especulação financeira.

Publicado pela interessante editora Lutas Anticapital, especializada em obras baseadas em autores marxistas clássicos e contemporâneos, o livro “*Políticas de acesso à Educação Superior no Brasil: contradições da expansão nos Governos Lula*” realiza um primoroso trabalho de investigação e exposição dos processos pelos quais o acesso ao Ensino Superior, em especial durante os dois mandatos de Luiz Inácio “Lula” da Silva, se tornou uma situação de imensa ambivalência. Se por um lado, permitiu o acesso de larga parcela da população ao Ensino Superior, em especial, no setor privado, a partir de políticas de Financiamento Estudantil (FIES) com juros baixos, e bolsas integrais de pagamento de mensalidades (PROUNI), por outro, fez com que diversas instituições se tornassem hipertrofiadas, quando não caracterizadas por verdadeiros conglomerados de escolas superiores, a partir, justamente, da garantia do pagamento dessas mensalidades.

Muitas instituições, se caracterizadas como pequenas faculdades isoladas no início dos anos 2000, quinze anos depois se tornaram verdadeiras potências reprodutoras de diplomas e formação profissional. Muitas delas, aliás, nos últimos anos, foram surpreendidas com operações da Polícia Federal, denunciadas e acusadas tanto por fraudes nos processos seletivos para cursos de alta procura, como de fazer propaganda enganosa de promessa de pagamento do financiamento estudantil, o qual somente era feito sob condições nem sempre transparentes aos(as) estudantes. Em muitos casos, no decorrer dos cursos, as instituições mudaram as regras, tornando impossível seu cumprimento, e condenando os(as) alunos(as) a endividamentos gigantescos.

O debate nacional realizado acerca da tentativa de universalização do Ensino Superior pelo Governo Federal, durante os governos petistas, foi – e ainda é – sempre pautado pela indigesta questão do sucateamento e da perda de qualidade do serviço oferecido pelas instituições, públicas e privadas, conforme as vagas iam aumentando e tanto a valorização dos(as) docentes, quanto a estrutura universitária, despencaram ladeira abaixo.

Portanto, o trabalho de João Alves Pacheco, desenvolvido pertinentemente sobre uma base epistemológica e metodológica marxista-gramsciana, faz um mergulho envolvente e extenso sobre a dinâmica na qual a institucionalização das lutas pelo acesso ao Ensino Superior acabou se transformando na “pata dos ovos de ouro”, nas mãos de um pequeno amontoado de empresários. O qual foi ganhando cada vez mais garantias – e conseqüentemente, lucro – conforme os instrumentos de acesso, regulamentação e

avaliação do Ensino Superior iam se constituindo e se tornando a oficialidade nos parâmetros regulatórios do Ministério da Educação.

Para essa empreitada, o pesquisador organizou o trabalho em sete partes, visando dar conta da evolução e contextualização desse processo, em um Brasil imerso no capitalismo financeiro globalizado e que justificava a universalização como forma de dar competitividade ao mercado nacional, conforme a fluidez das corporações transnacionais mundo afora fizesse suas passagens pelo país. Apesar de o autor afirmar, ainda na introdução, que o principal foco da pesquisa fosse o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e sua utilização nesses processos de ampliação das vagas no Ensino Superior, o texto dá conta de uma série de outras questões ligadas a essa expansão.

No primeiro capítulo, há uma didática exposição sobre o desenvolvimento do sistema capitalista, desde seu início nos finais da Idade Média, passando pelos processos envolvendo o surgimento da indústria e dos monopólios, até a imposição do emaranhado e complexo contexto no qual estamos imersos(as) contemporaneamente. No qual, inclusive, as distinções entre classes sociais, a partir da detenção e posse dos meios de produção e da força de trabalho, não são mais tão nítidas, óbvias e evidentes. Durante o capítulo, o texto costura a evolução do capitalismo com as mudanças ocorridas tanto no mundo do trabalho, quanto no campo da educação, em especial a educação escolar.

No segundo capítulo, a temática ao redor do mundo do trabalho é aprofundada, em sua relação com a educação escolar, onde o livro discorre de modo competente sobre a história do trabalho industrial, dando ênfase aos sistemas taylorista e fordista, até chegar à crítica ao “novo mundo do trabalho”. Em relação a este último, há uma íntima conexão ao toyotismo e uma ampla discussão sobre os discursos de polivalência, flexibilidade e renovação que são constantemente enaltecidos. Os quais são muito bem conjugados à grande rapidez na qual as novas necessidades – e consequentemente, novas mercadorias – vão sendo elaboradas, oferecidas e produzidas. Além disso, tanto a mecanização quanto a descentralização do trabalho industrial, exigem cada vez menos trabalhadores, jogando-os ao setor terciário e esvaziando o secundário.

No terceiro capítulo, no qual a escola e a educação são discutidas, há também a apresentação das escolhas epistemológicas, metodológicas e políticas do autor, as quais estão baseadas fortemente em uma perspectiva gramsciana. Os principais aspectos do pensamento do filósofo italiano levantados por João Pacheco Alves se desenrolam ao redor de conceitos como reprodução, hegemonia, sociedade civil e bloco histórico. Os quais, associados às noções de estrutura e superestrutura desenvolvidas por Gramsci,

são capazes, para o autor, de dar conta sobre o sentido da escola nas sociedades capitalistas, em especial a sua utilização para a dominação e manutenção da estrutura social.

Nesse capítulo, existe uma interessante referência sobre a influência do pensamento de Gramsci entre educadores populares latino-americanos, com destaque à própria perspectiva de Paulo Freire. O autor afirma que alguns dos principais aspectos da teoria do italiano foram fundamentais para a compreensão do educador pernambucano ao redor das ações e reflexões de professores e professoras junto aos movimentos populares, e também da educação pública em geral. Lembra também as diferenças interpretativas entre Paulo Freire e Dermeval Saviani, apesar do caráter marxista do pensamento de ambos.

No quarto capítulo, finalmente, João Pacheco Alves se aprofunda na análise das políticas públicas em Educação no Brasil, onde discorre largamente sobre a ampliação das vagas nos Ensinos Básico e Superior, a partir dos anos 60 e 70. Tenta desvendar as razões pelas quais, tanto a ditadura civil-militar quanto os governos democráticos resolveram investir maciçamente nesse setor. Foca a reforma universitária de 1968 e seu caráter tecnicista e mercadológico, a reforma do Estado durante o governo FHC e a flexibilização nas regras de abertura dos cursos superiores, além do financiamento governamental das instituições particulares e a ampliação das Instituições Federais durante os governos petistas.

O quinto capítulo é o cerne do livro, onde aborda, justamente, a ampliação das vagas no ensino superior dos dois mandatos de Lula. Logo de início, o autor já aponta para a contradição entre as propostas radicais no programa de governo da campanha presidencial – caras aos movimentos sociais e estudantis que deram base, por anos, ao Partido dos Trabalhadores – e a tentativa vaga de pacto nacional – até certo ponto, bem-sucedida – do primeiro mandato. No entanto, com a criação do ProUni (Programa Universidade para Todos), o autor afirma que há uma exitosa ação governamental no campo da educação, já que atende tanto aos interesses empresariais voltados ao Ensino Superior, quanto à boa parcela da população que, até então, não tinha acesso ao mesmo.

É necessário frisar que uma crítica que não é feita por esse trabalho – e acredito que não era necessariamente o objetivo da pesquisa, mas cuja leitura permite trazer à tona – é justamente a falta de contrapartida que caracteriza o ProUni, pois ao somente fornecer as bolsas para pagamentos de mensalidades, sem vincular os(as) estudantes contemplados(as) aos projetos de pesquisa e envolvimento com a extensão universitária, o programa, de forma quase que exclusiva, foca na formação do trabalhador

especializado. Apesar das oportunidades se ampliarem ao indivíduo com um diploma superior em mãos, ao não vincular a bolsa às outras dimensões do tripé universitário, todo o investimento feito pelo programa, além de alimentar o caixa das IES privadas, deixa a pesquisa e a extensão fragilizadas e relegadas a um plano secundário. Ao não terem sido contempladas com um investimento que poderia dar à sociedade um arranque mais do que necessário e emergente na produção científica e no trabalho social e cultural, a pesquisa e a extensão acabam se tornando coadjuvantes, “luxo” das instituições públicas.

A larga disponibilidade de bolsas de iniciação científica nas universidades públicas – cujos ingressantes ainda são de classes mais abastadas – em comparação do que ocorre nas privadas, e a larga utilização do ProUni na formação de trabalhadores especializados, é uma condição que não somente perpetua a reprodução de classes sociais, mas que dá a falsa sensação de inclusão social. A qual, por sua vez, é rapidamente desmontada, a partir do momento em que se observa que a formação universitária e suas oportunidades estão única e exclusivamente associadas às demandas e ofertas de emprego pelo mercado de trabalho.

As críticas aos aspectos atuais do Exame Nacional do Ensino Médio têm grande protagonismo neste capítulo. Em primeiro, por estar completamente associado ao ProUni, sendo que sem realizar o exame, não há sequer a possibilidade de recorrer e ser contemplado pela bolsa. Por outro, pelo fato da avaliação do Ensino Médio ter se transformado em um enorme vestibular a nível federal, ganhando repercussão e dimensões gigantescas. As observações do autor não estão somente pautadas no problema da evasão no Ensino Superior – ajudando a desmontar boa parte do discurso sobre democratização que o Exame carrega – mas também, e o que talvez seja o mais grave – é justamente o atentado à autonomia universitária, em especial das Instituições Federais, visto que o processo específico da instituição é enfraquecido, no que diz respeito à escolha dos estudantes que irão compor seu corpo discente e os futuros e as futuras pesquisadores(as).

Se por um lado, realmente há uma possibilidade maior dos postulantes às vagas escolherem um curso em instituições e regiões que seriam impossíveis de serem cogitadas, por outro, a falta de um maior suporte aos estudantes de classes menos abastadas – por meio das bolsas científicas ou programas sociais mais amplos que auxiliassem devidamente esses ingressos, para além daqueles que foram emergencialmente implantados – dá vazão a um argumento pernicioso – mas não sem completa razão – no qual há uma enorme despesa pública com pessoas, sobre as quais

não se sabe se darão à contrapartida (social, científica, cultural, política) a todo esse investimento.

São questões levantadas pelo livro, e que suscitam outras que precisavam ser ainda mais pensadas e discutidas, para que justamente essas políticas não enfrentem a completa – e injusta – execração que vem sofrendo por parte de alguns setores. A perspectiva desse livro, que é muito pertinente e pontual, não é a negação dessas políticas públicas de acesso ao ensino superior e, em especial, o ingresso de membros das classes excluídas. Mas o aperfeiçoamento e a ampliação cuidadosa desses programas, de forma que eles possam dar um retorno social e econômico à sociedade, e não somente ao empresariado, em forma de bolsas para mensalidades e qualificação precária da mão de obra. A análise crítica que João Pacheco Alves faz está muito posicionada à esquerda, apesar do mal-entendido que entusiastas fundamentalistas possam provocar ao ler o texto. Como aconteceu contra os setores mais radicais, quando fizeram a crítica ao “endireitamento” do Partido dos Trabalhadores na governança, em especial em relação ao favorecimento de grandes corporações empresariais e bancárias, e à displicência em relação à questão ambiental.

O sexto capítulo dissecar os dados sobre os sistemas avaliativos dos Ensinos Médio e Superior, e os vincula intimamente aos interesses das IES privadas. As quais criam as melhores estratégias e armadilhas para que, a partir destes exames, haja todo um maquinário de marketing e formação professoral-profissional para atender única e exclusivamente a estes processos classificatórios. Aliás, diversas instituições, nos últimos anos, dispensaram a necessidade da elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), de forma que os estudantes pudessem se dedicar exclusivamente ao ENADE. Prejuízo da pesquisa científica em nome da avaliação universitária.

Por fim, no sétimo e último capítulo, o texto traz um estudo de caso, sobre a influência do Exame Nacional do Ensino Médio nos processos de seleção de ingressantes na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Apresenta os aspectos históricos e estruturais da instituição, para depois trazer as principais características dos estudantes, diferenciando-os a partir dos cursos e campus. Lembrando que a UNIFESP tem unidades em diversas cidades da Grande São Paulo e regiões Metropolitanas próximas à grande São Paulo, e cujos cursos, em cada um deles, têm aspectos muito próximos entre si.

Esse trabalho de João Pacheco Alves chega em muito boa hora. Sua análise, muito mais do que reforçar críticas, já muito esgotadas e fragilizadas, sobre a governança do Partido dos Trabalhadores, serve para fortalecer e deixar com maior evidência as necessidades mais básicas da sociedade brasileira, no que diz respeito ao direito à

Educação. Ao denunciar o papel daquilo que chama de Estado avaliador – responsável por Exames diagnósticos muito mais comparativos e enaltecedores do papel competitivo da qualidade dos cursos e instituições, do que necessariamente avaliações qualitativas em relação à sua contribuição à formação profissional, científica e social-coletiva dos indivíduos – o texto nos permite entender que por mais que se dissemine um discurso no qual o interesse das instituições privadas seja não somente o lucro, mas a preocupação coletiva, não há outro objetivo senão a exploração financeira *stricto sensu* do filão, pelo mecenato corporativo dessas universidades e grupos educacionais. Os quais, muito mais influenciadoras do que os próprios movimentos de educação popular e de base nos processos de elaboração das políticas públicas educacionais, fazem dos sistemas avaliativos uma ferramenta aliada e alinhada ao seu marketing e à sua ampliação estrutural. Sem necessariamente, é claro, fortalecer, valorizar e apoiar devidamente seus(suas) profissionais, pesquisadores(as) e educadores(as).

Mesmo para quem não é adepto ou alinhado às perspectivas marxistas e gramscianas – e das suas influências nas perspectivas da educação popular, em especial as freireanas – na compreensão e discussão das sociedades capitalistas, o livro é uma leitura obrigatória, pois não somente traz uma potente e necessária crítica ao papel do ENEM nas políticas de acesso ao Ensino Superior na Gestão Lula, mas, principalmente, carrega uma abordagem abrangente e minuciosa do funcionamento e da estrutura do capital privado inserido no Ensino Superior. O momento em que ele é publicado é muito adequado para entender os caminhos pelos quais a educação brasileira continuará a seguir, caso não haja movimentos intensos e insistentes por parte dos(as) educadores(as) e da sociedade em geral pela educação popular, de base, gratuita, laica, universal, integral e capaz de atender a multiplicidade que compõe a sociedade brasileira do século XXI.



Formato: 21 × 29,7 cm.
Tipologia: EB Garamond.

DOSSIÊ

"Autonomia Universitária no Brasil, 30 anos (1988-2018): história, projetos e impasses"

Em defesa da liberdade acadêmica e da autonomia • KNOBEL

A autonomia financeira das universidades • GOLDEMBERG

Pela "alma cheia de esperança" • ITO

Autonomia Universitária • CALÉ da SILVA

Autonomia Universitária e suas vicissitudes na universidade brasileira • SAVIANI

"A universidade ainda está aberta?" • CABREIRA da SILVA

ENTREVISTA

A longa e tortuosa trajetória da Autonomia Universitária no Brasil • BASSETTO
PAES

ARTIGOS

O mangá como arte, história e narrativa • ZANONI

Outros sujeitos • RIBEIRO

Os estatutos da Internacional Comunista • FISZUK de OLIVEIRA

Comunicação política e diplomática no reinado de D. João III • BARROSO

Getúlio Vargas na *Revista do Rádio* • VIEIRA dos SANTOS

Africanos y afrodescendientes en Lima colonial • GONZALES JUREGUI

A "outra" América • MASSARO

Cinema bélico soviético sobre a Segunda Guerra • FRANCISCON

Leibniz e Malebranche • VELASCO

RESENHA

PACHECO. *Políticas de acesso à Educação Superior no Brasil* • BARCHI